

rbca REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE


REVISTA EDITADA PELO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – ANO LV Nº 277 – JAN/FEV 2026

Entrevista Nova gestão do CFC apresenta estratégias para o biênio 2026-2027

Conheça os vencedores do Prêmio Olívio Koliver

Artigos abordam importantes temas para a profissão



 Clique nas miniaturas ou números para navegar pelo conteúdo da RBC

SUMÁRIO

Palavra do Presidente

1



Entrevista

Nova gestão do CFC apresenta estratégias para o biênio 2026-2027

Lorena Molter

3



Da Universidade à Sociedade

Incerteza econômica e fusões & aquisições: o que a competitividade ensina sobre decisões em tempos de volatilidade

Autor: Ronaldo dos Santos Alves Rodrigues | Orientador: Claudio Marcelo Edwards Barros

15



Na Teoria e na Prática

A nova demonstração do resultado do CPC 51 (IFRS 18) - Aspectos Práticos

Eliseu Martins

19



Artigo Convidado

Proposta de aprimoramento normativo de amostragem em auditoria: uma abordagem por meio da Contabilometria

Alvaro Bueno Ferreira, Fernando de Almeida Santos, Ernani Ott e José Carlos Marion

37



Artigo

Indicadores de gasto com pessoal e endividamento: uma análise dos Estados da Federação à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal

Graziela Nogueira da Cunha e Yuri Dantas dos Santos

51



Artigo

Percepção dos gestores sobre os desafios na implantação dos objetivos do desenvolvimento sustentável no relato integrado: um estudo de caso

Daniella Rodrigues Carran, Nivia Maria de Araujo, Franciele Machado de Souza e Valmir Tozetto

75



Artigo

Endividamento das empresas com exposição internacional listadas na B3 em tempos de crises financeiras: uma análise geral e setorial

Marcos Rosa Costa e Sylvania Neris Nossa

89



Artigo

Publicações sobre Metodologias Ativas de Ensino em Periódicos Acadêmicos Nacionais da Área de Contabilidade (2010-2024)

Cícero José Oliveira Guerra, José Roberto de Souza Francisco e Vitor Hideo Nasu

109

PALAVRA DO PRESIDENTE

Caríssimos Contadores e Contadoras do nosso Brasil e leitores da RBC,

Tenho a honra de abrir o calendário de edições deste ano da Revista Brasileira de Contabilidade (RBC), com esta edição especial, na condição de presidente do Conselho Federal de Contabilidade e ao lado de cada um de vocês: notáveis autores, pesquisadores, leitores e leitoras.

Um dos objetivos centrais do biênio 2026-2027 é ampliar o protagonismo das Ciências Contábeis no Brasil e no exterior. O incentivo e a valorização da educação, da inovação, da excelência técnica e do compromisso com o interesse público são os pilares para cumprir essa meta.

Nesse sentido, a RBC consolida-se como instrumento de reflexão, produção de conhecimento e articulação institucional, contribuindo para o fortalecimento da área no cenário nacional. A integração entre academia e mercado potencializa a capacidade da Contabilidade de influenciar decisões, afirmando seu papel na sustentabilidade econômica e na credibilidade das organizações.

Quando a formação acadêmica se alinha às transformações tecnológicas e socioeconômicas, profissionais mais qualificados ingressam no mercado. Ao incorporar feedbacks da prática, a pesquisa acadêmica, por sua vez, amplia seu escopo e oferece respostas mais assertivas às necessidades do setor. É a partir dessa compreensão que buscamos construir pontes entre os universos acadêmico e mercadológico, beneficiando diretamente a ciência, o mercado e a sociedade.

Para materializar esse compromisso, a RBC inicia 2026 com duas novas editoriais: *Da Universidade à Sociedade* e *Na Teoria e na Prática*. Na primeira, será apresentada uma tese de elevado rigor científico, selecionada pelo Conselho Editorial. Na segunda, o público terá acesso a uma matéria com a temática que interessa tanto à academia quanto ao mercado, de modo a enriquecer sua formação e atuação. Essas iniciativas foram con-

Fábio Pinheiro/acervo CFC



Joaquim de Alencar Bezerra Filho
Presidente do CFC

cebidas pelos professores doutores que integram o Conselho Editorial, visando aproximar conhecimento acadêmico e prática profissional.

Como desdobramento dessa agenda, em 2026 também será publicada a RBC Especial, com o tema *Uso de Tecnologias na Contabilidade*. O prazo para submissão de artigos vai até 5 de abril.

Para iniciar o ano, esta edição traz entrevista na qual o público poderá conhecer o foco da gestão 2026-2027, bem como minha visão sobre temas como tecnologia, sustentabilidade, liderança e o futuro da Contabilidade. Trata-se de uma oportunidade de me apresentar à comunidade acadêmica e compartilhar o planejamento elaborado para evidenciar a vocação estratégica da profissão. Trabalharemos para expandir sua projeção além-fronteiras, convictos de que esses propósitos serão alcançados ao seguirmos de mãos dadas com a academia.

Nesta edição, destacamos ainda as ganhadoras do Prêmio Olívio Koliver, cujo artigo, publicado na edição nº 265, teve como tema *Gerenciamento de resultados no futebol brasileiro: um estudo exploratório*. Esse reconhecimento reitera nosso compromisso com a valorização da produção científica como instrumento de consolidação da atuação estratégica das Ciências Contábeis e de sua contribuição para o desenvolvimento nacional.

Boa leitura!

EXPEDIENTE

REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE
Edição n.º 277, janeiro/fevereiro de 2026 – periódico bimestral –
ISSN 0104/8341

> Editor

Conselho Federal de Contabilidade
SAUS, Qd. 5, Bl. J, Ed. CFC, Brasília/DF – CEP 70070-920
site: www.cfc.org.br; e-mail: cfc@cfc.org.br

> Conselho Diretor

Presidente

Contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho

Vice-Presidentes

Contadora Ângela Andrade Dantas Mendonça
Contador Haroldo Santos Filho
Contador João Carlos Castilho Garcia
Contador Laudelino Jochem
Contador Márcio Schuch Silveira
Contadora Sandra Maria de Carvalho Campos
Contador Sebastião Célio Costa Castro
Contador Weberth Fernandes

> Conselheiros Efetivos

Contador Adriano de Andrade Marrocos
Contadora Ana Lígia Coelho Martins
Contadora Ana Luíza Pereira Lima
Contadora Andrezza Carolina Brito Farias
Contador Bruno Sítio Filho de Oliveira
Contador Carlos Henrique do Nascimento
Contador Carlos Rubens de Oliveira
Contador Erivan Ferreira Borges
Contador Fellipe Matos Guerra
Contador Ian Blois Pinheiro
Contadora Itajay Maria Soares
Contador José Domingos Filho
Contadora Katiucya Julião de Moura Manfredini
Contador Manoel Carlos de Oliveira Junior
Contadora Maria Dorgivânia Arraes Barará
Contadora Marisa Luciana Schwabe de Moraes
Contadora Sonia Maria da Silva Gomes
Técnico em Contabilidade Reinaldo Miranda de Castro

> Conselheiros Suplentes

Contador Abelci Daniel de Assis Filho
Contador Anailson Marcio Gomes
Contadora Ângela Dias Alves Valadares
Contador Antonio Carlos Sales Ferreira Junior
Contador Cesar Alberto Ponte Dura
Contador Domingos Sávio Alves da Cunha
Contador Einstein Almeida Ferreira Paniago
Contadora Elaine Gorgen Streh
Contadora Elba Vicentina de Moraes
Contador Helcimar Araujo Belém Filho
Contador Jorge Luiz dos Santos
Contador José Corsino Raposo Castelo Branco
Contador José Gonçalves Campos Filho
Contador José Luiz Marques Barreto
Contadora Lucilene Florêncio Viana
Contador Luiz Francisco Peyon da Cunha
Contador Marcelo Augusto Jorge
Contador Marcelo Roberto Monello
Contador Marcio Sousa Ribeiro
Contadora Maria Leny Adânia de Sylos
Contadora Milena Propp
Contadora Palmira Leão de Souza
Contador Roberto Schulze
Contador Sérgio Túlio dos Santos de Moura
Contadora Vilma Fátima Mendes
Contadora Welymadia Rodrigues Pereira
Técnico em Contabilidade Jordão Vieira Júnior

> Coordenadora do Conselho Editorial da RBC

Doutora Jacqueline Veneroso Alves da Cunha

> Conselho Editorial da RBC

Doutor Alison Martins Meurer
Doutor Antonio Ranha da Silva
Doutor Emanuel Marcos Lima
Doutor Ernani Ott
Doutor Fernando de Almeida Santos
Doutora Maria Ivanice Vendruscolo
Doutor Romualdo Douglas Colauto
Doutora Rosimeire Pimentel Gonzaga
Doutor Vanderlei dos Santos
Doutor Wenner Glaucio Lopes Lucena

> Jornalista Responsável

Gustavo Sousa - DF 6438/96

> Redação

Ana Paula Leitão, Fabrício Lourenço e Lorena Molter

> Projeto Gráfico

Igor Outeiral, Marcus Hermeto e Thiago Luis Gomes

> Diagramação

David Duarte e Paula Rocha

> Revisão

Maria do Carmo Nóbrega, Juliana Garcês e Paula Baron

> Ilustrações

Jailson Belfort e Paula Rocha

> Colaboradora

Maria do Carmo Nóbrega

> Artigos

Telefone: (61) 3314-9672 – e-mail: rbcartigos@cfc.org.br

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



ENTREVISTA

Nova gestão do CFC apresenta estratégias para o biênio 2026-2027

Por Lorena Molter

“Chegar à Presidência do Conselho Federal de Contabilidade representa, para mim, a maior oportunidade que a minha profissão – a Contabilidade – me oferece para servi-la.” Com essas palavras, o novo presidente do CFC, Joaquim Bezerra, eleito para o mandato 2026-2027, resume uma das principais características da sua caminhada no universo contábil: o serviço voltado para o fortalecimento e o crescimento da Contabilidade brasileira.

Natural do Piauí, o contador, que diz enxergar a Contabilidade como um instrumento de transformação, iniciou os seus trabalhos em benefício das Ciências Contábeis ainda na faculdade. Também foi na universidade que o presidente do CFC demonstrou as suas habilidades como líder, ao criar, participar e conduzir uma série de movimentos estudantis focados na edificação da área. O foco e o empenho nessas iniciativas o levaram à atividade classista, inicialmente no nível regional e, posteriormente, na esfera federal.

Bezerra deu os primeiros passos no CFC como membro da comissão de integração estudantil, depois no projeto de jovens lideranças, CFC Jovem e conselheiro suplente. Anos mais tarde, tornou-se efetivo e um líder reconhecido no Sistema CFC/

CRCs. O contador foi vice-presidente de Política Institucional por três mandatos, vice-presidente Operacional por um mandato e ocupou a Vice-Presidência de Governança e de Gestão Estratégica da entidade pelo mesmo espaço de tempo. A jornada permitiu-lhe conhecer mais a autarquia e os 27 Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), como ele mesmo explica: “Esse percurso não foi apenas institucional, mas profundamente formativo, pois me permitiu compreender o funcionamento do Sistema CFC/CRCs em suas dimensões técnica, política, administrativa e humana”.

A atenção à realidade e às demandas atuais do mercado, da economia e da sociedade integrada, aliada a uma visão de futuro, desperta a preocupação com a for-

mação e a preparação de novos líderes. “Todos nós: instituições, profissionais experientes e entidades de classe, temos o dever de criar ambientes que estimulem valores, pensamento crítico, senso de propósito e capacidade de servir. A ausência de lideranças preparadas gera fragilidade social, econômica e institucional. Por isso, investir em jovens líderes é, antes de tudo, investir na estabilidade e na sustentabilidade do futuro”, destaca. Adicionalmente, o contador ressalta ser necessária a promoção do diálogo intergeracional, como um meio de se alcançar avanços na Contabilidade. “A profissão contábil só se fortalece quando constrói pontes entre gerações e prepara, com responsabilidade, aqueles que irão conduzi-la no futuro”, pontua.

O piauiense também diz que a sua gestão estará ancorada na escuta ativa dos *stakeholders* do CFC, ou seja, os seus públicos de interesse. Simultaneamente, salienta que as ações da entidade estarão orientadas para o fortalecimento profissional, o reposicionamento da profissão e o reconhecimento global da Ciência Contábil brasileira. Dessa forma, segundo conclui, a sociedade e o mercado serão os principais beneficiados.

Governança, Tecnologia e Sustentabilidade são outras temáticas que vão balizar, estrategicamente, a nova gestão. Os três elementos, inclusive, assim como a Reforma Tributária, são apresentados por Bezerra como pautas essenciais da Contabilidade e meios para que a profissão ocupe novos espaços de destaque no mercado, na economia e na sociedade.

Na entrevista à Revista Brasileira de Contabilidade (RBC), Joaquim Bezerra fala sobre o papel dos jovens contadores na profissão e analisa temas estratégicos para a área contábil como Tecnologia, Governança, Sustentabilidade e Reforma Tributária. O novo presidente do CFC também compartilha as suas propostas e estratégias para a gestão 2026-2027.

O contador destaca que o papel do contador será cada vez mais essencial nas decisões de impacto e relevante nos diferentes âmbitos em que atua. O presidente do CFC ainda enumera uma série de oportunidades que poderão ser abraçadas pela classe. “O momento é de reposicionamento da profissão e minha mensagem aos profissionais é de esperança e propósito. Nós temos um chamado, e a Contabilidade está sendo convidada a ocupar um lugar ainda mais estratégico na organização da economia, na governança das instituições e na construção de um ambiente de negócios mais equilibrado e responsável”.

Confira, a seguir, os pensamentos e as propostas da nova liderança do CFC.

RBC – O que significa para o senhor chegar à Presidência do Conselho Federal de Contabilidade?

Joaquim Bezerra – Chegar à Presidência do Conselho Federal de Contabilidade representa, para mim, a maior oportunidade que a minha profissão – a Contabilidade – me oferece para servi-la. Afirmando também que é a culminação de uma jornada construída com muito senso de pertencimento à profissão e à instituição, em que a resiliência, a edificação firme de propósito e o respeito pela história dos homens e das mulheres que se dedicam, diuturnamente, pela classe sempre formaram o tripé desta construção.

Não é um ponto de chegada individual! É um marco coletivo, que carrega a confiança de colegas de todo o país e a responsabilidade de conduzir uma entidade que tem papel central na organização econômica, social e institucional do Brasil. Ao longo dos anos, aprendi que o CFC não é apenas um órgão normativo, fiscalizador, de registro ou promotor da educação continuada; ele é um espaço de construção de valores, de defesa da Ciência Contábil e de serviço à sociedade. Minha história com o Sistema CFC/CRCs foi construída no cotidiano da instituição, ainda como estudante, vivenciando desafios, transições e avanços. Passei por diferentes funções e contextos, sempre com a convicção de que a Contabilidade é um instrumento de transformação. Assumir a Presidência significa honrar essa trajetória, preservar o legado construído ao longo de décadas e, ao mesmo tempo, preparar a instituição para um novo ciclo histórico, marcado por inovação, governança, fortalecimento profissional e protagonismo estratégico.

RBC – Quais caminhos o senhor trilhou até chegar à liderança da entidade?

J.B. – Trilhei o caminho do trabalho, da dedicação, do servir, da ousadia, da resiliência e do senso único de propósito. Este último é o que faz a conta fechar. Minha trajetória até a Presidência foi marcada pela vivência integral do Sistema. Iniciei minha caminhada no movimento estudantil, ainda como fundador e presidente do Centro Acadêmico da minha faculdade, lá no Piauí, passando pela Empresa Júnior, DCE [Diretório Central dos Estudantes], Conselho Universitário. Depois fiz parte de um grupo que estruturou e protagonizou uma organização de estudantes, o Movimento Estudantil de Ciências Contábeis do Brasil (Mecic), tendo fundado Executivas Estaduais, Regionais até a integração com a Federação Nacional de Estudantes de Ciências Contábeis (a Fenecic). Aqui foi o ponto chave de início dos diálogos com o Sistema CFC/CRCs – ali pelos idos de 1998/2000. Lideramos o diálogo entre os estudantes, a academia e o órgão de classe; realizamos enfrentamentos e debates importantes naquela época com o Provão do MEC, as Diretrizes Curriculares do Curso de Ciências Contábeis, a institucionalização do Exame de Suficiência da profissão e, é claro, uma luta saudável para que o Conselho Federal de Contabilidade, que, naquela época, era um órgão apenas de Registro, Fiscalização e Normatização, pudesse olhar para os estudantes e enxergasse o futuro da profissão; para que pudessemos preparar uma geração compromissada com os desafios da profissão. Essa luta me levou a integrar a primeira comissão de integração estudantil do CFC, no ano de 2002. Daí em diante, são 23 anos dedicados à causa, inicialmente com o foco nos estudantes, depois nos Jovens Contadores,

“Ao longo dos anos, aprendi que o CFC não é apenas um órgão normativo, fiscalizador, de registro ou promotor da educação continuada; ele é um espaço de construção de valores, de defesa da Ciência Contábil e de serviço à sociedade.”

quando liderei o Projeto Jovens Lideranças, sucedido pelo CFC Jovem. Em seguida, estive envolvido mais com as questões técnicas e estruturantes da profissão, seja no relacionamento político institucional, seja na lide diária das prerrogativas profissionais, e ainda na defesa técnica e acadêmica. No meu Estado do Piauí, sempre atuei com as instituições, participei da diretoria do Sindicato dos Contabilistas, do Sindicato das empresas de serviços contábeis, da Associação de Peritos Contadores do Estado do Piauí, da Associação de jovens Empresários, além da Academia Piauiense de Ciências Contábeis e do nosso Conselho Regional de Contabilidade do Piauí, onde atuei em diversas comissões a convite dos presidentes que por lá passaram. Em 2010, chego ao CFC como conselheiro suplente e quatro anos depois me elejo conselheiro efetivo, estando agora no meu quinto mandato como conselheiro federal. Acredito que devo ser um dos mais jovens de idade e o atual decano do Plenário do CFC. Tive oportunidade de ocupar diversas funções estratégicas na Casa, como coordenador-adjunto de Política Institucional (por um mandato), vice-presidente de Política Institucional (por três mandatos), vice-presidente Operacional (por um

mandato) e vice-presidente de Governança e de Gestão Estratégica dos CRCs (por um mandato). Esse percurso não foi apenas institucional, mas profundamente formativo, pois me permitiu compreender o funcionamento do Sistema CFC/CRCs em suas dimensões técnica, política, administrativa e humana.

Ao longo desse caminho, aprendi que liderança institucional não se constrói apenas com cargos, mas com presença, com escuta e com coerência. Estive próximo dos Conselhos Regionais, das equipes técnicas e dos profissionais da ponta, o que me deu uma visão realista dos desafios enfrentados pela classe contábil em todo o país. Essa vivência fortaleceu meu senso de pertencimento e consolidou a convicção de que decisões sólidas nascem do diálogo e do respeito à diversidade regional e profissional. Esse é o meu compromisso com a Contabilidade brasileira e o Brasil.

RBC – Qual a importância das Jovens Lideranças Contábeis no cenário atual?

J.B. – Antes de me ater, exclusivamente, ao cenário da Contabilidade, é importante fazer uma reflexão mais ampla sobre o tempo que estamos vivendo. Vivemos uma era em que a sociedade clama por líderes em to-

das as dimensões da vida: líderes de suas famílias, líderes de seus negócios, líderes de suas comunidades e líderes de mercado. Liderar hoje não é apenas ocupar posições formais, mas assumir responsabilidades, tomar decisões conscientes e ser referência ética em um mundo marcado por transformações rápidas e, muitas vezes, por incertezas. Nesse contexto, a formação de lideranças deixa de ser uma responsabilidade individual e passa a ser um compromisso coletivo. Todos nós – instituições, profissionais experientes e entidades de classe – temos o dever de criar ambientes que estimulem valores, pensamento crítico, senso de propósito e capacidade de servir. A ausência de lideranças preparadas gera fragilidade social, econômica e institucional. Por isso, investir em jovens líderes é, antes de tudo, investir na estabilidade e na sustentabilidade do futuro. Quando trago essa reflexão para a Contabilidade, essa profissão, que tem mais de 540 mil profissionais e que cerca de 37% dela está compreendida em uma faixa etária de até 35 anos de idade, fica mais emergente ainda desenvolver o ambiente para que as Jovens Lideranças Contábeis assumam um papel estratégico na profissão. Contudo, é preciso que haja formação específica para tal, com estímulo constante

da capacidade de se reinventar sem perder seus valores essenciais. Cabe ao Sistema CFC/CRCs acolher, formar e preparar esses profissionais para que se tornem não apenas bons técnicos, mas líderes completos: conscientes do seu papel social, preparados para os desafios do mercado e comprometidos com a ética, a governança e o desenvolvimento do país. As Jovens Lideranças Contábeis têm um papel estratégico na continuidade e na renovação da profissão. Ao longo da minha trajetória, acompanhei diferentes gerações ingressarem no Sistema e pude perceber como cada ciclo histórico exige novas competências, novas linguagens e novas formas de engajamento. Hoje, esses jovens trazem uma relação natural com a tecnologia, com a inovação e com os temas contemporâneos que desafiam a Contabilidade. Portanto, valorizar as Jovens Lideranças não é apenas uma ação de incentivo, mas uma estratégia institucional de longo prazo; significa criar espaços reais de formação, participação e protagonismo, permitindo que esses profissionais se sintam parte do Sistema desde cedo. A profissão contábil só se fortalece quando constrói pontes entre gerações e prepara, com responsabilidade, aqueles que irão conduzi-la no futuro.

RBC – Quais serão os pilares da sua gestão?

J.B. – É importante frisar que, desde o ano de 2025, nós iniciamos a construção do novo planejamento estratégico para o Sistema CFC/CRCs, com o intuito de redirecionar a profissão para os novos rumos de sua atualidade – dessa vez, escutando, além do ambiente interno, a sociedade. E nós acreditamos que a construção desse planejamento estratégico ainda se decorrerá durante todo o primeiro ano de nossa gestão. Estou colocando isso, para dizer que o direcionamento da ges-



Foto: Acervo pessoal

tão estará pautado na escuta ativa dos *stakeholders*, tendo como alvos o fortalecimento profissional, o reposicionamento da profissão e o reconhecimento global da Ciência Contábil brasileira. Por consequência, a sociedade e o mercado serão os principais beneficiados. A governança será a base de todas as decisões, garantindo ética, transparência e previsibilidade institucional. A inovação e a tecnologia serão tratadas como meios de transformação, capazes de modernizar processos e ampliar o alcance da atuação contábil. A valorização profissional será um compromisso permanente, fortalecendo a atratividade da profissão e o reconhecimento do contador pela sociedade. Esses pilares se sustentam, ainda, em uma gestão humanizada, que reconhece o valor das pessoas e do diálogo institucional. Ao longo da minha trajetória, aprendi que resultados consistentes

só são possíveis quando há engajamento, confiança e propósito compartilhado. Nosso planejamento estratégico está sendo concebido para transformar esses pilares em ações concretas, com metas claras e impacto institucional duradouro.

RBC – Qual a sua percepção, no cenário atual, do impacto tecnológico na Contabilidade?

J.B. – A tecnologia tem sido uma das maiores forças de transformação da Contabilidade nas últimas décadas. Vivi, ao longo da minha carreira, a transição de processos manuais para ambientes digitais cada vez mais complexos, e pude observar como essa evolução alterou profundamente o perfil do profissional da contabilidade. Hoje, a tecnologia amplia as capacidades do profissional da área, tornando-o analista de dados, intérprete de previsibilidades e orientador estratégico.

“Cabe ao Sistema CFC/CRCs acolher, formar e preparar esses profissionais para que se tornem não apenas bons técnicos, mas líderes completos: conscientes do seu papel social, preparados para os desafios do mercado e comprometidos com a ética, a governança e o desenvolvimento do país. As Jovens Lideranças Contábeis têm um papel estratégico na continuidade e na renovação da profissão.”

O grande desafio institucional é conduzir essa transformação de forma responsável e inclusiva, sobretudo diante da necessidade de interoperabilidade de sistemas que envolvem a complexidade de dados e a integração nos diversos setores do Governo e da economia, em meio a todas as questões cibernéticas e de soberania de dados. Cabe ao CFC orientar, capacitar e criar diretrizes que assegurem com que a inovação tecnológica fortaleça a profissão, reduza riscos e amplie oportunidades. A Contabilidade do futuro será cada vez mais analítica, estratégica e conectada às decisões de alto impacto, e o papel do contador será ainda mais relevante.

RBC – Como a governança tem sido aliada da classe contábil?

J.B. – A governança sempre esteve no centro da atuação contábil, ainda que, por muito tempo, não fosse nomeada dessa forma. Ao longo da minha trajetória profissional, eu sempre defendi a Contabilidade como espinha dorsal da governança, por todas as características próprias da profissão que nos coloca como a ciência da transparência, da conformidade, do desenvolvimento, da organização e do controle. O profissional da contabilidade, ao longo do tempo, foi se

consolidando como agente essencial da transparência, do controle e da boa gestão, tanto no setor público quanto no privado e, a governança fortaleceu essa posição, ampliando o reconhecimento da Contabilidade como instrumento de confiança.

Hoje, a governança reposiciona o contador nos ambientes decisórios. Onde há preocupação com integridade, sustentabilidade e responsabilidade, há a necessidade de informação contábil qualificada. Isso amplia o campo de atuação da profissão e reforça seu papel estratégico na construção de organizações mais eficientes, equilibradas e comprometidas com o interesse público. Uma de nossas metas é trazer para a política de educação continuada a formação de profissionais para ocuparem com mais força conselhos de administração, conselhos fiscais, conselhos familiares e de empresas em geral, além dos comitês de auditoria, com o intuito de fortalecer a governanças das empresas.

RBC – Quais oportunidades o profissional da contabilidade pode aproveitar nos próximos anos?

J.B. – O cenário que se apresenta para os próximos anos é, ao mesmo tempo, desafiador e profundamen-

te transformador, com um campo de possibilidades e oportunidades. A Reforma Tributária, a consolidação da agenda da sustentabilidade e o fortalecimento das práticas de governança exigem uma mudança de postura do profissional da contabilidade. É preciso deixarmos de ser suficiente apenas no domínio das normas e no cumprimento de obrigações; o mercado passa a demandar maior protagonismo nosso. Exigirá de nós que nos sentemos às mesas de decisões e nos comportemos como profissionais capazes de interpretar impactos, antecipar cenários e orientar decisões estratégicas em ambientes cada vez mais complexos. Nesse novo contexto, o contador assume papel central em diferentes setores da economia. No mercado financeiro, torna-se peça-chave na análise de riscos, *valuation* e estruturação de operações. No agronegócio, contribui para a gestão eficiente, a sustentabilidade da produção e o acesso a crédito e investimentos. Em projetos de infraestrutura, concessões e parcerias público-privadas, a Contabilidade é essencial para a modelagem contábil, econômico-financeira, governança, transparência e segurança jurídica. Esses ambientes exigem profissionais com visão multidisciplinar,

domínio técnico e capacidade de diálogo com diferentes atores do mercado. No setor público, ganham destaque com as normas de contabilidade pública revisadas. Adotadas nos padrões IPSAS [*International Public Sector Accounting Standards*], somado ao potencial da tecnologia, os resultados serão mais eficientes quanto à transparência e à essência dos dados que devem ocupar cada vez mais o campo do controle social. De forma muito concreta, a contabilidade eleitoral ganha destaque com a Norma de Contabilidade Eleitoral, especialmente no contexto das eleições de 2026, em que a transparência e a integridade dos processos serão ainda mais exigidas pela sociedade. Há também oportunidades crescentes na atuação em conselhos de empresas e de organizações, na auditoria, na perícia contábil e nos mecanismos de assecuração da informação, áreas diretamente impactadas pelo aumento das exigências regulatórias e de governança. Paralelamente, esse movimento impõe um avanço necessário na educação contábil, tanto na formação acadêmica quanto na capacitação continuada, para preparar profissionais com sólida base técnica, visão sistêmica e capacidade de liderança. A grande oportunidade está no reposicionamento da profissão. O contador que investir em conhecimento, compreender o negócio como um todo e se alinhar às transformações do mercado estará preparado para ocupar espaços estratégicos e exercer um papel de liderança no desenvolvimento econômico e institucional do país.

RBC – Como o senhor avalia a inserção da Contabilidade na Agenda de Sustentabilidade?

J.B. – Do ponto de vista técnico e de mercado, a Agenda da Sustentabilidade tem provocado uma reorganização relevante na forma como a economia opera e como as empresas se posicionam. O Brasil saiu na



Foto: Acervo pessoal

vanguarda da adoção das normas de sustentabilidade alinhadas aos padrões internacionais e, com isso, foram introduzidos novos critérios de mensuração, evidenciação e comparabilidade, ampliando o escopo da informação contábil para além dos resultados financeiros tradicionais. O mercado passou a demandar dados confiáveis sobre riscos climáticos, impactos sociais, governança e sustentabilidade operacional, e a Contabilidade se consolidou como a principal linguagem capaz de estruturar essas informações com rigor técnico. Esse movimento tem reflexos diretos no comportamento dos agentes econômicos. Investidores, instituições financeiras e organismos reguladores passaram a incorporar informações de sustentabilidade nos processos de análise de risco, precificação de ativos, concessão de crédito e definição de estratégias de investimento. A política de sustentabilidade, portanto, deixa de ser apenas um conjunto de boas práticas e passa a influenciar decisões econômicas concretas, alteran-

do fluxos de capital, modelos de negócios e padrões de governança corporativa. Nesse contexto, o contador ocupa posição central na produção de informações que sustentam essas decisões. Por outro lado, a inserção da Contabilidade na Agenda de Sustentabilidade também promove maior disciplina econômica e institucional. Ao exigir métricas claras, consistentes e auditáveis, as normas induzem empresas a revisarem processos, controles internos e estratégias de longo prazo. Isso gera ganhos de eficiência, redução de assimetrias de informação e fortalecimento da confiança do mercado. Trata-se de uma mudança estrutural, que reposiciona a Contabilidade como elemento-chave na consolidação de uma economia mais transparente, previsível e orientada à sustentabilidade.

RBC – Como o senhor avalia o papel do profissional da contabilidade diante da Reforma Tributária e das mudanças estruturais no sistema tributário brasileiro?

“Vejo a Contabilidade como uma verdadeira aliança estratégica para o desenvolvimento do nosso país. E é nesse afã que os contadores e contadoras do Brasil podem me cobrar: iremos trabalhar diuturnamente para elevar ainda mais o patamar institucional, político, econômico e social da nossa profissão.”

J.B. – Eu diria que, há tempos, a nossa profissão espera por este momento, e digo o porquê: não obstante haja o grande desafio da interoperabilidade sistêmica, que é o enfrentamento do período de transição, a Reforma Tributária representa uma das transformações mais profundas do sistema econômico brasileiro nas últimas décadas. Ela não se limita apenas à simplificação de tributos ou à reorganização de competências federativas; trata-se de uma mudança estrutural na lógica de tributação, com impactos diretos na forma como empresas, governos e cidadãos se relacionam com o Estado. Nesse contexto, o profissional da contabilidade assume um papel absolutamente estratégico, como agente de transição, interpretação e segurança técnica desse novo modelo. O contador passa a ser fundamental na leitura integrada dos efeitos da reforma sobre preços, cadeias produtivas, investimentos, planejamento empresarial e arrecadação pública. Será ele quem traduzirá a nova legislação em decisões práticas, orientando empresas e entes públicos na adaptação de processos, sistemas, contratos e modelos de negócio. Mais do que cumprir obrigações, o profissional da contabilidade será chamado a antecipar cenários, mitigar riscos e apoiar escolhas estratégicas em um ambiente tri-

butário em reconstrução. Esse novo cenário eleva o patamar da profissão. Para tanto, a reforma tributária exige contadores preparados, com visão sistêmica, domínio técnico e capacidade de diálogo com gestores, empresários e formuladores de políticas públicas. É uma oportunidade histórica de reposicionamento da Contabilidade como elemento central da organização econômica do país. O Sistema CFC/CRCs tem papel essencial nesse processo, ao orientar, capacitar e dar suporte aos profissionais, para que a transição tributária ocorra com segurança, transparência e confiança para toda a sociedade.

RBC – Que mensagem o senhor pode deixar para os profissionais da contabilidade?

J.B. – Este ano, a Contabilidade brasileira comemora 80 anos de regulamentação da profissão e, com isso, um de seus melhores momentos no cenário a que está inserida. Eu aprendi, ao longo da minha trajetória, que toda transformação verdadeira exige ajuste, aprendizado e, muitas vezes, desconforto. Esse é o caminho natural para o fortalecimento institucional e profissional. Portanto, o momento é de grandes transformações! O momento é de reposicionamento da profissão e minha mensagem aos profissionais é de esperan-

ça e propósito. Nós temos um chamado, e a contabilidade está sendo chamada a ocupar um lugar ainda mais estratégico na organização da economia, na governança das instituições e na construção de um ambiente de negócios mais equilibrado e responsável. Ética, conhecimento técnico e compromisso com o interesse público permanecem como fundamentos inegociáveis, mas agora somados à capacidade de liderar, dialogar e orientar decisões em contextos cada vez mais complexos. Vejo a Contabilidade como uma verdadeira aliança estratégica para o desenvolvimento do nosso país. E é nesse afã que os contadores e contadoras do Brasil podem me cobrar: iremos trabalhar diuturnamente para elevar ainda mais o patamar institucional, político, econômico e social da nossa profissão. Eu acredito que, quando a profissão é valorizada e exercida com excelência, ela contribui diretamente para a eficiência do Estado, para a solidez das empresas e para a confiança da sociedade. O Conselho Federal de Contabilidade seguirá trabalhando para criar um ambiente institucional forte, moderno e humano, capaz de apoiar os profissionais nesse novo ciclo. O futuro da Contabilidade será construído com propósito, preparo e consciência do seu papel transformador no desenvolvimento do Brasil.

Gerenciamento de resultados no futebol brasileiro:
um estudo exploratório

-
-
-



REPORTAGEM

Prêmio Olivio Koliver destaca protagonismo feminino e inovação na pesquisa contábil aplicada ao futebol

Por Fabrizio Lourenço

Das Minas Gerais vieram as vencedoras da 11ª edição do Prêmio Olivio Koliver, entregue na manhã desta quinta-feira (5), durante a Reunião Plenária do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em Brasília/DF. A premiação reconhece o melhor artigo publicado na Revista Brasileira de Contabilidade (RBC) ao longo do ano, entre os 36 trabalhos científicos divulgados anualmente.

O troféu Olivio Koliver foi concedido ao artigo “Gerenciamento de resultados no futebol brasileiro: um estudo exploratório”, publicado na RBC nº 265 (jan/fev de 2024), de autoria das pesquisadoras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Larissa Corrêa Lima Lopes, Renata Turola Takamatsu, Juliana Vieira Pereira Perazzolli e Kelly Jaciara Fernandes da Silva Nunes. Representando o grupo, estiveram presentes na cerimônia Renata Takamatsu e Kelly Nunes.

O trabalho chama a atenção não apenas pelo rigor metodológico, mas também pelo simbolis-

mo: quatro mulheres analisando a contabilidade do futebol, um campo historicamente associado ao universo masculino. No Plenário do CFC, a premiação reforçou a presença feminina na produção científica contábil e o avanço das mulheres como protagonistas na pesquisa, na academia e nos espaços de decisão da profissão.

Ao parabenizar as autoras, o presidente do CFC, Joaquim Bezerra, destacou a relevância do tema. Segundo ele, o futebol, por ser uma paixão nacional e movimentar cifras expressivas, está profundamente conectado ao cotidiano

do povo brasileiro. “Tratar esse universo sob a ótica da contabilidade qualifica o debate, amplia a transparência e aproxima a Ciência Contábil da sociedade”, afirmou, ao ressaltar a importância de pesquisas que dialogam com a realidade econômica do país.

Apesar da popularidade do futebol e do impacto financeiro dos clubes na economia, as autoras observaram que o tema do gerenciamento de resultados ainda possui baixa visibilidade acadêmica no Brasil, sobretudo quando comparado aos estudos voltados a empresas listadas em bolsa.

Foto: Acervo CFC



Da esq. para a dir.: Sandra Campos, vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina do CFC; professora doutora Jacqueline Veneroso, coordenadora do Conselho Editorial da RBC; Kelly Nunes e Renata Takamatsu, autoras do artigo premiado; e Joaquim de Alencar Bezerra Filho, presidente do CFC.

“A maior parte das pesquisas sobre gerenciamento de resultados se concentra em companhias abertas. Os clubes de futebol, embora movimentem grandes volumes de recursos e despertem enorme interesse social, ainda são pouco estudados. Ao trazer essa discussão para o futebol profissional, ampliamos o campo de aplicação da contabilidade financeira e gerencial”, explica Kelly Nunes, mestre em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial pela Unimontes e doutoranda em Controladoria e Contabilidade pela UFMG.

Para a análise exploratória, as pesquisadoras examinaram 125 demonstrações financeiras de 25 clubes brasileiros das Séries A e B, no período de 2015 a 2019 –

todos com histórico de participação na Copa Libertadores da América. O estudo utilizou o Índice de Suavização de Resultados de Eckel, métrica consagrada para identificar práticas de *income smoothing*.

Os resultados indicaram que, quando ocorre gerenciamento, ele não se dá por meio da suavização de resultados, contrariando a premissa inicial do trabalho. Além disso, a participação em competições internacionais não se mostrou um fator determinante para esse tipo de prática.

“Não encontramos evidências de gerenciamento por suavização. Os dados, por outro lado, revelam a forte instabilidade financeira de muitos clubes, com grande oscilação de resultados e recorrência de patrimônio líquido negativo”, explica Renata Takamatsu, mestre e doutora em Controladoria e Contabilidade pela USP e professora adjunta

do Departamento de Ciências Contábeis e do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Controladoria e Contabilidade (CEPCON) da UFMG.

Reconhecimento e impacto social

Para Renata Takamatsu, o Prêmio Olivio Koliver representa o reconhecimento de um Conselho que valoriza a pesquisa e fomenta a aproximação entre academia e prática profissional. “A análise das demonstrações financeiras é uma área nobre da Contabilidade. Entender a situação financeira dos clubes é fundamental para qualificar o debate público, sobretudo em um setor marcado por dificuldades financeiras recorrentes. Nosso trabalho toca em um ponto central: a qualidade e a transparência da informação contábil”, destacou.



“A análise das demonstrações financeiras é uma área nobre da Contabilidade. Entender a situação financeira dos clubes é fundamental para qualificar o debate público, sobretudo em um setor marcado por dificuldades financeiras recorrentes. Nosso trabalho toca em um ponto central: a qualidade e a transparência da informação contábil.”

Foto: Acervo CFC



As autoras do artigo premiado, Kelly Nunes e Renata Takamatsu.

Kelly Nunes reforçou o simbolismo da conquista. “Esse prêmio é um reconhecimento importante para quem está na academia. Mostra que estamos no caminho certo e nos incentiva a continuar pesquisando e

inovando. É simbólico ver quatro mulheres pesquisando contabilidade no futebol, um ambiente historicamente masculino. É também um convite para que mais mulheres ocupem esse espaço”, afirmou.

CrITÉRIOS de avaliação

O membro do Conselho Editorial da RBC e também da Banca Examinadora do Prêmio, professor doutor Ernani Ott, explicou que o processo de seleção do prêmio envolve duas bancas avaliadoras, sob critérios como impacto, relevância, rigor metodológico e contribuição prática.

“O que mais pesa na avaliação é o impacto do artigo — o quanto ele faz diferença para quem lê e o quanto contribui para a Ciência Contábil e para a sociedade. Esse trabalho se destaca porque sai da teoria e dialoga diretamente com a prática, com potencial de aplicação no dia a dia de empresas, investidores e gestores”, ressaltou.

Instituído em 2013 pelo CFC, o Prêmio Olívio Kolliver é concedido anualmente ao melhor artigo publicado na RBC. A escolha envolve uma pré-seleção do Conselho Editorial da revista e avaliação por banca examinadora designada por portaria.





DA UNIVERSIDADE À SOCIEDADE

Incerteza econômica e fusões & aquisições: o que a competitividade ensina sobre decisões em tempos de volatilidade

Tese defendida em 2024 no Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

A incerteza da política econômica (EPU – Economic Policy Uncertainty) reflete a falta de clareza ou definição nas políticas fiscais, monetárias e regulatórias de um país. Esse indicador, amplamente utilizado em pesquisas internacionais, mede o quanto as empresas e os investidores enfrentam dúvidas sobre o rumo das decisões governamentais.

Estudos anteriores já haviam mostrado que a EPU reduz o ritmo das fusões e aquisições, por aumentar o risco e comprometer previsões de sinergia e fluxos de caixa. No entanto, essas pesquisas não diferenciavam setores concentrados (com poucos concorrentes) de setores competitivos (com muitos *players*).

A minha investigação partiu justamente dessa lacuna: será que o impacto da incerteza é igual para todos os setores? Ou será que, em ambientes de intensa competição, as empresas reagem de forma diferente, usando a incerteza como estímulo e não como freio?

Autor:

Ronaldo dos Santos Alves Rodrigues

Possui experiência em Fusões Aquisições, com atuação em transações buy-side e sell-side, tendo participado de operações de M&A na Zaxo M&A Partners (2019-2025), com +20 projetos nos setores de tecnologia, logística, varejo e saúde. Atua também como professor no Programa de Mestrado Profissional de Administração da Universidade do Contestado (PMPA-UnC). Formado em Contabilidade (UnC), mestre e doutor em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e extensão acadêmica pela State University of New York.

Orientador:

Claudio Marcelo Edwards Barros

Doutor em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), campus FES (Faculdade de Estudos Sociais) Manaus/Amazonas. Pós-graduado (lato sensu) em Auditoria (Ufam), Gestão Empresarial (Fundação Getúlio Vargas) e Contabilidade e Finanças (UFPR). Professor da Universidade Federal do Paraná desde 2016. Atualmente é professor permanente credenciado no Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão de Organizações, Liderança e Decisão (PPGOLD). Atua como editor adjunto da revista Revisa Evidência Contábil Finanças (Revista RecFin) desde novembro de 2023.

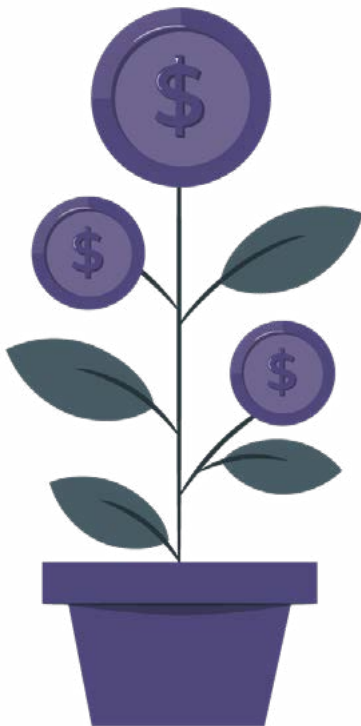
Metodologia

A pesquisa analisou 21.826 transações de fusões e aquisições em 18 países com maior capitalização de mercado entre 1990 e 2023 e utilizou modelagem hierárquica linear com medidas repetidas (HLM3) para controlar as diferenças entre países, anos e setores. Essa abordagem permitiu avaliar como a incerteza política influencia o *Enterprise Value* (EV) em contextos de competição distintos. Além disso, a tese incorporou a lente teórica das Opções de Crescimento, conceito que explica como as empresas enxergam valor em oportunidades futuras mesmo sob risco elevado.

Principais resultados: quando a incerteza se torna oportunidade

Os resultados empíricos foram:

- 1) **Setores competitivos concentram 77% das transações globais de M&A.** Ou seja, a maior parte das fusões e aquisições



ocorre justamente onde há mais concorrência.

- 2) **A incerteza política reduz o *Enterprise Value* médio das aquisições em 6,7% ao ano** (6,3% entre setores competitivos).
- 3) **As opções de crescimento elevam o valor das empresas adquiridas em até 17,7%** em setores competitivos, mostrando que o potencial de expansão e inovação pesa fortemente na precificação.
- 4) **Quando a incerteza e as opções de crescimento interagem**, o efeito negativo cai de forma mais significativa: o impacto da incerteza reduz-se para menos de 1%.

Na prática, isso significa que empresas com alto potencial de crescimento e inovação conseguem “blindar” parte do efeito da incerteza sobre seu valor de mercado. Esses achados indicam uma alternativa para a visão tradicional de que a incerteza sempre leva à paralisação dos investimentos. Em mercados competitivos, as empresas não podem se dar ao luxo de “esperar para ver”, pois precisam agir rapidamente para não perder espaço. Assim, a incerteza passa a funcionar como um gatilho estratégico, acelerando decisões de aquisição para capturar ativos, tecnologias ou mercados antes dos concorrentes.

Exemplos práticos e relevância para a tomada de decisão

A tese mostra que a incerteza não é apenas um risco, mas também um elemento de realocação estratégica. Casos ajudam a ilustrar esse movimento:



- A **Tesla**, ao adquirir a **Maxwell Technologies** em 2019, reagiu a um cenário de incerteza tecnológica para assegurar domínio sobre tecnologias de armazenamento de energia.
- No setor farmacêutico, a **Allergan** comprou a **Actavis** em 2015 para mitigar riscos regulatórios e diversificar seu portfólio internacional.

Em ambos os casos, a incerteza levou à ação e não à inércia. Isso também se observa no mercado brasileiro, em que crises econômicas costumam estimular movimentos de consolidação e aquisições estratégicas de empresas subavaliadas.

Para executivos e gestores financeiros, os resultados oferecem lições:

- **Em mercados competitivos**, a agilidade e o senso de oportunidade tornam-se fatores críticos.
- **A precificação de ativos deve incorporar o valor das opções de crescimento**, e não apenas os fluxos de caixa projetados.
- **Gestores de fundos de *Private Equity*** podem usar a análise de concentração setorial e EPU como insumos para definir o *timing* das suas teses de investimento.
- **Empresas vendedoras (*sell-side*)** devem monitorar ciclos de incerteza, que podem representar momentos ideais para atrair compradores interessados em consolidação.

“Em um mundo em que as variáveis econômicas são cada vez menos previsíveis, a tese evidencia que a vantagem competitiva está não em evitar a incerteza, mas em saber agir dentro dela.”

Reconhecimento e imprensa

O estudo ganhou visibilidade após ser destacado em alguns veículos de economia e negócios. O portal *Veja* noticiou o trabalho, destacando o impacto das opções de crescimento em setores de alta competitividade. Já o *Money Report* apontou que “a incerteza pode derrubar em até 7% o valor de qualquer M&A”, o que reforça a relevância prática dos resultados para o mercado.

Outras publicações, como *Economic News Brasil*, *Brazil Economy* e *Migalhas*, também repercutiram as conclusões da tese, ressaltando o seu papel para entender como a volatilidade política afeta o valor das empresas e a dinâmica dos investimentos corporativos.

Contribuições acadêmicas e aplicadas

Do ponto de vista científico, a tese contribui ao combinar três dimensões analisadas de forma conjunta:

- 1) Quantidade de transações.
- 2) Valor total movimentado.
- 3) *Ticket* médio das aquisições.

Essa abordagem integrada permitiu compreender não apenas o volume de M&A, mas também a in-

tensidade e o perfil das transações, elementos essenciais para avaliar o apetite de risco dos investidores em tempos de incerteza. Além disso, o trabalho introduz uma classificação setorial detalhada com base no grau de concentração, permitindo avaliar se os efeitos da incerteza são homogêneos ou diferenciados. Os resultados sugerem que a competição modera o impacto negativo da incerteza, tornando-a, em alguns casos, um propulsor de crescimento.

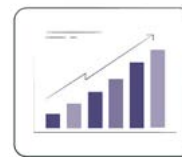
Conclusão: um novo olhar sobre risco e estratégia

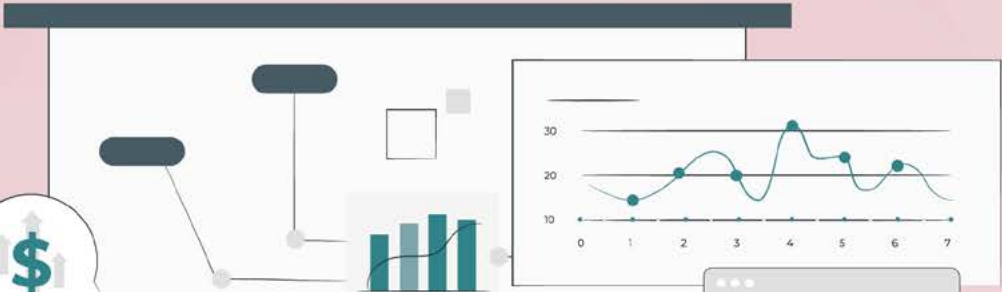
A principal mensagem do estudo é clara: **a incerteza não paralisa todas as empresas da mesma forma.** Em ambientes competitivos, ela pode servir como um catalisador de ação estratégica, onde a rapidez e a capacidade de leitura do mercado são determinantes para o sucesso.

Para gestores, investidores e formuladores de políticas públicas, compreender essa dinâmica é essencial. Em vez de enxergar a incerteza como um inimigo, o desafio é tratá-la como um sinal de re-

posicionamento, uma oportunidade para construir valor de longo prazo em meio ao caos de curto prazo.

Em um mundo em que as variáveis econômicas são cada vez menos previsíveis, a tese evidencia que a vantagem competitiva está não em evitar a incerteza, mas em saber agir dentro dela.





A digital spreadsheet grid with a header row and several rows of data cells, some of which are highlighted in teal.



CPC 51
(IFRS 18)



NA TEORIA E NA PRÁTICA

A nova demonstração do resultado do CPC 51 (IFRS 18) – aspectos práticos

1 Introdução

Que bom! Em meio aos nossos textos acadêmicos, econométricos, rigorosos na metodologia, mil citações, receber o convite para escrever algo sem essa preocupação, mas com o objetivo de mostrar algo prático para profissionais, docentes e alunos, é algo especialmente motivador, principalmente para quem já fez tanto isso no passado.

E o assunto escolhido foi a nova Demonstração do Resultado (DR) trazida pelo Pronunciamento Técnico CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, reproduzindo o IFRS 18 do *International Accounting Standards Board* (Iasb). Não vamos discutir aqui todos os pontos dessa nova DR, muito menos do CPC 51 como um todo (ele possui outros aspectos relevantes), mas falar sobre os que talvez mais chamem a atenção quando se estuda esse documento.

Vamos, então, falar do novo formato de apresentação da Demonstração do Resultado, das classificações obrigatórias e das optativas, das opções por conta de situações especiais e também dos chamados “conflitos” entre esse Pronunciamento e a Lei das S/A. E procurar mostrar exemplos dessas diferentes situações, a fim de atingir esse intuito de algo efetiva e exclusivamente prático.

Mas chamamos a atenção: aqui trataremos dos assuntos principais, e não de todos. Há tratamentos às vezes muito específicos, principalmente pela fantástica diversidade de tipos de negócios e de empresas, que seria impossível (e eu também não saberia todos) atender a tantos possíveis requisitos existentes. Por isso, tome este material como um introito, e não como algo completo, por favor.

Eliseu Martins¹

Professor doutor Eliseu Martins é professor emérito e professor sênior das FEAs da USP de São Paulo e Ribeirão Preto. É ex-diretor da CVM (duas gestões) e ex-diretor do Banco Central (Bacen). Autor e coautor de livros e artigos, é parecerista na área contábil.

E-mail: emartins@usp.br

¹ Com os agradecimentos aos professores Patrick Matos e Arioaldo dos Santos pelas contribuições.

E mais um alerta: o CPC 51 não trata só da tão falada **Demonstração do Resultado**. Ele cuida também de pontos a serem utilizados na apresentação do **Balanco**, da **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**, da **Demonstração dos Fluxos de Caixa**, das **Notas Explicativas** (e que texto importante!), das formas de **Agregação e Desagregação de Saldos** para essas demonstrações e notas e algumas coisas mais. Por exemplo: o Fluxo de Caixa das Operações, pelo método indireto, terá que começar a partir do **Lucro Operacional**, não mais pelo **lucro líquido** (ou antes dos tributos sobre o lucro)! Só para ver que item importante também está sendo tratado.

Embora não sejam aqui discutidos, chamamos a atenção para esses assuntos, porque, aparentemente, há uma ideia de que somente a Demonstração do Resultado será modificada, e isso não é verdade. Outra coisa: o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis será totalmente revogado. Será substituído pelo CPC 51, e alguns ajustes significativos também serão efetuados no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (que, inclusive, muda de nome e passa a se chamar “Base de Preparação de Demonstrações Contábeis”). Existirão outras dezenas e dezenas de alterações em muitos documentos, devido às citações cruzadas entre eles e ajustes nesses outros documentos por conta de exigências do CPC 51.

E há outra enorme novidade: as **Medidas de Desempenho** definidas pela administração, ou seja, que a administração usa para se comunicar com o mercado ou, de alguma forma, evidenciar aos seus usuários externos, mas não são definidas pelas normas contábeis. A mais clássica delas é o EBITDA. Agora, essas medidas, se divulgadas pelas empresas, terão que ser tratadas como assuntos contábeis e ser apresentadas ou nas próprias demonstrações proprie-

mente ditas ou em Nota Explicativa própria!! Só aqui teríamos muito a conversar..., mas não há espaço aqui a não ser para algumas menções.

O CPC 51 entrará em **vigência** no exercício social que se iniciará em 1º de janeiro de 2027. Mas as demonstrações comparativas (2026, basicamente) terão que ser reelaboradas para total comparabilidade. Logo, as companhias abertas, por exemplo, já precisarão se organizar, porque, no primeiro ITR de 2027, tudo isso estará vigente, e será exigida a comparação com o primeiro ITR de 2026 (a não ser que a CVM determine algo diferente – preste atenção).

Para essa reelaboração, pode haver necessidade de **conciliações** de saldos entre o que terá sido demonstrado em 2026 e a reapresentação do que for dado como de 2026 para comparação com 2027.

E há mais um aspecto: em 2026, com o início da Reforma Tributária e os novos tributos CBS e IBS, também deveremos ter outras novidades contábeis, as quais não serão abrangidas aqui. Logo, guarde um pouco de sua energia para esse assunto também...

Outro ponto: o que era uma opção pura e simples de cada empresa de apresentar a DR com as contas de **despesas por função ou por natureza** deixou de existir. Agora há que haver uma **decisão** da empresa

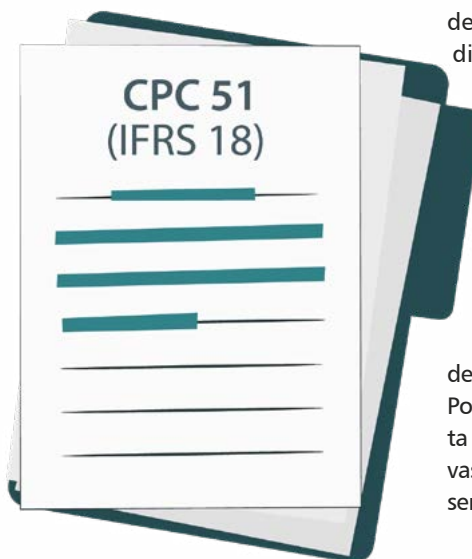
na constatação do modelo conforme o que melhor apresentar informações úteis para os usuários. Não estamos acostumados no Brasil com a demonstração das contas por natureza, já que a Lei das S/A sempre exigiu por função. Mas cuidaremos um pouco disso.

Finalmente, o CPC 51 se aplica a quem utiliza as IFRS plenas, mas (ainda) não às empresas de Médio e Pequeno Porte e nem às Microentidades. No caso destas últimas duas, a regulamentação compete apenas ao Conselho Federal de Contabilidade (CFC) – só quando existirem novas determinações desse órgão. Na PME, só quando o Isab eventualmente introduzir modificações. Portanto, aqui só tratamos de quem aplica obrigatória ou voluntariamente os CPCs plenos.

2 Dos “Conflitos” com a Lei das S/A

Até 2026 estamos seguindo basicamente o modelo da Lei nº 6.404, de 1976, das S/A (art. 187), e agora parecemos todos muito preocupados com o novo formato que “conflita” diretamente com o que essa lei contém. Todavia, não há com que se preocupar, afinal, parece que já estamos em “conflito” com esse artigo há muito tempo. Por exemplo, logo de cara, a lei (inciso I do art. 187) diz que deve começar a demonstração com *“a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos”*.

Só que, há muitos anos, para quem segue as normas internacionais (e algumas outras nacionais), a receita bruta não é mais apresentada. Começamos a demonstração com a receita líquida! Pode-se argumentar: “Mas a receita bruta aparece nas notas explicativas”. Pode ser “conflito” menor, mas seria conflito, se verdade.



Outro “conflito”: a maioria das empresas apresenta, depois do lucro operacional, as receitas e despesas financeiras. Mas o inciso II desse mesmo art. 187 diz que as despesas financeiras são operacionais. Aliás, o atual CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis já determina, e isso faz bastante tempo, que essas receitas e despesas financeiras venham depois do saldo das receitas e despesas operacionais.

Aliás, se há “conflitos” entre as normas contábeis e a Lei das S/A, são maiores fora da DR do que dentro dela. Por exemplo, na lei existe a possibilidade de avaliar ativos biológicos, que não produtos agrícolas, ao valor justo? Não. Existe a figura da propriedade para investimento e, mais, avaliável opcionalmente ao valor justo? Não. Isso contraria frontalmente a lei. Outro exemplo: pela lei, os ajustes de avaliação patrimonial obrigatoriamente têm que ser reciclados para o resultado (art. 182, § 3º), mas há várias situações em que isso é vedado pelos CPCs. Existe “ganho por compra vantajosa” na lei? Etc., etc. Ou seja, há já hoje, antes da entrada em vigência da IFRS 18, um punhado bem grande dos denominados “conflitos”.

Na verdade, e na opinião de grandes advogados, não há conflito algum. Consulte-se “**Desnecessidade de alteração da LSA para adoção**

do pronunciamento correspondente ao IFRS 18”, de Paulo Cezar Aragão (que já foi Superintendente Jurídico da CVM), *in* Consultor Jurídico (ConJur), 28 de julho de 2025.

Segundo essa matéria, e pensamento dele, pelo que me consta também da vasta maioria dos societaristas, a Lei das S/A, em seu art. 177, § 5º, determina: “As normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários a que se refere o § 3º deste artigo deverão ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários” (s.a.). Ora, o comando **obriga a CVM a seguir as IFRS**. E ela tem que fazer isso, mesmo que contrariando outras disposições da lei, por ser norma específica.

E o CFC, também segundo Paulo Aragão, recebeu em 2010, por meio da Lei nº 12.249, o poder para a emissão das Normas Brasileiras de Contabilidade, lei essa posterior à própria Lei das S/A. Há, então, dois fatores juntos, também lei específica e posterior, que dão poder ao CFC de editar normas contábeis que modifiquem o que está na Lei das S/A. Da mesma forma que o Banco Central, por lei própria, tem poderes de emitir normas contábeis, a Susep, a ANS, etc.

Dessa forma, como o CPC 51 é aprovado pela CVM e pelo CFC,

estará esse pronunciamento prevalecendo sobre a lei e quem estiver subordinado a esses órgãos precisará segui-los. Ou seja, não há, de fato, que se falar em conflitos entre CPC 51 e a Lei nº 6.404, de 1976. O que há, e não só com o CPC 51, mas com todos os pronunciamentos aprovados pelos órgãos reguladores, são modificações à lei.

3 Da classificação das receitas e das despesas no CPC 51

Conforme sabido, agora obrigatoriamente a DR terá que vir com as receitas e despesas classificadas como **Operacionais, de Investimento, de Financiamento, Tributos Sobre o Lucro e Resultado das Operações Descontinuadas** (item 47 do CPC 51). Esses são os grupos que agregam receitas e despesas. Mas há também os totais obrigatórios, basicamente os de **Lucro ou Prejuízo Operacional, Lucro ou Prejuízo Antes de Financiamentos e Tributos Sobre o Lucro e Lucro ou Prejuízo Líquido** (item 69). E há ainda a indicação do uso de **subtotais**, normalmente de livre opção da empresa, desde que dirigidos a facilitar o entendimento da composição do resultado.

“Até 2026 estamos seguindo basicamente o modelo da Lei nº 6.404, de 1976, das S/A (art. 187), e agora parecemos todos muito preocupados com o novo formato que “conflita” diretamente com o que essa lei contém. Todavia, não há com que se preocupar, afinal, parece que já estamos em “conflito” com esse artigo há muito tempo.”

a) Receitas e Despesas Operacionais

No grupo das Operacionais, deverão constar obrigatoriamente as receitas e despesas que digam respeito ao atingimento dos objetivos da entidade, observado o modelo de negócio da entidade, com exceção da equivalência patrimonial, e mais aquelas que não se encaixem nos demais grupos. Interessante: o lucro operacional terá que incluir itens que simplesmente não se encaixam nas definições das outras categorias. Ou seja, esse grupo ficou residual também, além de genuinamente operacional. E ainda vai incluir aquelas receitas e despesas vinculadas a ajustes por conta de outras receitas e despesas operacionais.

Por exemplo, lucro na venda de imobilizado, que muitas vezes, por influência fiscal inclusive, tendemos a chamar até de não operacionais, terá que compor o resultado operacional. Aliás, existe lucro na venda de um automóvel ou isso é um ajuste das depreciações contabilizadas a mais ou a menos no passado? Logo, nesse caso o que temos são ajuste de despesas operacionais do passado. E a norma agora exige essa classificação para alterações nos valores dos

ativos de uso. E se precisar haver *impairment* de um intangível ou outro ativo operacional? Também é uma espécie de amortização casuística, especial, mas uma amortização, na realidade, de um ativo de uso, logo, vai para esse grupo também. Mas, se o *impairment* for de um ativo financeiro que produz Receitas de Investimento, o *impairment* vai para o grupo de Resultado com Investimentos. O fundamental é entender a filosofia, o espírito da norma!

Alguém poderá reclamar: mas, assim, esse operacional poderá ficar poluído conforme o interesse de análise de um usuário da demonstração! Para isso há uma saída: subclassificar as receitas e despesas operacionais em 2 ou mais grupos. A própria norma menciona isso (item 24), na verdade até exige quando para melhoria da informação. Poderá surgir, depois das receitas e despesas operacionais, por exemplo, o subtotal de resultado operacional recorrente, e depois ganhos ou perdas na baixa de ativos de uso operacional. E a soma dará o título de

Resultado Operacional. Ou seja, há instrumentos para subclassificações, de tal forma que melhor se informe o desempenho da empresa. E cada empresa deve analisar e praticar o que for considerado o melhor para o leitor das demonstrações contábeis.

Atenção: toda vez que for necessário agregar dois ou mais saldos, porque imateriais, há que se ter o cuidado de serem correlacionados e um mínimo de explicitação precisa existir; por exemplo: "outras receitas operacionais". Vamos a um primeiro exemplo de uma Demonstração do Resultado, para evidenciar melhor os grupos, os totais e os subtotais comentados. Ainda de forma parcial, aqui teremos um número exagerado de linhas para efeito de melhor visualização neste estudo. Outro ponto: ainda não discutimos despesas por natureza. Continuemos por função, por enquanto.

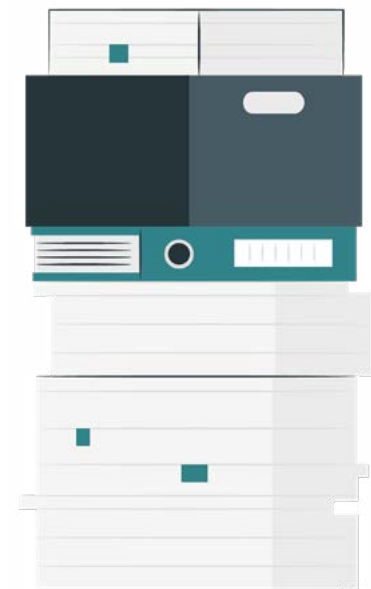
As Receitas de Vendas de Bens e Serviços têm que ser as líquidas de tributos sobre elas, como já praticamos hoje. A seguir, apresentaremos mais detalhes.

Exemplo 1 – Demonstração do Resultado por Função

Vendas de Mercadorias	R\$ 850.000
Vendas de Serviços	R\$ 350.000
<i>Receitas de Vendas</i>	R\$ 1.200.000
Custo das Mercadorias Vendidas	-R\$ 450.000
Custo dos Serviços Prestados	-R\$ 170.000
<i>Lucro Bruto</i>	R\$ 580.000
Despesas com Vendas	-R\$ 120.000
Despesas Administrativas	-R\$ 250.000
Outras Receitas e Despesas Operacionais (nota x)	R\$ 50.000
<i>Lucro Operacional Recorrente</i>	R\$ 260.000
Lucro na Venda de Imobilizados	R\$ 45.000
Impairments de Imobilizados e Intangíveis	-R\$ 30.000
Lucro Operacional	R\$ 275.000

Nota: e depois a demonstração continua com os demais elementos. Foi feita a soma das receitas de vendas de bens e serviços para se facilitar a leitura, mas essa soma não é obrigatória. Foi evidenciado o lucro bruto, um subtotal muito utilizado em análise, outro subtítulo para o lucro recorrente, também não obrigatórios, e a evidenciação dos resultados com baixas de imobilizados e intangíveis, todos itens Operacionais (no pressuposto de que essas baixas não sejam recorrentes). As Outras Receitas e Despesas Operacionais, se materiais, e não estão deixando de ser, devem ser mais bem especificadas nas notas. Só colocamos o número da nota nessa linha para chamar a atenção. Mas os números das respectivas notas explicativas são obrigatórios nas demais linhas que precisem de explicações ou detalhamentos.

Verificar que o obrigatório é a identificação e mensuração do **Lucro Operacional**, mas, para facilitar o entendimento por parte do usuário, foram criados os subgrupos *Receitas de Vendas*, *Lucro Bruto* e *Lucro Operacional Recorrente*. Essas são opções da empresa para atender a esse objetivo. **O realce do grupo Operacional tem que ser maior que o dos subgrupos.**



b) Resultados de Investimentos que são Operacionais

Outra coisa: há receitas e despesas do grupo de Investimentos que terão que ser tratadas como Operacionais caso façam parte do modelo de negócio para ganhar dinheiro e sejam materiais, relevantes. Por exemplo, a empresa vende a prazo e obtém receitas financeiras dessas vendas (cobranças de juros ou simplesmente receitas significativas decorrentes de ajustes a valor presente de recebíveis) (art. 49). Nesse caso, essas receitas financeiras passarão a ficar dentro das Operacionais, mas não só podendo, como provavelmente sendo necessário, também com o uso de subclassificação.

No caso de bancos, por exemplo, obviamente isso é obrigatório. Todas as receitas de juros, variações monetárias, variações a valor justo e outras vinculadas à sua atividade terão que ser tratadas como Operacionais. As seguradoras também terão que assim classificar as receitas e despesas vinculadas aos ativos financeiros que detêm aplicados aguardando provável utilização para sinistros futuros.

Mas, no caso das empresas industriais, comerciais, de serviços e outras, tudo dependerá de análise metódica e cuidadosa a ser feita pelo profissional de contabilidade e pela administração da empresa sobre o que é relevante dentro do objeto social efetivo da empresa.

c) Exceção

Só que há uma exceção: mesmo que a empresa seja uma *holding*, e que ela só tenha participações societárias em controladas e coligadas como ativos, toda a receita de equivalência patrimonial (e despesa também, é claro), obrigatoriamente

ficará dentro do grupo de **Investimentos**, e não como Operacionais (item 55, B38 e outros). Determinação drástica da norma. Talvez como decorrência da enorme discussão sobre a continuidade ou não do uso da equivalência patrimonial dentro das normas internacionais. (Você sabia que é muito forte o movimento mundial contra esse método? Aliás, ele era proibido pelas *IASB* nos balanços individuais e separados, e passou a ser aceito por pressão inclusive do Brasil. Mas a força contrária no mundo agora é forte. E há motivos para isso, mas aqui não é o momento.)

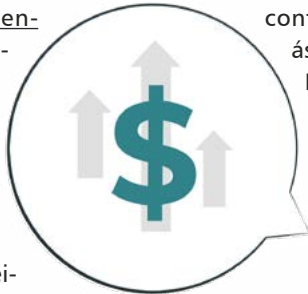
d) Despesas de Financiamento às vezes como Operacionais

Poderá ocorrer o mesmo com despesas do grupo de **Financiamento**. As despesas com juros e outras vinculadas a passivos monetários normalmente irão para esse grupo de **Financiamento**. Mas se estiverem vinculadas ao financiamento de atividade classificada como operacional, irão para **Operacionais**. Por exemplo, para financiar as vendas aos clientes, a empresa capta recursos financeiros no mercado. Ora, tanto as receitas financeiras aos financiamentos desses clientes como as despesas dessas captações vinculadas a essa operação serão classificadas como Operacionais.

Ou, caso as reversões dos ajustes a valor presente de Clientes sejam materiais, e são receitas financeiras, devem ser classificadas como Operacionais, e não como de Investimentos financeiros. Só que há que se tomar cuidado, porque, se o mesmo ocorrer com Fornecedores, também as reversões dos ajustes a valor presente dessa conta precisarão ficar como Operacionais. Afinal, são parte relevante

(às vezes até total) do financiamento da conta de Clientes (item 65). (É necessário encerrar uma prática tecnicamente inaceitável que ocorre hoje, enquanto escrevo, antes de iniciar a vigência da norma, em que algumas empresas apresentam as receitas dos ajustes a valor presente de Clientes como operacionais e as despesas dos ajustes de Fornecedores como despesas financeiras. Infla isso a margem bruta de forma inaceitável.)

E há o caso mais cristalino de empresas que possuem formas de financiamento efetivo a clientes por meio de cartões de crédito próprios, sociedade controlada de financiamento, etc. Nesse caso, isso gera efetivas receitas financeiras que passam a ser totalmente Operacionais, e as captações de recursos para financiamento dessas aplicações geram despesas financeiras que também deverão estar no Operacional.



“Interessante: o lucro operacional terá que incluir itens que simplesmente não se encaixam nas definições das outras categorias. Ou seja, esse grupo ficou residual também, além de genuinamente operacional. E ainda vai incluir aquelas receitas e despesas vinculadas a ajustes por conta de outras receitas e despesas operacionais.”

e) Atenção: Possíveis diferenças entre Balanço Individual e Consolidado

Esse último exemplo dado no item anterior provoca, normalmente, algo de muito interessante. Os financiamentos a clientes costumam ser feitos por controladas sob controle comum, e não pela controlada empresa comercial, normalmente uma varejista. E aí pode acontecer de, no balanço individual da varejista, as receitas financeiras de financiamentos a clientes existirem ou serem imateriais, bem como as despesas de financiamento desses créditos a clientes. Mas, no balanço consolidado, abrangendo as entidades financiadoras, aí essas receitas financeiras aparecem e de modo relevante, bem como as despesas de financiamento desses créditos a clientes. Temos muitos exemplos disso no Brasil.

Isso obriga, e a norma é clara (item B37), que existam dois tratamentos diferentes: se na individual existir alguma receita ou despesa imaterial, deve ficar a receita financeira como de **Investimentos**, e a despesa financeira como de **Financiamento**. Mas, no consolidado, ambas vão para o grupo de **Operacionais**. E isso reflete efetivamente o modelo de negócios: para a comercial, seu objeto é a compra e

venda de mercadorias, mas para o consolidado há dois: o comércio e o financiamento a clientes. É lógico que, na individual da entidade financiadora, tudo será Operacional.

Outra coisa: a materialidade e a relevância devem ser conforme os números dessas despesas e dessas receitas financeiras, e não o saldo líquido entre elas!

f) Ajustes por Créditos de Liquidação Duvidosa

Se for o caso de as receitas financeiras derivadas de Clientes serem classificadas como Operacionais, e as despesas de financiamento desses créditos também, é lógico que a conta de Ajustes por Créditos de Liquidação Duvidosa deve ficar como acréscimo dos custos com tais financiamentos a Clientes, no meu entender. Dessa forma, teríamos essa linha adicional para mostrar o efetivo resultado dos financiamentos aos Clientes.

Todavia, se não existirem tais receitas e despesas financeiras no resultado Operacional, essa conta de Ajustes por Créditos de Liquidação Duvidosa normalmente vai para dentro das Despesas com Vendas ou Outras Despesas Operacionais. (Na minha humilde opinião, na atividade comercial, industrial e de serviços, deveriam ser deduzidas

das receitas de vendas, pois, afinal, corrigem os valores não recebidos dessas receitas, e isso já foi procedimento utilizado fora do Brasil; mas não é mais assim tratado.)

g) Despesas e Receitas de Investimento

No grupo das receitas e despesas de Investimentos, todas as que derivem de investimentos que não sejam vinculados ao propósito principal da empresa, ao seu objetivo ou seus objetivos principais, portanto com característica de algo adicional, acessório, têm que ficar nesse grupo de **Investimento**. Isso vai incluir receitas de aplicações financeiras de sobras de caixa, de propriedades para investimento, de investimentos societários (equivalência patrimonial) e outros.

A redação acima dá a impressão de que a classificação como Operacionais pode sobrepujar as demais. Mas a norma diz que não, é o contrário. Mas, quando há essas mesclagens, a própria norma faz prevalecer o conceito de Operacional sobre o de Investimento ou de Financiamento! Interessante, não? (Por isso, nunca leia só um pedaço de uma norma para atender um cliente, fazer uma prova ou preparar uma aula... Leia-a todinha! E complementa com as correlatas!...)

Com isso, as receitas de aluguéis de propriedades para investimento, as receitas e despesas de variação do valor justo desses ativos (se não ao custo), eventuais *impairments* de tais ativos quanto ao custo, lucro ou prejuízo na sua venda, tributos prediais, despesas específicas e incrementais de gestão desses investimentos e tudo o mais vinculado a eles, tudo dentro de **Investimentos!**

Mas, se determinada atividade de investimento for a primordial da entidade, essa atividade vira Operacional, como já dito, com exceção de investimentos avaliados pela equivalência patrimonial. Por exemplo, uma empresa tem por objetivo explorar *shopping centers* que são propriedades para investimento. Nesse caso, toda a receita e despesa vinculada a essa atividade ficarão dentro do Resultado Operacional. Receitas de aluguéis, variações de valor justo (se assim avaliadas as propriedades para investimento), depreciações (se avaliadas ao custo), despesas com gestão, manutenção, ganhos e perdas nas baixas, *impairments* etc., tudo o que tenha a ver com essa atividade não estará em Investimentos, mas, sim, no grupo de **Operacionais**. Isso inclui até as despesas de venda desses ativos se existirem! Tudo!!! Mas, se essa exploração não é atividade principal, tudo vai para o grupo de **Investimentos**.

Em complementação, também ficam em **Investimentos** eventuais variações cambiais, operações de *hedge*, derivativos, etc. que a eles estejam vinculados. Ou seja, o acessório sempre acompanha o principal. Mas, se essas despesas ou receitas se referirem a ativos e passivos operacionais, vão para **Operacionais**.

Mas, repetindo, com exceção das receitas e despesas derivadas dos investimentos em participações societárias avaliadas pela **equivalência patrimonial: sempre como de Investimento**, jamais como Operacionais. Já investimentos em

participações societárias que não sejam avaliadas pela equivalência terão suas receitas (dividendos, por exemplo), lucros ou prejuízo na sua venda, despesas específicas de sua manutenção, se fizerem parte da atividade principal da empresa, dentro do grupo das **Operacionais**. Pode ser o caso de empresa que especula no mercado acionário, por exemplo. Se forem esses investimentos apenas complementares à atividade principal, ficarão essas receitas e despesas no grupo de **Investimentos**.

h) Lucro Antes de Financiamento e Tributos Sobre o Lucro

Passou a ser obrigatório evidenciar, nesse ponto, a **soma do Lucro Operacional com o Lucro das atividades de Investimento** (ou eventualmente prejuízos) para evidenciar o **Lucro Antes dos Custos de Financiamento e dos Tributos Gerado Pelos Ativos**. Trata-se de informação especialmente importante para a análise de balanços, a se contrapor com o custo do passivo.

Ou seja, obrigatório agora evidenciar o lucro total derivado dos ativos antes dos tributos sobre eles incidentes. Os analistas costumam ir mais além, deduzindo os tributos sobre esse lucro do ativo e considerando as economias de tributos geradas pelos custos dos passivos como

reduzores das despesas financeiras para, assim, definir resultados líquidos produzidos pelos ativos e custo líquido de financiamento desses ativos. De qualquer forma, é informação valiosa e, por isso, há a **obrigatoriedade de sua evidenciação**.

Mas, e sempre há um mas... cuidado, porque, em algumas situações, como já dito, alguns custos de financiamento podem estar inseridos dentro do resultado **Operacional**. Portanto, senhor(a) analista, usuário(a) das demonstrações contábeis, pode ser que você ainda precise, para fins de análise, efetuar ajustes na demonstração para chegar aonde quer.

Contudo, isso não é tão novidade. No caso dos bancos, por exemplo, das receitas derivadas dos ativos são deduzidas as despesas derivadas das captações de recursos, e o saldo líquido compõe o resultado das operações financeiras. Para certas análises, como taxa de retorno do ativo e custo do passivo, precisamos também trabalhar separadamente esses valores. Aliás, no caso dos bancos, por exemplo, como as receitas financeiras são operacionais, e as despesas também, a norma permite excepcionalmente não se utilizar esse título, já que poderá não existir o grupo separado de Despesas de Financiamento (item 73). Será apenas Lucro Antes dos Tributos Sobre o Lucro.



i) Despesas de Financiamento

Até que enfim, agora, obrigou-se a subdividir as despesas vinculadas a passivos de financiamento, que são de operações financeiras propriamente ditas, como empréstimos e financiamentos, daquelas derivadas de atualizações de outros passivos que também geram correções monetárias, variações cambiais, juros, etc., mas não dizem respeito diretamente a captação de recursos.

Por exemplo, grande parte das provisões trabalhistas, tribu-

tárias e cíveis precisam ser atualizadas por esses fatores.

Os passivos de arrendamento, por exemplo, estão nesse subgrupo. E quem quer saber o custo do endividamento financeiro da empresa costuma ter dificuldade atualmente, porque muitas vezes essas despesas financeiras são todas misturadas, sem a devida segregação nas

notas explicativas. Agora, é obrigatório apresentar diretamente na demonstração.

Ou seja, as despesas (ou receitas, como ocorre às vezes com variações cambiais) de Financiamento terão que ser subdividas em dois blocos: derivadas de captação de recursos e derivadas de outras origens. É como se classificássemos o passivo em operacional e financeiro (o que, por sinal, é muito relevante para fins de análise).

j) Receitas e Despesas outras que dançam entre os Grupos e Outras que não podem dançar, e outros pontos

A norma é muito clara quanto a um princípio básico que adoro seguir e já citei: o acessório acompanha o principal. E o que ela diz (desculpem algumas repetições): se há receitas e despesas que têm a característica de financeiras, mas nascem de operações tipicamente operacionais, elas também têm que ir para o grupo de Operacionais. Por exemplo, a empresa importa matéria-prima, e a conta de fornecedores tem oscilações por conta de variação cambial até o vencimento.

Esse é um passivo básico operacional que financia atividades operacionais. Logo, pela norma, essas variações cambiais, positivas ou negativas, vão, a partir de 2027, obrigatoriamente para o grupo das

receitas e despesas **Operacionais**. O mesmo ocorre se há recebíveis em moeda estrangeira em vendas a clientes ainda não recebidas.

A mesma característica atende às operações de *hedge*. Os efeitos dessas operações acompanham também a natureza do que pretendem proteger. Por exemplo, se a empresa faz uma operação de *hedge* para se proteger de variação cambial de um financiamento, o custo disso vai para **Financiamentos**. Mas, se é para se proteger de risco de câmbio da conta de fornecedores, vai para **Operacionais**. E seguem também essa linha todas as receitas e despesas derivadas de derivativos vinculados a atividades operacionais.

Agora, se houver impossibilidade de se fazer essas segregações de forma clara, para onde vão? Para **Operacionais!** Ou seja, se determinadas operações de derivativos, variações cambiais e *hedges* não puderem ser desmembradas de forma clara e objetiva entre Investimentos, Financiamentos ou Operacionais, suas receitas e despesas vão para... **Operacionais!** Ou poderá isso também ocorrer se o custo de abertura de informações dessas operações for muito oneroso. Nessa hora o grupo de Operacionais funciona como residual para valer.

“Se for o caso de as receitas financeiras derivadas de Clientes serem classificadas como Operacionais, e as despesas de financiamento desses créditos também, é lógico que a conta de Ajustes por Créditos de Liquidação Duvidosa deve ficar como acréscimo dos custos com tais financiamentos a Clientes, no meu entender.”



O que não há na norma é o procedimento quando temos as denominadas variações monetárias comuns no Brasil, normalmente por conta de atualizações por índices inflacionários. Interpretado que os membros da IASB não cuidaram disso, porque essa figura é muito desconhecida nos países de moeda forte que dominam o próprio IASB. Mas a filosofia, para mim, tem que prevalecer. Ou seja, o mesmo raciocínio precisa ser aplicado. As variações monetárias de contas operacionais de ativo e passivo operacionais precisam também ir para o Resultado Operacional. Se relativos a Investimentos ou a Financiamentos vinculados à captação de recursos, vão para esses grupos.

Vamos agora a outro exemplo da Demonstração do Resultado, agora mais recheado, mas ainda incompleto, com o destaque de algumas linhas (outros números que não os do exemplo anterior).

Sempre surgirão dúvidas em muitas situações, e por isso o fundamental é entender a lógica básica da norma para sua aplicação. Exemplo não falado: a empresa desconta duplicata. Se essa é sua prática, o ajuste a valor presente já deverá ter sido feito, e alguma diferença ficará também no **Operacional**. Se não há essa prática, o desconto irá para **Financiamento**. No fundo, é um empréstimo com o título sendo dado em garantia. E, se a empresa não faz o desconto tradicional, mas vende a duplicata, sem qualquer risco assumido quanto à sua adimplência, deverá considerar como **Operacional** também, porque não há Financiamento. As despesas com risco sacado basicamente são despesas de **Financiamento**, eis que no fundo são recursos obtidos de bancos.

Exemplo 2

Vendas de Mercadorias	R\$ 1.200.000
Vendas de Serviços	R\$ 350.000
<i>Receitas de Vendas</i>	R\$ 1.550.000
Custo das Mercadorias Vendidas	-R\$ 700.000
Custo dos Serviços Prestados	-R\$ 280.000
Variações Cambiais e Custo de <i>Hedge</i> com Fornecedores	-R\$ 26.000
<i>Lucro Bruto</i>	R\$ 544.000
Receitas Financeiras de Financiamentos a Clientes	R\$ 125.000
Variações Cambiais com Clientes	R\$ 16.000
Despesas Financeiras com Financiamentos a Clientes	-R\$ 95.000
Ajustes por Créditos de Liquidação Duvidosa	-R\$ 25.000
<i>Resultado com Financiamento a Clientes</i>	R\$ 21.000
Despesas com Vendas	-R\$ 120.000
Despesas Administrativas	-R\$ 180.000
Outras Receitas e Despesas Operacionais (nota x)	R\$ 50.000
<i>Lucro Operacional Recorrente</i>	R\$ 315.000
Lucro na Venda de Imobilizados	R\$ 45.000
<i>Impairments</i> de Imobilizados e Intangíveis	-R\$ 30.000
Lucro Operacional	R\$ 330.000
Receitas de Aluguéis de Propriedades para Investimento	R\$ 56.000
Variação de Valor Justo de Propriedade para Investimento	R\$ 35.000
Perda na Venda de Propriedade para Investimento	-R\$ 25.000
Receitas de Aplicações Financeiras	R\$ 96.000
Receita de Equivalência Patrimonial	R\$ 88.000
Resultado com Investimentos	R\$ 250.000
Lucro Antes de Financiamento e Tributos Sobre o Lucro	R\$ 580.000
Juros Sobre Empréstimos e Financiamentos	-R\$ 154.000
Variação Cambial e Custo de <i>Hedge</i> de Empréstimos	-R\$ 36.000
Despesas com Captação de Recursos	-R\$ 190.000
Variações Monetárias de Provisões	-R\$ 50.000
Juros sobre Provisões e Outros Passivos Operacionais	-R\$ 15.000
Resultado com Financiamentos	-R\$ 255.000
Resultado antes dos Tributos Sobre o Lucro	R\$ 325.000

Estão salientadas:

- *Variações Cambiais e Custo de Hedge com Fornecedores* – por se referirem a Fornecedores, e estes terem total relacionamento com o custo das mercadorias vendidas, é importante que tais encargos (ou receitas) fiquem no subgrupo de Lucro **Bruto**. Afinal, ajustam o efetivo desembolso relativo à compra das mercadorias.
- *Receitas Financeiras de Financiamentos a Clientes* – por essa empresa enquadrar o financiamento a clientes como parte de seu modelo de negócios, essas receitas são de natureza operacional e foram juntadas às outras contas relativas a esse tipo de financiamento. E para isso foi criado o subgrupo **Resultado com Financiamento a Clientes** para abarcar todas as receitas e despesas relativas a essa atividade.
- *Variações Cambiais com Clientes* – pela mesma razão do item anterior, essas variações, receitas ou despesas, fazem parte desse subgrupo de Resultado com Financiamento a Clientes.
- *Despesas Financeiras com Financiamentos a Clientes* – como a empresa capta recursos destinados a ajudar a financiar clientes, essas despesas precisam se contrapor às receitas que geram. Por isso são classificadas como Operacionais também.
- *Ajustes por Créditos de Liquidação Duvidosa* – como essas perdas são relativas aos financiamentos a Clientes, também ficam nesse subgrupo.
- *Subgrupo Resultado com Financiamento a Clientes* – inclui todas as receitas e despesas vinculadas a esse tipo de atividade, se considerado parte integrante e significativa do modelo de negócios: financiamento a clientes. Se esses componentes não forem significativos e não fizerem parte efetivamente do modelo de negócios (logo, nada a ver com clientes ou fornecedores de empresas comerciais, por exemplo), as receitas e despesas, bem como as variações cambiais e os custos com *hedge* e derivativos ficarão divididos entre os itens de **Investimento e Financiamento**. E as despesas com ajustes com créditos de liquidação duvidosa ficarão com Despesas com Vendas ou, se materiais, em linha à parte. Esse subgrupo não é obrigatório, mas pode ser feito se o profissional e a empresa julgarem que ajuda o usuário externo na leitura das demonstrações.

- **Subgrupo Lucro Operacional Recorrente** – aqui a empresa decidiu fazer uso da opção de separar as receitas e despesas recorrentes daquelas outras que, mesmo sendo operacionais, são ocasionais. Partindo-se do ponto de vista de que venda de imobilizado seja realmente algo ocasional para a empresa exemplo. Venda de ativos que normalmente são substituídos compõem resultados recorrentes. Na verdade, essa subclassificação não é mencionada na norma, e é preciso ser meticoloso ao se adotá-la.
- **Grupo Lucro Operacional** – esse subtotal é obrigatório!
- **Perda na Venda de Propriedade para Investimento** – só para salientar: como as propriedades para investimento têm suas receitas incorporadas nesse grupo de **Investimentos**, tudo o que ocorre com elas precisa estar nesse grupo, como *impairment* ou lucros ou prejuízos na sua baixa. E nesse grupo estão também as receitas e despesas dessa natureza, como aluguéis, variações do valor justo, depreciações, etc.
- Não estão salientadas, mas perceba que, nesse grupo de **Investimentos**, estão também as receitas de aplicações financeiras (exceto as receitas de financiamentos a clientes, que são **operacionais** nesse exemplo), e também aí estão as Receitas (ou Despesas) de Equivalência Patrimonial.
- **Grupo Resultado com Investimentos** – esse subtotal é obrigatório! É claro que os componentes desse grupo podem não ser materiais e, assim, uma única linha com esse título pode ser colocada na DR, com os detalhes em nota explicativa. E se não houver nenhum valor nesse grupo? Favor não colocar o título e depois escrever “-”. Melhor simplesmente não colocar, certo?
- **Soma dos Grupos Anteriores – Lucro Antes de Financiamento e Tributos Sobre o Lucro também é obrigatório também.** Representa a soma do Lucro Operacional com o dos Investimentos e evidencia o LUCRO GERADO PELOS ATIVOS antes dos Tributos sobre o Lucro. É o Retorno Bruto do Ativo (nomenclatura não existente na norma; retorno bruto por ser antes de tributos sobre eles), de grande importância para a análise de balanços, por isso a obrigatoriedade de agora vir a ser evidenciado de forma direta e visível. Mas atenção que alguns custos de financiamento podem estar deduzidos no lucro Operacional!!! Isso não alterará esse título, mas a empresa precisa ter o cuidado de divulgar, e o usuário precisa ter cuidado em analisar.
- **Variação Cambial e Custo de Hedge de Empréstimos** – como a empresa também tem empréstimos em moeda estrangeira, as variações cambiais deles têm que estar entre as despesas financeiras, bem como o custo do hedge assumido para proteção de variações cambiais ou de outra natureza também de itens de empréstimos.
- Não estão salientados, mas é importante ver que estão devidamente separados os juros sobre empréstimos e financiamentos, como exige a norma. Aliás, essas despesas e mais as variações e *hedge* do item anterior precisam gerar o **subtítulo de despesas com empréstimos e financiamentos**, ou **despesas com captação de recursos** (como está acima), para segregação das outras despesas financeiras ou assemelhadas relativas a outros passivos que não empréstimos e financiamentos. Assim, despesas com atualização monetária de provisões, juros e encargos sobre obrigações tributárias e outros itens que são de natureza financeira, mas se referem a itens do passivo operacional, e não das contas que representam tomadas de recursos via empréstimos e financiamentos, têm que estar segregadas. Poderia ter sido constituído o subgrupo outras despesas financeiras dentro do grupo. Assim, o grupo **Resultado com Financiamentos** seria a soma dos dois subgrupos, mas isso não é obrigatório, já que, segregando um, como fizemos, fica clara a subdivisão sem precisar de linha adicional.
- **Atenção especial às Receitas e Despesas com Equivalência Patrimonial** – como já dito e repetido, essas jamais podem deixar de estar entre as atividades de **Investimento**. Mesmo no caso de *holdings* puras, elas não são operacionais. Vimos que outras receitas e despesas dentro desse grupo e do de **Financiamento** são às vezes dinâmicas, às vezes dançam entre os grupos, mas a equivalência é sempre estática.
- **Subtítulo Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro** – é obrigatória essa linha relativa a esse resultado, o que já era totalmente praticado no Brasil.



k) Tributos Sobre o Lucro

Tal como acontece hoje, os tributos sobre o lucro (no Brasil o Imposto de Renda e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido) precisam ser mostrados nessa posição e, obrigatoriamente, em uma nota explicativa, devem estar demonstrados os cálculos para explicar o porquê de o percentual final de tributação não corresponder à tributação cheia ou plena (praticamente 34% no Brasil). Estamos aqui, é claro, falando das empresas com Tributação Sobre o Lucro Real.

O tratamento contábil dentro desse grupo é o mesmo previamente utilizado (CPC 32). Não integram esse grupo os efeitos de tributos sobre o resultado das operações descontinuadas. Ademais, despesas financeiras sobre passivos com esses tributos são despesas financeiras, e não parte das despesas com tais tributos, conforme já ocorre na prática de hoje.

l) Lucro das Operações Continuadas

Esse subtotal corresponde, em análise mais direta, ao resultado líquido de todas as atividades Operacionais, de Investimento e de Financiamento líquidas dos tributos, uma espécie de “lucro líquido”, só que antes de se computarem os resultados das operações descontinuadas.

m) Resultado das Operações Descontinuadas

Também tal como hoje, essa linha é um subtotal obrigatório para quando existem esses resultados que, conforme as normas, precisam ficar apartados, porque não se repetirão no futuro, já que são receitas e despesas do período, mas dizem respeito a linhas de produtos ou de serviços descontinuadas ou em processo de descontinuação. Chamamos a atenção para o fato de não existir a figura do resultado não operacional!!!



Se são receitas e despesas não recorrentes, mas vinculadas à atividade principal, são operacionais; podem ser evidenciadas à parte, mas são operacionais. E as receitas e despesas que não mais ocorrerão por causa de descontinuidade vão para esse grupo específico de Operações Descontinuadas.

E os tributos sobre o resultado incidentes sobre o resultado das atividades descontinuadas precisam também ser alocados nessa linha. O detalhamento deve aparecer em nota explicativa própria. (Atenção que esse fato precisa ser considerado na mensuração do EBITDA, se for utilizado.)

O tratamento desse grupo também é o que já vinha sendo utilizado (CPC 31), e não vamos aqui nos deter. Na DR, esse resultado é sempre numa única linha, com os detalhes obrigatoriamente em notas explicativas (a não ser que irrelevantes).

n) Lucro (ou Prejuízo) Líquido

Como sempre, efetivamente a última linha da Demonstração do Resultado. E também como hoje, nas demonstrações consolidadas precisa haver a segregação entre o que é o resultado dos controladores e o dos não controladores.

Exemplo 3 (estamos, por simplificação, mostrando só uma coluna!)

Vendas de Mercadorias	R\$ 1.200.000
Vendas de Serviços	<u>R\$ 350.000</u>
<i>Receitas de Vendas</i>	R\$ 1.550.000
Custo das Mercadorias Vendidas	-R\$ 700.000
Custo dos Serviços Prestados	-R\$ 280.000
Variações Cambiais e Custo de Hedge com Fornecedores	<u>-R\$ 26.000</u>
<i>Lucro Bruto</i>	R\$ 544.000
Receitas Financeiras de Financiamentos a Clientes	R\$ 125.000
Variações Cambiais com Clientes	R\$ 16.000
Despesas Financeiras com Financiamentos a Clientes	-R\$ 95.000
Ajustes por Créditos de Liquidação Duvidosa	<u>-R\$ 25.000</u>
<i>Resultado com Financiamento a Clientes</i>	R\$ 21.000
Despesas com Vendas	-R\$ 120.000
Despesas Administrativas	-R\$ 180.000
Outras Receitas e Despesas Operacionais (nota x)	<u>R\$ 50.000</u>
<i>Lucro Operacional Recorrente</i>	R\$ 315.000
Lucro na Venda de Imobilizados	R\$ 45.000
Impairments de Imobilizados e Intangíveis	<u>-R\$ 30.000</u>
Lucro Operacional	R\$ 330.000
Receitas de Aluguéis de Propriedades para Investimento	R\$ 56.000
Variação de Valor Justo de Propriedade para Investimento	R\$ 35.000
Perda na Venda de Propriedade para Investimento	-R\$ 25.000
Receitas de Aplicações Financeiras	R\$ 96.000
Receita de Equivalência Patrimonial	<u>R\$ 88.000</u>
Resultado com Investimentos	R\$ 250.000
Lucro Antes de Financiamento e Tributos Sobre o Lucro	R\$ 580.000
Juros Sobre Empréstimos e Financiamentos	-R\$ 154.000
Variação Cambial e Custo de <i>Hedge</i> de Empréstimos	<u>-R\$ 36.000</u>
<i>Despesas com Captação de Recursos</i>	-R\$ 190.000
Variações Monetárias de Provisões	-R\$ 50.000
Juros sobre Provisões e Outros Passivos Operacionais	<u>-R\$ 15.000</u>
Resultado com Financiamentos	-R\$ 255.000
Resultado antes dos Tributos Sobre o Lucro	R\$ 325.000
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	-R\$ 65.000
Imposto de Renda Corrente e Contribuição Social Diferidos	<u>-R\$ 28.000</u>
Tributos Sobre o Lucro (nota x)	-R\$ 93.000
Lucro das Operações Continuadas	R\$ 232.000
Resultado das Operações Descontinuadas, Líq. Tributos	<u>-R\$ 29.000</u>
Lucro Líquido	<u>R\$ 203.000</u>
Atribuível aos sócios controladores	R\$ 180.000
Atribuível aos não controladores	R\$ 23.000
Lucro básico e diluído por ação das operações continuadas	R\$ 2,32
Lucro básico e diluído por ação	R\$ 2,03

o) Lucro ou Prejuízo por Ação

Finalmente, a figura do resultado líquido por ação, no caso das sociedades por ações, subdividido em valor das operações continuadas por ação e valor líquido por ação. E, ainda, entre valor básico e valor diluído, tudo conforme as regras que já existiam.

Vamos ao terceiro exemplo. Mas ele está, como regra, muito complexo para evidênciação generalizada na imprensa, no *site* etc. Mas vamos deixar primeiramente dessa forma, apenas para uma comparação com a outra versão no Exemplo 3.

“Mas, e sempre há um mas... cuidado, porque, em algumas situações, como já dito, alguns custos de financiamento podem estar inseridos dentro do resultado Operacional. Portanto, senhor(a) analista, usuário(a) das demonstrações contábeis, pode ser que você ainda precise, para fins de análise, efetuar ajustes na demonstração para chegar aonde quer.”

Mas, para evidenciar, de forma mais amigável, o desempenho da empresa, vamos fazer agrupamentos de contas de natureza semelhante, deixando os desmembramentos para as notas explicativas. Assim, no

Exemplo 4, chegamos a um formato mais rapidamente assimilável pelo usuário (um mais simples ainda será mostrado ao fim).

Compare bem esses dois exemplos para ver formas possíveis de

agregação de saldos na apresentação da DR. Não vamos aqui detalhá-los.

É obrigatório que, nas demonstrações, constem os números das notas explicativas respectivas. As referências cruzadas são obrigatórias (item 114)!

Exemplo 4 (não ficou tão enxuto, mas bem mais palatável, certo?)

	Nota	
Receitas	1	R\$ 1.550.000
Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	2	-R\$ 1.006.000
<i>Lucro Bruto</i>		R\$ 544.000
Receitas de Financiamentos a Clientes	3	R\$ 141.000
Despesas com Financiamentos a Clientes	4	-R\$ 120.000
<i>Resultado com Financiamento a Clientes</i>		R\$ 21.000
Despesas com Vendas	6	-R\$ 120.000
Despesas Administrativas	7	-R\$ 180.000
Outras Receitas e Despesas Operacionais	8	R\$ 50.000
<i>Lucro Operacional Recorrente</i>		R\$ 315.000
Lucro na Venda e <i>Impairment</i> de Imobilizados e Intangíveis	9	R\$ 15.000
Lucro Operacional		R\$ 330.000
Resultado com Propriedade para Investimento	10	R\$ 66.000
Receitas de Aplicações Financeiras	11	R\$ 96.000
Receita de Equivalência Patrimonial	12	R\$ 88.000
Resultado com Investimentos		R\$ 250.000
Lucro Antes de Financiamento e Tributos Sobre o Lucro		R\$ 580.000
Despesas com Captação de Recursos	13	-R\$ 190.000
Outras Despesas Financeiras	14	-R\$ 65.000
Resultado com Financiamentos		-R\$ 255.000
Resultado antes dos Tributos Sobre o Lucro		R\$ 325.000
Tributos Sobre o Lucro (nota x)	15	-R\$ 93.000
Lucro das Operações Continuadas		R\$ 232.000
Resultado das Operações Descontinuadas, Líq. Tributos	16	-R\$ 29.000
Lucro Líquido		R\$ 203.000
Atribuível aos sócios controladores		R\$ 180.000
Atribuível aos não controladores		R\$ 23.000
Lucro básico e diluído por ação das operações continuadas		R\$ 2,32
Lucro básico e diluído por ação		R\$ 2,03

p) E as informações por Natureza na DR por Função?

O CPC 51 exige que, se a empresa apresentar sua demonstração com as despesas por função terá que apresentar, em notas explicativas, informações sobre despesas por natureza. Na versão anterior do CPC 26, a exigência era a de apresentar, em notas explicativas, todas as despesas por natureza. Agora, no CPC 51, ficou mais restrito o conjunto dessas despesas.

O item 83 do CPC 51 especifica a necessidade de, nesse caso, a empresa que apresentar a DR por função evidenciar em nota – e, por sinal, em uma única nota explicativa – as seguintes despesas:

- I) Depreciações (incluindo de Direito de Uso);
- II) Amortizações;
- III) Benefícios a empregados (incluindo os do CPC 33 e CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações);
- IV) Constituição e reversão de *impairments*; e
- V) Constituição e reversão de ajustes nos estoques.

Mas é absolutamente saudável que se coloque, nessas notas, também outras despesas relevantes não explicitadas na apresentação da DR por função, como gastos com pessoal, serviços de terceiros, consumo de energia e outras que sejam materiais o suficiente para precisarem ser divulgadas. No próximo item de Contas por Natureza, mostraremos a DR inteiramente com as despesas por natureza. E daí ficará fácil, se a empresa apresentar a DR por função, ver quais detalhes precisarão constar da nota explicativa desta última. Mas vamos, no Exemplo 5, com base nas informações dos exemplos 9 e 10 à frente, como seriam as Notas Explicativas da DR elaborada por função, como no Exemplo 4:

Repetimos: após a leitura do item a seguir, será mais fácil ver

de onde saíram esses números. E note que não há soma desses valores, porque não há com o que se comparar.

4 Demonstração do Resultado por Natureza

Como já afirmado, agora não há mais pura e simples opção. Sempre classificamos, no passado, as despesas por função, já que a Lei das S/A assim exigia. Agora, a empresa é obrigada e estar internamente as duas alternativas, despesas (basicamente as operacionais) por função ou por natureza, e decidir pela que melhor atenda às necessidades informativas dos usuários externos. Mas, para o caso de empresa comercial, não é um bicho-papão. Afinal, grande parte delas mistura função com natureza! Na realidade, temos até alguma dúvida sobre o quanto teremos de demonstrações

por natureza, tendo em vista que os próprios usuários não estão acostumados com ela.

Elaboramos a DR anterior (exemplo 4) utilizando a clássica apresentação por função: CMV, despesas com vendas, administrativas etc. Se tivéssemos que apresentar a DR com as despesas por natureza, teríamos que analisar os seguintes componentes principais (o conceito se aplica às despesas, e não às receitas):

a) Custo das Mercadorias, dos Produtos e dos Serviços Vendidos

O Custo das Mercadorias Vendidas, numa empresa comercial, na grande maioria dos casos, é o valor pago aos fornecedores; logo, esse montante representa tanto a função quanto a natureza. Ou seja, na empresa comercial com as despesas por natureza, a maioria apresentará o CMV exatamente como na demonstração por função! Isso muda, de forma drástica, na indústria, conforme exposto a seguir.

Pode acontecer de a empresa comercial ter como custo da mercadoria vendida o valor pago aos fornecedores, mais os impostos de importação não recuperáveis, os gastos alfandegários, com logística e outros, até que as mercadorias sejam colocadas em condições de serem vendidas. Nesse caso, se esses outros valores forem materiais, o correto é fazer a abertura, já que, por função, todos se referem ao custo total das mercadorias vendidas, mas são de naturezas diferentes. Vamos admitir que, no nosso exemplo, esses gastos praticamente não existam. Então o CMV na DR por natureza continuará pelos R\$700.000.

Por exemplo, poderiam existir dentro desse valor montantes significativos de outros custos, e daí teríamos que abrir da forma apresentada no Exemplo 6 (voltamos a repetir, isso não deverá ser o comum):



Exemplo 5

Demonstração do Resultado por Função	
Nota Explicativa X - Despesas por Natureza	
Dentro do Resultado Operacional por função estão incluídas as seguintes	
Despesas Operacionais distribuídas por sua natureza:	
Pessoal e Encargos	-R\$ 360.000
Depreciações	-R\$ 50.000
Amortizações	-R\$ 20.000
Impairments sobre Imobilizados e Intangíveis	-R\$ 30.000
Serviços de Terceiros	-R\$ 80.000
Materiais Consumidos	-R\$ 70.000

Observações:

- *Pessoal e Encargos* – inclui os que estão dentro do Custo dos Serviços Prestados, das Despesas com Vendas e Administrativas, ou seja, todas as despesas dessa natureza dentro da DR. (Após a leitura do item 4 a seguir, haverá mais desses detalhes.)
- *Depreciações* – neste exemplo, só as incluídas nas Despesas com Vendas e Administrativas. No caso de indústria, também seriam incluídas as consideradas no custo da produção.
- *Amortizações* – idem ao comentário anterior.
- *Impairments sobre imobilizados e intangíveis* – idem ao anterior.
- *Serviços de Terceiros* – este item não está entre os obrigatórios, mas a empresa, por considerar o montante envolvido, decide mostrar a natureza dessas despesas.
- *Materiais Consumidos* – idem ao comentário anterior.

Exemplo 6

Compras	R\$ 500.000
Tributos de importação	R\$ 90.000
Custos com logística	R\$ 110.000
Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 700.000

Entretanto, como a identificação de quanto dos tributos efetivamente dizem respeito às mercadorias vendidas, e como esse controle normalmente não é feito, só se tem o total desse gasto por período, há que se lembrar da velha fórmula: $\text{Estoque Inicial} + \text{Compras} - \text{Estoque Final} = \text{CMV}$. E a prática internacional é juntar Estoque Inicial com Estoque Final e chamar ao seu saldo de **Varição de Estoques**. Essa linha de Varição de Estoques é muitíssimo comum na Europa;

não estamos acostumados com ela, passaremos a vê-la brevemente.

Mas o normal será apresentar (note a “Varição de Estoques”), conforme consta no Exemplo 7.

(Nos próprios exemplos oferecidos pelo IFRS 18, é comum essa conta de Varição aparecer no início, o que é indiferente.) Ora, se isso é difícil de ser praticado na atividade comercial por não serem como regra geral tão importantes os custos adicionados aos valores pagos a fornecedores, por que estamos mostran-

do? Só para ajudar a elucidar. No caso da indústria manufatureira, esse modelo é obrigatório na demonstração por natureza. E nesse caso temos a abertura total dos custos de produção. O Exemplo 8 apresenta esse caso, com outros números.

Voltemos ao nosso exemplo de empresa comercial. Nos nossos exemplos 3 e 4, o CMV, como falado, será apresentado como na DR por função. Mas o mesmo não poderá ser feito com o Custo do Serviço Prestado. Nesse caso, há a obrigatoriedade da abertura por natureza na DR dessa forma. Digamos que a composição dessa linha seja consoante disposto no Exemplo 9.

b) Despesas Operacionais

No caso das despesas operacionais, quando se faz a DR por natureza, não se costuma abrir a natureza das despesas com vendas, com administrativas e outras. Só se apresentam as despesas por natureza. Se quiser, pode-se praticar o modelo híbrido, não há proibição; aliás, temos exemplos disso no Brasil há muitos anos. Apresentam-se o Custo dos Serviços Prestados com seus componentes por natureza, as despesas com vendas com seus componentes por natureza e assim por diante.

Nos nossos exemplos 3 e 4, as despesas com vendas e administrativas totalizavam R\$300.000. No entanto, a linha de Outras Receitas e Despesas Operacionais (saldo líquido negativo de R\$50.000) precisará ser desdobrada também, porque as despesas também precisarão ser por natureza! Assim, poderia ter que aparecer na DR por natureza, como no Exemplo 10.

Exemplo 7	
CMV	
Compras do Período	R\$ 520.000
Tributos de importação	R\$ 93.600
Custos com Logística	R\$ 120.000
Varição de Estoques	-R\$ 33.600
Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 700.000

Exemplo 8 (Indústria Manufatureira):	
CPV	
Matérias-Primas Aplicadas	R\$ 850.000
Outros Materiais	R\$ 250.000
Mão de Obra e Encargos	R\$ 360.000
Energia Elétrica	R\$ 80.000
Aluguel ou Amortização de Direito de Uso	R\$ 40.000
Depreciações	R\$ 120.000
Varição de Estoques	-R\$ 90.000
Custo dos Produtos Vendidos	R\$ 1.610.000

Exemplo 9	
Custo dos Serviços Prestados	
Mão de Obra e Encargos	R\$ 160.000
Serviços de Terceiros	R\$ 80.000
Materiais Consumidos	R\$ 40.000
Custo dos Serviços Prestados	R\$ 280.000

Nota: Pode parecer estranho, mas é assim mesmo: o Custo do Produto Vendido pode aparecer pelo mesmo total da demonstração por função e por natureza. Já o Custo do Serviço Prestado não; na DR por função, é um valor global; na por natureza, com detalhes. Afinal, é uma forma de indústria, só que de serviços.

Exemplo 10	
Despesas Operacionais e Outras Receitas	
Pessoal e Encargos	R\$ 200.000
Depreciações	R\$ 50.000
Amortizações	R\$ 20.000
Materiais	R\$ 30.000
Outras Despesas Operacionais	R\$ 20.000
Outras Receitas Operacionais	-R\$ 70.000
Despesas Operacionais e Outras Receitas Operacionais	R\$ 250.000

Exemplo 10	
Despesas Operacionais e Outras Receitas	
Pessoal e Encargos	R\$ 200.000
Depreciações	R\$ 50.000
Amortizações	R\$ 20.000
Materiais	R\$ 30.000
Outras Despesas Operacionais	R\$ 20.000
Outras Receitas Operacionais	-R\$ 70.000
Despesas Operacionais e Outras Receitas Operacionais	R\$ 250.000

c) Outras Despesas

As despesas com variação de valor justo de propriedade para investimento, as despesas financeiras, as de equivalência patrimonial e as com tributos sobre o lucro simplesmente não mudam na DR por natureza, visto que já refletem suas naturezas. Em princípio, as que sofrem alterações são as acima. O mesmo com perdas por *impairment* ou na venda de ativos de uso.

d) A DR com as Despesas por Natureza

Com base no discutido, a nossa DR por função nos exemplos 3 e 4 ficaria da forma seguinte, se apresentada por natureza, lembrando que as despesas de mesma natureza podem ser simplesmente so-

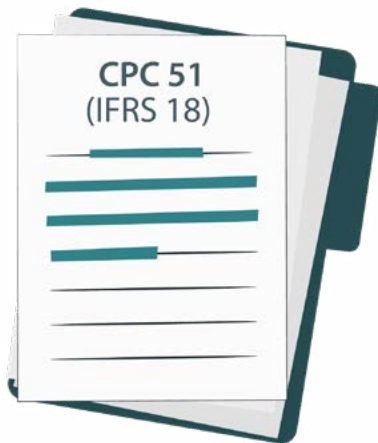
madas! Por exemplo, as despesas com pessoal, na DR por natureza, podem englobar as incorridas no custo dos serviços prestados, nas despesas com vendas, nas despesas administrativas, etc.

Aliás, note a seguir que o número de notas explicativas caiu, já que os detalhamentos por natureza são em grande parte autoexplicativos. Na verdade, no Exemplo 11, praticamente todas as notas explicativas são de valores quase imateriais.

Deixamos de apresentar agora o restante da DR, por ser, daí para a frente, exatamente igual à do exemplo 4. Mas aparecerá à frente.

Mas onde estão as despesas com vendas, com as quais tanto estamos acostumados? E outras? Sentiremos falta, sim, tendo em vista a nossa tradição. É interessante notar que muitos países, principalmente europeus, preferem esse formato com as despesas por natureza. Dizem ser essa alternativa mais fácil de ajudar nas projeções futuras.

Ah, quem elabora demonstração por natureza não precisa dar nota explicativa das despesas por função, mas quem apresenta por função precisa oferecer as notas explicativas por natureza, conforme também já abordado.



Exemplo 11

Demonstração do Resultado por Natureza	Nota	
Receitas de Vendas de Mercadorias		R\$ 1.200.000
Receitas de Vendas de Serviços		R\$ 350.000
Custo das Mercadorias Vendidas		-R\$ 700.000
Mão de Obra e Encargos		-R\$ 360.000
Serviços de Terceiros		-R\$ 80.000
Materiais Consumidos		-R\$ 70.000
Depreciações	1	-R\$ 50.000
Amortizações	2	-R\$ 20.000
Receitas de Financiamentos a Clientes		R\$ 141.000
Despesas com Financiamentos a Clientes		-R\$ 120.000
Lucro na Venda e Impairment de Imobilizados e Intangíveis	3	R\$ 15.000
Variações Cambiais e Custo de Hedge com Fornecedores	4	-R\$ 26.000
Outras Receitas Operacionais	5	R\$ 70.000
Outras Despesas Operacionais	6	-R\$ 20.000
Lucro Operacional		R\$ 330.000
Etc.		

“Sempre surgirão dúvidas em muitas situações, e por isso o fundamental é entender a lógica básica da norma para sua aplicação. Exemplo não falado: a empresa desconta duplicata. Se essa é sua prática, o ajuste a valor presente já deverá ter sido feito, e alguma diferença ficará também no Operacional. Se não há essa prática, o desconto irá para Financiamento.”

5 As duas demonstrações para fins comparativos

Obviamente, a divulgação será de uma ou de outra, mas aqui, apenas para uma base comparativa, coloquemos o nosso exemplo nas duas formas, lado a lado. Foram feitas algumas aglutinações que não vamos detalhar. Aliás, compare ambas as demonstrações, leve em conta as informações dadas e entenda o que foi feito no Exemplo 12.

De novo: não é necessário fazer as duas, mas, sim, uma ou outra. Só colocamos ambas, lado a lado, para efeito de comparação. E estão bem sintetizadas. Na prática, podem ser ainda um pouco mais, já que, no exemplo, existe a atividade de financiamento a clientes, a atividade de Investimento é grande e de 3 naturezas, e existem operações descontinuadas. Junta-mos alguns números não materiais que estarão detalhados nas notas

e eliminamos alguns subtítulos por vermos que, na forma apresentada, fica tudo autoexplicativo. E note como a diferença entre ambas está apenas dentro do Lucro Operacional! Muito raro existir algo diferente. Não há matérias-primas consumidas, variações de estoques, etc., porque se trata de empresa comercial.

6 Demonstração dos Resultados Abrangentes

São poucas as novidades com relação a essa demonstração. Deve-se continuar apresentando o Resultado Líquido do período, os Outros Resultados Abrangentes e o Resultado Abrangente Total, bem como as reciclagens para a Demonstração do Resultado.

As receitas e despesas incluídas como Outros Resultados Abrangentes precisam agora ser distribuídas em duas categorias:

aquelas que serão recicladas ou reclassificadas para o resultado um dia, e aquelas que não serão recicladas nunca.

E devem ser transparentes também as receitas e despesas por conta de participação nos resultados abrangentes de coligadas, controladas em conjunto e, no caso brasileiro, também de controladas (nesse caso, no balanço individual).

Esses itens são sempre tratados líquidos de seus efeitos tributários, ou então mostrando-se os dois valores: o valor bruto e o valor do efeito tributário.

7 EBITDA

Já discutimos as Medidas de Desempenho Definidas pela Administração (MPMs – itens 117 e seguintes), mas, como o tão badalado (mal-entendido e pessimamente empregado em avaliação de empre-

Exemplo 12

Demonstração do Resultado Por Função			Demonstração do Resultado por Natureza		
	Notas			Nota	
Vendas de Bens e Serviços	1	R\$ 1.550.000	Vendas de Mercadorias	1	R\$ 1.200.000
Custo de Mercadorias e Serviços Vendidos	2	-R\$ 1.006.000	Custo das Mercadorias Vendidas	2	-R\$ 726.000
Lucro Bruto		R\$ 544.000	Mão de Obra e Encargos		-R\$ 360.000
Resultado com Financiamento a Clientes	3	R\$ 21.000	Depreciações e Amortizações	3	-R\$ 70.000
Despesas com Vendas	4	-R\$ 120.000	Receitas de Vendas de Serviços	4	R\$ 350.000
Despesas Administrativas	5	-R\$ 180.000	Resultado Financiamento a Clientes	5	R\$ 21.000
Outras Receitas e Despesas Operacionais	6	R\$ 65.000	Outras Receitas e Despesas Operacionais	6	-R\$ 85.000
Lucro Operacional		R\$ 330.000	Lucro Operacional		R\$ 330.000
Propriedades para Investimento	7	R\$ 66.000	Propriedades para Investimento	7	R\$ 66.000
Aplicações Financeiras	8	R\$ 96.000	Aplicações Financeiras	8	R\$ 96.000
Equivalência Patrimonial	9	R\$ 88.000	Equivalência Patrimonial	9	R\$ 88.000
Lucro Antes de Financiamento e Tributos Sobre o Lucro		R\$ 580.000	Lucro Antes de Financiamento e Tributos Sobre o Lucro		R\$ 580.000
Despesas Financeiras	10	-R\$ 255.000	Despesas Financeiras	10	-R\$ 255.000
Lucro Antes dos Tributos		R\$ 325.000	Lucro Antes dos Tributos		R\$ 325.000
Tributos Sobre o Lucro	11	-R\$ 93.000	Tributos Sobre o Lucro	11	-R\$ 93.000
Lucro das Operações Continuadas		R\$ 232.000	Lucro das Operações Continuadas		R\$ 232.000
Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	12	-R\$ 29.000	Resultado Líquido das Operações Descontinuadas	12	-R\$ 29.000
Lucro Líquido		R\$ 203.000	Lucro Líquido		R\$ 203.000
Atribuível aos sócios controladores		R\$ 180.000	Atribuível aos sócios controladores		R\$ 180.000
Atribuível aos não controladores		R\$ 23.000	Atribuível aos não controladores		R\$ 23.000
Lucro básico e diluído por ação das operações continuadas		R\$ 2,32	Lucro básico e diluído por ação das operações continuadas		R\$ 2,32
Lucro básico e diluído por ação		R\$ 2,03	Lucro básico e diluído por ação		R\$ 2,03

sas) EBITDA – ou Lajida (Lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações) grassa por aí, vamos dar uma atenção a ele. E como ele tem direta vinculação com a Demonstração do Resultado, tecemos alguns comentários sobre o assunto. Sem falar do mérito e de como utilizar esse conceito corretamente.

Se a empresa divulga qual o seu EBITDA e eventualmente seu EBITDA ajustado, agora precisa incluir uma Nota Explicativa específica, própria, explanando como essa Medida de Desempenho é calculada e, obrigatoriamente, vincular os números à Demonstração do Resultado ou a detalhes em notas explicativas (outras medidas podem utilizar valores do balanço, dos fluxos de caixa etc.). Suponhamos que, no nosso exemplo, a empresa divulga o valor do EBITDA ajustado pelos itens não recorrentes. Então, fica fácil montar a nota. A CVM hoje exige que as companhias abertas apre-

sentem primeiro o EBITDA primário para, depois, chegar ao ajustado. Assim, temos o Exemplo 13.

Há muitas determinações adicionais definidas pelo CPC 51, como efeitos de tributos e participações de não controladores nessas Medidas de Desempenho. Aqui, apenas, pequena introdução ao assunto.

E há outras Medidas de Desempenho definidas pela administração na prática, conforme cada empresa assim decida, e não vamos abordá-las, só nos detendo um pouco no EBITDA por só envolver contas de resultado. Não são considerados medidas de desempenho os índices tradicionais de análise de balanços, como capital circulante líquido, índice de liquidez corrente, imobilização do patrimônio líquido e outras, muito menos os que já são totais ou subtotais na DR (item 118), como lucro bruto, lucro das operações continuadas etc.

8 Conclusão

Procuramos evidenciar, com exemplos, os principais pontos relativos à nova Demonstração do Resultado conforme o CPC 51, obrigatório a partir de 2027. Entretanto, há mais ainda sobre a DR e muito mais coisas nessa norma do que os requisitos relativos a ela.

E, como principalmente em toda a nova norma, sempre há possibilidade de interpretações variadas. Ninguém é dono da verdade. Assim, cheque as afirmações e interpretações daqui com a sua interpretação na leitura da dita cuja norma IFRS 18, CPC 51.

Pessoal, esta é uma síntese (até que grande demais, não?), e não um tratado completo da matéria. E, mais uma vez, cuidado, porque há bastante novidade no CPC 51 sobre outras demonstrações, notas explicativas, agregação e desagregação de saldos, medidas de desempenho etc.

Parabéns se conseguiu chegar até aqui! Agora, leia o CPC 51 na íntegra, as Bases para Conclusão e os Exemplos originais, e releia este material. Favor, enviar correções e ajustes para emartins@usp.br

Exemplo 13 – Medidas de Desempenho (fora das Demonstrações Contábeis)

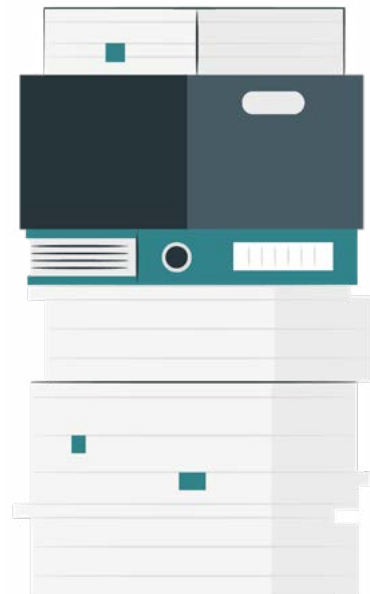
Valor do EBITDA ajustado divulgado no relatório da administração e nos <i>press releases</i> da empresa, assim calculado:	
Lucro Líquido (DR)	R\$ 203.000
(+) Resultado com Financiamentos (DR)	R\$ 255.000
(-) Resultado com Financiamento a Clientes (DR)	-R\$ 21.000
(-) Receitas de Aplicações Financeiras	-R\$ 96.000
(+) Variações Cambiais e Hedge <i>c/</i> Forneced. (Nota Z)	R\$ 26.000
(+) Tributos Sobre o Lucro (DR)	R\$ 93.000
(+) Tributos Sobre Operações Descontinuadas (34%) (Nota Z)	-R\$ 14.939
(+) Depreciações (DR ou Nota X)	R\$ 50.000
(+) Amortizações (DR ou Nota X)	R\$ 20.000
(+) Impairments de imobilizados e intangíveis (Nota Z)	R\$ 30.000
EBITDA (cfé. CVM antes mudança)	R\$ 545.061
(-) Lucro na Venda de Imobilizados (Nota 9 ou 4)	-R\$ 45.000
(+) Lucro Operações Descontinuadas Antes I.R. (Nota Z)	R\$ 43.939
EBITDA Ajustado	R\$ 544.000

Observações:

DR – O valor que está com “DR” é visto diretamente da Demonstração do Resultado, tanto por função (exemplo 4) quanto por natureza (exemplo 11 completado).

Tributos Sobre Operações Descontinuadas – Há a menção à Nota Z, em que deverá ser explicitado que, se o resultado é negativo, o Tributo funciona como recuperação. E, se o líquido é R\$29.000, o bruto, antes da recuperação (34%) precisa ser R\$43.939, e o Tributo, R\$14.939 (até eu sei um pouquinho de álgebra...). Essa nota não está neste trabalho, mas deverá constar nas demonstrações da empresa.

Lucro na Venda de Imobilizado e Impairment de Imobilizado e Intangíveis – Na demonstração por natureza (exemplo 11), está na nota 4; na por função, na nota 9.





ARTIGO CONVIDADO

Proposta de aprimoramento normativo de amostragem em auditoria: uma abordagem por meio da Contabilometria

Esta pesquisa apresenta uma proposta de aprimoramento para a Norma Brasileira de Contabilidade de Auditoria Independente NBC TA 530 (R2), que versa sobre a amostragem em auditoria. O objetivo central é mitigar lacunas informacionais de cunho contabilométrico que foram identificadas como fatores de inconsistência e potencial fragilidade nas práticas de auditoria no contexto brasileiro. A metodologia comparativa empregada inspirou-se na riqueza de detalhes e orientações práticas contidas no *Audit Sampling Guide* do *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA). A partir dessa análise, foram formuladas dez propostas de melhoria, estruturadas para oferecer maior clareza e detalhamento. Tais propostas abrangem um espectro amplo, desde a redefinição e aprofundamento de termos cruciais, como “amostra representativa” e “distorção tolerável”, até a padronização de métodos práticos para o cálculo e a determinação do tamanho da amostra, o tratamento adequado de itens não examináveis, a metodologia de projeção de distorções e a formalização dos requisitos de documentação da amostragem. A validação das propostas foi um pilar fundamental do estudo, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com profissionais de auditoria atuantes em grandes firmas globais e renomado acadêmico da área. Os resultados obtidos nessas entrevistas convergiram para um forte endosso à relevância das alterações propostas, confirmando que estas não apenas preenchem lacunas percebidas no mercado, mas também alinham a norma com as melhores práticas internacionais. Este trabalho aspira a funcionar como um guia orientador e um subsídio robusto para futuras revisões normativas, além de oferecer um manual prático para auditores.

Alvaro Bueno Ferreira

Mestre em Ciências Contábeis, Controladoria e Finanças pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Possui MBA em Finanças pelo Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper). É graduado em Ciências Contábeis e em Ciências Atuariais pela PUC-SP.
E-mail: mu-alvaro@hotmail.com

Fernando de Almeida Santos

Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP e mestre em Administração pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Graduado em Ciências Contábeis, Administração e em Administração Pública. É professor do Mestrado Profissional em Ciências Contábeis, Controladoria e Finanças e do mestrado em Administração da PUC-SP.
E-mail: fernando@fernandoasantos.com.br

Ernani Ott

Doutor em Ciências Econômicas e Empresariais - Universidad de Deusto. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Atua como Membro da Academia Brasileira de Ciências Contábeis e da Academia de Ciências Contábeis do Rio Grande do Sul.
E-mail: ernaniott@gmail.com

José Carlos Marion

Possui doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado pela Kansas University - Kansas - EUA (1992). É Livre Docente pela FEA/USP e professor do Mestrado Profissional em Ciências Contábeis, Controladoria e Finanças da PUC-SP. É membro da Academia Paulista de Contabilidade.
E-mail: jcmarion@pucsp.br

1 Introdução

1.1 Tema e contexto da pesquisa

Em um contexto em que a contabilidade passa por transformações profundas, principalmente no que tange a novas tecnologias associadas às ferramentas de manipulação de dados diários pelo contador, faz-se necessária a revisão constante das normas contábeis com o objetivo de melhoria da:

- Qualidade dos trabalhos a serem executados.
- Uniformidade de práticas, procedimentos e produtos contábeis.
- Segurança das informações produzidas.
- Efetividade e eficiência das técnicas e dos produtos.

Atualmente a NBC TA 530 conta com algumas lacunas informacionais de ordem contabilométrica/estatística importantes que impactam diretamente a uniformidade de práticas e procedimentos que são realizados pelos auditores independentes



no Brasil. Essa lacuna informacional pode ser traduzida em um risco de amostragem maior, que nada mais é do que o risco do auditor concluir, com base em amostragem, de forma errada, sobre a população da qual a amostra foi retirada e, por conseguinte, aumentar o risco de emissão de opiniões equivocadas. Algumas das lacunas que influenciam o risco de amostragem são citadas a seguir:

- Definição de população.
- Diferença entre amostragem estatística ou não estatística.
- Estratificação.
- Distorção tolerável.
- Taxa tolerável de desvio.
- Tamanho da amostra.
- Seleção aleatória.
- Projeção de distorções.
- Avaliação dos resultados.

É importante verificar que as lacunas não são exaustivas, mas referem-se, em sua maioria, a áreas da estatística que fazem parte do currículo na formação de contadores no Brasil e que, por sua vez, estão contidas na matéria denominada, em 1982, pelo Professor Doutor Sérgio de Ludicibus como Contabilometria. Segundo Ludicibus (1982), Contabilometria significa métodos quantitativos aplicados à solução de problemas contábeis reais.

Outro assunto que se faz necessário tratar neste trabalho é a crescente importância das matérias quantitativas no âmbito da Contabilidade, ou seja, contabilométricas. Conforme Figueiredo e Moura (2001), a necessidade de os contadores se aprofundarem nas matérias quantitativas é vital para que as demandas dos usuários das informações contábeis sejam plenamente atendidas e para que haja o oferecimento de maior leque de possibilidades e soluções pela Contabilidade. Esse tema tem direta relação com este estudo, pois na média a formação do contador não oferece base estatística robusta o suficiente para atender a todas as

exigências das normas relativas à amostragem. Embora as grades de Ciências Contábeis incluam em geral disciplinas de estatística, estas normalmente são introdutórias e não abordam em profundidade os conceitos e as técnicas necessárias para a aplicação da amostragem em auditoria.

Ainda que o artigo de Al Shanti *et al.* (2023) tenha como objeto as auditorias na Jordânia, ele destaca que um dos desafios mais significativos na implementação da International Standard on Auditing (ISA) 530 consiste nas deficiências identificadas na educação e na manutenção do conhecimento dos auditores. O trabalho aponta que a compreensão e a aplicação dos requisitos da ISA 530, incluindo a seleção de amostras representativas e a interpretação de seus resultados, são ainda mais desafiadoras devido à lacuna no treinamento e na atualização dos profissionais.

1.2 Justificativa da pesquisa

Esta pesquisa se mostra muito atual e relevante, visto que existem lacunas informacionais importantes para aplicação da amostragem em todo seu rigor técnico e metodológico no contexto das auditorias das demonstrações contábeis, seja no Brasil ou no exterior, o que pode fazer com que o risco de amostragem para esse tipo de trabalho seja aumentado.

Outro ponto importante a ser destacado é que o tema de amostragem em auditoria é desafiado por parte dos órgãos supervisores e reguladores. Ao acessar o site do PCAOB (*Public Company Accounting Oversight Board*), um dos mais importantes órgãos reguladores mundiais da atualidade, situado nos Estados Unidos, e verificar o *link* de *Firm Inspection Reports*, é possível constatar que os relatórios emitidos pelo referido órgão contêm temas que são pertinentes à NBC TA 530.

“Esta pesquisa se mostra muito atual e relevante, visto que existem lacunas informacionais importantes para aplicação da amostragem em todo seu rigor técnico e metodológico no contexto das auditorias das demonstrações contábeis, seja no Brasil ou no exterior, o que pode fazer com que o risco de amostragem para esse tipo de trabalho seja aumentado.”



A relevância do PCAOB é inegável, pois foi originado pela Lei Sarbanes-Oxley (SOX), em 2002, como resultado de grandes escândalos empresariais no início dos anos 2000, com o objetivo principal de restaurar a confiança dos investidores na auditoria de companhias públicas. A entidade regula os auditores e supervisiona as auditorias, por meio de inspeções anuais em firmas que auditam mais de cem empresas públicas e trienais em firmas menores. As inspeções do PCAOB demonstram ter efeitos reais na melhoria da qualidade da auditoria e asseguram a competência das firmas inspecionadas, levando-as a adotar ações para ajustar as deficiências identificadas. Não obstante, o processo de inspeção do PCAOB é importante para identificar deficiências recorrentes no processo de auditoria, contribuindo para a melhoria da qualidade geral das auditorias (Constance; Lennox; Li, 2025).

1.3 Problemática

A NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, de 4 de dezembro de 2009, é uma norma pautada unicamente em diretrizes dadas aos contadores, ou seja, ela não se preocupa com o fato de que esses profissionais não possuem formação estatística/contabilométrica suficiente-

mente profunda para lidar com as complexidades das necessidades estatísticas da profissão que são:

- Definição da amostra, tamanho e seleção.
- Métodos de seleção da amostra.
- Projeção de distorções.
- Dentre outros aspectos.

A NBC TA 530 foca apenas em diretrizes gerais, ao passo que o como fazer e a discussão das formas disponíveis no mercado para realizar amostragens, projeções, avaliação dos resultados e ferramentas tecnológicas ficam em segundo plano. Soma-se o fato de que os contadores e auditores não possuem toda a formação técnica necessária para aplicar os instrumentos estatísticos requeridos, isso faz com que o risco de amostragem dos trabalhos de auditoria se eleve e, por conseguinte, aumente o risco de detecção do auditor, podendo acarretar um relatório de auditoria com falhas.

Sendo assim, tem-se a seguinte problemática: é possível gerar aprimoramentos da atual norma NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, de 4 de dezembro de 2009, com a finalidade de melhorar a qualidade dos trabalhos, a uniformidade de práticas, procedimentos e produtos, a segurança das informações produzidas, e a efetividade e eficiência das amostragens em auditoria externa?

1.4 Objetivo da pesquisa

O objetivo deste estudo é de gerar aprimoramento normativo da atual norma NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, de 4 de dezembro de 2009, uma vez que ela carece de melhorias, especificação técnica e assertiva sobre metodologias e parâmetros de cálculo de amostragens em trabalhos de auditoria independente.

1.5 Contribuição do estudo

Com este trabalho, espera-se que tanto as Normas Brasileiras de Contabilidade, bem como as internacionais se valham da implementação normativa proposta para que o mercado tenha mais qualidade, uniformidade, segurança, eficácia e eficiência no que tange aos procedimentos e às conclusões dos trabalhos de auditoria de demonstrações contábeis.

Em especial, para as empresas de auditoria, esta pesquisa busca sistematizar as metodologias e os critérios de amostragens, tornando-se uma proposta de manual de regulação com critérios mais objetivos e detalhados, com base em uma metodologia desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e validação de profissionais. Tais procedimentos possibilitam maior segurança e uniformidade para os processos.

Já para órgãos reguladores e supervisores, espera-se que sirva como esclarecimento objetivo de premissas e critérios utilizados pelos auditores. Para as empresas, investidores e sociedade, presume-se que sirva como um reforço de qualidade nos números contábeis, uma vez que a qualidade da auditoria influencia diretamente na assertividade dos números contábeis.

É também previsto, caso a implementação normativa não seja aprovada pelos órgãos reguladores correlatos, que esse trabalho seja um manual para os contadores/auditores e que possa nortear os seus trabalhos, para assegurar que os métodos e as premissas estatísticos estejam ao menos uniformes e conferir mais segurança aos usuários das informações contábeis.

2 Referencial Teórico

A base teórica para a compreensão dos aprimoramentos propostos para a NBC TA 530 reside na interseção de conceitos fundamentais da Contabilometria e dos princípios da Auditoria.

2.1 Contabilometria: métodos quantitativos aplicados à Contabilidade

O termo Contabilometria no Brasil foi criado pelo Professor Doutor Sérgio de Iudicibus, em 1982, em

um artigo publicado na Revista Brasileira de Contabilidade, o qual tinha como objetivo conjecturar um campo de especialização contábil focado em métodos quantitativos e sua importância.

Essa iniciativa propunha a reflexão acerca do papel dos contadores em relação à análise e à previsão no campo da Contabilidade, uma área que se preocupava muito com o passado e pouco com o futuro. Em seu artigo, Iudicibus (1982) comparou a Contabilometria com a Econometria, e isso foi fundamental para dar base à nova disciplina.

Segundo Corrar e Theóphilo (2008), em 1994 o Professor Doutor Sérgio de Iudicibus transferiu a responsabilidade ao Professor Doutor Luiz João Corrar de ministrar a disciplina Contabilometria no curso de doutorado em Controladoria e Contabilidade do Departamento de Contabilidade e Atuação da Universidade de São Paulo (USP).

Embora existam registros de que a disciplina de Contabilometria tenha sido ministrada antes disso, é possível verificar no sistema Jupiterweb da USP que ela fora ativada em 1º de janeiro de 2009 e desativada em 30 de janeiro de 2023 (Universidade de São Paulo, [s.d.]).

O artigo de Marion e Silva (1986) atesta que a designação Contabilometria é a mais usual, apesar de o termo Contimetria ser o mais adequado. Eles destacam que o termo Contabilometria era inexistente nas bibliografias e nos dicionários contábeis da época, o que os levou a concluir que o Professor Doutor Sérgio de Iudicibus foi o pioneiro em lançar tal termo nos anais contábeis, adjunto de seus princípios e suas características gerais.

A Contabilometria pode ser definida como a utilização de métodos quantitativos em con-

texto de fenômenos contábeis reais, por vezes, utilizando-se de métodos apropriados de inferência. Essa definição, proposta originalmente por Carl F. Christ para Econometria e ajustada pelo Professor Doutor Sérgio de Iudicibus para o contexto das Ciências Contábeis, indica que a disciplina não deve ser confundida com a simples aplicação de métodos quantitativos para resolver problemas contábeis estritamente de cunho teórico, mas sim congrega a teoria à prática para analisar fenômenos contábeis reais (Iudicibus, 1982).

Robles Júnior (1988) afirma que, mesmo que fenômenos contábeis reais sejam o ideal para uma simetria exata com a definição de Econometria, a maioria dos fatos contábeis é resultado de eventos econômicos reais. Ele argumenta que, fora da teoria, essas sofisticadas não são relevantes, pois há um vasto espectro de fenômenos e transações econômicas que também se enquadram como fatos contábeis e vice-versa. A Contabilidade, por sua vez, utiliza-se de mecanismos patrimoniais, permite a correlação de causas e efeitos de forma própria e com interpretações distintas de outras ciências.

Segundo Iudicibus (1982), a Contabilometria deve seguir algumas propriedades básicas, sendo elas:

- Relevância: uma equação contabilométrica deve ser pertinente a um problema significativo.
- Simplicidade: uma equação contabilométrica deve ser suficientemente clara e lógica.
- Plausibilidade teórica: uma equação contabilométrica deve ser consistente com uma teoria contábil bem estabelecida.
- Capacidade explicativa: uma equação contabilométrica deve ser consistente com os dados contábeis disponíveis e relevantes.



- Acurácia dos coeficientes: importância de conhecer precisamente os coeficientes da equação, especialmente quando o valor de algum coeficiente é crítico para o problema em análise.
- Capacidade preditiva: propriedade mais valorizada da Contabilidade, porque visa que as equações possam antecipar, prever ou estimar eventos futuros.

2.2 Contexto normativo da amostragem em auditoria

No Brasil, a norma vigente na data de publicação deste trabalho que trata sobre amostragem em auditoria é a Norma Brasileira de Contabilidade de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica (NBC TA) 530 – Amostragem em Auditoria, a qual foi publicada no Diário Oficial da União em 4 de dezembro de 2009 e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2010, aprovada pela Resolução CFC nº 1.222/2009 do Conselho Federal de Contabilidade. A NBC TA 530 foi criada em consonância ao processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aos padrões internacionais, um movimento que tinha como objetivo harmonizar as práticas contábeis e de auditoria no país com as melhores práticas internacionais (CFC, 2025).

Para o IFRS *Foundation* (2025), em relação ao contexto internacional normativo da amostragem em auditoria, há a necessidade de se fazer duas distinções, uma em relação aos países que adotam às normas do *International Accounting Standards Board* (IASB), e outra, aos que adotam às normas do *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB) e *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA).

Considerando-se os países que adotam às normas do IASB, a norma análoga à NBC TA 530 é a *International Standard on Auditing*

(ISA) 530 – *Audit Sampling*, que nada mais é do que a sua versão em inglês, ou seja, a NBC TA 530 é a tradução da ISA 530, do inglês para o português. Cabe ressaltar que sua última revisão foi publicada em 20 de maio de 2022 pelo IASB (IFRS *Foundation*, 2025).

Por fim, em relação aos países que adotam às normas do PCAOB e AICPA, as normas análogas à NBC TA 530 são respectivamente a *Auditing Standards (AS) 2315 – Audit Sampling* para entidades públicas e *U.S. Auditing Standards – AICPA (Clarified) [AU-C] Section 530 – Audit Sampling* para entidades não públicas. A primeira, AS 235, está vigente desde 25 de junho de 1983 e, em 13 de maio de 2024, teve uma revisão que que entrou em vigor em 15 de dezembro de 2025, e a segunda, *AU-C Section 530*, está vigente desde 15 de dezembro de 2022 (PCAOB, 2025).

2.3 Riscos de auditoria e o papel da amostragem

A auditoria de demonstrações contábeis busca aumentar o grau de confiança dos usuários nas informações financeiras por meio da emissão de uma opinião sobre sua adequação (CFC, 2016). Para isso, o auditor deve obter segurança razoável de que as demonstrações estão livres de distorções relevantes, seja por erro ou fraude. O modelo de risco de auditoria é formado por três componentes:

- **Risco inerente:** a suscetibilidade de uma afirmação a uma distorção relevante, antes da consideração de controles (IAASB, 2019).
- **Risco de controle:** a probabilidade de uma distorção relevante não ser prevenida ou detectada e corrigida tempestivamente pelo sistema de controle interno da entidade (IAASB, 2019).

- **Risco de distorção relevante (ROMM):** a combinação do risco inerente e do risco de controle (IAASB, 2019).

O auditor deve controlar o risco de detecção, que é a probabilidade de que os procedimentos de auditoria não identifiquem distorções materiais (IAASB, 2019). A gestão do risco de detecção é fundamental para atingir os objetivos da auditoria. Nesse contexto, a amostragem estatística é uma ferramenta valiosa, pois permite ao auditor determinar a extensão de seus procedimentos e obter evidência suficiente e apropriada com base científica, influenciando diretamente a eficácia dos testes de controle e dos testes de detalhes substantivos (FRC, 2022). A ausência de um direcionamento claro na NBC TA 530 sobre a aplicação prática da amostragem estatística pode amplificar o risco de detecção e comprometer a qualidade geral da auditoria.

3 Métodos e Técnicas

Esta parte do estudo detalha a metodologia utilizada para identificar as lacunas normativas na NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria e para propor aprimoramentos com base nas diretrizes do livro *Audit Sampling Guide do American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA). O objetivo maior foi o de criar uma análise comparativa que resultasse em sugestões fundamentadas, compiladas em um resumo das melhorias propostas e dos riscos associados à sua não implementação. A abordagem metodológica visa garantir a rastreabilidade do processo de identificação e proposição de aprimoramentos normativos.



3.1 Processo de coleta de dados

O processo de coleta de dados foi focado na obtenção de documentos normativos e de orientação que constituem a base do referencial teórico para a análise comparativa. Os dados foram extraídos dos textos integrais da NBC TA 530 e do livro *Audit Sampling Guide*.

A coleta ocorreu da seguinte forma:

- **Obtenção da NBC TA 530 (R2):** a norma brasileira, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), foi acessada e baixada do site do CFC, o que assegurou a obtenção da versão mais atualizada disponível para análise. O documento foi baixado em formato PDF.
- **Obtenção do *Audit Sampling Guide*:** o livro, desenvolvido pelo *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), foi obtido por meio de repositórios acadêmicos que asseguram a integridade do material. O documento também estava em formato PDF.
- **Leitura inicial dos documentos:** ambos os arquivos PDF foram lidos para permitir a identificação do texto, buscas por palavras-chave e navegação facilitada.

A escolha de documentos em formato PDF foi intencional, visto

que preserva a formatação e paginação originais, elementos importantes para referenciar os trechos exatos durante a análise, quando pertinente.

3.2 Materiais analisados

Os materiais que serviram como base de comparação deste estudo foram dois documentos de natureza distinta, mas complementares para o objetivo da pesquisa:

NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria

- **Natureza:** Norma Brasileira de Contabilidade de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica (NBC TA).
- **Origem:** Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Brasil, convergente com a ISA 530 internacional.
- **Características:** documento de caráter normativo e diretivo. Com estrutura concisa, apresenta definições, requisitos, um material de aplicação e outros materiais explicativos, além de apêndices com fatores que influenciam o tamanho da amostra e dos métodos de seleção. O foco principal é no estabelecimento dos princípios e exigências essenciais para o uso da amostragem em auditoria.

- **Função na pesquisa:** serve como o documento alvo de implementação, cujas lacunas foram identificadas e propostas para aprimoramento.

Audit Sampling Guide (AICPA)

- **Natureza:** guia de auditoria; publicação interpretativa das *Generally Accepted Auditing Standards* (GAAS).
- **Origem:** *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), Estados Unidos.
- **Características:** documento profundamente detalhado e prático. Vai muito além dos requisitos normativos, oferecendo orientações profundas para a aplicação prática da amostragem. Inclui exemplos ilustrativos, estudos de caso, tabelas para cálculo de tamanho de amostra e avaliação de resultados, bem como discussões sobre nuances e cenários específicos da amostragem estatística e não estatística. Por ser um guia, trata-se de material consultivo para auxiliar o auditor na execução de seu trabalho.
- **Função na pesquisa:** serve como o documento de referência e comparação, fornecendo o arcabouço teórico de boas práticas e detalhamentos que serão propostos para aprimorar a NBC TA 530.

“Com este trabalho, espera-se que tanto as Normas Brasileiras de Contabilidade, bem como as internacionais se valham da implementação normativa proposta para que o mercado tenha mais qualidade, uniformidade, segurança, eficácia e eficiência no que tange aos procedimentos e às conclusões dos trabalhos de auditoria de demonstrações contábeis.”



A análise preliminar desses materiais já apresentou uma diferença notória na profundidade e no escopo da orientação oferecida, o que reforça a relevância da presente pesquisa em buscar melhoria da norma NBC TA 530 (R2).

3.3 Protocolo de pesquisa

O protocolo de pesquisa foi delineado em etapas sequenciais e iterativas, visando a uma análise comparativa aprofundada e à formulação de propostas de aprimoramento.

3.3.1 Revisão estruturada da NBC TA 530

O processo iniciou-se com uma leitura atenta e estruturada da NBC TA 530. Cada item, desde o sumário até os apêndices, foi objeto de análise individualizada para compreender a sua diretriz e o nível de detalhe fornecido. Foram identificados os principais conceitos, requisitos e as orientações de aplicação.

3.3.2 Mapeamento e comparação com o *Audit Sampling Guide*

Para cada seção e item da NBC TA 530, foi realizado um mapeamento correspondente no *Audit Sampling Guide*. O objetivo foi identificar como o guia americano abordava o mesmo tópico. A comparação focou em:

- Cobertura: o tópico é abordado?
- Profundidade: qual o nível de detalhe e explicação?
- Praticidade: são fornecidos exemplos, estudos de caso, tabelas, fórmulas ou fluxogramas?
- Abordagens alternativas: o guia apresenta métodos ou considerações não presentes na norma brasileira?

Ferramentas de busca textual em PDF foram empregadas para agilizar a localização de termos e seções correlatas, a fim de garantir a abrangência da comparação.

3.3.3 Ferramentas utilizadas

O processo foi suportado por:

- *Software* de leitura e edição de PDF: para visualização, busca e extração de texto dos documentos normativos.
- Ferramentas de processamento de texto: para a elaboração e organização das propostas em formato tabular, permitindo revisões e edições iterativas.

3.4 Aplicação de entrevistas

Foram aplicadas entrevistas técnicas com seis pessoas experientes, tanto da academia quanto das principais firmas de auditoria mundiais, para trazer segurança e amparo aos aprimoramentos propostos para a NBC TA 530 (R2). O objetivo foi obter opiniões práticas e acadêmicas sobre a viabilidade e relevância das sugestões de aprimoramento.

3.4.1 Seleção dos entrevistados

Foram planejadas seis entrevistas, organizadas da seguinte maneira:

- Profissionais de grandes empresas de auditoria: quatro entrevistas, uma com um profissional de cada uma das quatro maiores firmas de auditoria (Deloitte, PwC, EY e KPMG).
- Acadêmicos: duas entrevistas com professores universitários especializados em auditoria e normas contábeis.

3.4.2 Procedimento das entrevistas

As entrevistas foram realizadas sob os seguintes parâmetros:

- Plataforma: Microsoft Teams, permitindo flexibilidade e acessibilidade para os participantes.
- Duração: cada entrevista teve, em média, 1 hora e 30 minutos, totalizando aproximadamente 7 horas de discussões.

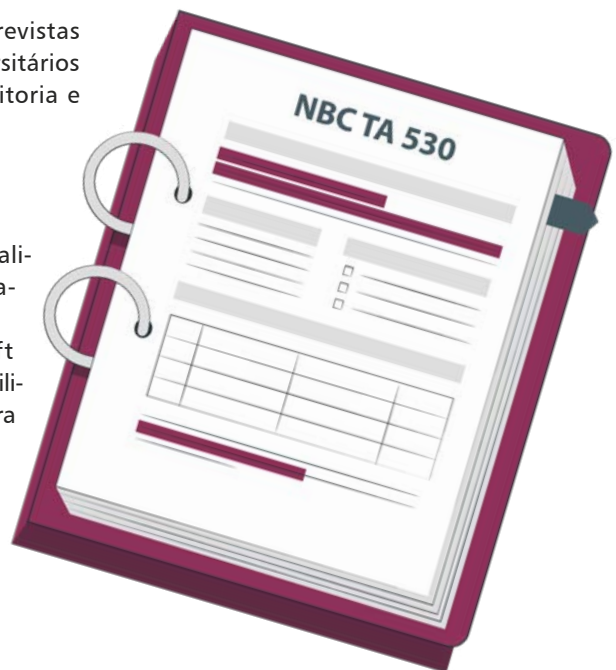
- Estrutura: as entrevistas foram estruturadas com perguntas abertas, que permitiram explorar as percepções dos entrevistados sobre cada um dos ajustes propostos.

3.4.3 Análise dos dados coletados

As entrevistas foram integralmente transcritas e submetidas à análise de conteúdo pelo autor, a qual objetivou identificar:

- Concordâncias e divergências: entre as percepções dos profissionais de auditoria e dos acadêmicos em relação aos ajustes propostos.
- Sugestões de aprimoramento: recomendações adicionais fornecidas pelos entrevistados para aprimorar as propostas, quando pertinente.
- Viabilidade prática: avaliação da aplicabilidade dos ajustes no contexto real das auditorias e no ensino acadêmico.

As percepções obtidas foram avaliadas e, quando pertinentes, incorporadas às propostas de aprimoramento da NBC TA 530, fortalecendo a relevância e a aplicabilidade das sugestões apresentadas nesta pesquisa.





4 Apresentação e Discussão dos Resultados

A análise comparativa e a validação por meio de entrevistas resultaram na formulação de dez propostas de aprimoramento para a NBC TA 530 (R2). Essas propostas visam preencher lacunas informacionais, aumentar a clareza e a especificidade técnica da norma, e alinhar as práticas brasileiras às melhores referências internacionais.

4.1 Propostas de melhoria

As propostas de melhoria foram desenvolvidas para mitigar os riscos associados à aplicação da amostragem em auditoria e fortalecer a qualidade e uniformidade dos trabalhos.

A) Risco não resultante da amostragem

– Problema: a NBC TA 530 (item 5 e A1) define o risco não resultante da amostragem, mas não oferece orientações explícitas sobre como mitigar esse risco, que decorre de falhas no planejamento, na execução ou interpretação da evidência não relacionadas à seleção da amostra.

– Proposta de aprimoramento: sugere-se adicionar texto ao item A1, indicando que esse risco pode ser reduzido a um nível aceitável por meio de “planejamento e supervisão adequados do trabalho de auditoria, conforme detalhado na NBC TA 300 (R1), e pela implementação de um sistema de controle de qualidade eficaz, como consta na NBC TA 220 (R3)”. Essa complementação fornece direcionamento claro para a mitigação.

– Riscos de não implementação: aumento da probabilidade de o auditor chegar a conclusões errôneas devido a falhas operacionais ou de julgamento não relacionadas à amostragem em si, mas à forma como o trabalho é conduzido. Isso pode resultar em um relatório de auditoria inadequado, mesmo que a amostragem tenha sido estatisticamente válida.

– Percepções nas entrevistas: houve forte concordância sobre a utilidade da proposta, sendo já uma prática comum em grandes firmas. No entanto, surgiram questionamentos sobre se a linguagem deveria ser mais impositiva para o sistema de controle de qualidade e se o escopo da mitigação se encaixa perfeitamente na NBC TA 530 ou em outras normas.

B) Amostra representativa

– Problema: a norma afirma que a amostra deve ser “representativa da população” (item A12), mas não detalha o significado profundo dessa representatividade, o que pode levar a interpretações equivocadas e a amostras enviesadas.

– Proposta de aprimoramento: sugere-se adicionar texto ao item A12, esclarecendo que uma amostra representativa significa que “a avaliação da amostra confi-

gura conclusões que, sujeitas às limitações do risco de amostragem, são semelhantes às aquelas que seriam tiradas se os mesmos procedimentos fossem aplicados a toda a população”. Isso reforça a necessidade de ausência de viés na seleção.

– Riscos de não implementação: interpretação incorreta do conceito de representatividade, o que gera confiança equivocada em amostras não representativas. Isso aumenta o risco de viés de seleção e compromete a acurácia das inferências sobre a população, elevando, conseqüentemente, o risco de auditoria.

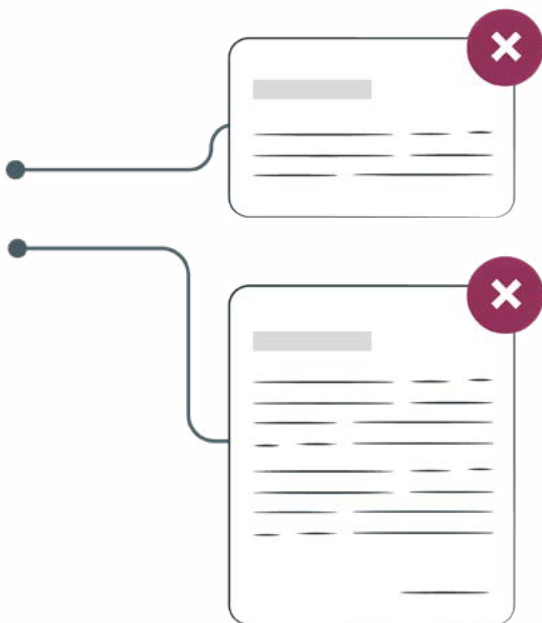
– Percepções nas entrevistas: consenso unânime sobre a necessidade de clareza na definição, com sugestões para garantir que a adição ao texto existente foque nos aspectos qualitativos da representatividade.

C) Distorção tolerável

– Problema: a NBC TA 530 (item 5 e A3) define distorção tolerável e a relaciona à materialidade de execução de forma simplificada, sem aprofundar os múltiplos fatores que influenciam sua determinação.

– Proposta de aprimoramento: Propõe-se a adição do “Anexo A – Fatores de Influência na Distorção Tolerável” e de texto no item A3 que enfatize que a determinação da distorção tolerável “não é um exercício meramente mecânico e requer o uso do julgamento profissional, considerando fatores que incluem, mas não se limitam aos mencionados no Anexo A”.

– Riscos de não implementação: definição muito subjetiva de distorção tolerável, o que pode levar a tamanhos amostrais inadequados (pequenos demais, aumentando o risco de não detecção; ou grandes demais, elevando o risco de ineficiência) e afetar a opinião de auditoria.



– Percepções nas entrevistas: forte concordância na inclusão de fatores e diretrizes, com sugestões de clarear a relação com a Materialidade de Execução (PM) e tornar o anexo de fatores praticamente mandatário, explicitando a necessidade de julgamento devidamente justificado.

D) Integridade da base amostral

– Problema: embora os itens 6 e A5 da NBC TA 530 exijam a obtenção de evidência sobre a integridade da base amostral, não há orientação prática sobre como verificá-la.

– Proposta de aprimoramento: sugere-se aprimorar o item A5, listando procedimentos que podem ser adotados, tais como “reconciliação do relatório fonte da amostra com os registros contábeis referentes”, “verificação da sequência numérica de documentos” e “procedimento de observação da extração sistêmica do relatório”.

– Riscos de não implementação: risco de selecionar amostras de uma população incompleta ou incorreta, levando a conclusões de auditoria incongruentes sobre a população real. Isso pode invalidar todo o trabalho de amostragem.

– Percepções nas entrevistas: consenso unânime sobre a relevância e a necessidade de detalhamento, com

sugestões de validar campos-chave dos dados, considerar conciliação com fontes terceiras independentes e garantir que a lista de procedimentos seja não exaustiva.

E) Direcionamento quantitativo para o tamanho da amostra

– Problema: a NBC TA 530 (itens 7, A11, apêndices 2 e 3) lista fatores que influenciam o tamanho da amostra, mas não fornece exemplos numéricos, tabelas ou fórmulas concretas para auxiliar nos cálculos, especialmente para amostragem estatística e para direcionar o julgamento na não estatística.

– Proposta de aprimoramento: visando à padronização de práticas e procedimentos de amostragem, propõe-se a adição de texto explicativo aos itens 7 e A11, incluindo referências a “Anexos B a F” que apresentem “tabelas e exemplos de cálculo que devem ser minimamente utilizados para guiar o julgamento profissional dos auditores, mas não se limitando a apenas elas”. As tabelas têm os seguintes títulos e objetivos:

- Anexo B – Referencial de tamanho de amostra para testes de controle.
- Anexo C – Referencial de tamanho de amostra para testes de detalhes.



- Anexo D – Formulação simplificada de tamanho de amostra para testes documentais.
- Anexo E – Tabelas de amostragem para testes de controle.
- Anexo F – Tabelas de amostragem para testes de documentais.
 - Riscos de não implementação: determinação incorreta e inconsistente do tamanho da amostra entre diferentes auditores e firmas. Isso pode resultar em auditorias ineficientes (amostras maiores que o requerido) ou ineficazes (amostras pequenas demais, aumentando o risco de distorções não detectadas). Dificuldade em justificar a extensão do trabalho em revisões de qualidade.
 - Percepções nas entrevistas: apresentou visão mista, mas a maioria a favor, com grande valor prático para padronização. O debate se concentrou na inclusão de tabelas e fórmulas como referencial mínimo (não mandatário) *versus* a manutenção de orientações qualitativas (ranges/fatores).

“A NBC TA 530 foi criada em consonância ao processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade aos padrões internacionais, um movimento que tinha como objetivo harmonizar as práticas contábeis e de auditoria no país com as melhores práticas internacionais (CFC, 2025).”

F) Itens não examináveis

– Problema: a NBC TA 530 (itens 10, 11 e A15) direciona o tratamento de itens não examináveis (substituição ou desvio/distorção), mas não aborda questões sobre reavaliação de riscos, especialmente o risco de fraude, quando há impossibilidade de validar a documentação.

– Proposta de aprimoramento: adiciona-se texto ao item 11, enfatizando que “é importante que o auditor avalie as razões pelas quais não se pode examinar os itens e avaliar os possíveis impactos nos riscos de distorção relevante e/ou no risco de fraude”. Isso exige uma análise mais profunda das causas.

– Riscos de não implementação: possibilidade de não tratar corretamente indicadores de fraude ou fa-

lhas de controle mais importantes, que poderiam requerer aumento da extensão dos trabalhos ou mudança de abordagem de auditoria.

– Percepções nas entrevistas: forte concordância na necessidade de maior detalhamento das implicações e do tratamento, com sugestão de linguagem mais impositiva para exigir avaliação aprofundada em caso de recorrência ou risco de fraude.

G) Anomalia e projeção de distorções

– Problema: o Item 13 da NBC TA 530 trata de anomalias, mas a discussão é superficial, podendo levar à interpretação de que é aceitável não projetar distorções em certas circunstâncias. A regra geral é que todas as distorções devem ser projetadas.

– Proposta de aprimoramento: sugere-se alterar o item 13 e adicionar texto ao item A17, reforçando que a anomalia deve ser tratada como uma exceção em “circunstâncias excepcionais e devidamente justificadas”, sendo que “a regra geral é projetar todas as distorções”. Exige-se documentação robusta para a justificativa.

– Riscos de não implementação: subavaliação das distorções totais na população, levando a uma opinião de auditoria não assertiva. Risco de justificar distorções que

seriam, na verdade, indícios de problemas de controle ou contabilidade, mascarando deficiências.

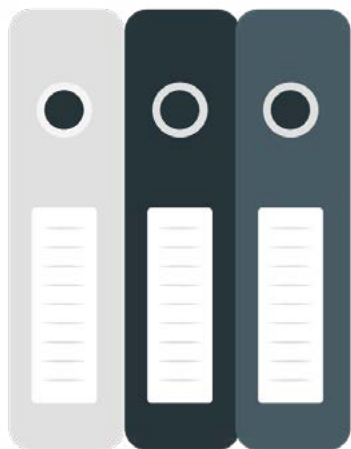
– Percepções nas entrevistas: forte concordância na importância de reforçar a regra de projeção e a justificativa de anomalias, com sugestões de segregar anomalias em quantitativas e qualitativas, explicitar que devem ser não recorrentes e fortalecer a necessidade de documentação robusta.

H) Métodos práticos de projeção de distorções

– Problema: a NBC TA 530 (item 14 e A18) exige a projeção de distorções, mas não detalha nenhum método para realizá-la, ignorando os diferentes contextos de amostragem.

– Proposta de aprimoramento: propõe-se a adição de texto aos itens 14 e A18, com o detalhamento de métodos de projeção, como Projeção por Taxa de Distorção, Projeção por Diferença e Projeção por Unidade Monetária (*Tainting*), e a explicação de quando cada um é apropriado.

– Riscos de não implementação: projeções de distorções inadequadas ou inconsistentes, levando a uma avaliação imprecisa do nível de distorção total da população. Isso pode resultar em distorções materiais não identificadas ou em trabalho de auditoria ineficiente.



“O presente estudo cumpriu integralmente seu objetivo de propor um aprimoramento normativo para a NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, destacando, de maneira robusta, as lacunas existentes e a necessidade de maior especificação técnica e diretrizes práticas para a aplicação de métodos contabilométricos e estatísticos no contexto da auditoria.”

– Percepções nas entrevistas: consenso unânime na necessidade de especificar os métodos de projeção, com a ressalva de que a lista de métodos deve ter “entre outros”, exigindo justificção para métodos não listados. Houve questionamento sobre a pertinência de incluir métodos menos comuns.

I) Extensão da amostra

– Problema: o item A23 da NBC TA 530 oferece alternativas caso a amostra não seja uma base razoável para conclusões, mas é genérico sobre aumentar o tamanho da amostra, sem detalhar quando essa extensão é apropriada ou como realizá-la de forma eficaz.

– Proposta de aprimoramento: adiciona-se texto ao item A23, sugerindo que, “quando o auditor optar por estender sua amostra, também deve considerar que a inclusão de poucos itens usualmente não tem um efeito significativo nas conclusões finais. Uma regra conservadora para estender amostras com uma única distorção identificada é aumentar o tamanho da amostra em pelo menos o número de itens da amostra original”. Enfatiza-se a avaliação da natureza e causa dos desvios antes de estender.

– Riscos de não implementação: extensões de amostra insuficientes, resultando em confiança de controles injustificada ou falha em detectar distorções materiais. Risco de não reconhecer a necessidade de alterar a abordagem de auditoria (ex: mudar para testes substantivos) quando a extensão da amostra não é a abordagem adequada.

– Percepções nas entrevistas: consenso unânime, com a regra de “dobrar a amostra” sendo um ponto-chave para formalização. Houve ênfase na avaliação da natureza da exceção antes de estender.

J) Documentação da amostragem

– Problema: embora a NBC TA 230 (R1) possua diretrizes gerais de documentação dos trabalhos de auditoria, a NBC TA 530 não possui uma seção específica para os requisitos de documentação de cada aplicação de amostragem.

– Proposta de aprimoramento: propõe-se a inclusão na norma de uma seção intitulada Documentação dos Procedimentos de Amostragem, detalhando minimamente os tópicos que devem ser documentados, como os objetivos do teste, a definição da população, a avaliação da integridade, os riscos e as taxas utilizadas, o método de determinação do tamanho e seleção da amostra, a descrição da execução e a avaliação da amostra.

– Riscos de não implementação: documentação incongruente dos trabalhos que envolvem amostragem, dificultando a justificção das decisões e conclusões da auditoria em revisões de qualidade internas ou inspeções regulatórias externas. Isso pode levar a questionamentos sobre a suficiência e adequação da evidência de auditoria.

– Percepções nas entrevistas: consenso unânime, considerada crucial para a *accountability* e clareza, com sugestões para reforçar a inclusão de normativos internos na documentação e considerar a NBC TA 230 como base, mas com detalhamento específico para amostragem.

5 Considerações Finais

O presente estudo cumpriu integralmente seu objetivo de propor um aprimoramento normativo para a NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, destacando, de maneira robusta, as lacunas existentes e a necessidade de maior especificação técnica e diretrizes práticas para a aplicação de métodos contabilométricos e estatísticos no contexto da auditoria. A análise comparativa metódica entre a norma brasileira e o aprofundado *Audit Sampling Guide* do AICPA identificou pontos críticos de deficiência, assim como forneceu as bases para soluções práticas.



As dez propostas de aprimoramento detalhadas, que abrangem desde a mitigação de riscos não resultantes da amostragem e a refinada definição de uma amostra representativa até a correta determinação da distorção tolerável, a verificação da integridade da base amostral, a oferta de direcionamento quantitativo para o tamanho da amostra, o tratamento de itens não examináveis, a compreensão e projeção de anomalias e distorções, a especificação de métodos práticos de projeção e a padronização essencial da documentação da amostragem, representam um esforço de transpor o conhecimento consolidado em guias internacionais para o arcabouço normativo brasileiro.

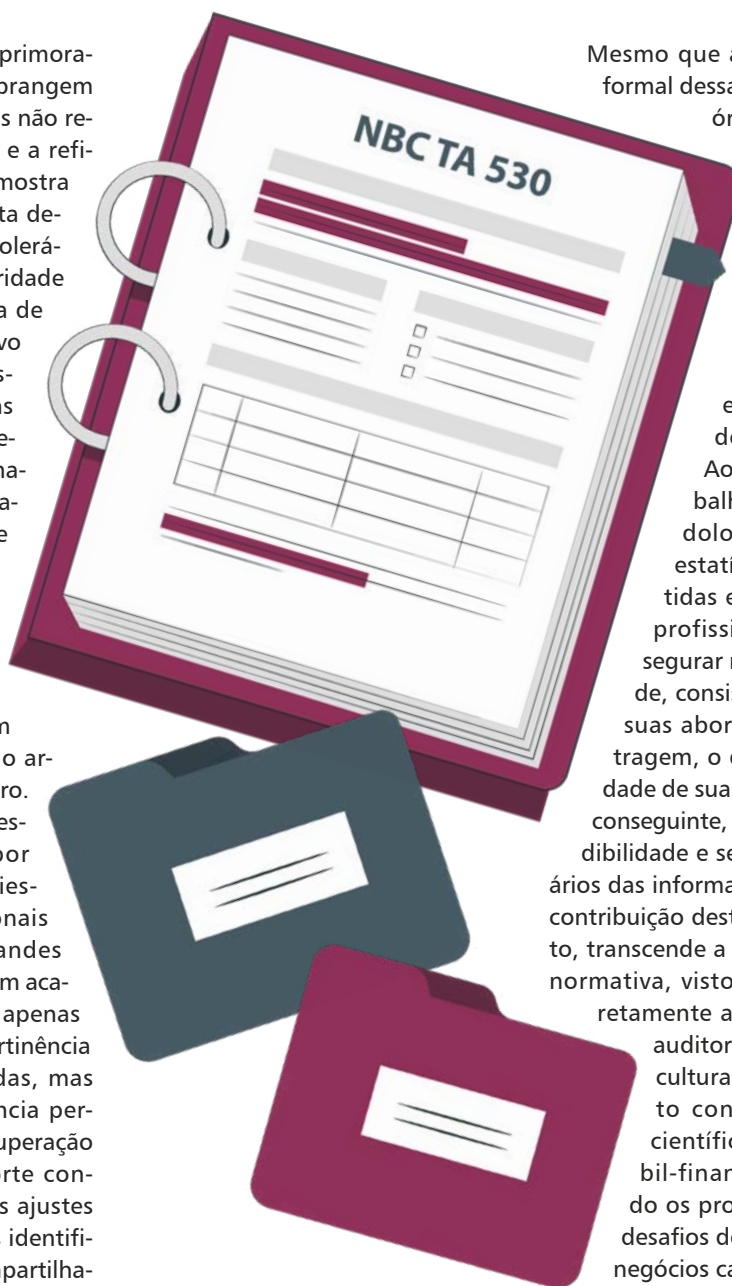
A robusta validação dessas propostas, obtida por meio de entrevistas semiestruturadas com profissionais de alta gerência das grandes empresas de auditoria e com acadêmicos renomados, não apenas reforça a relevância e a pertinência das modificações sugeridas, mas também enfatiza a urgência percebida no mercado pela superação dessas deficiências. O forte consenso sobre a maioria dos ajustes demonstra que as lacunas identificadas são percepções compartilhadas e que as soluções propostas são bem-vindas e cruciais para a evolução da prática de auditoria no país.

Esta pesquisa evidencia a importância de transformar o conhecimento prático e o julgamento profissional, que muitas vezes pode ser subjetivo e levar a inconsistências na aplicação da amostragem, em diretrizes normativas claras, objetivas e passíveis de verificação. Tal transformação contribuiria significativamente para maior uniformidade e segurança nos proce-

dimentos de amostragem em auditoria e promoveria melhorias substanciais na qualidade e na eficiência dos trabalhos, mitigando o risco de amostragem e, consequentemente, o risco de que as opiniões de auditoria sejam inadequadas ou falhas. A precisão na determinação do tamanho da amostra, a correta projeção de distorções e uma documentação completa e transparente são pilares para a credibilidade dos relatórios de auditoria e a confiança dos *stakeholders*.

Mesmo que a implementação formal dessas propostas pelos órgãos reguladores leve um tempo considerável, ou não ocorra em sua totalidade, o presente trabalho oferece um manual prático e real para contadores e auditores. Ao nortear seus trabalhos com as metodologias e premissas estatísticas aqui discutidas e aprimoradas, os profissionais podem assegurar maior uniformidade, consistência e rigor em suas abordagens de amostragem, o que eleva a qualidade de suas evidências e, por conseguinte, confere maior credibilidade e segurança aos usuários das informações contábeis. A contribuição deste estudo, portanto, transcende a esfera puramente normativa, visto que impacta diretamente a prática diária da auditoria e fomenta uma cultura de aprimoramento contínuo e de base científica na área contábil-financeira, preparando os profissionais para os desafios de um ambiente de negócios cada vez mais complexo e pautado em dados.

Além disso, abre portas para futuros estudos que podem aprofundar cada uma das propostas, testar sua aplicação prática em cenários diversos e avaliar o impacto efetivo de sua implementação na redução do risco de auditoria. Sugere-se ainda que sejam pesquisadas e/ou criadas metodologias mais tecnológicas de cálculo de tamanho amostral, considerando a capacidade de processamentos de novos *softwares* e inteligência artificial.



Referências

AL SHANTI, A. M. et al. Using International Standard No. 530 to improve information in auditors' reports. *Int. J. Economics and Business Research*, Genebra, 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). *NBC TA 200 (R1)*: objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria. Brasília, DF, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). *Normas Brasileiras de Contabilidade*. Brasília, DF: CFC, [s.d.].

CONSTANCE, Patience; LENNOX, Clive; LI, Chan. PCAOB inspection deficiencies and future financial reporting quality: Do the types of deficiencies matter? *Contemporary Accounting Research*, 2025.

FIGUEIREDO, Sandra; MOURA, Heber José de. A utilização dos métodos quantitativos pela contabilidade. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, DF, n. 127, p. 52-61, jan./fevereiro. 2001.

FINANCIAL REPORTING COUNCIL (FRC). *International Standard on Auditing (UK) 330 (Revised July 2017)*: The Auditor's Responses to Assessed Risks. Updated May 2022. [S. l.]: Financial Reporting Council, 2022.

IFRS FOUNDATION. *International Accounting Standards Board*. In: IFRS. Londres: IFRS Foundation, [s.d.].

INTERNATIONAL AUDITING AND ASSURANCE STANDARDS BOARD (IAASB). *International Standard on Auditing 315 (Revised 2019)*: Identifying and Assessing the Risks of Material Misstatement. New York: IFAC, 2019.

IUDICIBUS, Sérgio de. Existirá a contabilometria?. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, DF, n. 41, p. 44-46, abr./jun. 1982.

MARION, José Carlos; SILVA, Laercio Baptista da. Contabilometria: novo campo de estudos para a contabilidade. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, DF, n. 59, p. 35-40, out./dez. 1986.

PCAOB. *Auditing Standards: Analogous Standards*. Washington, D.C.: PCAOB, [s.d.].

ROBLES JÚNIOR, Antonio. Investigação sobre os méritos da tese da caracterização ou não de um campo de especialização que poderíamos denominar de contabilometria ou contimetria. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE* (13.: 1988: CUIABÁ, MT). [Anais] 13º Congresso Brasileiro de Contabilidade, 18 a 23 de setembro de 1988, Cuiabá, MT. Cuiabá: CRCMT, 1988. v. 1. 359 p. 312-337.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *JUPITERWEB*: informações sobre a disciplina RCC0303. [S. l.]: [s.d.].



Indicadores de gasto com pessoal e endividamento: uma análise dos estados da Federação à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), instituída pela Lei Complementar nº 101/2000, estabeleceu limites para os gastos com pessoal e o endividamento dos entes federativos brasileiros, com o intuito de assegurar o equilíbrio fiscal e a transparência na gestão pública. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar o desempenho fiscal dos estados brasileiros entre 2019 e 2023, considerando o cumprimento dos limites legais de gasto com pessoal e endividamento definidos pela LRF. A pesquisa adotou uma abordagem quantitativa, de caráter descritivo e documental, fundamentada na análise de dados extraídos dos relatórios de gestão fiscal (RGFs) disponibilizados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi). Foram examinados os indicadores de gasto com pessoal e Dívida Consolidada Líquida (DCL) em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), conforme os parâmetros legais vigentes. Os resultados revelaram uma tendência de redução gradual dos gastos com pessoal e manutenção do endividamento em níveis compatíveis com a LRF na maioria dos estados, embora alguns entes federativos tenham apresentado dificuldades pontuais ou recorrentes no atendimento aos limites. Como contribuição, o trabalho oferece uma análise detalhada por quadrimestre, contemplando também a trajetória de retorno dos estados em situação de descumprimento, o que permite compreender, de forma prática, a efetividade dos mecanismos de ajuste previstos na LRF. Conclui-se que, embora a LRF tenha se mostrado eficaz como instrumento de controle fiscal, sua aplicação exige adaptações às diferentes realidades regionais do país.

Graziela Nogueira da Cunha

Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

E-mail: grazzyellan@gmail.com

Yuri Dantas dos Santos

Bacharel em Ciências Contábeis (UFRN/Ceres), doutor em Ciências Contábeis (UFPB), mestre em Administração Pública (UFCG), especialista em Gestão Pública (IFRN) e professor efetivo no curso de Ciências Contábeis (UERN/Patu).

E-mail: yuridantas@uern.br

1 Introdução

A promulgação da Lei Complementar nº 101, em 2000, representou uma mudança significativa na condução da gestão das finanças públicas brasileiras, ao instituir um conjunto de regras fiscais voltadas para a disciplina, o controle do endividamento e a transparência na administração dos recursos públicos (Arraes; Matias-Pereira, 2024). Os autores destacam que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi modelada com base em outras normas voltadas ao controle dos gastos públicos, surgidas em contextos semelhantes de desequilíbrio fiscal, e criada como resposta às crises enfrentadas pelo país na década de 1990, passando a exigir dos entes federativos o cumprimento de limites legais, a publicação periódica de relatórios fiscais e a adoção de medidas corretivas em caso de descumprimento. Dessa forma, buscou-se não apenas conter práticas irresponsáveis de gasto público, mas também estruturar um ambiente de responsabilidade fiscal capaz de sustentar o equilíbrio das contas e a continuidade dos serviços essenciais.

O papel da LRF vai além de apenas estabelecer limites, pois ela também exige que os entes federativos mantenham a transparência fiscal por meio de relatórios periódicos e impõe sanções rigorosas para aqueles que não cumprem as normas estabelecidas. A intenção era não apenas controlar o endi-

vidamento excessivo, mas também promover um ambiente de responsabilidade fiscal que pudesse sustentar o desenvolvimento econômico e a oferta de serviços públicos de qualidade (Macedo; Corbari, 2009).

Estudos como o de Silva e Neto (2021) indicam que, apesar da criação da LRF com o propósito de controlar o endividamento dos entes federativos e limitar as despesas públicas, a lei não conseguiu evitar o aumento contínuo dos déficits fiscais a partir de meados da década de 2010. Ademais, os autores observam que a LRF não foi suficiente para regular, de forma uniforme, o endividamento em momentos de crise.

Portanto, a complexidade da gestão pública e as variações nas condições econômicas regionais fizeram com que muitos entes federativos, em determinados momentos, ultrapassassem os limites impostos pela LRF (Macedo; Corbari, 2009). Nesses casos, segundo explica o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), a lei prevê que os estados e municípios devem adotar medidas para retornar aos limites estabelecidos em um prazo de três quadrimestres, processo conhecido como “trajetória de retorno”, que envolve a implementação de superávits primários, a suspensão de novos empréstimos e o ajuste nas despesas para reconduzir as finanças ao equilíbrio (TCE-PE, 2000).

Nesse contexto, os gastos com pessoal e o endividamento

figuram como dois dos principais focos da LRF, a qual estabelece limites específicos para esses indicadores com o objetivo de assegurar o equilíbrio fiscal (Brasil, 2000). Contudo, o cumprimento desses limites ainda representa um desafio recorrente, sobretudo em períodos de crise, exigindo dos gestores públicos constante capacidade de ajuste (Silva; Neto, 2021). Diante desse cenário, surge a seguinte questão: qual o desempenho fiscal dos estados brasileiros em relação a gastos com pessoal e endividamento no que se refere ao cumprimento dos limites estabelecidos pela LRF?

Para buscar essa resposta, parte-se da hipótese de que o desempenho fiscal dos estados brasileiros acerca dessas duas dimensões tem apresentado uma tendência de melhora ao longo do tempo, possivelmente influenciada pela adoção de práticas de gestão fiscal mais rigorosas instituídas pela LRF. Essa hipótese é respaldada por autores como Linhares, Penna e Borges (2013), que destacam o papel da lei na indução de maior controle e disciplina na condução das finanças públicas estaduais. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo a análise do desempenho fiscal dos estados brasileiros, considerando os parâmetros estabelecidos pela LRF, em relação aos gastos com pessoal e ao endividamento, no período de 2019 a 2023. Busca também compreender como os entes federativos têm equilibrado suas contas diante de diferentes contextos econômicos e administrativos, a partir da observação da evolução dos indicadores ao longo do tempo, dos estados que ultrapassaram os limites legais, bem como das sanções previstas na legislação aplicáveis em situações de não conformidade e dos padrões de comportamento fiscal que se evidenciam no cenário nacional.



“O papel da LRF vai além de apenas estabelecer limites, pois ela também exige que os entes federativos mantenham a transparência fiscal por meio de relatórios periódicos e impõe sanções rigorosas para aqueles que não cumprem as normas estabelecidas.”

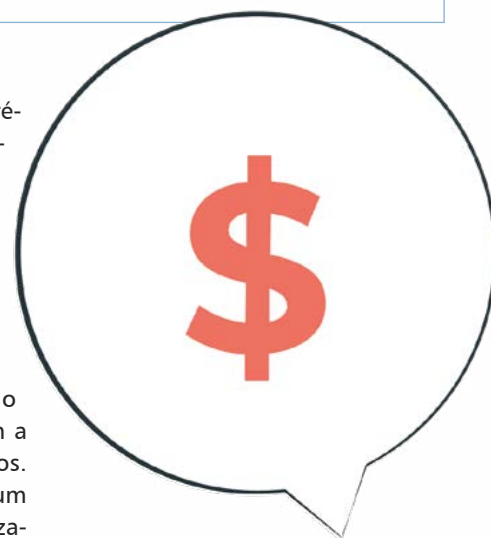
Para tanto, adotou-se uma abordagem quantitativa, com base em dados dos relatórios de gestão fiscal (RGFs), referentes ao período de 2019 a 2023. Foram analisados os indicadores de despesa com pessoal e endividamento dos 26 estados e do Distrito Federal, com foco exclusivo no Poder Executivo estadual, de acordo com os limites estabelecidos pela LRF, o que possibilitou a identificação de padrões e violações dos limites legais e a avaliação da trajetória fiscal dos entes ao longo do tempo.

A relevância científica deste estudo reside na análise conjunta e sistemática dos indicadores de gasto com pessoal e endividamento dos estados brasileiros, alinhada aos limites estabelecidos pela LRF. Essa abordagem, realizada em periodicidade quadrimestral, garante alinhamento metodológico com a própria legislação e permite observar com maior precisão as oscilações fiscais ao longo do tempo. Do ponto de vista social, a pesquisa contribui para o debate sobre a responsabilidade fiscal no país ao oferecer subsídios à gestão pública e fornecer informações úteis para a tomada de decisão de gestores e formuladores de políticas públicas. O recorte temporal de 2019 a 2023 reforça a importância do estudo,

por englobar tanto o cenário pré-pandemia quanto o período pós-pandemia de Covid-19, o que possibilita avaliar os efeitos de um choque extraordinário sobre as finanças estaduais. Outro aspecto original é a análise da trajetória de retorno dos entes que ultrapassaram os limites legais, evidenciando não apenas o descumprimento, mas também a efetividade dos ajustes realizados. Dessa forma, o trabalho oferece um panorama comparativo e atualizado sobre a aplicação da LRF e colabora para reflexões sobre sua eficácia e sobre a sustentabilidade das finanças públicas no Brasil.

2 Referencial Teórico

Este referencial teórico explora os mecanismos da LRF e suas implicações para a avaliação do desempenho fiscal dos estados brasileiros, com ênfase nos gastos com pessoal e no endividamento. A análise desses indicadores é fundamental para verificar o cumprimento dos limites legais estabelecidos pela legislação fiscal. Além disso, discutem-se os desafios enfrentados na prática, como a rigidez das regras e as disparidades regionais, que impactam a sustentabilidade fiscal.



2.1 LRF: mecanismos de controle e transparência

A LRF, instituída pela Lei Complementar nº 101 em 2000, foi um divisor de águas na gestão das finanças públicas no Brasil, pois, antes desse período, as administrações públicas se caracterizavam por déficits recorrentes, e as dívidas eram transferidas para os futuros gestores (Linhares; Penna; Borges, 2013). Ainda segundo esses autores, essa lei foi criada em um contexto de crescente descontrole fiscal e endividamento dos entes subnacionais (estados e municípios), tendo como principal objetivo impor disciplina fiscal, garantindo que os governos atuem de maneira responsável em relação à arrecadação e aos gastos públicos.

Um dos instrumentos de transparência da gestão fiscal previstos na LRF é o RGF. Esse tipo de relatório é essencial para acompanhar e avaliar a execução das metas fiscais, bem como promover a transparência e o controle das finanças públicas por parte dos gestores governamentais (Santos; Antunes, 2024). Conforme o art. 48 da LRF, o RGF deve ser elaborado ao final de cada quadrimestre, demonstrando a conformidade com os limites legais. Segundo os arts. 54 e 55, o relatório deve ser assinado pelos chefes dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público, e conter dados sobre despesas com pessoal, dívida consolidada, garantias e operações de crédito, além de indicar medidas corretivas quando necessário. A publicação desse documento dentro do prazo é fundamental para garantir o monitoramento fiscal e a sustentabilidade das contas públicas (Brasil, 2000).

Entre as principais ferramentas para a avaliação da saúde fiscal, destaca-se a Receita Corrente Líquida (RCL), definida no art. 2º da LRF, que corresponde ao total das receitas tributárias, contribuições, receitas patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, subtraídos determinados valores específicos. No caso da União, por exemplo, são descontados os valores transferidos aos estados e municípios, as contribuições mencionadas na Constituição e as contribuições dos servidores para a previdência e assistência social. Nos estados e municípios, a dedução inclui também as parcelas entregues aos municípios e as contribuições dos servidores. A RCL é utilizada para avaliar a capacidade de arrecadação e a saúde fiscal dos entes da Federação, sendo um dos principais parâmetros para o cumprimento das normas fiscais e dos limites de endividamento estabelecidos pela LRF (Brasil, 2000).

A partir da RCL, a LRF estabelece limites específicos para as despesas com pessoal e endividamento. Os arts. 18, 19 e 20 da LRF tratam da definição e dos limites das despesas com pessoal nos entes da Federação. O art. 18 estabelece que a despesa total com pessoal compreende todos os gastos com ativos, inativos e pensionistas, incluindo vencimentos, subsídios, gratificações, encargos sociais e contribuições previdenciárias. O art. 19 fixa os limites máximos da RCL que podem ser comprometidos com pessoal, e o art. 20 detalha a distribuição desses limites entre os poderes.

Na Tabela 1, estão os percentuais definidos pela LRF para cada poder ou órgão, conforme o ente federativo:

Caso o ente ultrapasse o limite máximo, deverá eliminar o percentual excedente nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, conforme disposto no art. 23. Enquanto perdurar o excesso, ficam vedadas transferências voluntárias, obtenção de garantias e contratação de operações de crédito, salvo aquelas destinadas ao pagamento da dívida mobiliária ou à redução de despesas com pessoal.

A LRF também estabelece mecanismos de controle preventivo e corretivo: o limite de alerta, previsto no art. 59, § 1º, inciso II, corresponde a 90% do limite máximo fixado no art. 20 e, ao ser atingido, o Tribunal de Contas emite um alerta preventivo para que o ente adote medidas de contenção.

Já o limite prudencial, estabelecido no art. 22, parágrafo único, equivale a 95% do limite máximo e, ao ser atingido, impõe restrições como a proibição de concessão de aumentos salariais (exceto por decisão judicial ou determinação legal), criação de cargos ou alteração de carreiras que impliquem aumento de despesa, nomeação de novos servidores (salvo reposição de aposentados e falecidos nas áreas de educação, saúde e segurança) e contratação de horas extras, exceto nas hipóteses previstas na Constituição. Esses mecanismos garantem que os entes da Federação não comprometam excessivamente sua RCL com despesas de pessoal, promovendo maior responsabilidade fiscal (Brasil, 2000).

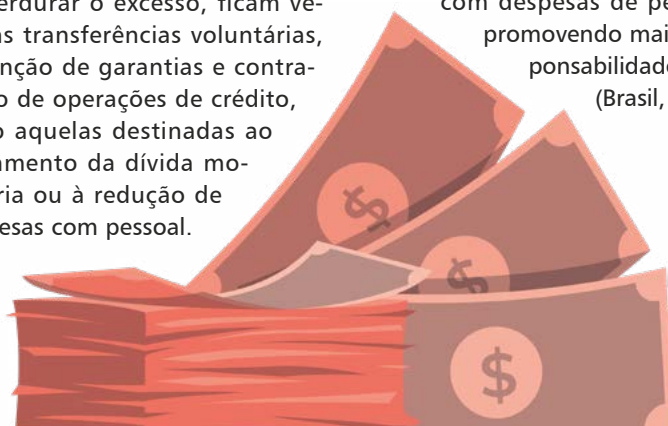


Tabela 1 – Limites da LRF para gasto com pessoal

Ente federativo	Poder/Órgão	Limite (%)
União	Legislativo	2,5 %
	Judiciário	6 %
	Executivo	40,9 %
	Ministério Público da União	0,6%
Estados	Legislativo	3 %
	Judiciário	6 %
	Executivo	49 %
	Ministério Público da União	2%
Municípios	Legislativo	6 %
	Executivo	54 %

Fonte: LRF – Lei Complementar nº 101/2000.

“Entre as principais ferramentas para a avaliação da saúde fiscal, destaca-se a Receita Corrente Líquida (RCL), definida no art. 2º da LRF, que corresponde ao total das receitas tributárias, contribuições, receitas patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, subtraídos determinados valores específicos.”

Além das despesas com pessoal, a análise da saúde fiscal dos entes públicos também envolve a avaliação do endividamento. Para analisar o endividamento dos entes públicos, é fundamental considerar a Dívida Consolidada Líquida (DCL), a RCL e a relação entre ambas (DCL/RCL), sendo a DCL correspondente ao montante da dívida consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, ao passo que a RCL representa a soma das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, conforme disposto na LRF (Hamada *et al.*, 2020).

Nesse sentido, a LRF, em seu art. 30, estabelece os seguintes limites para a DCL em relação à RCL de cada ente da Federação, como mostra a Tabela 2:

Caso esses limites sejam ultrapassados, o ente deve adotar medidas corretivas, sendo exigida uma redução de pelo menos 25% do valor excedente no primeiro quadrimestre, com o restante sendo ajustado até o cumprimento dos limites dentro dos três quadrimestres subsequentes, conforme o art. 31. Enquanto houver excesso, o ente fica proibido de

Tabela 2 – Limites da LRF para endividamento

Ente federativo	Limite da DCL em relação à RCL
União	300%
Estados	200%
Municípios	120%

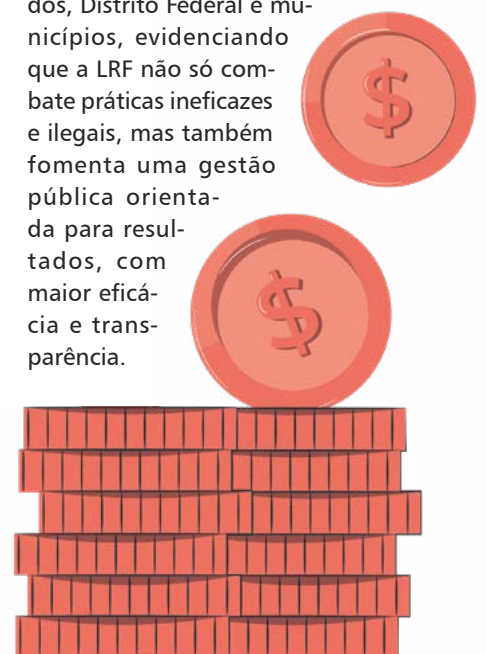
Fonte: LRF – Lei Complementar nº 101/2000

realizar operações de crédito, salvo para pagamento de dívidas mobiliárias, e deve garantir resultado primário para ajuste da dívida, podendo limitar empenhos. Caso o prazo expire sem regularização, o ente também será impedido de receber transferências voluntárias. Para que haja transparência e controle, a verificação da dívida consolidada deve ser feita ao final de cada quadrimestre, e os resultados precisam ser apresentados no RGF, facultativa para os municípios que possuem menos de 50 mil habitantes (Brasil, 2000).

2.2 Análise da LRF

Segundo Silva, Santos e Fortes Filho (2024), a LRF representa um marco na gestão pública brasileira, pois, ao promover transparência, planejamento e controle como pilares para o equilíbrio das contas públicas, não apenas disciplina os gastos públicos, mas também incentiva a adoção de inovações e tecnologias que otimizam os processos administrativos e garantem maior eficiência na alocação de re-

ursos. Além disso, esses autores ainda observaram que a aplicação dessa lei em modelos de cidades inteligentes demonstra seu potencial para integrar tecnologia e governança fiscal, assegurar melhorias urbanas sustentáveis sem comprometer a saúde financeira dos estados, Distrito Federal e municípios, evidenciando que a LRF não só combate práticas ineficazes e ilegais, mas também fomenta uma gestão pública orientada para resultados, com maior eficácia e transparência.



O estudo de Afonso e Ribeiro (2022) menciona a evolução da governança fiscal no Brasil, marcada por eventos históricos como o Código de Contabilidade de 1922 e a Constituição de 1988, que encontra na LRF um importante aliado para modernizar e consolidar as práticas fiscais. Inspirada em modelos internacionais, a LRF integra regras e padrões de governança que visam ao equilíbrio financeiro, reforçando a responsabilidade fiscal em todos os níveis federativos, conforme também foi apresentado por Silva, Santos e Fortes Filho (2024).

Arraes *et al.* (2024) destacam que a LRF é um marco essencial na governança fiscal no Brasil, introduzindo maior rigor e transparência na gestão pública, visto que contribuiu para disciplinar os gastos públicos, especialmente em áreas como despesas de pessoal e investimentos, ao estabelecer limites claros que visam promover a sustentabilidade fiscal. Contudo, eles ressaltam que a aplicação da

lei ainda enfrenta desafios relacionados à sua adaptação e às especificidades econômicas e sociais dos estados brasileiros, o que impacta sua eficácia no longo prazo.

Simões e Ribeiro (2024), ao avaliarem os resultados da LRF entre 2000 e 2017, apontam que, apesar de avanços na governança fiscal, o saldo primário médio obtido pelos estados brasileiros foi insuficiente para conter o crescimento da dívida pública. Os autores indicam que as disparidades regionais, combinadas com a redução das receitas tributárias e o aumento das despesas obrigatórias, dificultaram a capacidade dos estados de cumprir integralmente os objetivos da LRF.

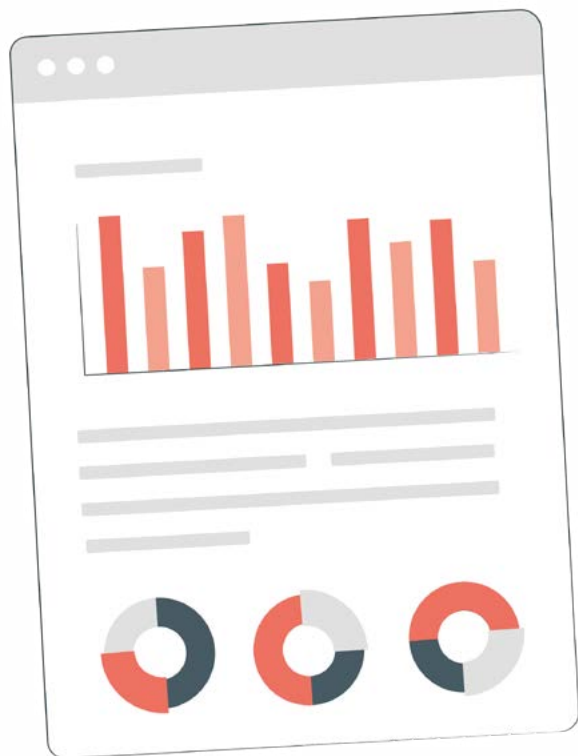
A LRF é um marco fundamental para a governança fiscal no Brasil, promovendo transparência e disciplina nos gastos públicos (Afonso; Ribeiro, 2022; Arraes *et al.*, 2024; Silva; Santos; Fortes Filho, 2024; Simões; Ribeiro, 2024). No entanto, os estudos de Arraes *et al.* (2024) e Simões e Ribeiro (2024) também destacam desafios significativos, como a adaptação da lei às realidades econômicas e sociais dos estados, além das disparidades regionais que dificultam sua plena eficácia. Essas pesquisas evidenciam que, embora a LRF tenha trazido melhorias, sua implementação ainda enfrenta obstáculos que precisam ser superados para garantir a sustentabilidade fiscal a longo prazo.

Essa necessidade de revisão das normas fiscais também é destacada por Simões e

Ribeiro (2024), que apontam a rigidez dessas regras como um obstáculo à autonomia financeira dos estados, dificultando a resposta a crises e demandas específicas. Essa rigidez, apontada nos trabalhos citados anteriormente, apesar de necessária para evitar excessos, pode levar a consequências como a restrição na capacidade de investimento e o aumento da pressão sobre os gestores públicos.

Segundo Arraes *et al.* (2024), o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e da população frequentemente amplia a demanda por serviços públicos, pressionando os governos a aumentarem os gastos com pessoal, mesmo sob as restrições da LRF. Os autores mostram que essa lei exerce um papel fundamental no controle fiscal, mas a rigidez dos seus limites pode limitar a capacidade dos estados de responderem a essas pressões, especialmente em períodos de expansão econômica. Da mesma forma, Simões e Ribeiro (2024) destacam que as regras impostas pela LRF não levam em conta a volatilidade da arrecadação e os impactos diferenciados do ciclo econômico, gerando desigualdades na forma como os estados enfrentam suas dificuldades fiscais.

Simões e Ribeiro (2024) ressaltam que a falta de flexibilidade nas regras fiscais impede uma atuação contracíclica mais eficiente por parte dos estados, especialmente em momentos de desaceleração econômica. Já Arraes *et al.* (2024) complementam que, ainda que os limites da LRF ajudem a conter o crescimento das despesas, a ausência de ajustes automáticos nas normas pode agravar as dificuldades de gestão fiscal. Assim, é evidente que as limitações e a rigidez das regras fiscais precisam ser reavaliadas para permitir maior adaptabilidade, sem que isso comprometa o objetivo de equilíbrio fiscal estabelecido pela LRF (Arraes *et al.*, 2024).



“Arraes *et al.* (2024) destacam que a LRF é um marco essencial na governança fiscal no Brasil, introduzindo maior rigor e transparência na gestão pública, visto que contribuiu para disciplinar os gastos públicos, especialmente em áreas como despesas de pessoal e investimentos, ao estabelecer limites claros que visam promover a sustentabilidade fiscal.”

Os diversos autores analisados demonstram consenso quanto à importância da LRF como instrumento estruturante da governança fiscal no Brasil ao promover transparência, controle e disciplina na gestão pública (Silva; Santos; Fortes Filho, 2024; Afonso; Ribeiro, 2022; Arraes *et al.*, 2024). Entretanto, também apontam que sua efetividade está condicionada à capacidade de adaptação às realidades econômicas locais e à superação de obstáculos como a rigidez normativa e as disparidades regio-

nais (Simões; Ribeiro, 2024). As análises se complementam ao destacar que, embora a LRF represente um avanço institucional significativo, sua plena eficácia exige revisões que considerem o dinamismo econômico e as demandas sociais crescentes, garantindo, assim, um equilíbrio entre responsabilidade fiscal e flexibilidade na gestão.

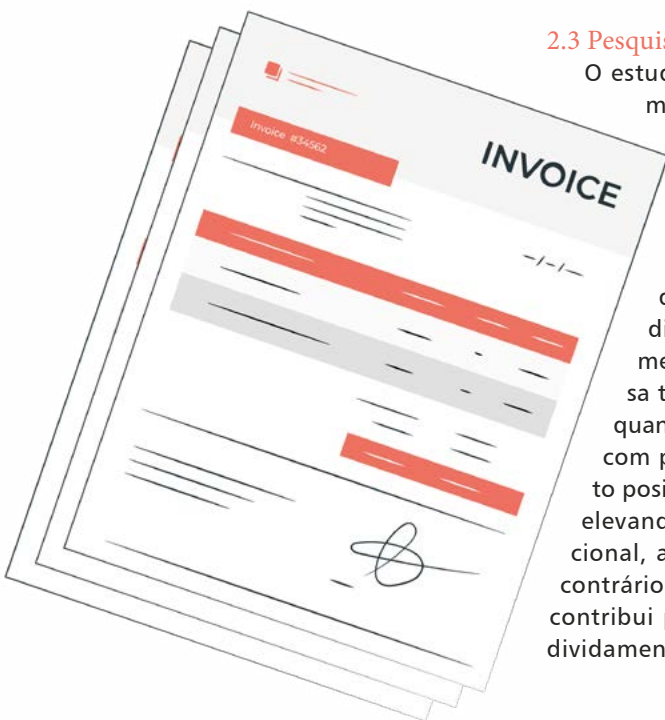


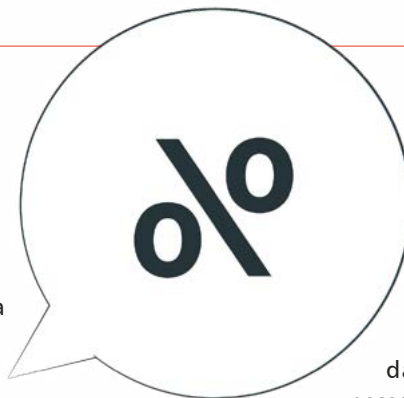
quidez refere-se à capacidade do ente federativo de cumprir suas obrigações financeiras de curto prazo, isto é, de transformar rapidamente seus recursos disponíveis para honrar compromissos imediatos.

De acordo com De Biasi, Zilli e Correia (2022), os gastos públicos nos municípios brasileiros são fortemente influenciados por regras fiscais como a LRF, que impõem limites para despesas com pessoal e endividamento, mas não definem critérios objetivos para os investimentos. Isso contribui para um viés na composição dos gastos em que o aumento das despesas obrigatórias, como saúde e educação, eleva os gastos com pessoal e reduz os investimentos, frequentemente usados como variável de ajuste em períodos de restrição fiscal e ciclos políticos. O estudo evidencia que, apesar dos avanços da LRF no controle fiscal, os municípios ainda enfrentam dificuldades para conciliar demandas sociais com metas orçamentárias, o que reforça a importância de políticas públicas mais estruturadas para evitar distorções alocativas.

2.3 Pesquisas afins

O estudo realizado por Cassimiro, Nascimento e Viotto (2021) identifica que, no contexto dos estados brasileiros, o gasto com pessoal e a liquidez são indicadores que influenciam diretamente o endividamento público. A pesquisa também revela que, enquanto o aumento do gasto com pessoal tem um impacto positivo no endividamento, elevando-o de forma proporcional, a liquidez tem o efeito contrário, ou seja, sua elevação contribui para a redução do endividamento. Nesse contexto, li-





Nazareth e Araújo (2021) analisam a adesão do Rio de Janeiro ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), implementado pelo Governo Federal em 2017, como uma resposta à grave crise fiscal que atingiu o estado, agravada pela dependência de receitas do setor petrolífero e pela retração econômica nacional. No contexto desse regime, o estado recebeu alívio temporário no pagamento do serviço da dívida, mas, conforme apontam os autores, as regras do RRF também contribuíram para a elevação significativa do endividamento devido à incorporação de prestações não pagas e ao recálculo do saldo devedor.

Essas características do RRF, de acordo com a análise em questão, ilustram os desafios de equilíbrio entre medidas emergenciais e sustentabilidade fiscal de longo prazo, que continuam sendo entrave à recuperação plena do estado. Além disso, os impactos da pandemia de Covid-19 aprofundaram as dificuldades fiscais, ao revelarem fragilidades estruturais no modelo de ajuste adotado e reforçarem a dependência dos estados em relação ao Governo federal para lidar com crises financeiras e econômicas.

Foltz (2024) investigou a influência da carga tributária e dos choques econômicos, especialmente a pandemia de Covid-19, sobre as despesas de pessoal dos estados brasileiros no período de 2013 a 2022, sob a ótica da LRF. O estudo evidenciou que, assim como os limites fiscais estabelecidos, fatores externos, como crises econômicas e variações na arrecadação tributária, impactam diretamente a relação entre despesas de pessoal e RCL, influenciando a capacidade dos estados de manter o equilíbrio fiscal. Embora outras variáveis como ciclos políticos e características demográficas tenham apresentado menor relevância estatística, os resultados reforçam a complexidade da gestão

fiscal estadual e a importância de considerar tanto aspectos internos quanto externos para a sustentabilidade das finanças públicas.

De modo geral, as pesquisas revisadas evidenciam que a gestão do gasto com pessoal e do endividamento nos entes subnacionais brasileiros resulta de uma complexa interação entre as normas fiscais previstas na LRF e fatores externos. Autores como Cassimiro, Nascimento e Viotto (2021) e De Biasi, Zilli e Correia (2022) ressaltam a tensão entre o controle dos gastos obrigatórios e a manutenção dos investimentos públicos. Já Nazareth e Araújo (2021) demonstram que crises específicas, como a vivenciada pelo estado do Rio de Janeiro e agravada pela pandemia de Covid-19, intensificam as dificuldades fiscais e desafiam a sustentabilidade do endividamento público. Nesse contexto, Foltz (2024) contribui ao destacar a relevância da pandemia e da carga tributária como determinantes das despesas de pessoal e do equilíbrio fiscal estadual.

Ainda que os estudos revisados tenham contribuído para a compreensão dos efeitos da LRF sobre as despesas públicas e o endividamento, nota-se que a maioria das pesquisas se concentra em séries históricas anuais ou em análises restritas ao nível municipal, sem explorar, de forma detalhada, a dinâmica temporal recente no âmbito nacional. Persiste, portanto, uma lacuna quanto ao acompanhamento do cumprimento da trajetória de retorno aos limites legais previstos na legislação, especialmente em perspectiva comparativa entre todos os estados brasileiros. Este trabalho busca preencher essa lacuna ao realizar uma análise

quadrimestral do período de 2019 a 2023, contemplando simultaneamente os dois principais indicadores da LRF: gasto com pessoal e endividamento. Tal abordagem possibilita observar tendências gerais no país e, ao mesmo tempo, verificar, com maior precisão, como os entes federativos reagiram e se ajustaram em situações de descumprimento.

3 Metodologia

O estudo adotou uma abordagem quantitativa descritiva, centrada na análise de dados financeiros dos estados brasileiros. De natureza bibliográfica e documental, baseou-se em dados secundários extraídos de relatórios fiscais oficiais. A coleta de dados foi realizada durante o mês de abril de 2025 e utilizou o RGF disponibilizado pelos estados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), mantido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), além de indicadores como gasto com pessoal e endividamento, selecionados por representarem os principais limites legais de controle fiscal aplicáveis aos estados, conforme disposto na LRF.

Foram utilizados os dados mais recentes disponíveis, abrangendo o período de 2019 a 2023, os quais permitiram contemplar o cenário pré e pós-pandemia e identificar variações nos indicadores fiscais. A população analisada compreendeu os 26 estados e o Distrito Federal, com foco exclusivo no Poder Executivo estadual, considerando-se a totalidade dos entes federativos, cujos dados estavam disponíveis e organizados segundo os parâmetros da LRF.

“Ainda que os estudos revisados tenham contribuído para a compreensão dos efeitos da LRF sobre as despesas públicas e o endividamento, nota-se que a maioria das pesquisas se concentra em séries históricas anuais ou em análises restritas ao nível municipal, sem explorar, de forma detalhada, a dinâmica temporal recente no âmbito nacional.”

A fim de assegurar clareza metodológica, a Tabela 3 apresenta os indicadores utilizados, suas fórmulas de cálculo e a fundamentação teórica/legal que justifica sua escolha.

O gasto com pessoal corrigido corresponde à despesa total com pessoal, deduzidas as indenizações por demissão voluntária ou incentivada, as despesas com inativos e pensionistas custeadas com recursos vinculados e as decisões judiciais ou débitos de exercícios anteriores cujo fato gerador seja anterior ao período de apuração, e acrescidas das outras despesas de pessoal classificadas na natureza 3.3.90.34, em especial aquelas relativas a terceirizados que substituem servidores. O resultado é então dividido pela RCL, com limite de 49% para a maioria dos estados, exceto Pará (PA), Bahia (BA) e Goiás (GO), cujo limite é de 48,6%. Já a DCL corresponde à dívida consolidada (DC) deduzida do ativo líquido, composto por caixa e haveres financeiros menos os restos a pagar. Enquanto a DC expressa o total das obrigações de longo prazo, a DCL representa o endividamento efetivo após descontados os recursos financeiros disponíveis. O limite de referência adotado pela LRF é de 200% da RCL.

Tabela 3 – Indicadores utilizados no estudo

Variável	Fórmula	Fundamentação teórica
Indicador de gasto com pessoal	$(\text{Despesa total com pessoal} - \text{Deduções} + \text{Inclusões}) / \text{RCL}$	Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), arts. 18 a 20; Arraes <i>et al.</i> (2024)
Indicador de endividamento	DCL / RCL	Resolução do Senado nº 40/2001; LRF, arts. 29 a 31; Hamada <i>et al.</i> (2020)

Fonte: LRF – Lei Complementar nº 101/2000.

Optou-se pela análise dos dados por quadrimestre em razão da LRF determinar a obrigatoriedade da publicação do RGF a cada quadrimestre. Assim, essa abordagem garante maior aderência à norma e permite captar, com maior precisão, as variações sazonais e os ajustes fiscais realizados ao longo do exercício.

As informações foram organizadas em planilhas eletrônicas (Microsoft Excel), com cálculo dos indicadores e de sua relação com os respectivos limites legais, além de análise descritiva que incluiu medidas, como média, mediana, desvio padrão, valores mínimo e máximo, e a razão entre média e desvio padrão, proporcionando um panorama da situação fiscal dos estados. Posteriormente, realizou-se uma análise comparativa, identificando os entes que ultrapassaram os limites legais e as medidas adotadas para retornar à legalidade, avaliando-se sua efetividade.

Por fim, com o objetivo de identificar tendências das duas variáveis fiscais durante o período ana-

lisado, foram empregados modelos de regressão por pontos de inflexão utilizando o programa estatístico *Joinpoint*. A análise permite identificar mudanças significativas de tendência por meio do cálculo de variações percentuais por unidade de tempo (nesse caso, o quadrimestre). Valores positivos indicam tendência de crescimento, ao passo que valores negativos indicam tendência de diminuição. Também é calculada a variação percentual média do período completo. Conforme Kim *et al.* (2000), a função de regressão é ajustada de acordo com os pontos de inflexão por meio do método *grid-search*, assumindo-se variância constante e erros não correlacionados. O número de pontos de inflexão é encontrado por meio de testes de permutação com níveis de significância corretos assintoticamente e analisados por meio de intervalo de confiança a 95% (IC95%). O valor de *p* considera os métodos de Monte Carlo, e a significância assintótica geral considera uma correção de Bonferroni (Sousa *et al.*, 2019).

4 Resultados

Esta seção apresenta os resultados do estudo sobre os indicadores de gasto com pessoal e endividamento dos estados brasileiros no período de 2019 a 2023. São expostos, inicialmente, os dados da estatística descritiva e, em seguida, a análise da trajetória de retorno aos limites estabelecidos pela LRF.

4.1 Descrição dos resultados

Essa análise descreve os resultados da estatística descritiva dos principais indicadores fiscais dos estados brasileiros entre os anos de 2019 e 2023: o gasto com pessoal e o endividamento. Os dados foram organizados por quadrimestres e apresentam medidas como média (MED), desvio-padrão (DP), mínimo (MIN), máximo (MAX) e mediana (MD), possibilitando uma visão geral do comportamento fiscal ao longo do período.

A Tabela 4 apresenta os resultados da estatística descritiva do gasto com pessoal por quadrimestre, entre 2019 e 2023.

A apuração do indicador de gasto com pessoal entre 2019 e 2023 revela padrões de moderação fiscal e maior uniformidade entre os estados brasileiros. Esse indicador expressa o percentual da RCL comprometido com despesas com servidores públicos. Ao longo do período analisado, a média nacional apresentou uma leve tendência de queda, passando de 47,39% no primeiro quadrimestre de 2019 para 43,44% no terceiro quadrimestre de 2023. Essa redução revela, de forma geral, menor comprometimento das receitas com despesa de pessoal, possivelmente em decorrência de esforços de contenção de gastos ou do aumento na arrecadação por parte dos entes federativos.

O desvio-padrão observado foi relativamente baixo em comparação à média, evidenciando uma baixa dispersão dos dados entre os

Tabela 4 – Estatística descritiva do gasto com pessoal por quadrimestre

Período	MED	DP	MIN	MAX	MD	MED/DP
2019/1Q	47,39	6,99	38,08	66,21	46,65	6,78
2019/2Q	47,11	6,79	34,50	65,49	46,42	6,94
2019/3Q	46,33	5,46	36,34	60,56	45,73	8,49
2020/1Q	46,58	5,39	38,91	61,04	45,99	8,64
2020/2Q	45,07	5,03	37,17	59,19	44,38	8,97
2020/3Q	44,40	4,82	37,51	54,81	44,91	9,22
2021/1Q	43,11	5,63	34,94	57,11	41,67	7,66
2021/2Q	41,89	4,89	34,66	53,50	40,97	8,56
2021/3Q	41,39	4,85	34,81	54,57	40,31	8,54
2022/1Q	40,74	4,34	34,77	52,14	39,14	9,38
2022/2Q	40,76	4,27	32,12	50,71	40,23	9,56
2022/3Q	41,85	4,53	30,98	53,37	41,10	9,24
2023/1Q	42,93	5,06	32,59	56,68	42,01	8,48
2023/2Q	44,03	4,98	35,63	57,76	43,86	8,84
2023/3Q	43,44	4,80	34,80	56,94	43,23	9,04

Fonte: elaborada pelos autores, com dados extraídos do RGF/Siconfi.

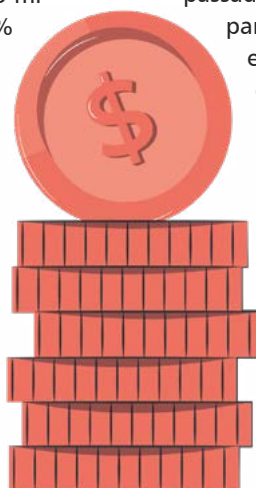
estados. Isso significa que a maioria dos entes manteve níveis de gasto com pessoal próximos entre si e em torno da média nacional, o que sugere um comportamento mais estável e previsível ao longo do tempo.

Além disso, houve uma redução contínua no desvio-padrão, ou seja, os estados se tornaram mais semelhantes entre si no comportamento fiscal. Essa redução durante os anos aponta para maior homogeneidade no comportamento dos estados, sugerindo avanços na convergência das políticas fiscais.

Os valores extremos evidenciam a existência de alta variação entre os entes federativos: o mínimo foi de 30,98% (2022/3Q), indicando baixo comprometimento da receita com pessoal, enquanto o máximo chegou a 66,21% (2019/1Q), o que ultrapassa o limite legal de 49% e reflete casos pontuais de desequilíbrio fiscal. No entanto, a mediana, que variou entre 39,14%

e 46,65%, manteve-se estável e inferior à média, demonstrando que a maioria dos estados operou com níveis controlados de despesa com pessoal. Isso sugere que a variação mais acentuada se deve a poucos *outliers* (valores atípicos que se desviam do padrão da maioria), visto que o padrão predominante foi de moderação fiscal e conformidade com os limites legais.

A trajetória do indicador de gasto com pessoal durante o período analisado evidencia um cenário de contenção fiscal gradual e crescente uniformidade entre os estados. Apesar de alguns entes terem ultrapassado o limite legal, esses casos parecem ser isolados. A média e o desvio-padrão em queda, aliados à estabilidade da mediana, reforçam que a maioria dos estados manteve suas despesas com pessoal em níveis compatíveis com as exigências legais e fiscais. Esses resultados apontam para avanços no controle dos gastos com pessoal e na convergência das práticas de gestão fiscal no âmbito subnacional.



A Tabela 5 contém a estatística descritiva do indicador de endividamento por quadrimestre, no mesmo período.

O comportamento do endividamento ao longo do período apresentou variações amplas e dispersas, muito mais intensas do que as observadas nos gastos com pessoal. A média nacional de endividamento variou de 64,18% no primeiro quadrimestre de 2019 até picos acima de 70%, como no terceiro quadrimestre de 2019 (70,39%). Esses valores permanecem confortavelmente abaixo do limite legal de 200% da RCL e indicam que, em média, os estados se mantiveram dentro da margem permitida. Entretanto, a média foi influenciada por *outliers* expressivos: alguns estados apresentaram níveis negativos ou muito baixos de endividamento (mínimos de até -30,95%), enquanto outros registraram dívidas extremamente elevadas, com máximos chegando a 319,03% da RCL (2020/3Q). Esse cenário resulta em um desvio-padrão elevado, como 77,14% no segundo quadrimestre de 2020, que reflete a grande dispersão e desigualdade entre os estados em relação ao endividamento.

Em contraste, a mediana do indicador variou entre 21,56% e 52,32% ao longo do período de 2019 a 2023, com apresentação de valores próximos a 40% na maior parte do tempo. A mediana, valor central da distribuição, por não ser influenciada por valores extremos, representa melhor o comportamento típico dos estados, sinalizando que a maioria mantém níveis moderados e controlados de endividamento, significativamente inferiores ao limite legal de 200% da RCL. Essa diferença entre média e mediana destaca a importância de se utilizar múltiplas medidas para uma análise mais precisa da realidade fiscal.

Tabela 5 – Estatística descritiva do endividamento por quadrimestre

Período	MED	DP	MIN	MAX	MD	MED/DP
2019/1Q	64,18	68,56	-12,30	268,97	40,40	0,94
2019/2Q	65,73	70,75	-6,82	283,34	41,35	0,93
2019/3Q	70,39	66,67	7,51	282,08	52,32	1,06
2020/1Q	69,06	73,74	3,55	305,51	51,04	0,94
2020/2Q	62,25	77,14	-10,30	317,38	40,45	0,81
2020/3Q	63,94	74,26	2,18	319,03	39,69	0,86
2021/1Q	51,55	70,72	-24,84	280,78	32,37	0,73
2021/2Q	41,21	57,55	-16,14	196,67	27,55	0,72
2021/3Q	43,88	58,00	-20,77	198,68	34,51	0,76
2022/1Q	36,38	52,97	-27,80	174,15	25,66	0,69
2022/2Q	35,37	53,29	-28,56	181,03	23,09	0,66
2022/3Q	42,55	54,43	-24,48	199,33	31,36	0,78
2023/1Q	36,89	55,93	-30,95	199,76	23,89	0,66
2023/2Q	35,84	56,99	-28,81	188,67	21,56	0,63
2023/3Q	40,83	57,57	-19,83	188,41	24,10	0,71

Fonte: elaborada pelos autores, com dados extraídos do RGF/Siconfi.

A análise do endividamento estadual revela uma realidade fiscal heterogênea, em que a média é elevada e influenciada por poucos estados com dívidas muito altas, refletida pelo alto desvio-padrão. Contudo, a mediana mais baixa indica que a maioria dos estados mantém níveis moderados de endividamento, dentro dos limites legais. Assim, é fundamental considerar tanto medidas de tendência central quanto de dispersão para compreender plenamente a situação fiscal dos entes federativos.

Na sequência apresenta-se a análise da trajetória de retorno dos entes federativos aos parâmetros fiscais, contemplando estados que, em algum momento entre 2019 e 2023, ultrapassaram os limites legais de gasto com pessoal e endividamento. Os valores apresentados correspondem à diferença entre o indicador apurado e o respectivo limite legal, calculada como: indicador menos limite. Dessa forma, valores negativos, destacados em negrito, sinalizam o descumprimento dos limites legais, em contrapartida, valores positivos refletem conformidade com a LRF.



A Tabela 6 detalha a trajetória de retorno aos limites legais de gasto com pessoal por parte dos entes que ultrapassaram os percentuais estabelecidos, indicando em quais quadrimestres foram observadas as correções ou permanências em situação de irregularidade.

Entre 2019 e 2023, o cumprimento dos limites legais de gasto com pessoal e endividamento estabelecidos na LRF apresentou comportamento desigual entre os estados brasileiros. Ainda que a maioria tenha se mantido dentro dos parâmetros ao longo do tempo, um número considerável de entes federativos enfrentou dificuldades pontuais, em alguns casos recorrentes, para atender aos critérios de sustentabilidade fiscal impostos pela legislação.

No período analisado, dez estados ultrapassaram o limite legal de gasto com pessoal de 49% da RCL, ou 48,6% para Bahia (BA), Goiás (GO) e Pará (PA). Esse indicador reflete o grau de pressão das despesas com pessoal sobre a RCL, sendo um sinal da saúde fiscal do estado. A LRF exige que o excesso seja eliminado em até dois quadrimestres, com ao menos um terço da redução já no primeiro. O estado do Rio de Janeiro (RJ) se destacou por cumprir integralmente essa exigência após exceder o limite em 2019. Também houve casos em que os entes não conseguiram cumprir a redução mínima de um terço no primeiro quadrimestre, mas ainda assim eliminaram o excesso dentro dos dois quadrimestres subsequentes, como GO, Paraíba (PB) e Tocantins (TO).

Contudo, nem todos seguiram essa trajetória. Alguns estados enfrentaram dificuldades mais persistentes, como Rio Grande do Norte (RN), Minas Gerais (MG) e Acre (AC). O caso do RN é especialmente relevante, pois o estado permaneceu acima do limite durante todo o período analisado, sem evidên-

Tabela 6 – Trajetória de retorno aos limites do gasto com pessoal por quadrimestre

Período	AC	AM	GO	MG	MT	PB	RJ	RN	RR	TO
2019/1Q	0,6	-1,98	5,17	-15,91	-9,55	-0,88	10,92	-17,21	7,12	-6,35
2019/2Q	-6,17	-2,11	4	-13,12	-8,88	-1,29	9,21	-16,49	7,42	1,33
2019/3Q	-4,74	-0,65	-0,79	-9,42	-3,38	0,14	9,69	-11,56	3,27	2,08
2020/1Q	-6,5	0,51	-1,32	-9	-1,71	-2,02	9,42	-12,04	3,13	1,43
2020/2Q	-3,74	2,33	2,08	-6,33	3,21	-1,91	4,63	-10,19	4,62	6,86
2020/3Q	-3,69	0,65	3,69	-4,93	4,76	-2,24	2,47	-5,81	6,65	3,73
2021/1Q	-2,33	-0,04	6,93	-2,97	7,75	-0,57	-8,11	-4,21	14,06	5,49
2021/2Q	-0,85	-1,06	8,59	-0,72	8,87	0,31	4,67	-4,5	11,06	7,7
2021/3Q	-2,44	2,3	10,32	0,32	11,33	1,61	8,41	-5,57	10,72	8,69
2022/1Q	-0,16	1,94	11,1	1,04	12,76	2,86	10,34	-3,14	7,14	9,86
2022/2Q	0,35	6,56	11,21	0,14	13,83	3,88	6,06	-1,71	8,72	6,95
2022/3Q	2,64	7,9	8,08	0,56	12,75	3,67	3,17	-4,37	4,07	9,65
2023/1Q	1,1	8,18	7,88	-0,32	11,81	3,12	-0,47	-7,68	1,61	7,9
2023/2Q	-0,92	6,84	5,14	-0,62	10,65	1,98	0,38	-8,76	-2,61	4,88
2023/3Q	0,59	8,83	5,77	-2,37	11,5	1,12	1,53	-7,94	-0,28	4,13

Fonte: elaborada pelos autores, com dados extraídos do RGF/Siconfi.

Tabela 7 – Trajetória de retorno aos limites do endividamento por quadrimestre

Período	MG	RJ	RS
2019/1Q	17,37	-69	-23,57
2019/2Q	10,24	-83,3	-25,86
2019/3Q	8,5	-82,1	-24,38
2020/1Q	-4,11	-106	-32,73
2020/2Q	3,7	-117	-30,34
2020/3Q	11,51	-119	-21,81
2021/1Q	23,61	-80,8	-6,4
2021/2Q	37,98	3,33	16,35
2021/3Q	30,62	1,32	17,4
2022/1Q	46,74	25,85	36,92
2022/2Q	50,31	38,53	18,97
2022/3Q	43,05	31,72	0,67
2023/1Q	48,62	30,85	0,24
2023/2Q	45,16	15,38	11,33
2023/3Q	31,61	11,59	14,6

Fonte: elaborada pelos autores, com dados extraídos do RGF/Siconfi.

cia de ajuste fiscal eficaz. Já MG e Amazonas (AM) apresentaram ciclos de descumprimento seguidos de recuperação parcial, mas voltaram a ultrapassar o limite nos anos seguintes, indicando instabilidade na gestão da despesa com pessoal e possíveis problemas estruturais no controle da folha de pagamento.

A Tabela 7 apresenta a trajetória de retorno aos limites legais de en-



dividamento por parte dos entes federativos que ultrapassaram os percentuais máximos fixados pela LRF no período de 2019 a 2023. Assim como na análise do gasto com pessoal, observa-se, por quadrimestre, a permanência em situação de irregularidade ou a recondução aos parâmetros legais, conforme a trajetória de ajuste fiscal exigida pela legislação.

“Comparando os dois indicadores, o ajuste foi, em média, mais ágil no caso do endividamento do que no gasto com pessoal. Isso se deve à maior facilidade de controle e renegociação da dívida, enquanto a folha de pagamento envolve fatores institucionais, legais e políticos de difícil reversão.”

Quanto ao endividamento, o cenário foi menos disseminado, com episódios de descumprimento concentrados em apenas três estados: MG, RJ e Rio Grande do Sul (RS). O limite legal para dívida consolidada corresponde a duas vezes a RCL (ou seja, 200%). Ao ultrapassá-lo, a LRF exige que o ente reduza pelo menos 25% do excesso no primeiro quadrimestre após o descumprimento, e o restante até o terceiro quadrimestre. Apenas MG cumpriu esse prazo integralmente, com rápida reversão da situação no quadrimestre seguinte. Em contraste, RJ e RS mantiveram-se por mais de dois anos acima do limite, com níveis muito elevados de endividamento, especialmente o RJ, que registrou até 119% de excesso. Apesar disso, ambos conseguiram regularizar sua situação fiscal até 2021, o que mostra que, mesmo diante de desequilíbrios intensos, é possível conduzir um ajuste fiscal efetivo quando há planejamento e vontade política.

Comparando os dois indicadores, o ajuste foi, em média, mais ágil no caso do endividamento do que no gasto com pessoal. Isso se deve à maior facilidade de contro-

le e renegociação da dívida, enquanto a folha de pagamento envolve fatores institucionais, legais e políticos de difícil reversão. A pandemia de Covid-19 agravou o cenário em 2020, com mais estados descumprindo limites, sobretudo de pessoal, devido à queda na arrecadação e ao aumento de gastos emergenciais. A partir de 2021, com a flexibilização das regras e a recuperação econômica, a maioria dos estados iniciou um processo gradual de ajuste, apoiado por aumento de receitas e reformas administrativas.



De modo geral, entre 2019 e 2023, apesar de episódios de desequilíbrio, houve avanços nos ajustes fiscais e resiliência institucional. A experiência reforça que os mecanismos da LRF funcionam, ainda que com variações na eficácia, e destaca a importância de monitoramento constante e de políticas que conciliem equilíbrio fiscal com a manutenção da capacidade de investimento e oferta de serviços públicos.

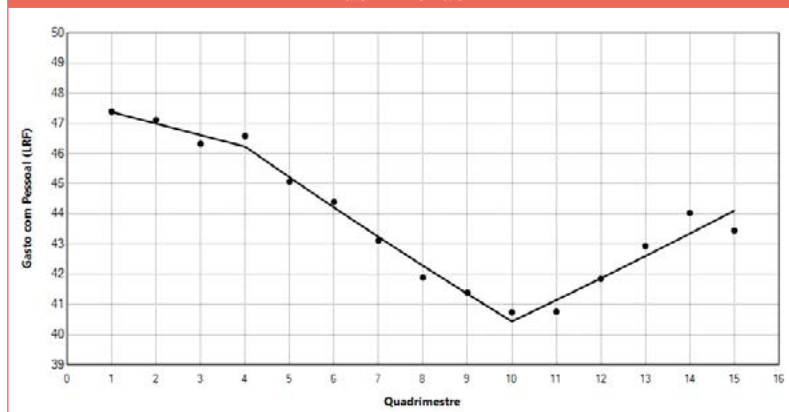
4.2 Análise de tendência por pontos de inflexão

Foi analisada a tendência temporal referente aos percentuais médios dos dois indicadores durante os 15 quadrimestres (de 2019 a 2023) por meio do uso de modelos por pontos de inflexão. Em ambos os casos, foram observadas mudanças significativas de tendência em pelo menos um seguimento de tempo.

Para o indicador de gasto com pessoal, a menor média nacional foi constatada no primeiro quadrimestre de 2022 (40,7%), e a maior, no primeiro de 2019 (47,4%). A análise indicou o modelo com dois pontos de inflexão como sendo o mais adequado. Apesar disso, verificaram-se padrões estacionários ($p > 0,05$) entre o primeiro quadrimestre de 2019 e o primeiro de 2020 e entre o primeiro de 2020 e o primeiro de 2022. Mesmo que esses dois períodos tenham registrado diminuições, estas não foram estatisticamente relevantes. Já o período compreendido entre o primeiro quadrimestre de 2022 e o quarto de 2023 registrou padrão de crescimento significativo de 1,75% no quadrimestre (IC95%: 0,92 – 3,27). A análise do período completo (2019 a 2023) evidenciou uma diminuição importante de 0,51% no quadrimestre (IC95%: -0,72 – -0,26).

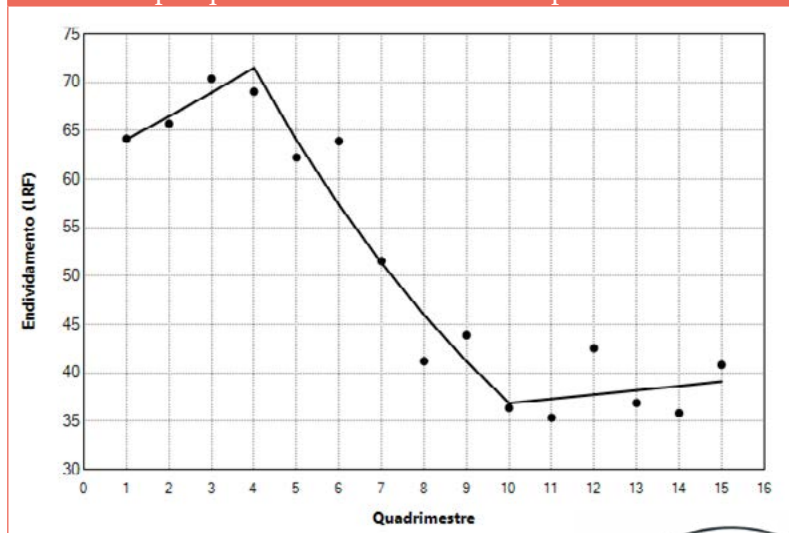
A análise gráfica permite identificar acentuação na queda do indicador a partir do primeiro quadri-

Figura 1 – Tendência média do indicador de gasto com pessoal (LRF) no Brasil por quadrimestre: 2019 a 2023 – 2 pontos de inflexão



Fonte: elaborado pelos autores no programa Joinpoint.

Figura 2 – Tendência média do indicador de endividamento (LRF) no Brasil por quadrimestre: 2019 a 2023 – 2 pontos de inflexão



Fonte: elaborado pelos autores no programa Joinpoint.

mestre de 2020, quando teve início a pandemia por Covid-19. Todavia, esse declínio não foi estatisticamente significativo. O resultado evidencia que a pandemia não influenciou significativamente a tendência nacional de gasto com pessoal nos estados brasileiros.

A título de comparação, no modelo de comparação, no modelo com um ponto de inflexão, observou-se diminuição considerável de 1,86% no quadrimestre (IC95%: -2,52 – -1,43) entre o primeiro quadrimestre de 2019 e o primei-

ro de 2022.

Já no período entre o primeiro quadrimestre de 2022 e o quarto de 2023, notou-se crescimento relevante de 1,56% no quadrimestre (IC95%: 0,49 – 3,86). A análise do período completo (2019 a 2023) evidenciou uma diminuição significativa de 0,65% no quadrimestre (IC95%: -0,94 – -0,40).



“Foi analisada a tendência temporal referente aos percentuais médios dos dois indicadores durante os 15 quadrimestres (de 2019 a 2023) por meio do uso de modelos por pontos de inflexão. Em ambos os casos, foram observadas mudanças significativas de tendência em pelo menos um seguimento de tempo.”

Tais achados revelam que os estados brasileiros, quando estudados em conjunto, vinham com tendência de diminuição do gasto com pessoal desde antes da pandemia, fenômeno que se inverte a partir do primeiro quadrimestre de 2022, quando a tendência passa a ser de crescimento desse gasto. Apesar dessa mudança, a tendência geral do período completo (2019 a 2023) foi de diminuição. Conforme demonstrado na análise média/desvio padrão, o indicador de gasto com pessoal foi distribuído de forma relativamente homogênea entre os estados da Federação ao longo de todo o período. Desse modo, pode-se inferir que a análise de tendência da média nacional representa, com relativa fidelidade, a tendência do conjunto dos estados.

Para o indicador de endividamento público, o segundo quadrimestre de 2022 registrou a menor mé-

dia (35,4%), enquanto o terceiro quadrimestre de 2019 registrou o maior valor (70,4%). A análise indicou o modelo com dois pontos de inflexão como sendo o mais adequado. O primeiro período (primeiro quadrimestre de 2019 ao segundo quadrimestre de 2020) apresentou um padrão estacionário ($p > 0,05$). Já o segundo intervalo (do segundo quadrimestre de 2020 ao primeiro quadrimestre de 2022) apresentou padrão de diminuição considerável de 10,45% no quadrimestre (IC95%: -17,47 – -7,84). Por sua vez, o terceiro intervalo (do primeiro quadrimestre de 2022 ao quarto quadrimestre de 2023) também apresentou padrão estacionário ($p > 0,05$). A análise do perí-

do completo (2019 a 2023) evidenciou uma diminuição significativa de 3,47% no quadrimestre (IC95%: -4,59 – -2,12).

Apesar dos períodos de crescimento pouco relevantes, os resultados evidenciam uma expressiva tendência de diminuição da dívida estadual, sendo esta muito maior que a observada no gasto com pessoal. Isso pode ser explicado pelo fato de a despesa com pessoal ter uma natureza corrente e vinculada a regramentos legais, ao passo que a dívida tem um aspecto mais discricionário, permitindo maior volatilidade. Outro aspecto a ser observado é que a pandemia por Covid-19 não implicou aumento da dívida estadual. Verificou-se o contrário, o intervalo de tendência acentuada de queda parece ter coincidido com o período da doença.

Tais achados, entretanto, devem ser vistos com parcimônia, uma vez que o nível de endividamento é bastante heterogêneo entre os estados, conforme demonstrado na análise média/desvio padrão. Aqui se apresentou apenas a tendência nacional, sendo importante que estudos futuros investiguem a tendência específica de cada estado, principalmente dos mais endividados.



De modo geral, os estados brasileiros trilharam um caminho consistente de austeridade fiscal no período observado, apesar dos eventuais intervalos com tendência de aumento no gasto com pessoal ou no endividamento.

4.2 Discussão dos resultados

Os resultados evidenciam avanços importantes, mas também desafios contínuos no cumprimento dos limites da LRF pelos estados entre 2019 e 2023. A evolução dos indicadores de gasto com pessoal e endivi-

damento reflete não só variações numéricas, mas também aspectos qualitativos sobre a eficácia dos mecanismos de controle fiscal e a capacidade de gestão dos entes federativos.

Enquanto a maioria dos entes federativos manteve conformidade com os limites legais ao longo de todo o período, indicando uma gestão fiscal cautelosa e aderente

às normas, outros apresentaram episódios de descumprimento em momentos diversos.

O fato de dez estados terem ultrapassado os limites legais em algum momento do período revela que, apesar da tendência agregada positiva, persistem dificuldades de ajuste em determinadas realidades locais.

Estados como o RN destacam-se negativamente por não terem conseguido retornar aos limites em nenhum momento, sinalizando entraves estruturais na gestão da despesa com pessoal. Essa constatação dialoga com autores como Simões e Ribeiro (2024), que enfatizam a rigidez normativa da LRF e a dificuldade de adaptação às especificidades regionais.

Conforme argumentam Silva, Santos e Fortes Filho (2024), ao associarem a LRF à modernização e à padronização da governança fiscal, a lei se insere em um processo de institucionalização de práticas mais homogêneas e orientadas pelos princípios de planejamento, transparência, controle e responsabilidade, como também apontado por Araújo, Santos Filho e Gomes (2015). Nesse sentido, a redução do desvio-padrão ao longo do tempo e a estabilidade da

mediana indicam maior homogeneidade no comportamento fiscal dos estados, o que pode ser interpretado como um avanço institucional no sentido da convergência das práticas de gestão.

No que diz respeito ao endividamento, os dados revelam um cenário mais heterogêneo e com maior dispersão estatística. Embora a maioria dos estados tenha operado com níveis confortavelmente abaixo do limite, casos como os de MG, RJ e RS expuseram situações críticas, com dívidas muito superiores ao permitido. Tais casos refletem a observação de Nazareth e Araújo (2021) sobre o impacto estrutural de crises fiscais locais e a dificuldade de recuperação mesmo com apoio de regimes como o de recuperação fiscal.

Interessante notar que, apesar do alto grau de endividamento, esses estados conseguiram reduzir seus índices ao longo do tempo e retornar à legalidade, em contraste com a maior rigidez observada no controle das despesas com pessoal. Esse padrão revela que o ajuste da dívida pode ser mais centralizado e tecnicamente viável, enquanto o ajuste de pessoal é mais sensível a fatores institucionais e políticos, aspecto também discutido por Cassimiro, Nascimento e Viotto (2021) e De Biasi, Zilli e Correia (2022).

Além disso, a análise de tendência por pontos de inflexão reforça esse diagnóstico em nível nacional, ao evidenciar que, embora o gasto com pessoal tenha apresentado trajetória de queda até 2022 e posterior retomada de crescimento, a tendência geral do período foi de redução, já o endividamento registrou queda mais acentuada e sustentada, inclusive durante a pandemia, o que sugere maior discricionariedade de ajuste nessa dimensão, em contraste com a rigidez do gasto com pessoal.



“No que diz respeito ao endividamento, os dados revelam um cenário mais heterogêneo e com maior dispersão estatística. Embora a maioria dos estados tenha operado com níveis confortavelmente abaixo do limite, casos como os de MG, RJ e RS expuseram situações críticas, com dívidas muito superiores ao permitido.”

A pesquisa também evidenciou o papel da pandemia de Covid-19 como fator externo com impactos significativos nos indicadores fiscais. No ano de 2020, observou-se um aumento dos episódios de descumprimento, especialmente nos gastos com pessoal, o que corrobora os achados de Foltz (2024) sobre o efeito dos choques econômicos na capacidade dos estados em manter equilíbrio fiscal mesmo com regras bem estabelecidas.

Todavia, os resultados da análise por pontos de inflexão indicam que, do ponto de vista estatístico e agregado, a pandemia não implicou mudança significativa de tendência no gasto com pessoal nem em aumento do endividamento. Isso significa que, embora tenham ocorrido episódios conjunturais de descumprimento em

2020, em especial no indicador de pessoal, tais efeitos se mostraram de curta duração e não alteraram a trajetória nacional dos estados ao longo do período analisado.

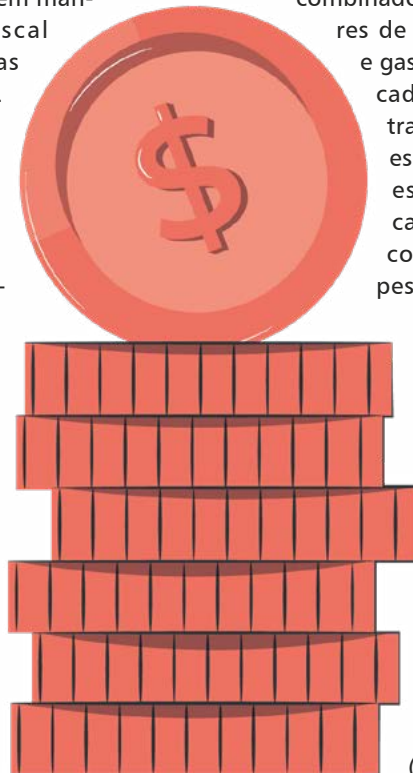
Em contrapartida, alguns estados destacaram-se positivamente, como Mato Grosso (MT), Espírito Santo (ES), Maranhão (MA) e o Distrito Federal (DF), que se sobressaíram pelos melhores resultados

combinados nos indicadores de endividamento e gasto com pessoal, cada um demonstrando qualidades específicas, como estabilidade fiscal, eficiência no controle de despesas ou evolução significativa no período analisado. No entanto, a gestão fiscal nem sempre é consistente: estados com bom desempenho no controle do endividamento, como MT, Roraima (RR) e ES, não

foram necessariamente os mesmos com melhor controle do gasto com pessoal, exemplificados por MA e DF. Esse cenário indica que os entes adotam estratégias segmentadas para o ajuste fiscal, priorizando ora o endividamento, ora as despesas com pessoal, sendo MT uma exceção ao demonstrar equilíbrio em ambas as frentes.

Esses exemplos mostram que o cumprimento das metas da LRF não apenas é viável, mas também pode ser mantido ao longo do tempo mesmo diante de cenários adversos e reforçam a ideia de que, embora a LRF imponha regras iguais a todos os entes, o desempenho depende da capacidade interna de planejamento, controle e execução das políticas fiscais, como apontado por Arraes *et al.* (2024).

Apesar dos avanços, o estudo apresenta limitações. O foco na análise quantitativa dos dados fiscais não permitiu explorar, de forma mais profunda, decisões políticas, contextos socioeconômicos locais ou fatores institucionais que podem ter influenciado os resultados observados. Esses limites indicam a necessidade de abordagens mais abrangentes em pesquisas futuras, incorporando análises qualitativas e comparações entre modelos de gestão.



Dessa forma, os achados reforçam a importância da LRF como instrumento de controle e disciplina fiscal, assim como evidenciam a necessidade de maior flexibilidade normativa para que os estados possam responder melhor a crises e particularidades locais.

Com o objetivo de oferecer maior transparência aos dados analisados, foi incluído em apêndice o conjunto integral de tabelas, elaborado a partir dos dados coletados de todos os estados sobre gasto com pessoal e endividamento ao longo do período estudado, complementando as informações apresentadas no corpo do trabalho, que contemplam apenas os estados que ultrapassaram os limites legais.

5 Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo analisar o desempenho fiscal dos estados brasileiros entre 2019 e 2023, com foco na observância dos limites legais de gasto com pessoal e endividamento definidos pela LRF. A partir de uma abordagem quantitativa e descritiva, foram investigados não apenas os indicadores, mas também a trajetória de retorno dos entes federativos em situações de descumprimento, proporcionando uma leitura dinâmica e concreta da aplicação da LRF no contexto subnacional.

Os resultados revelaram avanços importantes no controle das despesas com pessoal, com redução média dos percentuais ao longo dos cinco anos investigados, bem como tendência de maior uniformidade entre os estados. Quanto ao endividamento, identificou-se um cenário mais heterogêneo, com casos críticos em poucos estados, mas com capacidade de recuperação observada ao longo do tempo. A análise por pontos de inflexão confirmou que, em nível nacional, os indica-

dores fiscais seguiram trajetórias consistentes ao longo do período, apontando uma evolução agregada positiva no equilíbrio fiscal. Tais achados confirmam parcialmente a hipótese do estudo, ao evidenciar que, embora a LRF exerça papel estruturante na disciplina fiscal, sua eficácia está diretamente condicionada à capacidade dos entes em se adaptarem às suas exigências, o que nem sempre ocorre de maneira uniforme.

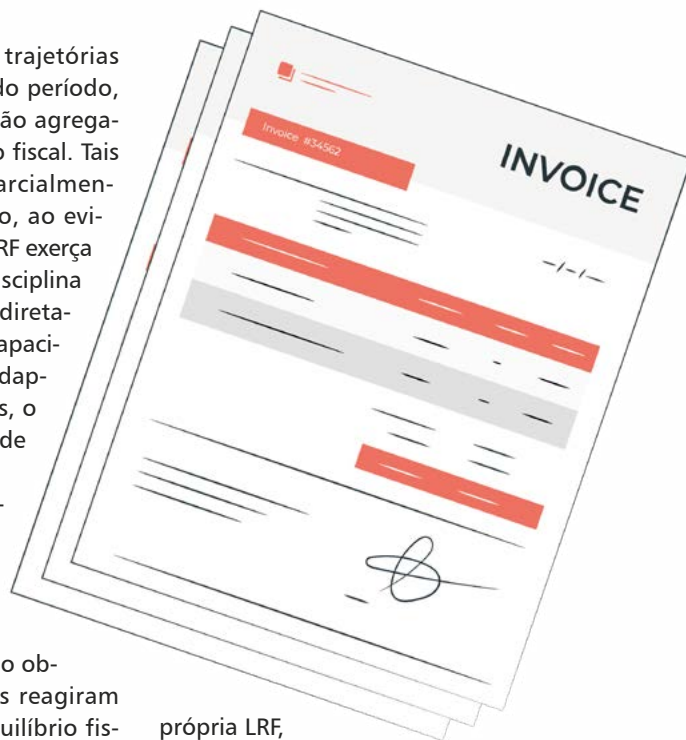
Um aspecto relevante foi a análise da trajetória de retorno, que vai além da simples verificação de conformidade legal, permitindo observar como os estados reagiram aos episódios de desequilíbrio fiscal. Alguns casos, como os de GO e do RJ, demonstraram esforço efetivo de ajuste dentro dos prazos legais de gasto com pessoal, enquanto outros, como o RN, permaneceram em situação irregular durante todo o período, evidenciando obstáculos estruturais que limitam a capacidade de reação fiscal.

Todos os estados que ultrapassaram os limites legais de endividamento durante o período examinado conseguiram retornar à legalidade até 2023, ainda que com ritmos distintos. MG foi o único a cumprir integralmente o prazo previsto na LRF, enquanto RJ e RS levaram mais tempo, mas demonstraram capacidade de ajuste fiscal. Essa trajetória revela que, apesar de mais concentrado, o problema do endividamento tende a ser mais tecnicamente controlável do que as despesas com pessoal, por envolver menos resistência institucional e maior possibilidade de renegociação.

Ao oferecer uma análise detalhada por quadrimestre, o estudo também inova metodologicamente ao se alinhar à periodicidade da

própria LRF, proporcionando uma leitura mais precisa e realista das oscilações fiscais. Isso possibilitou identificar padrões de comportamento fiscal ao longo do tempo e distinguir os estados que adotaram políticas fiscais mais conservadoras daqueles cujas estratégias revelaram maior fragilidade institucional.

Um ponto central que permeou o período analisado foi o impacto da pandemia de Covid-19. O ano de 2020 representou uma inflexão drástica na trajetória fiscal dos estados, com aumento de gastos emergenciais, queda na arrecadação e consequente elevação dos episódios de descumprimento dos limites legais, especialmente nos gastos com pessoal. Esse cenário revelou fragilidades na rigidez normativa da LRF, cuja estrutura pouco flexível dificultou uma atuação fiscal contracíclica em um momento de grave crise sanitária e econômica. Apesar disso, observou-se um esforço generalizado de ajuste a partir de 2021, refletindo tanto a retomada econômica quanto a adoção de medidas administrativas e reformas em alguns estados.



“Um ponto central que permeou o período analisado foi o impacto da pandemia de Covid-19. O ano de 2020 representou uma inflexão drástica na trajetória fiscal dos estados, com aumento de gastos emergenciais, queda na arrecadação e consequente elevação dos episódios de descumprimento dos limites legais, especialmente nos gastos com pessoal.”

Ao abordar os dois principais pilares de controle da LRF, gasto com pessoal e endividamento, o presente trabalho contribui, de forma inédita, ao mapear, trimestre a trimestre, os estados que ultrapassaram os limites legais e como (ou se) conseguiram retornar aos parâmetros exigidos. Essa análise permitiu verificar, na prática, a aplicação dos mecanismos corretivos previstos em lei e a resiliência institucional de alguns entes diante de cenários adversos.

Dessa forma, a pesquisa reforça a relevância da LRF como instrumento de estabilidade fiscal e transparência na gestão pública, e levanta reflexões sobre a necessidade de reformas que tornem suas regras mais adaptáveis a choques econômicos e realidades regionais distintas. A experiência da pandemia tornou ainda mais evidente a urgência de um arcabouço fiscal que combine responsabilidade com flexibilidade, permitindo respostas rápidas sem comprometer a sustentabilidade a longo prazo.



Os resultados demonstraram que o cumprimento da LRF não depende apenas de imposição legal, mas sobretudo de capacidade de gestão, planejamento estratégico e compromisso político dos governantes. Enquanto estados como MT, ES e MA exemplificam que é possível manter disciplina fiscal mesmo em contextos de crise, outros como RN e RJ indicam a persistência de desafios estruturais que requerem soluções mais profundas.

O estudo alcançou seus objetivos ao oferecer uma visão abrangente da evolução dos indicadores fiscais e da eficácia dos mecanismos de controle previstos na LRF. O enfoque quantitativo adotado foi adequado para a análise proposta, pois permitiu mensurar e comparar o comportamento fiscal em uma escala nacional ao longo de cinco anos. No entanto, reconhece-se que a inclusão de variáveis institucionais, políticas e socioeconômicas, além de abordagens qualitativas poderia enriquecer a

compreensão dos fatores que influenciam o desempenho fiscal.

Como proposta para investigações futuras, sugere-se a inclusão de análises qualitativas que explorem as estratégias administrativas adotadas pelos entes federativos, bem como a relação entre desempenho fiscal e qualidade da gestão pública. Essa ampliação poderá contribuir para um entendimento mais completo sobre os fatores que fortalecem ou fragilizam a sustentabilidade das finanças públicas no Brasil.

Conclui-se, portanto, que a LRF, mesmo após mais de duas décadas de vigência, permanece um instrumento essencial para o equilíbrio das contas públicas. Sua efetividade, porém, está condicionada à capacidade de adaptação dos entes federativos às suas exigências e, principalmente, à necessidade de modernização de seus dispositivos, considerando as experiências vividas durante crises como a da pandemia.

Este trabalho oferece não apenas um diagnóstico técnico do desempenho fiscal recente dos estados, mas também um convite à reflexão sobre como a legislação pode evoluir para se tornar ainda mais eficaz, justa e sensível às diferentes realidades do Brasil.

Referências

AFONSO, José Roberto; RIBEIRO, Leonardo Cezar. Um novo código fiscal como proposta de reconstrução da governança. *Revista TCU*, n. 149, 2022. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1832>. Acesso em: 19 nov. 2024.

ARAÚJO, Anderson Henrique dos Santos; FILHO, José Emílio dos Santos; GOMES, Fábio Guedes. Lei de Responsabilidade Fiscal: efeitos e consequências sobre os municípios alagoanos no período 2000-10. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 739-759, mai./jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/rj/rap/a/3NWxBKfHqVTRbhgFTQWts?lang=pt>. Acesso em: 2 mai. 2025.

ARRAES, J.; MATIAS-PEREIRA, J. Desvendando a influência da Lei de Responsabilidade Fiscal nos estados brasileiros: inferências quanto a sustentabilidade do endividamento, a eficiência do gasto com pessoal e a gestão fiscal responsável. *Contabilidade Gestão e Governança*, Brasília-DF, v. 27, n. 1, p. 128-156, 2024. Disponível em: <https://revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/3215>. Acesso em: 17 nov. 2024.

ARRAES, J. P. da S.; FREITAS, F. R. do N. V. de; SANTOS, D. D. T. dos; PEREIRA, D. M. V. G. . Equilíbrio fiscal e a influência do crescimento econômico na variação da despesa com pessoal dos estados brasileiros face aos limites da LRF. *Revista Ambiente Contábil – Universidade Federal do Rio Grande do Norte [S. l.]*, v. 16, n. 2, p. 268-285, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/33614>. Acesso em: 17 nov. 2024.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 5 mai. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 24 abr. 2025.

BRASIL. Tesouro Nacional. Relatório de Gestão Fiscal – RGF. *Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi*. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2025.

CASSIMIRO, Francisco Itamar; NASCIMENTO, Roberto Sergio; VIOTTO, Ricardo. Avaliação dos determinantes de endividamento público dos Entes Subnacionais Brasileiros. *Revista Controle: doutrinas e artigos*, v. 19, n. 1, p. 236-274, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7879230>. Acesso em: 17 nov. 2024.

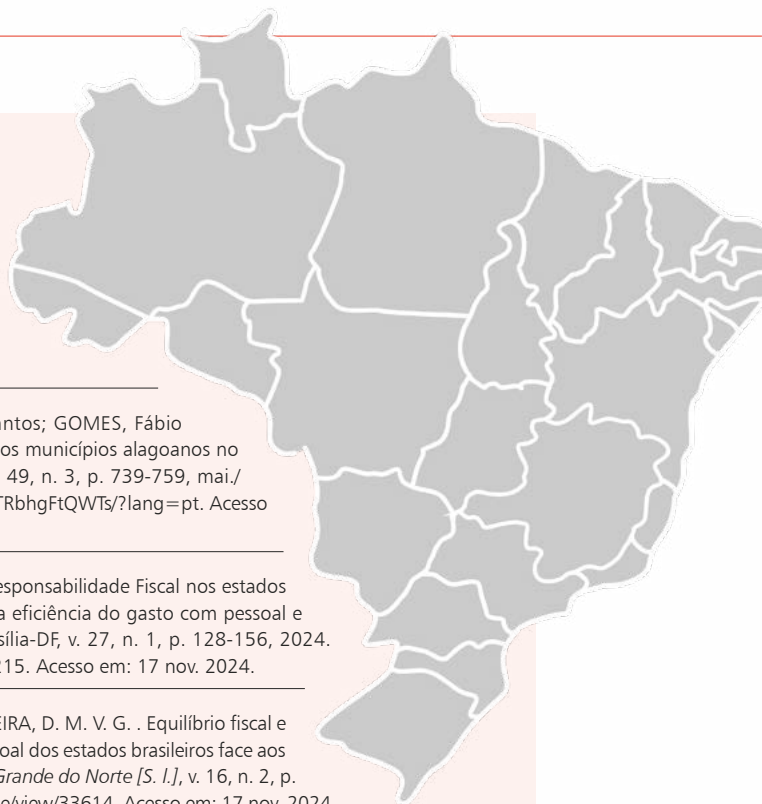
DE BIASI DA SILVA, Cibele; RAICYKI ZILLI, Gabriela; MOTTA CORREIA, Fernando. determinantes da composição dos gastos públicos: uma análise para os municípios brasileiros. *Revista Econômica do Nordeste*, [S. l.], v. 53, n. 2, p. 144-159, 2022. Disponível em: <https://bnb.gov.br/revista/ren/article/view/1330>. Acesso em: 17 nov. 2024.

FOLTZ, Roberto Daniel. *Análise das despesas de pessoal à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal nos estados brasileiros no período 2013 a 2022*. 2024. 49 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (FEAAC), Programa de Economia Profissional (PEP), Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2024. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/77086>. Acesso em: 12 nov. 2024.

HAMADA, Hélio Hiroshi; MOREIRA, Diogo Junio; MILLA, Elizabeth Salas; OLIVEIRA, Silvana Alves de. Endividamento público municipal perante a Lei de Responsabilidade Fiscal: uma análise do município de Belo Horizonte no período 2002 a 2017. *Revista Conhecimento Contábil*, v. 8, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RCC/article/view/762>. Acesso em: 22 mar. 2025.

KIM, H. J.; FAY, M. P.; FEUER, E. J.; MIDTHUNE, D. N. Permutation tests for joinpoint regression with applications to cancer rates. *Statistics in Medicine*, v. 19, n. 3, p. 335-351, 15 fev. 2000. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/10649300/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

LINHARES, Fabricio; PENNA, Christiano; BORGES, Glenda. Os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos municípios do Piauí. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 6, p. 1359-1373, nov./dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000600002>. Acesso em: 3 set. 2024.



MACEDO, Joel de Jesus; CORBARI, Ely Célia. Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos Municípios Brasileiros: uma análise de dados em painéis. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 20, n. 51, p. 44-60, set./dez. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772009000300004>. Acesso em: 3 set. 2024.

NAZARETH, Paula Alexandra Canas de Paiva; ARAUJO, Nina Quintanilha. O Rio de Janeiro no Regime de Recuperação Fiscal. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 18-53, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cdf/article/view/59553>. Acesso em: 25 set. 2024.

OLIVEIRA, Júnio José Souza de. *Responsabilidade fiscal e os municípios: uma análise dos gastos com pessoal após o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF*. 2022. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/45338>. Acesso em: 10 out. 2024.

SANTOS, Geovanna dos; ANTUNES, Derli. A Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF) como Instrumento de Gestão Fiscal para a Administração Pública. *Revista REAL*, v. 3, n. 2, 2024. Disponível em: <https://revistas.icesp.br/index.php/Real/article/view/6125>. Acesso em: 2 mai. 2025.

SILVA, Cleomar Gomes da; NETO, Benito Adelmo Salomão. Da Lei de Responsabilidade Fiscal à PEC do Teto dos Gastos: uma análise dos vinte anos de regras fiscais no Brasil. *In: Encontro Nacional de Economia*, 49, 2021, Área 5 – Economia do Setor Público. *Anais [...]*. ANPEC, 2021. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2021/submissao/files_l/i5-8bd1b9f232213027fd3d933d4501ff98.pdf. Acesso em: 2 out. 2024.

SILVA, S. D. S.; SANTOS, L. S.; FORTES FILHO, V. de F. Inovações na gestão pública a partir da lei de responsabilidade fiscal. *Revista de Gestão e Secretariado, [S. l.]*, v. 15, n. 9, p. e4152, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4152>. Acesso em: 6 nov. 2024.

SIMÕES, Jorge Eduardo Macedo; RIBEIRO, Washington Luis Lima. A sustentabilidade fiscal dos estados brasileiros: uma avaliação da Lei de Responsabilidade Fiscal entre 2000 e 2017. *Estudios económicos*, v. 41, n. 82, p. 223-249, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9301170>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SOUSA, George Jó Bezerra; GARCES, Thiago Santos; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte; MOREIRA, Thereza Maria Magalhães; SILVEIRA, Germana Maria da. Padrão temporal da cura, mortalidade e abandono do tratamento da tuberculose em capitais brasileiras. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 27, e3218, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/lj/rae/a/ZC6nwryM55DKnSRd5ktNwgb/?lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Lei de Responsabilidade Fiscal: orientações gerais. Recife: TCE-PE, nov. 2000. Disponível em: https://www.tcepe.tc.br/internet/docs/publicacoes/cartilha_de_orientao_sobre_a_lei_de_responsabilidade_fiscal.pdf. Acesso em: 4 set. 2024.

Apêndice A – Relação entre os indicadores de gastos com pessoal e endividamento e os limites legais

Neste apêndice, são apresentadas duas tabelas que detalham as diferenças entre os indicadores apurados e os limites estabelecidos pela legislação, referentes a gasto com pessoal (Tabela A.1) e endividamento (Tabela A.2).

Os valores apresentados correspondem à diferença entre o indicador apurado e o respectivo limite legal, calculada como: indicador menos limite. Dessa forma, valores negativos indicam o descumprimento dos limites legais, enquanto valores positivos refletem conformidade com a LRF.

Tabela A.1 – Diferença entre o gasto com pessoal e o limite legal por estado e quadrimestre

UF	2019/1Q	2019/2Q	2019/3Q	2020/1Q	2020/2Q	2020/3Q	2021/1Q	2021/2Q	2021/3Q	2022/1Q	2022/2Q	2022/3Q	2023/1Q	2023/2Q	2023/3Q
AC	0,6	-6,17	-4,74	-6,5	-3,74	-3,69	-2,33	-0,85	-2,44	-0,16	0,35	2,64	1,1	-0,92	0,59
AL	2,44	2,62	4,29	4,28	7,47	9,22	11,17	14,34	13,4	13,07	8,77	8,1	7,27	7,38	5,99
AM	-1,98	-2,11	-0,65	0,51	2,33	0,65	-0,04	-1,06	2,3	1,94	6,56	7,9	8,18	6,84	8,83
AP	10,77	14,5	9,75	7,45	6,74	3,54	5,5	6,36	6,68	8,29	9,1	8,05	4,81	0,26	7,28
BA	3,25	3,76	4,75	6,2	6,91	7,65	8,4	11,7	13,03	13,83	12,82	12,4	11,68	11,68	8,62
CE	7,29	7,64	7,36	7,14	7,77	8,45	9,63	9,8	9,99	6,59	7,31	6,17	5,03	5,09	4,27
DF	6,66	5,74	5,46	4,33	6,29	6,95	7,67	7,61	9,48	10,11	8,4	4,83	7,84	11,11	14,2
ES	8,37	9,43	12,66	10,09	9,34	10,19	11,89	14,13	14,19	9,86	11,8	11,52	10,35	8,88	10,71
GO	5,17	4	-0,79	-1,32	2,08	3,69	6,93	8,59	10,32	11,1	11,21	8,08	7,48	4,74	5,37
MA	5,22	4,39	5,74	8,82	11,83	11,49	11,37	11,27	11,54	13,32	16,88	18,02	16,41	13,37	12,43
MG	-15,91	-13,12	-9,42	-9	-6,33	-4,93	-2,97	-0,72	0,32	1,04	0,14	0,56	-0,32	-0,62	-2,37
MS	1,79	2,35	1,92	2,14	2,32	7,13	7,92	8,87	8,38	10,11	10,45	9,87	8,98	7,53	4,36
MT	-9,55	-8,88	-3,38	-1,71	3,21	4,76	7,75	8,87	11,33	12,76	13,83	12,75	11,81	10,65	11,5
PA	0,16	2,18	5,08	5,55	9,48	9,91	11,22	9,75	8,31	9,98	8,93	9,67	8,03	7,68	6,36
PB	-0,88	-1,29	0,14	-2,02	-1,91	-2,24	-0,57	0,31	1,61	2,86	3,88	3,67	3,12	1,98	1,12
PE	0,93	0,69	2,09	1,67	2,34	3,2	5,79	8,03	7,96	8,85	9,41	5,97	4,18	3,08	4,44
PI	1,58	0,05	0,88	1,22	5,82	9,71	9,63	4,72	8,72	10,98	11,38	6,75	5,95	6,26	8,85
PR	4,06	4,22	3,82	3,01	2,73	3,24	5,4	7,65	6,81	8,74	9,52	8,32	6,99	5,98	5,77
RJ	10,92	9,21	9,69	9,42	4,63	2,47	-8,11	4,67	8,41	10,34	6,06	3,17	-0,47	0,38	1,53
RN	-17,21	-16,49	-11,56	-12,04	-10,19	-5,81	-4,21	-4,5	-5,57	-3,14	-1,71	-4,37	-7,68	-8,76	-7,94
RO	8,06	8,73	9,13	8,68	10,55	11,43	13,02	12,99	12,23	11,98	11,41	9,75	9,57	9,07	10,77
RR	7,12	7,42	3,27	3,13	4,62	6,65	14,06	11,06	10,72	7,14	8,72	4,07	1,61	-2,61	-0,28
RS	2,35	1,8	3,4	3,74	4,76	6,51	6,62	8,47	7,63	7,16	3,94	1,12	0,19	2,01	3,97
SC	1,29	2,57	3,25	2,95	3,67	4,08	5,39	6,45	5,86	7,92	7,08	7,17	4,79	4,81	6,41
SE	0,72	1,82	2,16	0,78	0,73	1,62	3,69	4,74	4,19	7,07	6,74	5	4,18	3,51	5,24
SP	5,33	3,48	4,6	4,23	4,61	3,52	7,47	9,91	10,31	10,29	11,4	11,07	13,65	8,79	6,67
TO	-6,35	1,33	2,08	1,43	6,86	3,73	5,49	7,7	8,69	9,86	6,95	9,65	7,9	4,88	4,13

Fonte: elaborada pelos autores, com dados extraídos do RGF/Siconfi.

Tabela A.2 – Diferença entre o endividamento e o limite legal por estado e quadrimestre

UF	2019/1Q	2019/2Q	2019/3Q	2020/1Q	2020/2Q	2020/3Q	2021/1Q	2021/2Q	2021/3Q	2022/1Q	2022/2Q	2022/3Q	2023/1Q	2023/2Q	2023/3Q
AC	139,86	137,8	141,82	137,05	141,4	141,49	154,66	161,93	157,37	174,34	176,91	168,64	176,11	177,72	175,9
AL	124,06	126,57	125,18	120,17	131,62	142,17	149,01	168,86	162,02	160,33	152,78	145,02	148,39	148,41	129,67
AM	172,56	173,52	170,7	180,72	182,65	182,83	190,55	192,07	177,81	182,92	180,75	176,64	178,15	176,84	174,09
AP	212,3	206,82	165,42	196,45	210,3	160,31	224,84	205,08	220,77	170,46	172,13	168,63	181,4	183,96	189,65
BA	142,52	139,05	137,65	132,38	136,97	143,13	149,61	163,41	161,94	173,75	170,53	166,37	173,07	173,89	170,27
CE	151,83	152,51	147,35	140,55	143,66	145,58	156,76	161,85	155,87	170,81	170,53	166,37	173,07	173,89	170,27
DF	169,87	164,3	163,93	168,28	172,35	167,23	173,48	176,35	179,44	184,62	183,48	173,6	180,24	184,54	176,98
ES	193,43	193,81	185,96	186,54	189,7	190,94	195,86	202,51	200,82	206,28	212,05	204,15	209,6	212,18	206,64
GO	110	114,77	121,57	118,2	125,72	127,55	134,59	150,16	154,13	159,82	167,09	167,48	169,82	169,9	170,47
MA	159,6	172,9	155,44	178,48	182,42	158,21	166,22	170,15	158,68	164,48	167,71	158,84	167,46	179,74	180,8
MG	17,37	10,24	8,5	-4,11	3,7	11,51	23,61	37,98	30,62	46,74	50,31	43,05	48,62	45,16	31,61
MS	131,37	134,51	138,93	146,24	154,21	159,18	169,98	177,25	178,60	185,63	186,20	177,85	183,65	183,01	184,18
MT	167,56	172,79	172,91	182,68	193,23	195,71	207,63	216,14	217,62	227,8	228,56	224,48	230,95	228,81	219,83
PA	192,53	195,4	192,49	194,95	201,94	197,82	204,09	207,36	198,35	207,69	206,29	200,75	204,85	204,21	195,46
PB	176,34	176,37	176,75	180,5	187,16	189,07	198,92	204,97	203,07	209,94	213,04	206,19	213,77	216,05	201,17
PE	147,09	147,55	147,68	145,92	150,05	151,94	159,94	168,42	163,86	174,85	178,53	164,67	175,01	178,44	168,08
PI	171,34	166,83	145,29	143,74	168,97	162,83	164,45	164,5	153,07	168,17	166,38	148,980	161,76	167,85	152,94
PR	170,58	174,61	156,28	164,3	164,93	162,89	169,03	177,05	177,73	186,25	192,26	189,36	194,7	205,12	204,82
RJ	-68,97	-83,34	-82,08	-105,51	-117,38	-119,03	-80,78	3,33	1,32	25,85	38,53	31,72	30,85	15,38	11,59
RN	163,98	160,75	168,04	167,84	171,25	163,09	170,36	174,07	165,49	173	175,74	169,92	174,68	176,97	174,67
RO	166,87	171,58	172,08	179,87	183,21	179,57	196,42	204,6	205,1	200,11	201,68	195,1	191,99	193,94	194,65
RR	202,46	193,71	161,26	160,89	195,15	193,77	203,78	207,54	202,99	213,08	207,50	195,88	208,20	195,68	194,63
RS	-23,57	-25,86	-24,38	-32,73	-30,34	-21,81	-6,4	16,35	17,4	36,92	18,97	0,67	0,24	11,33	14,6
SC	115,59	114,95	119,71	119,32	127,18	129,15	140,74	150,43	146,9	162,29	162,82	157,55	162,98	164,62	166,76
SE	154,97	158,65	154,12	152,58	159,55	161,33	167,63	172,45	170,60	176,88	178,25	168,62	176,42	178,00	177,09
SP	32,61	26,69	33,76	31,14	33,63	33,51	50,66	73,41	73,31	80,27	86,36	84,60	88,38	84,09	72,08
TO	172,89	147,69	143,05	148,96	155,89	163,78	172,42	178,99	180,4	194,37	197,34	192,4	199,06	197,45	195,42

Fonte: elaborada pelos autores, com dados extraídos do RGF/Siconfi.



Percepção dos gestores sobre os desafios na implantação dos objetivos do desenvolvimento sustentável no relato integrado: um estudo de caso

Este estudo teve como objetivo geral analisar a percepção dos gestores sobre os desafios na implantação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) no relato integrado (RI) de uma indústria do ramo alimentício. A metodologia aplicada foi um estudo de caso em empresa do ramo alimentício situada nas cidades de Ponta Grossa e Carambeí no Paraná. A pesquisa foi realizada mediante entrevistas, aplicação de questionário e observação participante. Foram feitas 5 entrevistas com analistas das áreas contábil, financeira e de sustentabilidade. A observação participante aconteceu no setor responsável pelas ações de sustentabilidade e meio ambiente.

O questionário foi enviado via Teams para 50 colaboradores que possuíam envolvimento com a elaboração dos ODS e obteve o retorno de 32 respostas. Os principais resultados apontam que, na visão dos entrevistados, os desafios para uma empresa contribuir para os ODS vão além do custo e envolvem outros pilares: todos tem que trabalhar em conjunto para garantir que os objetivos sejam alcançados, assim como é necessário ter uma cultura organizacional que vise à conscientização do impacto social e ambiental e do valor que isso pode gerar para a corporação. A divulgação dessas informações nos RIs permite à empresa definir estratégias, mensurar sua eficiência, e fornecer clareza aos stakeholders. Por afetar o segmento de estratégia de sustentabilidade da entidade estudada, os ODS devem ser amplamente usado pelas organizações para refletir as divulgações do impacto de criação de valor de longo prazo dos ODS.

Daniella Rodrigues Carrano

Bacharel em Contabilidade pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
E-mail: 16048466@uepg.br

Nivia Maria de Araujo

Bacharel em Contabilidade pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
E-mail: 14027466@uepg.br

Franciele Machado de Souza

Doutora em Contabilidade pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
E-mail: fmsouza@uepg.br

Valmir Tozetto

Especialista em Contabilidade pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
E-mail: vtozetto@uepg.br

1 Introdução

A Orientação Técnica Comunicado Técnico Geral (CTG) 09 define que o relato integrado (RI) tem como objetivo esclarecer aos provedores de capital financeiro como a empresa gera valor. Dessa forma, o RI contém informações relevantes, de natureza financeira e não financeira. O RI é um relato conciso, focado na prestação de contas e gestão das interdependências entre os capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e de

relacionamento e natural) (Comitê de Pronunciamento Contábil, 2021).

O RI possui uma abordagem baseada em princípios, buscando o equilíbrio adequado entre flexibilidade e imposição, devido à variedade de situações específicas de cada empresa (Comitê de Pronunciamento Contábil, 2021; Sato; Ferreira, 2021). Alves *et al.* (2017) afirmaram que o propósito do RI é conectar os relatórios em busca de alinhamento e complementaridade, cujo objetivo seria melhorar a qualidade da informação disponível aos usuários.

Com a finalidade de mostrar as perspectivas da organização, o RI permite que a entidade faça conexão com o ambiente externo e insira fatores econômicos, sociais e políticos, que possam impactar o negócio, o que leva à geração de valor a curto, médio e longo prazo (Comitê de Pronunciamento Contábil, 2021; Carvalho, 2013). O RI teve sua adesão voluntária no Brasil até 2020. A partir de 2021, tornou-se obrigatório para as empresas listadas na Bolsa de Valores B3, conforme Resolução nº 14 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (Marçal; Neumann; Sanches, 2022).

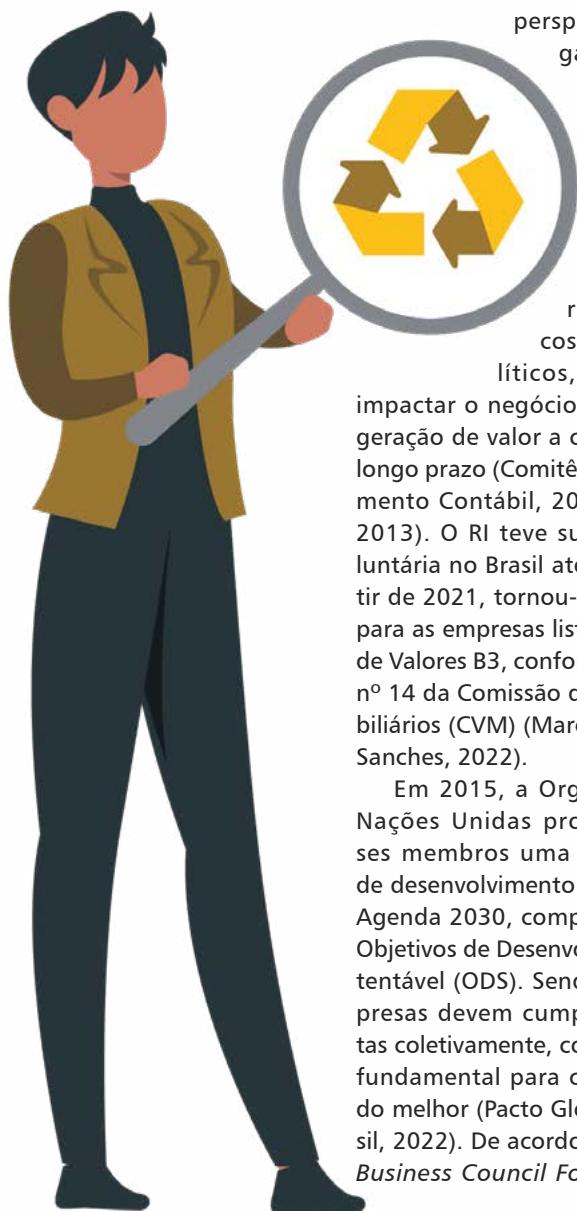
Em 2015, a Organização das Nações Unidas propôs aos países membros uma nova agenda de desenvolvimento sustentável, a Agenda 2030, composta pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Sendo que as empresas devem cumprir essas metas coletivamente, como uma ação fundamental para criar um mundo melhor (Pacto Global Rede Brasil, 2022). De acordo com o *World Business Council For Sustainable*

Development (WBCSD), os ODS, além de serem um grande desafio para as empresas, são uma oportunidade de alavancar novos negócios. Contudo, para transformar os desafios em oportunidades será preciso compreender, de forma bem estruturada, as inferências das novas metas para o setor produtivo (GRI; UNGC; WBCSD, 2015).

Após a adoção dos ODS, tanto o *Global Reporting Initiative* (GRI) quanto o *International Integrated Reporting Council* (IIRC) publicaram vários documentos para auxiliar as corporações sobre o que divulgar e como divulgar ao abordar os ODS (Kücükgül; Cerin; Liu, 2022). No entanto, Sato e Ferreira (2021) destacaram que muitas empresas parecem não entender a evolução do conceito de desenvolvimento sustentável para além da dimensão ambiental.

As empresas envolvidas na divulgação dos ODS recebem pressões institucionais ao buscar legitimidade para os seus *stakeholders*, com a finalidade de lhes entregar resultados positivos quanto ao seu desempenho em sustentabilidade (Kücükgül; Cerin; Liu, 2022). Nesse sentido, o papel do setor privado tornou-se primordial nesse processo, por ser grande detentor do poder econômico, propulsor de inovações e tecnologia, influenciador e engajador dos mais diversos públicos – governos, fornecedores, colaboradores e consumidores (GRI; UNGC; WBCSD, 2015).

A partir disso, esse estudo buscou responder o seguinte questionamento: qual a percepção dos gestores sobre os desafios da implantação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no relato integrado de uma indústria do ramo alimentício? Este resultou no objetivo geral de analisar a percepção dos gestores sobre os desafios na implantação dos ODS no RI de uma indústria do ramo alimentício.



“Como contribuição prática, esta pesquisa buscou analisar a efetividade do RI para a corporação e a relevância dos ODS no cotidiano da indústria desde a parametrização de prioridades relacionadas à sustentabilidade e responsabilidade social, assim como evidenciar a geração de valor que a adesão do RI trouxe à corporação.”

Como contribuição prática, esta pesquisa buscou analisar a efetividade do RI para a corporação e a relevância dos ODS no cotidiano da indústria desde a parametrização de prioridades relacionadas à sustentabilidade e responsabilidade social, assim como evidenciar a geração de valor que a adesão do RI trouxe à corporação. Ademais, teoricamente, contribuiu para o conhecimento da aplicabilidade da norma do RI como um processo de geração de comunicação concisa sobre como a estratégia e as políticas da organização estão estruturadas para comunicar a informação contábil aos usuários.

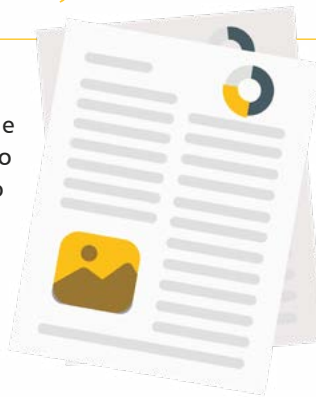
2 Fundamentação Teórica

O RI é um relato conciso sobre a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas de uma organização, considerando seu ambiente externo e a geração de valor em curto, médio e longo prazo. O CTG 09 – Relato Integrado, retrata o RI a partir de uma visão de longo prazo, em que o pensamento integrado está enraizado na prática dos negócios (Comitê de Pronunciamento Contábil, 2021). Nesse sentido, Barros *et al.* (2018) afirmam que muitas empresas busca-

ram maior credibilidade no mercado, adotando práticas de elaboração diferenciadas em seus relatórios, divulgando aspectos sociais, ambientais e financeiros de forma objetiva.

De acordo com Gonçalves, Anjos e Freitas (2019), para conquistar a legitimidade, as companhias precisam divulgar as suas ações para que seu público de interesse tome conhecimento delas, e uma das formas de propagar essas informações é por meio de relatórios empresariais. O RI prevê os seguintes conteúdos: visão geral organizacional e ambiente externo, governança, modelo de negócios, riscos e oportunidades, estratégia e alocação de recursos, desempenho, perspectivas e base de preparação (Comitê de Pronunciamento Contábil, 2021).

Para Maria, D'Angelo e Borgerth (2021), as organizações privadas estão aderindo ao *framework* do RI por exigência dos *stakeholders*, que demandam qualidade da informação. Do ponto de vista de Cunha *et al.* (2016), o relatório financeiro é baseado na informação oriunda de relatórios contábeis, com a estrutura conceitual definida por entidades reguladoras quanto à



mensuração e divulgação dos elementos patrimoniais. Enquanto os relatórios não financeiros retratam estratégias, estruturas, sistemas e métodos de atuação das organizações.

Nesse sentido, Angelo e Borgerth (2021) declaram que essa complementação de informações não financeiras aos relatórios contábeis têm igual potencial de influência na decisão dos *stakeholders* da empresa. Para Marçal, Neumann e Sanches (2022), o valor financeiro não é suficiente para representar o potencial de valor de uma empresa, assim, as informações não financeiras sobre esses ativos são basilares para explanação da geração de valor de uma empresa.

A partir desse contexto, em 2015, 193 Estados-membros da ONU adotaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A Agenda 2030 aponta 17 ODS e apresenta um plano de ação a ser cumprido pelos países nos próximos 15 anos com o objetivo de eradicar a pobreza e promover uma vida digna para todos, considerando os limites planetários (Sato; Ferreira, 2021).

Governos, organizações internacionais, setor empresarial e outros atores não estatais e indivíduos devem contribuir para a mudança de padrões de consumo e produção não sustentáveis, inclusive via mobilização, de todas as fontes, de assistência financeira e técnica para fortalecer as capacidades científicas, tecnológicas e de inovação dos países em desenvolvimento a fim de avançar rumo a padrões mais sustentáveis de consumo e produção (Brasil, 2015, p. 10).

Para Gil (2018), os ODS propõem respostas sistêmicas a uma visão global e inter-relacionada de desenvolvimento sustentável, abrangendo questões importantes como desigualdade e pobreza extrema, padrões de consumo insustentáveis e degradação ambiental, fortalecimento de capacidades institucionais, bem como processos de solidariedade. Há o reconhecimento de que o desenvolvimento econômico e social depende de uma gestão sustentável dos recursos naturais do nosso planeta (Brasil; 2015). Pensando na implantação dos ODS dentro das organizações foi criado o *SDG Compass* – Diretrizes para Implementação dos ODS na Estratégia dos Negócios, um guia dos ODS para as empresas, pensado e organizado para orientar o setor privado nesse novo cenário (GRI; UNGC; WBCSD, 2015).

No Brasil foi criada a Comissão Nacional Para os ODS – Plano de Ação 2017-2019, com a publicação do Decreto Presidencial nº 8.892, em que foi estabelecido uma governança nacional no processo de implantação da Agenda 2030 no país. “As propostas do Plano de Ação da Comissão Nacional para os ODS auxiliam no processo de concretização da Agenda 2030, que, apesar de desafiadora, representa uma oportunidade de sintonia de linguagem entre os propósitos dos setores púb-

licos e privados da nação brasileira” (Brasil, 2017, p.9).

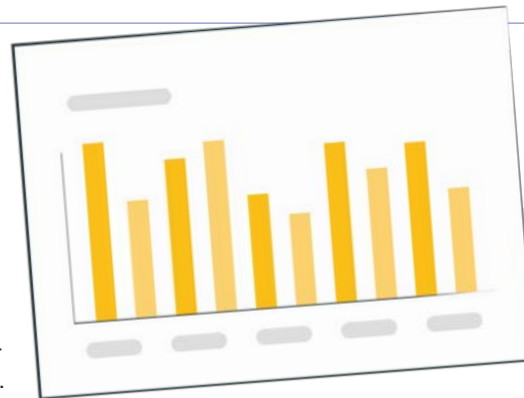
Ban Ki-moon, Secretário Geral das Nações Unidas, declara que as empresas são de extrema importância no alcance dos ODS, podendo contribuir com suas principais atividades (GRI; UNGC; WBCSD, 2015). Neste sentido, a Secretaria Especial de Articulação Social, do Brasil, responsável pela governança da Agenda em âmbito federal, tem como um de seus projetos estratégicos a iniciativa Metas ODS, que tem por objetivo a continuidade do processo de nacionalização das metas para os 17 ODS e a identificação das ações e programas do Governo Federal que contribuem para o seu alcance (Brasil, 2020).

O *SDG Compass* orienta que as empresas podem utilizar os ODS como uma referência global capaz de moldar, conduzir, comunicar e relatar as suas estratégias, objetivos e atividades, podendo ter diversos benefícios, como, por exemplo, identificação de oportunidade de negócios futuros, valorização da sustentabilidade corporativa, fortalecimento das relações com as partes interessadas e manutenção do ritmo com as políticas públicas (GRI; UNGC; WBCSD, 2015).

2.1 Estudos anteriores

As pesquisas sobre o RI e os ODS estão em desenvolvimento em nível nacional e internacional, e abrangem diversas áreas de atuação (Alves *et al.*, 2017; Freitas; Freire, 2017; Barros *et al.*; 2018; Sato; Ferreira, 2021; Gonçalves; Anjos; Freitas, 2019; Roma, 2019; Torres, 2021; Maria; D’Angelo; Borgerth, 2021; Castanha *et al.*, 2021; Marçal; Neumann; Sanches, 2022).

Alves *et al.* (2017) estudaram sobre o RI e o formato da informação financeira para evidenciar a criação de valor das empresas que participaram do plano piloto no



Brasil. Os resultados revelaram insuficiência no uso de termos que fundamentaram o RI e a informação financeira que advém da contabilidade. Entretanto, os autores identificaram avanço no uso de linguagem visual, em consonância com os princípios da concisão, completude, comparabilidade e conectividade entre as informações financeiras e não financeiras.

Freitas e Freire (2017) pesquisaram a aderência da estrutura conceitual do RI proposta pelo IIRC no Balanço Socioambiental (BS) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Constataram que o BS do CFC apresentou uma quantidade significativa de conteúdo do RI, demonstrando aderência à estrutura. Porém encontraram necessidade de melhorias em relação aos princípios da conectividade de informações, coerência, comparabilidade, confiabilidade e completude, em que os resultados patrimoniais apurados nas demonstrações financeiras diferiam dos apurados na divulgação voluntária, além de existir desalinhamento entre o nível de satisfação dos funcionários e as provisões de riscos trabalhista.

Barros *et al.* (2018) averiguaram se, após aderirem ao uso do RI, as organizações brasileiras que participaram do plano piloto obtiveram aumento no nível de *Value Relevance* das informações contábeis divulgadas no período de 2011 a 2017. Os resultados encontrados pelos autores confirmaram a hipótese de que RI atendeu ao propósito de estrutura conceitual.

“Os resultados revelaram insuficiência no uso de termos que fundamentaram o RI e a informação financeira que advém da contabilidade. Entretanto, os autores identificaram avanço no uso de linguagem visual, em consonância com os princípios da concisão, completude, comparabilidade e conectividade entre as informações financeiras e não financeiras.”

O trabalho de Sato e Ferreira (2021) analisou o comportamento das empresas frente à iniciativa *Relate ou Explique* para os ODS e os motivos apresentados pelas empresas que não publicam relatório de sustentabilidade ou RI. Os resultados apontam que houve a intenção ou avaliação da possibilidade de informar no futuro a não priorização de relato por parte da companhia e os custos para relatar. Embora a maioria das empresas tenha demonstrado interesse

em considerar incluir o ODS em seu RI, a elaboração dos relatórios corporativos não se encontra nas prioridades da companhia no momento.

Gonçalves, Anjos e Freitas (2019) examinaram as empresas listadas na B3, com intuito de compreender a relação entre o desempenho financeiro e o RI. Os autores verificaram que não há influência da RI sobre o desempenho financeiro nas empresas pesquisadas. O retorno financeiro é apenas uma das motivações para a utilização do RI, e existe a possibilidade de que as empresas estejam publicando para sinalizar ao público seu interesse por questões socioambientais.

Roma (2019) analisou a transição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e constatou que o Brasil teve considerável avanço, visto que cumpriu grande parte das metas estabelecidas pelos ODM para o período de 2000 a 2015. Para Roma (2019), com a experiência acumulada da implantação dos ODM, as metas contidas nos 17 ODS são uma ótima oportunidade de elencar a criação e o aprimoramento de polí-

ticas públicas, programas e ações governamentais em todos os níveis de governo.

Torres (2021) buscou identificar como instituições brasileiras do setor bancário utilizam os ODS como base para práticas sustentáveis. Constatou-se que empresas de diversos setores buscaram fortalecer o desenvolvimento de ações socioambientais, o que ressalta a importância das empresas do setor bancário ao oferecer crédito para as diversas empresas na promoção da sustentabilidade. Para a autora, as empresas estudadas demonstraram estar atualizadas em relação à utilização dos ODS, sendo visível a preocupação com as dimensões social, ambiental e econômica.

Maria, D'Angelo e Borgerth (2021) investigaram as lacunas de engajamento e utilização do RI no Brasil. A metodologia utilizada para coleta de dados ocorreu através de entrevistas, documentos e observações de participantes e não participantes e interpretados por meio da técnica de *templates analysis*. Foi percebido que, de certa forma, as organizações implementaram o processo de RI por exigência, principalmente, de *stakeholders*, que solicitam qualidade da informação e contribuem no oferecimento de uma visão holística da organização.



Castanha *et al.* (2021) analisaram o conteúdo dos RIs de 11 empresas que participaram do projeto piloto do RI no Brasil. Os resultados evidenciaram que, apesar de os riscos relacionais apresentarem representatividade na relação entre as organizações, sua divulgação é de forma não padronizada, implícita e dispersa nos documentos. Na classificação dos riscos evidenciados em categorias de riscos relacionais, foi observada predominância de evidenciação de riscos de potencial conflito e de não aprendizagem.

Marçal, Neumann e Sanches (2022) pesquisaram sobre a semântica do conceito de geração de valor no RI. Observaram que a semântica do conceito de geração de valor está relacionada apenas ao seu efeito positivo à sociedade, ao meio ambiente e às ações de valores (capitais) geradas direta ou indiretamente. Segundo as autoras, as ações negativas ocasionam destruição de valor para acionistas e *stakeholders*, por isso não foram relatadas. Ademais, afirmaram que o valor financeiro é relevante, mas não o suficiente para gerar valor.

Com base nesses estudos, foi possível perceber que, antes do RI ser uma exigência, poucas organizações aderiram a sua elaboração, por diversos fatores, e, possivelmente, as que o faziam era por haver exigência de investidores. Verificou-se também que os ODS ainda precisam ser mais evidenciados pelas organizações e que existe uma carência de trabalhos que expliquem a relação do RI com os ODS.

3 Metodologia

A metodologia aplicada nesta pesquisa foi um estudo de caso em uma empresa do ramo alimentício situada nas cidades de Ponta Grossa e Carambeí no Paraná. A organização está listada na B3 e na ADR

Tabela 1 – Guia de entrevista da pesquisa	
Nº	PERGUNTAS
1	Como começou o seu envolvimento com relato integrado (RI)?
2	Para você, o que é RI e objetivo do desenvolvimento sustentável (ODS)?
3	Quais partes interessadas internas ou funções organizacionais específicas estão envolvidas no processo de RI?
4	Qual é a maneira mais eficaz de envolver indivíduos-chave, como os gerentes, coordenadores e CEO, no processo de RI?
5	Como os silos internos entre as funções organizacionais (por exemplo: finanças e sustentabilidade) estão sendo desconstruídos?
6	Por que é desafiador para uma empresa contribuir para os ODS?
7	Por que as organizações interpretam e abordam os ODS de maneira diferente, mesmo que atuem no mesmo setor e em áreas de atuação semelhantes?
8	Qual é o papel dos <i>frameworks</i> sobre o compromisso dos ODS no processo de implantação do relatório na empresa?

Fonte: adaptado de Kücükgül; Cerin e Liu (2022); Perego, Kennedy e Whiteman (2016) e Maria; D'Angelo e Borgerth (2021).

nível III na Bolsa de Nova York. Atende, em suas práticas contábeis, aos princípios internacionais de contabilidade (IFRS) e às determinações do Sistema de Controle Interno do Relatório Financeiro (SCIRF), com base na Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX). A empresa, além de ser signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas desde 2007, tornou-se membro do Conselho Orientador da Rede Brasileira do Pacto Global da ONU em 2019 e está comprometida com iniciativas socioambientais.

Para Yin (2015), o estudo de caso permite uma investigação que preserva as características totais e significativas dos eventos da vida real. Gil (2017) destacou que esse instrumento é importante para aprofundar a temática, para alcançar um resultado satisfatório e de credibilidade, com a utilização de métodos distintos, além de possibilitar a triangulação dos dados.

O trabalho foi realizado mediante entrevistas, aplicação de questionário e observação participante (Matias, 2016), na qual não

houve a intervenção do pesquisador; este atuou apenas observando e coletando informações dos fatos. A observação participante aconteceu no período de 21 de novembro de 2022 até 16 de janeiro de 2023, no setor responsável pelas ações de sustentabilidade e meio ambiente das unidades produtoras localizadas nas cidades de Ponta Grossa e Carambeí.

O roteiro de entrevista foi construído a partir das pesquisas de Kücükgül, Cerin e Liu (2022); Perego, Kennedy e Whiteman (2016) e Maria, D'Angelo e Borgerth (2021). Foram realizadas cinco entrevistas, tendo como participantes: analistas das áreas contábil, financeira e de sustentabilidade. Elas foram realizadas, de forma presencial e via *Teams*, entre 29 de dezembro e 15 de janeiro, mediante aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e foram transcritas e enviadas para o *e-mail* dos entrevistados. O tempo médio de duração das entrevistas foi de 30 minutos, e o roteiro de entrevista compreendeu as perguntas dispostas na Tabela 1.



“Castanha *et al.* (2021) analisaram o conteúdo dos RIs de 11 empresas que participaram do projeto piloto do RI no Brasil. Os resultados evidenciaram que, apesar de os riscos relacionais apresentarem representatividade na relação entre as organizações, sua divulgação é de forma não padronizada, implícita e dispersa nos documentos.”

No Tabela 1, as questões de número 1 até 3 tiveram o objetivo de verificar o conhecimento e envolvimento do respondente e da corporação com a elaboração do RI e com os ODS. A questão 4 buscou identificar de que forma a alta gestão participa do processo de RI; a questão 5 visou entender como as áreas envolvidas nas informações do RI se relacionam, e as questões 6, 7 e 8 procuraram verificar a opinião dos respondentes sobre o envolvimento da corporação com os ODS.

O questionário foi elaborado a partir dos estudos de Kücükgül, Cerin e Liu (2022), Perego, Kennedy e Whiteman (2016) e Maria, D'Angelo e Borgerth (2021). O pré-teste foi realizado com três professores de Contabilidade, sendo dois doutores e um especialista, cujas considerações indicaram a necessidade de realizar ajustes na ordem das questões; e foi aplicado com a utilização do *Google Forms* entre 3 e 17 de janeiro. O questionário foi enviado via *Teams* para 50 colaboradores que possuíam algum nível de envolvimento com a elaboração dos ODS; obteve-se o retorno de 32 respostas. Dessas, 13% são do sexo masculino e 87% do sexo feminino e representam 5 segmentos: sustentabilidade, investimento social, meio ambiente, controladoria e industrializados.

A Tabela 2 detalha as questões que buscaram identificar, na percepção dos colaboradores, quais os maiores desafios da divulgação dos ODS nos RI.

O questionário foi constituído por dois blocos. O primeiro, composto por 15 questões, das quais 1 questão aberta e 14 questões a serem respondidas numa escala tipo *Likert*, com o objetivo de identificar o grau de concordância do respondente, por meio de uma escala de notas de 1 a 5 pontos, sendo (1) dis-

concordo totalmente; (2) discordo; (3) não tenho opinião definida; (4) concordo; e (5) concordo totalmente. O segundo bloco foi de caracterização dos respondentes e apresentou 6 questões, com intuito de classificar as respostas sobre sexo, etnia, idade, grau de instrução e área de formação. Antes da realização dos questionários, foi feita apresentação e leitura do TCLE aos colaboradores, que seguiram com o preenchimento do campo de *e-mail* para, assim, iniciarem o primeiro bloco.

Tabela 2 – Assertivas do questionário aplicado

Nº	DESCRIÇÃO DA AFIRMATIVA
1	Reportar sobre o alinhamento das estratégias de negócios com os ODS anteriores.
2	Falta de ferramentas adequadas de medição do impacto dos ODS.
3	Deficiência ao alinhar os ODS priorizados com os ODS das comunidades locais.
4	Priorização de metas específicas.
5	Medidas quantitativas para as metas específicas.
6	Priorização de metas ODS específicas.
7	Engajamento dos ODS através da cadeia de valor.
8	Contribuir para os ODS abordando os impactos negativos.
9	Identificação de riscos e oportunidades de negócios vinculados aos ODS.
10	Definir novas metas como resultado dos ODS.
11	Vincular o desempenho dos ODS ao desempenho financeiro.
12	Evitar o <i>greenwashing</i> corporativo nos ODS.
13	Fornecer clareza às partes interessadas sobre os ODS.
14	Reunir a contribuição de vários departamentos para os ODS.
15	Na sua opinião, qual a relevância dos ODS no cotidiano da organização?

Fonte: adaptado de Kücükgül, Cerin e Liu (2022); Perego, Kennedy e Whiteman (2016) e Maria, D'Angelo e Borgerth (2021).

Também se aplicou o teste *Kolmogorov-Smirnov* (KS), que resultou em um dado não linear, portanto utilizou-se um não teste paramétrico. Optou-se, então, pela Correlação de Spearman, gerado no *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), além de abordar a análise textual das entrevistas e análise descritiva dos questionários.

4 Análise e Discussão

4.1 Percepção dos colaboradores sobre implementação do relato integrado e divulgação dos ODS

Primeiramente, buscou-se identificar o nível de envolvimento dos entrevistados na elaboração do RI. Constatou-se, por meio das cinco entrevistas, que, quando questionados sobre a participação dos envolvidos na elaboração do RI, todos responderam que participaram de forma indireta, contribuíram na elaboração dos relatórios de suas áreas e encaminharam essas informações para os setores responsáveis. Durante a observação participante, foi constatado que a unidade produtora situada na cidade de Ponta Grossa contribuiu com a elaboração do RI por meio do tratamento e envio de informações financeiras e de sustentabilidade.

Os colaboradores que participaram da entrevista, de uma forma geral, entenderam o RI como um meio de apresentação das informações da corporação de forma abrangente, incluindo não apenas aspectos financeiros, mas principalmente de sustentabilidade. A entrevistada #5 (analista de meio ambiente) definiu RI e ODS como “a forma que as empresas expõem a relação entre fatores financeiros e de sustentabilidade, descrevendo como suas atividades geram valor ao longo do tempo. O grande objetivo é transformar a forma que as empresas prestam conta dessa relação”.

As funções organizacionais envolvidas no processo de RI englobam desde gerentes, diretores, vice-presidência, gerência de Meio Ambiente Corporativa, gerência de Sustentabilidade Corporativa até relação com investidores. Dessa forma, os silos internos estavam se desfazendo com a integração; era necessário pensar no todo, não apenas no seu departamento específico e incorporar uma cultura de integração, para que houvesse o entendimento da importância de cada núcleo para o desenvolvimento da empresa.

Quando questionados sobre a maneira mais eficaz de envolver indivíduos-chave no processo de RI, os entrevistados, em sua maioria, acreditaram que a maneira mais eficaz seria envolver esses indivíduos-chave por meio da implementação de metas, possivelmente atrelando-as a indicadores internos da companhia. Acerca disso, o entrevistado #1 (analista contábil) fez a seguinte reflexão:

Para envolver os indivíduos-chave, vai ter que relacionar as metas globais da companhia com as metas individuais dos gestores, então ela tem que fazer sentido, tem que ter uma relevância para avaliação do gestor, e, de alguma forma, relato integrado já faz isso, consegue mensurar se está sendo produtivo ou não. Então eu acho que, para envolver, tem que colocar ele como desafios, como metas, como entregas necessárias, senão diretas ou relacionados com outras metas.

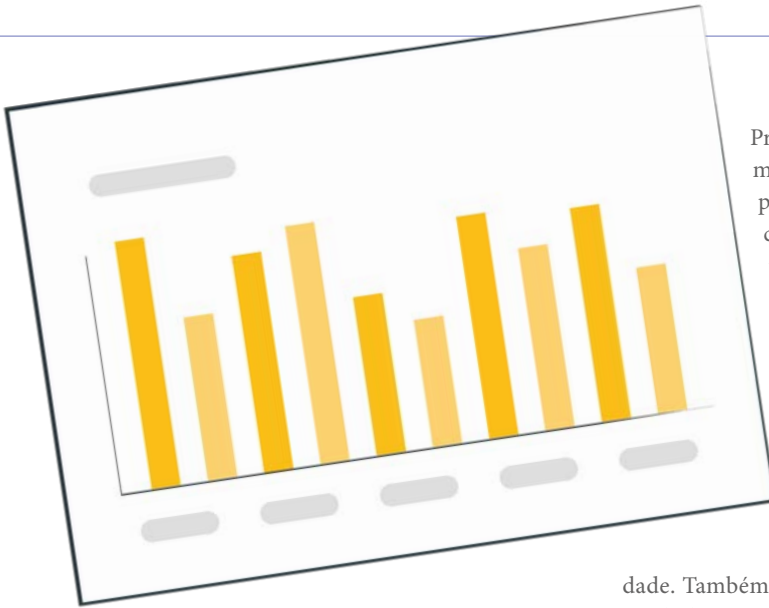
Durante a observação participante, ficou claro que ainda existia silos internos, apesar de a organização estar fortemente engajada com uma visão sustentável e buscar disseminar uma cultura organizacional relevante nesse aspecto, nem todos os setores e colaboradores estão

totalmente engajados nesse tema, não entendendo que uma empresa sustentável vai muito além de questões ambientais.

Na visão dos entrevistados sobre os fatores que são desafiadores para uma empresa contribuir para os ODS, notou-se que, além do custo para as organizações, outros pilares são envolvidos, como o fato de todos terem que trabalhar em conjunto para garantir que os objetivos sejam alcançados, e a demanda de uma cultura organizacional que vise à conscientização do impacto social e ambiental dessas ações e do valor que isso pode gerar para a corporação. A entrevistada #3 (analista de sustentabilidade) destacou a necessidade do engajamento das empresas para questões relacionadas ao meio ambiente:

O principal desafio é a conscientização, realmente, em querer fazer algo a mais; muitas empresas adotam apenas as medidas que a lei as obriga, às vezes nem isso. Agora pensando nas empresas que firmaram esse compromisso, pra mim, os maiores desafios são os relacionados ao meio ambiente, às ações contra mudança do clima, energias renováveis; são milhares de anos degradando o meio ambiente, usando os recursos naturais e, conseqüentemente, poluindo; chegamos em um nível de desgaste muito grande, e cada vez mais demandam de mais recursos, isso para tudo, por mais já exista essa iniciativa, as empresas têm que agir de forma mais sustentável.





Por meio da observação participante, identificou-se que a empresa possui ações internas relacionadas a tratamento e destinação de resíduos, e tratamento da água devolvida para a natureza, com um nível de poluentes menor do que a legislação determina, pois passou por tratamento químico e microbiológico, e isso demandou recursos financeiros. Todas as ações realizadas dentro da empresa são, de alguma forma, mensuradas através de indicadores e muitas metas estão atreladas a questões relacionadas aos ODS. Porém, em alguns casos, percebeu-se que há falta de conhecimento sobre essas questões, visto que muitos colaboradores não sabem o que é ODS ou RI; eles até contribuem de alguma forma, mas desconhecem o tema.

As particularidades de cada empresa fazem com que interpretem e abordem os ODS de maneira diferente, mesmo que atuem no mesmo setor ou em áreas semelhantes, uma vez que cada organização possui suas prioridades, sua cultura organizacional, seu propósito de conscientização, seus objetivos para o futuro, a visão estratégica da diretoria, além do posicionamento dos acionistas, que são fatores muito importantes nesse tema, conforme o entrevistado #2 (analista financeiro):

Prioridades, essencialmente isso, tem empresa que só visa lucro, tem empresa que tem esse pensamento mais sustentável, social, vai muito da governança, do que a empresa almeja pro futuro, se ela se importa na imagem que ela está passando para a sociedade. Também tem a parte do desembolso, tem empresas que têm mais recursos para esses fins, tem empresa que só quer cumprir metas ou faz apenas o que a legislação obriga, não tem essa visão de que, além de estarem colaborando com um bem maior, essas ações podem agregar valor à empresa.

No processo de implantação do compromisso dos ODS no relatório da empresa, os *frameworks* têm a função de padronizar, estabelecer prioridades, trazer clareza na mensuração e agilidade na compilação de dados. De acordo com a entrevistada #2 (analista de sustentabilidade), o papel dos *frameworks*:

É de orientação para implementação, um norte para saber o que fazer, quais medidas precisamos tomar, em que as ações da corporação vão impactar, alinhar os ODS com visão de futuro da empresa, como adequar essa demanda à realidade da empresa, no processo produtivo, no qual isso vai impactar.

4.2 Desafios na divulgação dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) nos relatos integrados

A Tabela 3 apresentou o perfil dos respondentes: gênero, etnia, faixa etária, grau de instrução, área de formação e tempo na organização.

Constatou-se que a maioria dos respondentes são mulheres, brancas, com ensino superior completo. A maioria dos colaboradores com mais tempo de empresa possuía ensino superior completo e idade acima de 36 anos. A Tabela 4 mostra os percentuais de concordância dos respondentes em relação aos desafios da divulgação dos ODS nos RI.



Tabela 3 – Perfil dos respondentes

Gênero	Quantidade	%	Etnia	Quantidade	%
Masculino	4	13	Branca	22	69
Feminino	28	87	Negra	5	16
			Parda	5	16
Faixa etária	Quantidade	%	Área de formação	Quantidade	%
20 - 30	13	41	Área de negócios	12	37
31 - 40	6	19	Área ambiental	4	13
41 - 50	11	34	Outros	16	5
51 - 60	2	6			
Grau de instrução	Quantidade	%	Tempo na organização	Quantidade	%
Ensino médio	7	22	1 - 5	9	29
Superior incompleto	4	12	6 - 10	12	37
Superior completo	14	44	11 - 15	2	6
Especialização	7	22	16 - 20	7	22
			21 - 25	1	3
			25 - 30	1	3

Fonte: elaborado pelas autoras.

Com base na Tabela 4, a assertiva que teve maior porcentagem de concordância (94%) identificou que um dos principais desafios para a divulgação dos ODS nos RI foi fornecer clareza às partes interessadas sobre os ODS (nº 13). Ademais, 94% dos respondentes concordaram que reunir a contribuição de vários departamentos para os ODS é um desafio (nº 14). Os ODS permitem que as empresas relatem informações a respeito do avanço em relação ao desenvolvimento sustentável, utilizando os indicadores comuns e uma série de prioridades compartilhadas (GRI; UNGC; WB-CSD, 2015).

Os respondentes acreditaram que implementar medidas quantitativas para as metas específicas é um desafio para os ODS (nº 5), tendo 91% de concordância desses respondentes. Neste sentido, Sato e Ferreira (2021) destacam que o documento *SDG Compass* propõe uma orientação para a familiarização das empresas com os ODS, sendo o estabelecimento de metas e indicadores um dos objetivos da orientação.

Na sequência, definir novas metas como resultados ODS (nº 10) obteve 87% de concordância, enquanto identificação de riscos e oportunidades de negócios vinculados aos ODS (nº 9) e priorização de metas específicas (nº 6) obtiveram mais de 80% de concordância dos respondentes. Percebeu-se que as assertivas que estão relacionadas a metas tiveram um grau de concordância acima de 80%.

As assertivas que relacionaram os desafios que os ODS encontraram para o alinhamento com as estratégias de negócios, o engajamento da cadeia de

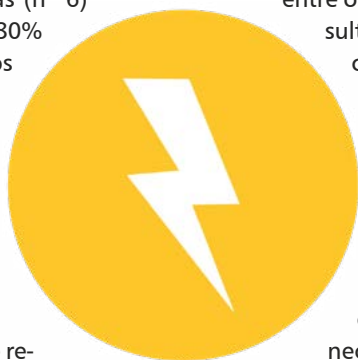


Tabela 4 – Desafios da divulgação dos ODS nos relatos integrados

Nº	ASSERTIVA	1	2	3	4	5
1	Reportar sobre o alinhamento das estratégias de negócios com os ODS	0	3	19	41	37
2	Falta de ferramentas adequadas de medição do impacto dos ODS	3	6	44	19	28
3	Deficiência ao alinhar os ODS priorizados com os ODS das comunidades locais	0	0	19	37	44
4	Priorização de metas específicas	0	0	13	34	53
5	Implementar medidas quantitativas para as metas específicas	0	0	9	35	56
6	Priorização de metas ODS específicas	0	3	16	25	56
7	Engajamento dos ODS através da cadeia de valor	0	3	19	44	34
8	Contribuir para os ODS abordando os impactos negativos	0	3	25	22	50
9	Identificação de riscos e oportunidades de negócios vinculados aos ODS	0	3	13	31	53
10	Definir novas metas como resultado dos ODS	0	0	13	31	56
11	Vincular o desempenho dos ODS ao desempenho financeiro	0	6	16	34	44
12	Evitar o <i>greenwashing</i> corporativo nos ODS	3	6	19	22	50
13	Fornecer clareza às partes interessadas sobre os ODS	0	0	6	35	59
14	Reunir a contribuição de vários departamentos para os ODS	0	0	6	41	53

Fonte: elaborado pelas autoras (2023).

Tabela 5 – Correlação de Spearman

	V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7	V8	V9	V10	V11	V12	V13
V2	0,48**												
V3	0,50**	0,48**											
V4	0,25	0,25	0,52**										
V5	0,21	0,43*	0,62**	0,59**									
V6	0,58**	0,47**	0,56**	0,52**	0,46**								
V7	0,36*	0,29	0,61**	0,55**	0,56**	0,41*							
V8	0,68**	0,62**	0,57**	0,27	0,40*	0,62**	0,56**						
V9	0,52**	0,66**	0,67**	0,49**	0,58**	0,75**	0,57**	0,76**					
V10	0,56**	0,37*	0,53**	0,33	0,46**	0,60**	0,48**	0,57**	0,60**				
V11	0,44**	0,10	0,27	0,10	0,25	0,51**	0,34	0,48**	0,35*	0,59**			
V12	0,40*	0,33	0,40*	0,55**	0,39*	0,60**	0,52**	0,62**	0,63**	0,35*	0,30		
V13	0,58**	0,31	0,57**	0,36*	0,21	0,36*	0,32	0,54**	0,40*	0,19	0,26	0,33	
V14	0,53**	0,49**	0,68**	0,50**	0,50**	0,58**	0,56**	0,76**	0,63**	0,54**	0,42*	0,56**	0,69**

Notas: * = 0,01, ** = 0,05

Fonte: elaborado pelas autoras.

valor e a vinculação do desempenho dos ODS ao desempenho financeiro alcançaram 78% de concordância entre os pesquisados. Os resultados corroboram as conclusões de Carvalho e Kassai (2014), que afirmaram que, para a aplicação do RI, é necessário remodelar o modelo de negócio para levar em consideração as necessidades da sociedade, a natureza e os fluxos de caixa empresarial.

Além disso, contribuir para os ODS abordando os impactos nega-

tivos e evitar o *greenwashing* corporativo nos ODS teve um nível de aceitação acima de 70%. As assertivas de menor aceitação foram a falta de ferramentas adequadas de medição do impacto dos ODS (47%) e a deficiência ao alinhar os ODS priorizados com os ODS das comunidades locais (51%).

4.3 Análise da correlação de Spearman

Para analisar os desafios da divulgação dos ODS nos relatos integrados, foi utilizado o método estatístico denominado correlação de Spearman, cujas associações obtidas estão destacadas na Tabela 5.

“Evidenciou-se que os colaboradores participantes da pesquisa, que possuem envolvimento com a elaboração do RI de forma indireta, com o tratamento e envio de informações financeiras e de sustentabilidade, possuem conhecimento do impacto ambiental e social que a implementação dos ODS acarreta ao cotidiano da corporação.”

Os dados da Tabela 5 evidenciam os maiores coeficientes de correlação na associação das variáveis V9 e V8 (0,76). Assim como a V6 mostrou-se fortemente associada à V9 com 0,75, fato que pode significar que identificação de riscos e oportunidades dos negócios vinculados aos ODS estão associadas à abordagem dos impactos negativos e à priorização de metas ODS específicas. As variáveis V14 e V8 se correlacionam fortemente com coeficiente igual a 0,76, que sinalizou a necessidade do engajamento de todos os setores da empresa. As variáveis V14 e V9 tiveram correlações de nível mediano com todas as outras assertivas.

Percebeu-se que as empresas são incentivadas a iniciar a sua avaliação de impacto com um mapeamento de alto nível da sua cadeia de valor para identificar áreas com grande probabilidade de impactos negativos ou positivos nas questões que os ODS representam. Dessa forma, deve ser dada atenção aos impactos atuais e à probabilidade de impactos futuros (GRI; UNGC; WBCSD, 2015). Nesse sentido, Sato e Ferreira (2021) destacam que as empresas devem considerar a sustentabilidade como fator de sobrevivência e como foco estratégico.

5 Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo analisar a percepção dos gestores sobre os desafios na implantação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) no relato integrado (RI) de uma indústria do ramo alimentício. Os principais resultados encontrados indicaram que internamente existe uma deficiência de clareza nas informações relacionadas com os ODS e a necessidade de uma cultura organizacional mais engajada com o tema que busque o envolvimento de todas as áreas, seja em nível operacional, administrativo ou gerencial.

Evidenciou-se que os colaboradores participantes da pesquisa, que possuem envolvimento com a elaboração do RI de forma indireta, com o tratamento e envio de informações financeiras e de sustentabilidade, possuem conhecimento do impacto ambiental e social que a implementação dos ODS acarreta ao cotidiano da corporação. Entende-se que os ODS contribuem para uma visão mais holística de temas conectados à sustentabilidade e responsabilidade

social, e que o alinhamento desses objetivos com os objetivos internos da empresa garante efetividade na sua implementação. A divulgação dessas informações nos RIs permite, ainda, à empresa definir estratégias e mensurar a eficiência que a corporação está apresentando em relação a essa temática, além de fornecer clareza aos *stakeholders*.



A respeito da análise da correção de *Spearman*, os elementos atingiram elevado grau de correções significativas relacionadas à identificação de riscos e oportunidades dos negócios relativos aos ODS, o que sugere que a abordagem dos impactos negativos e a priorização de metas ODS específicas seriam pontos positivos. Os resultados mostram que, por afetar o segmento de estratégia de sustentabilidade da entidade examinada, os ODS devem ser amplamente usados pelas organizações para refletir todas as divulgações relacionadas ao impacto de criação de valor de longo prazo dos ODS (Kücükçü; Cerin; Liu, 2022).

Percebeu-se que, apesar de a empresa estudada possuir ampla di-

vulgação dos ODS no RI, existe limitação nas informações internas, visto que a unidade possui um número considerável de colaboradores, dos quais a grande maioria não possui informações sobre ODS. Isto é, a instituição tem forte engajamento com sustentabilidade e responsabilidade social, porém a gama de pessoas que realmente possui conhecimento da importância dos ODS e de maneiras de contribuir é mínima.

Teoricamente, a pesquisa contribuiu no conhecimento da aplicabilidade da norma do RI como um processo de geração de comunicação concisa sobre como a estratégia e as políticas da organização estão estruturadas para comunicar a informação dos ODS aos usuários. Como contribuição prática, analisou a efe-

tividade do RI para a corporação e a relevância dos ODS no cotidiano da indústria desde a parametrização de prioridades relacionadas à sustentabilidade e responsabilidade social, e evidenciou a geração de valor que a adesão do RI trouxe à corporação.

Ademais, este trabalho demonstrou a relevância que a implementação dos ODS apresentou nas unidades produtivas em que o estudo foi realizado e expôs as ações relacionadas aos ODS, principalmente no tópico relacionado ao impacto ambiental. Pesquisas futuras podem analisar a realização dos compromissos estabelecidos no ODS a longo prazo, investigar se as ações que foram projetadas estão sendo efetivamente colocadas em prática e comparar os resultados obtidos.

Referências

Alves, N. J. F., Kassai, J. R., Lucas, E. C., & Ferreira, H. M. G. (2017). Relato Integrado e o formato da informação financeira para evidenciar a criação de valor das empresas do Programa Piloto. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 5(3), 99-122.

Barros, A. et al. (2018). O impacto do relato integrado nas empresas participantes do programa piloto no Brasil. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 12(3), 43-64.

Brasil. (2017). *Comissão Nacional para os ODS (CNODS): Plano de Ação 2017-2019*. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/ods/publicacoes/plano-de-acao-da-cnods-2017-2019/@@download/file/Plano%20de%20A%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 30 jan. 2023.

Brasil. Secretaria de Governo. Secretaria Especial de Articulação Social. *O Governo Brasileiro e a Agenda 2030*. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariadegoverno/pt-br/assuntos/secretaria-especial-de-articulacao-social/capa/noticias/o-governo-brasileiro-e-a-agenda-2030-1>. Acesso em: 30 jan. 2023.

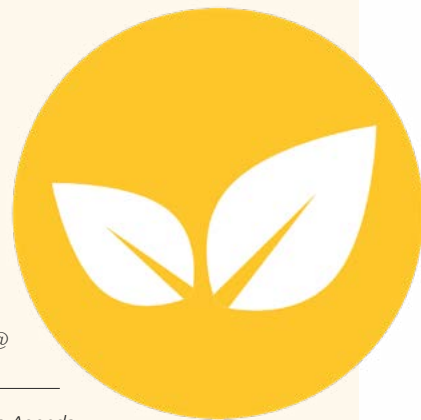
Castanha, E. T., Rengel, R., Koch, A. M., & Gasparetto, V. (2022). Relato integrado: evidenciação de riscos relacionais pelas empresas participantes do projeto piloto no Brasil. *READ. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)*, 27, 806-834.

Carvalho, L. N. G.; Kassai, J. R. (2014). A nova revolução contábil. *Revista Fipecafi*, 1, 21-34.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (2021) *Orientação Técnica CPC 09 Relato Integrado*. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/592_OCPC-09%20-%20Relat%C3%B3riodeaudi%C3%Aancia.pdf. Acesso em 1 nov. 2022

Freitas, B. F. G. D., & Freire, F. D. S. (2017). Relato Integrado: Um estudo da aderência da estrutura conceitual proposta pelo IIRC no Relatório Socioambiental do Conselho Federal de Contabilidade. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 12(1).

Gil, A. C. (2017). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Atlas.



Gil, C. G. (2018). Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS): una revisión crítica. *Papeles de relaciones ecosociales y cambio global*, (140), 107-118.

Gonçalves, H. S., dos Anjos, L. C. M., & de Freitas, M. A. L. (2019). Relato integrado e desempenho financeiro das empresas listadas na B3. *Race: revista de administração, contabilidade e economia*, 18(2), 345-362.

GRI; UNGC; WBCSD. (2015). *Guia dos ODS para as empresas: diretrizes de implementação dos ODS na estratégia de negócios*. Disponível em: <https://sdgcompass.org/>.

Kücükgül, E., Cerin, P., & Liu, Y. (2022). Enhancing the value of corporate sustainability: An approach for aligning multiple SDGs guides on reporting. *Journal of Cleaner Production*, 333, 130005.

Marçal, A. D. S. V., Neumann, M., & Sanches, S. L. R. (2022). Relato Integrado e a geração de valor: a semântica do conceito fundamental do Relato Integrado. *Organizações & Sociedade*, 29, 449-480.

Maria, S. C., d'Angelo, M. J., & Borgerth, V. M. D. C. (2021). Lacunas de engajamento e utilização do Relato Integrado no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 33, 63-80.

Matias, J. P. (2016). *Manual de metodologia da pesquisa científica*. São Paulo: Atlas.

Organização das Nações Unidas. (2015). *Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brazil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf.

Pacto Global Rede Brasil. (2022). *Entenda melhor os ODS*. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/ods>.

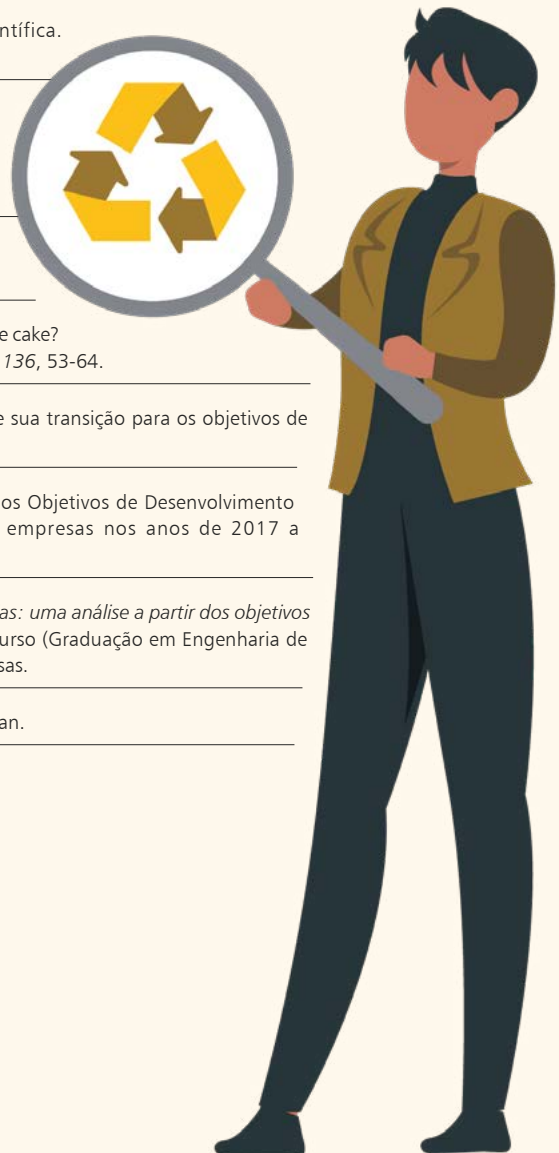
Perego, P., Kennedy, S., & Whiteman, G. (2016). A lot of icing but little cake? Taking integrated reporting forward. *Journal of cleaner production*, 136, 53-64.

Roma, J. C. (2019). Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. *Ciência e cultura*, 71(1), 33-39.

Sato, S. C., & Ferreira, D. D. M. (2021). Relate ou Explique para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: comportamento e motivos apresentados pelas empresas nos anos de 2017 a 2018. *Sustainable Business International Journal*, 1-30.

Torres, M. F. M. A. (2021) *A sustentabilidade em instituições bancárias: uma análise a partir dos objetivos de desenvolvimento sustentável*. 63f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Ceará, Campus de Russas, Russas.

Yin, R. K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Editora Bookman.





Endividamento das empresas com exposição internacional listadas na B3 em tempos de crises financeiras: uma análise geral e setorial

O presente estudo analisou o endividamento das empresas listadas na B3, com foco nos impactos da internacionalização e das crises financeiras.

A amostra incluiu 376 empresas no período de 2007 a 2023, totalizando 48.107 observações. A internacionalização foi mensurada pelas vendas ao exterior, enquanto as crises foram representadas por variáveis *dummy* para os anos de 2008, 2009, 2014, 2015 e o período da Covid-19 (2020-2023). Com base nas teorias da estrutura de capital de Modigliani e Miller (1958) e Myers e Majluf (1984), o modelo econométrico utilizou dados em painel e estimativas via MQO com erros robustos. A hipótese nula – de que não há relação entre exposição internacional, crises e endividamento – foi rejeitada. Os resultados indicaram que empresas com exposição internacional tendem a apresentar menor endividamento durante crises em comparação às não internacionalizadas. Na análise setorial, observou-se que empresas do setor *Energy*, com atuação internacional, reduziram o endividamento em períodos de crise, ao passo que setores como *Academy & Educational Services*, *Basic Materials*, *Healthcare* e *Industrials* apresentaram aumento. Os achados sugerem que a internacionalização pode atuar como uma estratégia de mitigação de risco financeiro em contextos de instabilidade econômica.

Marcos Rosa Costa

Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela Fucape Pesquisa e Ensino S/A.
E-mail: marcosrosa@uol.com.br
Orcid ID: orcid.org/0009-0004-4428-281X

Silvania Neris Nossa

Doutora em Ciências Contábeis e Administração pela Fucape Pesquisa e Ensino S/A.
E-mail: silvanianossa@fucape.br
Orcid ID: orcid.org/0000-0001-8087-109X

Roberto Miranda Pimentel Fully

Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela Fucape Pesquisa e Ensino S/A.
E-mail: robertofully@fucape.br
Orcid ID: orcid.org/0000-0003-0109-9842

Danilo Soares Monte-Mor

Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela Fucape Pesquisa e Ensino S/A.
E-mail: danilo@fucape.br
Orcid ID: orcid.org/0000-0002-5677-5804

1 Introdução

Há muitas décadas, o endividamento corporativo tem sido objeto de extensos estudos acadêmicos, (Modigliani; Miller, 1958; Myers; Majluf, 1984; Jensen, 1986; Demirgüç-Kunt *et al.*, 2020), atraindo o interesse de pesquisadores ao redor do mundo. Esses estudos buscam compreender de que maneira a estrutura de capital das empresas – frequentemente representada pela proporção entre dívida e capital próprio – influencia suas operações diárias e sua capacidade de enfrentar desafios futuros. A relação entre o nível de alavancagem e a sustentabilidade de longo prazo das empresas se torna ainda mais relevante em momentos de crise, nos quais o equilíbrio entre financiamento próprio e financiamento por terceiros pode determinar a sobrevivência ou o fracasso no mercado competitivo.

No contexto brasileiro, o ambiente de negócios é caracterizado por alta volatilidade econômica, frequentes instabilidades políticas e estrutura tributária complexa. Esses fatores afetam diretamente o custo e o acesso ao crédito e tornam as decisões de financiamento ainda mais críticas em momentos de crise, especialmente em economias emergentes (Demirgüç-Kunt *et al.*, 2020).

Além disso, a internacionalização

pode interferir diretamente nas decisões de endividamento ao oferecer acesso a novos mercados, diversificação de receitas e até melhores condições de financiamento. Empresas com presença internacional tendem a ter maior flexibilidade financeira para reagir a choques econômicos, podendo reduzir sua exposição ao risco local.

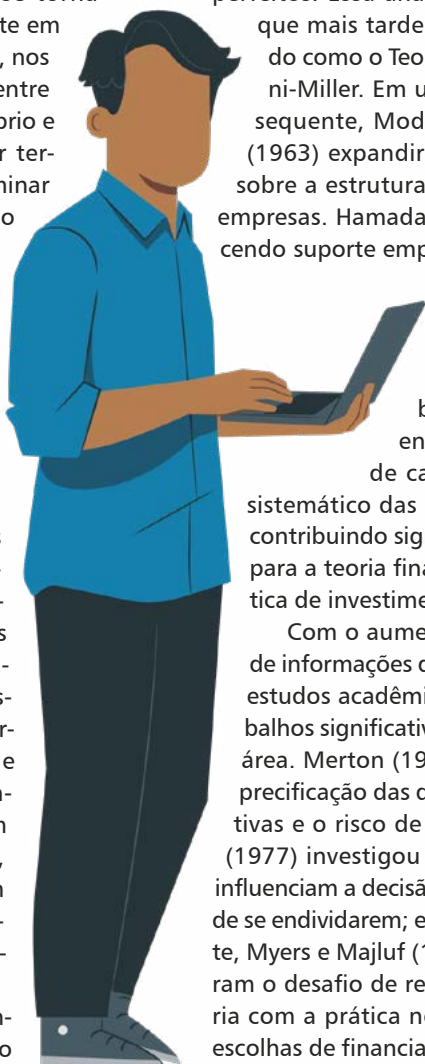
A respeito da estrutura de capital e das dívidas das empresas, Modigliani e Miller (1958), em seu trabalho seminal, abordaram a relação entre a estrutura de capital – compreendendo a proporção de dívida e capital próprio – e o valor de uma empresa em um contexto idealizado, sem impostos e com mercados perfeitos. Essa análise originou o que mais tarde ficou conhecido como o Teorema Modigliani-Miller. Em um estudo subsequente, Modigliani e Miller (1963) expandiram suas ideias sobre a estrutura de capital das empresas. Hamada (1972), fornecendo suporte empírico ao modelo de Modigliani-Miller, apresentou evidências sobre a relação entre a estrutura de capital e o risco sistemático das ações comuns, contribuindo significativamente para a teoria financeira e a prática de investimento.

Com o aumento do volume de informações disponíveis para estudos acadêmicos, novos trabalhos significativos surgiram na área. Merton (1974) explorou a precificação das dívidas corporativas e o risco de crédito; Myers (1977) investigou os fatores que influenciam a decisão das empresas de se endividarem; e, posteriormente, Myers e Majluf (1984) enfrentaram o desafio de reconciliar a teoria com a prática no contexto das escolhas de financiamento das em-

presas e sugeriram que a estrutura de capital é influenciada por uma variedade de fatores e que a compreensão completa das decisões de financiamento transcende as considerações puramente econômicas.

Na década de 1980, novos temas começaram a ser incorporados ao estudo da estrutura de capital das empresas, entre eles modelos que consideravam a assimetria informacional, os quais buscavam compreender como essa assimetria afetava a composição da estrutura de capital. Myers e Majluf (1984) foram pioneiros nessa área; paralelamente, Jensen (1986) abordou essa questão, enfocando como a discrepância de informações entre acionistas e gestores poderia influenciar as decisões de financiamento e a estrutura de capital, e destacou que, devido à assimetria informacional, os gestores frequentemente possuem mais informações sobre a empresa do que os acionistas, o que gera um problema de agência. Nesse contexto, argumentou que a dívida pode ser utilizada pelos gestores como um mecanismo para mitigar esse problema.

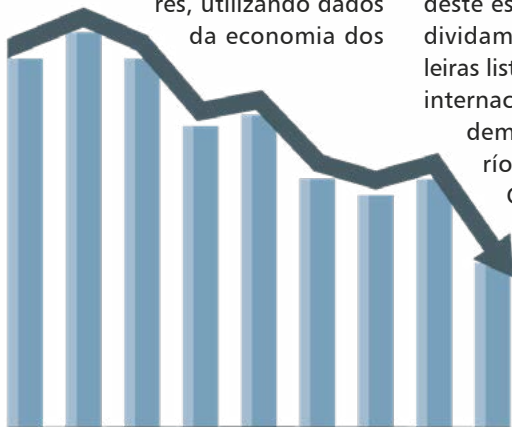
Além disso, Fama e French (1993) introduziram novas variáveis e expandiram a análise da estrutura de capital para avaliar o risco das empresas. Embora seu estudo não fosse focado exclusivamente na dívida, eles desenvolveram o modelo de três fatores, conhecido como Fama-French, que se mostrou relevante para entender a relação entre risco e retorno das empresas, incluindo o endividamento. Posteriormente, Löffler e Posch (2007) realizaram uma análise sobre a estrutura ótima de capital e o risco de falência, considerando a possibilidade de falência endógena, ou seja, quando a empresa opta por entrar em falência devido a decisões estratégicas e sua influência na determinação dos *spreads* de crédito ao longo do tempo.



“Na década de 1980, novos temas começaram a ser incorporados ao estudo da estrutura de capital das empresas, entre eles modelos que consideravam a assimetria informacional, os quais buscavam compreender como essa assimetria afetava a composição da estrutura de capital.”

A avaliação do impacto de crises financeiras ao longo do tempo requer a compreensão de aspectos macroeconômicos relevantes. Nesse contexto, Elkhishin e Mohieldin (2021) realizaram um estudo que examinou a vulnerabilidade externa de economias emergentes e em desenvolvimento durante a crise da Covid-19, destacando o sobre-endividamento e a fragilidade financeira. Constatou-se que a pandemia exacerbou a vulnerabilidade externa dessas economias, evidenciada pelo aumento da dívida pública e privada, pela diminuição das reservas internacionais e pelo aumento do risco de inadimplência. Em contrapartida, a pesquisa de Li *et al.* (2022) comparou os efeitos da pandemia de Covid-19 com crises

financeiras globais anteriores, utilizando dados da economia dos



Estados Unidos e indicadores macroeconômicos, como PIB, desemprego e inflação. Os resultados indicaram que a pandemia de Covid-19 teve um impacto mais significativo e generalizado na economia do que crises anteriores, ressaltando a importância de políticas governamentais eficazes para atenuar os efeitos negativos da pandemia.

Diante desse panorama e da composição da estrutura de capital das empresas, que envolve necessariamente o endividamento, este trabalho propõe avaliar o endividamento das empresas brasileiras listadas na B3 durante as crises financeiras no período de 2007 a 2023, com fundamentação na discussão teórica que aborda a formação e a adequação da estrutura de capital e os riscos empresariais. O objetivo deste estudo é investigar se o endividamento das empresas brasileiras listadas na B3 com exposição internacional difere em relação às demais empresas durante períodos de crises financeiras.

Como indicador da internacionalização das empresas brasileiras de capital aberto, será utilizada uma variável *dummy*, representada pela existência de receita de vendas para o exterior no

tempo t . Diante dos objetivos da pesquisa e da variável para internacionalização, surge a seguinte questão de pesquisa: o crescimento da dívida das empresas brasileiras com exposição internacional é menor em períodos de crise em comparação às demais empresas?

A motivação para este trabalho está ancorada na necessidade de compreender mais a fundo a relação entre internacionalização e endividamento empresarial em um contexto de economia globalizada. À medida que as empresas brasileiras expandem suas operações para mercados internacionais, torna-se essencial avaliar como essa expansão influencia suas decisões financeiras e sua capacidade de enfrentar crises econômicas. Embora existam estudos que analisem os efeitos da internacionalização ou das crises de forma isolada, ainda há uma lacuna significativa ao se considerar o impacto conjunto desses fatores sobre a performance e a estrutura de financiamento das empresas. Busca-se, portanto, preencher essa lacuna, contribuindo tanto para a literatura acadêmica quanto para a prática gerencial, ao fornecer *insights* que podem apoiar gestores e formuladores de políticas na elaboração de estratégias mais eficazes em cenários de instabilidade econômica.

2 Revisão da Literatura

A compreensão da construção do endividamento corporativo é fundamental para determinar se existe um padrão de endividamento que permite às empresas, seja de maneira geral ou em um setor específico, sobreviver a crises financeiras e às flutuações inerentes a suas atividades. Nesse sentido, Alfaro *et al.* (2019) identificaram que o aumento da alavancagem corporativa em mercados emergentes após a crise financeira global de 2008 e a crise asiática elevou a vulnerabilidade das empresas a choques econômicos, especialmente em relação às variações nas taxas de câmbio. Essa situação evidencia que a alavancagem corporativa em mercados emergentes constitui fator de risco significativo para a estabilidade financeira.

O ambiente de negócios é dinâmico e sujeito a mudanças contínuas nas condições econômicas e financeiras, que podem impactar profundamente a saúde e a estabilidade das empresas. Nesse cenário, o endividamento corporativo emerge como um elemento crítico e desempenha um papel essencial na capacidade das organizações de prosperar ou enfrentar adversidades. Conforme as empresas buscam expandir suas operações e financiar investimentos em ativos para sustentar o crescimento, a gestão eficaz de suas obrigações financeiras torna-se vital. A relevância do endividamento corporativo torna-se particularmente notório em períodos de crise financeira, em que as decisões de dívida podem ser decisivas para a sobrevivência ou falência da empresa.

Nesse contexto, o estudo de Iwaki (2019) sobre o impacto das imperfeições do mercado de dívida na estrutura de capital e no inves-

timento durante a crise financeira global de 2008 no Japão reforça a compreensão dos desafios enfrentados pelas empresas em tempos de crise financeira. Entre suas conclusões, o autor observou que as empresas com acesso ao mercado de dívida pública foram menos afetadas pelas restrições de crédito e aumentaram a emissão de dívidas de longo prazo, enquanto aquelas dependentes de empréstimos bancários reduziram suas dívidas.

Na pesquisa econômica e financeira, a análise do endividamento das empresas é um tópico de significativa importância, visto que interfere diretamente na estabilidade financeira e no sucesso empresarial. Nesse contexto, a internacionalização das empresas brasileiras, particularmente representada pelas vendas para o exterior, destaca-se como um fator que influencia de maneira significativa as decisões de endividamento, além de ser variável de interesse e servir como um importante marcador da presença global das empresas. Por meio da utilização de um modelo econométrico robusto, este trabalho busca explicar como as empresas voltadas para mercados internacionais administram suas obrigações financeiras diante das complexidades associadas à expansão global, especialmente em períodos de crise. Esse enfoque é similar ao adotado por Yong e Laing (2021), que analisaram a reação do mercado norte-americano à Covid-19 sob a perspectiva da internacionalização, utilizando, entre outras variáveis, o volume de receitas internacionais como indicador de internacionalização.

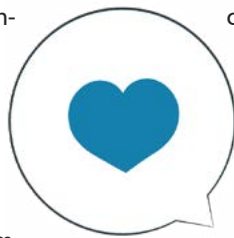


Portanto, este trabalho busca estabelecer uma conexão entre a teoria e a aplicação empírica, proporcionando um entendimento mais aprofundado das interações complexas entre a internacionalização das empresas brasileiras e seu comportamento de endividamento. Dessa forma, contribui para uma análise abrangente das estratégias empresariais em um contexto econômico global em constante evolução.

As seções seguintes estão organizadas para facilitar a compreensão dos objetivos deste estudo, abrangendo o risco dos negócios, a composição do endividamento e a formação da estrutura de capital nas organizações.

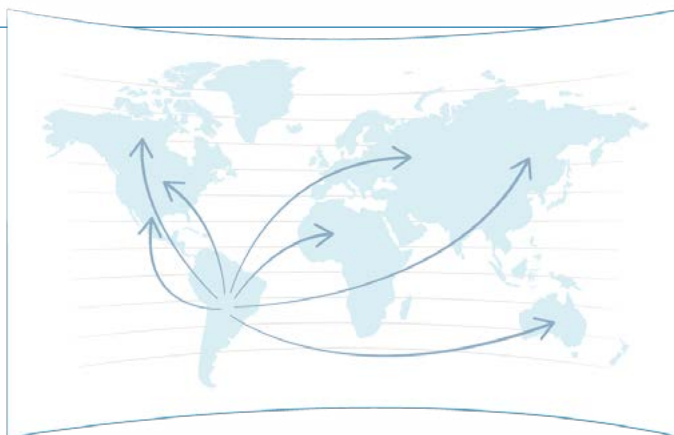
2.1 Estrutura de capital

A compreensão da formação do endividamento corporativo, da estrutura de capital ideal e das variáveis que compõem esse cenário tem sido o tema de numerosas pesquisas científicas ao longo dos anos. Um estudo seminal nessa área foi realizado por Modigliani e Miller (1958), cujo impacto na teoria das finanças corporativas foi significativo. Eles apresentaram duas proposições fundamentais, conhecidas como as Proposições de Modigliani-Miller, que revolucionaram a compreensão da estrutura de capital das empresas e influenciaram profundamente as finanças corporativas. A primeira proposição sugere que, em condições ideais, as decisões de financiamento, como a emissão de ações ou dívida, não afetam o valor total de uma empresa. A segunda, entretanto, reconhece que, na realidade, fatores como impostos, custos de falência e considerações práticas tornam a estrutura de capital relevante para as decisões financeiras.



“O objetivo deste estudo é investigar se o endividamento das empresas brasileiras listadas na B3 com exposição internacional difere em relação às demais empresas durante períodos de crises financeiras.”

Em trabalho posterior relevante, Modigliani e Miller (1963) expandiram as proposições originais de seu modelo de 1958, com a abordagem do impacto dos impostos corporativos na estrutura de capital das empresas e a oferta de uma correção para a proposição de que a estrutura de capital é irrelevante. Nesse estudo, os autores proporcionaram uma visão mais realista da estrutura de capital das empresas em um contexto de impostos corporativos ao sugerirem que, sob essas condições, a estrutura de capital ótima inclui uma quantidade significativa de dívida, mas não exclusivamente. A decisão sobre a estrutura de capital é complexa e envolve *trade-offs* entre benefícios fiscais e custos financeiros, além dos riscos associados à alavancagem financeira. Essa proposta foi uma correção e extensão importante das proposições originais de 1958, pois reconhece a relevância dos impostos corporativos na estrutura de capital das empresas e introduz o conceito de *trade-off* na tomada de decisões de financiamento. Além disso, tem uma contribuição significativa para



o entendimento das finanças corporativas em um cenário tributário e é frequentemente referenciada em discussões sobre a estrutura de capital e as políticas de financiamento das empresas.

Com o intuito de analisar como a escolha da estrutura de capital de uma empresa influencia o risco percebido pelos investidores em suas ações, Hamada (1972) investigou a relação entre a estrutura de capital e o risco sistemático das ações de uma empresa. Os resultados dessa pesquisa forneceram suporte empírico para a Teoria de Modigliani e Miller sobre o efeito da alavancagem financeira na estrutura de capital. As implicações desse estudo são relevantes para a teoria financeira e a prática de investimento, evidenciando a importância da estrutura de capital na avaliação do risco sistemático das ações.

No âmbito das finanças corporativas, o trabalho seminal de Myers e Majluf (1984) discutiu o dilema da estrutura de capital das empresas, avaliando-o sob os seguintes aspectos relevantes: (i) o desafio de determinar a combinação ideal de dívida e capital próprio para financiar operações; (ii) os benefícios fiscais decorrentes da dedutibilidade dos juros da dívida sobre os impostos corporativos; (iii) os custos financeiros e riscos associados ao uso de dívida, incluindo o risco de falência; (iv) o *trade-off* na estrutura de capital, na qual as empresas enfrentam um equilíbrio entre os benefícios fiscais da dívida e os custos e riscos da alavancagem financeira; (v) a assimetria de informações entre gerentes e acionistas, em que, em empresas com informações privilegiadas sobre seu valor, os gerentes podem usar a dívida para sinalizar a qualidade de seus projetos de investimento; e (vi) a flexibilidade financeira, que é crucial para que as empresas possam aproveitar oportunidades de investimento, independentemente de sua estrutura de capital atual.

Por fim, no contexto da compreensão da estrutura de capital das empresas e de como essa estrutura é afetada durante crises financeiras, Demirgüç-Kunt *et al.* (2020) analisaram a evolução das estruturas de financiamento corporativo durante a crise financeira global de 2008-2009 e no período imediatamente posterior de 2010-2011. Abrangendo 75 países e mais de 276.000 empresas, com ênfase em pequenas e médias empresas (PMEs) e empresas não listadas, a pesquisa revelou uma ampla redução do endividamento em países desenvolvidos e em desenvolvimento, além de uma diminuição no uso de financiamento por dívida de longo prazo. Essas mudanças foram particularmente notáveis em PMEs e empresas sem acesso ao financiamento de mercado de capitais, enquanto as alterações foram mais moderadas em grandes empresas e aquelas listadas publicamente.

2.2 Endividamento empresarial e crises financeiras

A compreensão do endividamento empresarial em períodos de crises financeiras requer a consideração de que os níveis de endividamento podem ser distintos entre grandes e pequenas empresas. Nesse contexto, Baines e Hager (2021) analisaram a dinâmica do endividamento corporativo nos Estados Unidos e suas implicações históricas e concluíram que há uma divergência acentuada na dívida entre grandes e pequenas empresas, com as primeiras apresentando níveis significativamente mais elevados de endividamento. Os autores também observaram que a

concentração de dívida permite às grandes empresas negociarem empréstimos com juros mais baixos e destacaram que a pandemia de Covid-19 intensificou as preocupações com a dívida corporativa, levando o governo dos EUA a fornecer resgates financeiros para empresas em dificuldades, o que pode perpetuar a concentração corporativa e a divergência de dívida. Além disso, o estudo propõe que o endividamento corporativo é uma forma de poder e permite que as empresas influenciem a política governamental e a economia em geral.

Em outra pesquisa, Berninger *et al.* (2021) avaliaram empresas latino-americanas que emitiram títulos de dívida corporativa em diferentes condições macroeconômicas, incluindo crises financeiras, entre 2003 e 2010. O objetivo era compreender como as condições econômicas afetam a percepção do mercado em relação às emissões de dívida corporativa. Os resultados indicaram um impacto significativo dessas emissões na percepção do mercado, evidenciando uma diferença notável entre os retornos das ações em períodos recessivos e não recessivos, além de sugerirem que a maturidade dos mercados de dívida corpora-

tiva é um fator importante nas reações do mercado a tais emissões.

Por fim, Casino-Martinez *et al.* (2019) focaram na análise da estrutura de maturidade da dívida de empresas listadas e não listadas em cinco países europeus entre 2005 e 2013. Com a adoção de uma abordagem de custos de agência, a pesquisa explorou os determinantes das políticas financeiras das empresas em relação à maturidade da dívida, considerando fatores institucionais e macroeconômicos. Os resultados revelaram que os custos de contratação têm um impacto mais significativo na maturidade da dívida das empresas não listadas do que nas listadas, sendo a substituição de ativos o custo de agência mais relevante em ambos os casos. Constatou-se também que as empresas não listadas apresentaram diferenças notáveis entre os subperíodos, pré e pós-crise financeira, enquanto as empresas listadas não mostraram diferenças significativas.

Pathak *et al.* (2021), a partir da análise dos níveis de dívida de empresas de capital aberto em 18 países sob diferentes cenários econômicos, investigaram como o sistema legal, os direitos dos investidores e o desenvolvimento econômico influenciam os níveis de endividamento. Os autores atestaram que os fatores preditores da alavancagem corporativa são consistentes na previsão dos níveis de dívida em diversas nações e contextos econômicos. No entanto, destacaram que a relação entre esses preditores e os níveis de dívida pode variar de acordo com o sistema legal, os direitos dos investidores e o estágio de desenvolvimento econômico de cada país.



“Os resultados revelaram que os custos de contratação têm um impacto mais significativo na maturidade da dívida das empresas não listadas do que nas listadas, sendo a substituição de ativos o custo de agência mais relevante em ambos os casos.”

A pesquisa de Cortina *et al.* (2021) examinou como as empresas respondem a choques na oferta de crédito em diferentes mercados de dívida durante crises financeiras. Os resultados indicaram que as empresas tendem a compensar a retração em mercados afetados pela crise, recorrendo à emissão de dívida em mercados alternativos. Além disso, constataram que a reação das empresas varia conforme a quantidade de financiamento que conseguem obter nesses mercados alternativos. Essas descobertas sugerem que a diversificação das fontes de financiamento pode ser uma estratégia eficaz para as empresas enfrentarem choques de crédito em mercados específicos.

O estudo realizado por D’Amato (2020), que abrangeu o período de 2006 a 2016, focou em como a crise financeira global de 2008 influenciou as decisões de estrutura de capital das PMEs italianas. A análise concentrou-se nos efeitos dos choques de oferta de crédito na alavancagem das PMEs e em seus determinantes. Os resultados indicaram que os canais de fornecimento de dívidas de curto prazo foram mais afetados pelas condições de crédito do que os de longo prazo, com essa

sensibilidade aumentando durante a crise. Ademais, observou-se que a redução no crédito bancário não foi compensada pelo crédito comercial, e as empresas mais arriscadas e lucrativas apresentaram respostas distintas à crise em comparação com o período pré-crise.

Em paralelo, Danso *et al.* (2020) examinaram a relação entre alavancagem financeira e desempenho empresarial no contexto indiano, enfatizando o papel do tamanho da empresa e da crise financeira nessa relação. Constatou-se que a alavancagem financeira impactou negativamente o desempenho das empresas indianas, com efeitos mais acentuados em empresas menores, e que a crise financeira de 2007-2008 intensificou o impacto negativo na relação entre alavancagem e desempenho.

Yazdanfar e Öhman (2020) investigaram o impacto da crise financeira global na relação entre o custo do capital da dívida e o desempenho das PMEs suecas. Os resultados revelaram que a crise financeira e a taxa de juros interbancária estiveram significativamente relacionadas ao custo médio da dívida para as PMEs. Iden-

tificou-se também que gerentes de PMEs que implementam uma política de dívida premeditada são mais propensos a reduzir o custo da dívida da empresa, mesmo

sob condições macroeconômicas adversas, e que uma política de financiamento planejada pode diminuir o risco de inadimplência da empresa.

Em pesquisa que avaliou os determinantes macroeconômicos da alavancagem corporativa nos Estados Unidos durante diferentes fases do ciclo de negócios e crises financeiras, Narayan *et al.* (2021) exploraram os principais fatores que influenciam a alavancagem corporativa e analisaram como esses elementos afetam as decisões de alavancagem das empresas. O estudo concluiu que os fatores macroeconômicos exercem impacto significativo nas decisões de alavancagem corporativa, embora esse impacto varie conforme a fase do ciclo de negócios e a natureza da crise financeira. Além disso, destacou que a relação entre alavancagem e características específicas da empresa, como lucratividade, tangibilidade de ativos e capacidade de pagamento, difere nas distintas fases do ciclo de negócios e em períodos de crise financeira.



Por fim, Duran (2022) examinou a internacionalização e a estrutura de capital das empresas em mercados emergentes. Os resultados obtidos indicaram que as empresas latino-americanas, tanto multinacionais quanto domésticas, apresentaram níveis mais baixos de alavancagem antes da crise financeira. Contudo, as multinacionais aumentaram sua alavancagem após a crise. Adicionalmente, verificou-se que a diversificação internacional atenuou o impacto negativo do risco político no país de origem sobre o financiamento por dívida das empresas latino-americanas.

2.3 Crise financeira e risco

Beatty *et al.* (2019) analisaram a eficácia das declarações de fatores de risco em relatórios anuais, tanto no período anterior quanto no posterior à crise financeira, assim como as reações de diferentes participantes do mercado a essas declarações. Os autores observaram que, apesar de as declarações serem informativas antes da crise, sua eficácia diminuiu consideravelmente no período pós-crise. A pesquisa revelou ainda que as reações do mercado a essas declarações variam em função do tipo de mercado e do conteúdo apresentado e destacou a importância de repensar a divulgação das informações em relatórios anuais para aumentar sua eficácia e utilidade para os investidores.

Em contraste, o trabalho de Byun *et al.* (2021) analisou as condições de risco e o uso de dívida de curto prazo por empresas nos Estados Unidos. Os autores revisaram a tendência secular na maturidade da dívida corporativa, examinando como ela evoluiu nas últimas décadas, incluindo a crise financeira de 2008 e os anos subsequentes. Concluíram que a maturidade da dívida corporativa tem diminuído desde a crise, o que resultou em um aumento no uso de dívida de curto prazo.

Além disso, destacaram que essa mudança na estrutura da dívida pode ter implicações significativas para a gestão do risco de refinanciamento e a estrutura de capital das empresas.

Em uma perspectiva diferente, Caballero (2021) avaliou o impacto da desvalorização da moeda em dívidas corporativas denominadas em dólares, analisando como as flutuações cambiais afetam os balanços e as decisões de investimento das empresas com dívidas em moeda estrangeira. Constatou-se que a desvalorização da moeda pode resultar em um aumento significativo na inadimplência das empresas, especialmente em países emergentes e ressaltou-se a importância de os investidores considerarem os riscos cambiais ao avaliar empresas endividadas em moeda estrangeira.

Dodd *et al.* (2021) analisaram o risco de crédito corporativo em países emergentes durante crises financeiras, no período de 1997 até a crise de Covid-19. O artigo explorou o impacto do aumento da alavancagem corporativa nos mercados emergentes após a crise financeira global. As conclusões indicaram um aumento significativo nos *spreads* de *swap* de crédito corporativo no período pós-crise, especialmente entre empresas consideradas ariscadas. No entanto, observou-se que empresas com alto potencial de crescimento e aquelas situadas em países com altos fluxos de capital líquido e classificações de crédito superiores foram capazes de reduzir sua vulnerabilidade à dívida.

Em estudo que abordou o contexto de crise financeira, Nejadmalayeri e Usman (2022) analisaram a relação entre liquidez de ativos



reais, reservas de caixa, vendas de ativos e seu impacto no custo da dívida corporativa. Os resultados revelaram uma relação convexa entre os *spreads* de crédito e a liquidez do mercado de ativos reais, com achados pós-2008 alinhados às previsões analíticas. Verificou-se que empresas altamente endividadas e com baixa lucratividade enfrentam uma relação não linear mais acentuada entre os *spreads* de crédito e a liquidez do mercado de ativos reais, evidenciando que a liquidez de ativos reais é um fator crucial para a avaliação do risco de crédito dessas empresas, especialmente durante crises financeiras.

No mesmo contexto de crise financeira e risco, Duran (2022) explorou a relação entre risco e retorno no mercado de empréstimos corporativos, com ênfase em linhas de crédito rotativo. A análise empírica indicou que o risco do mutuário e o retorno esperado são determinantes importantes nos termos do empréstimo, assim como destacou evidências de precificação incorreta durante a crise do *subprime*, com empresas em deterioração sendo subestimadas pelos credores, ressaltando a necessidade de uma precificação mais precisa dos empréstimos em períodos de crise.

“A análise abrangeu o período de 2007 a 2023, contemplando as crises financeiras desse intervalo. A abordagem metodológica adotou duas perspectivas: uma análise geral e outra segmentada por setor.”

Machokoto *et al.* (2021) investigaram a relação entre conservadorismo financeiro, valor da empresa e risco de negócios internacionais em economias emergentes durante a crise financeira global. Os resultados sugerem que o conservadorismo financeiro exerce um efeito positivo no valor da empresa em economias emergentes durante esse período e indicam que empresas que se internacionalizam enfrentam riscos elevados devido à falta de informações precisas sobre mercados estrangeiros, o que ressalta a importância de uma abordagem conservadora em relação ao financiamento e à gestão de riscos nessas economias.

Masserini *et al.* (2020) apresentaram uma análise longitudinal dos

indicadores de risco após as crises de 2008 e 2011 na indústria manufatureira italiana. O estudo buscou evidências sobre a tendência de insolvência em diferentes setores e o seu impacto no desempenho empresarial, e verificou que a crise de 2008 aumentou significativamente o risco de insolvência das empresas italianas, enquanto a crise de 2011 teve um efeito menos acentuado. Observou-se maior vulnerabilidade do setor manufatureiro em comparação com outros setores da economia.

Considerando-se o arcabouço teórico delineado, foram estabelecidas as hipóteses de pesquisa que guiaram a investigação sobre endividamento, crises financeiras e internacionalização de empresas listadas na bolsa B3. A internacionalização foi analisada a partir do uso das receitas de vendas para o exterior como indicador. A análise abrangeu o período de 2007 a 2023, contemplando as crises financeiras desse intervalo. A abordagem metodológica adotou duas perspectivas: uma análise geral e outra segmentada por setor.

Com o objetivo de identificar se há relação entre endividamento das empresas listadas na B3 e

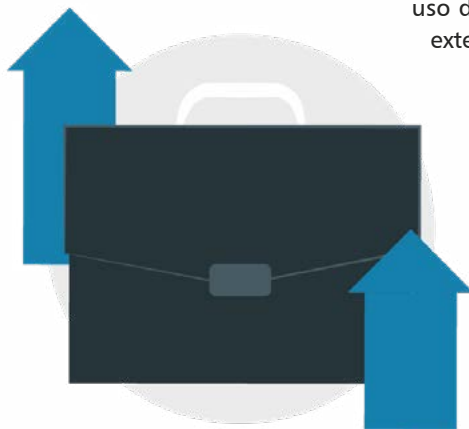
crises, a hipótese geral testada (H1) na pesquisa é que existe uma relação significativa entre endividamento das empresas com exposição internacional listadas na B3 e crises financeiras. De forma análoga e complementar, a hipótese setorial testada (H1S) é que há uma relação significativa entre endividamento setorial das empresas com exposição internacional listadas na B3 e crises financeiras.

3 Metodologia

3.1 Coleta de dados

A amostra deste estudo totalizou 376 empresas com ações negociadas na bolsa de valores brasileira B3 e cobriu o período de 2007 a 2023. O trabalho se baseou em informações trimestrais dessas empresas, o que resultou em 48.107 observações. Para a coleta dos dados financeiros e a classificação dos setores, utilizou-se a plataforma *Refinitiv*, que forneceu as informações necessárias para a análise.

Dessas empresas, 96 apresentaram receita para o exterior em pelo menos um trimestre do período analisado, sendo classificadas como internacionalizadas. Isso representa aproximadamente 25,5% da amostra total.



3.2 Estatística descritiva

O resumo da estatística descritiva, apresentado na Tabela 1, abrange o conjunto de observações deste estudo. Nota-se que todas as variáveis possuem informações, que somam 48.107 observações para todos os períodos analisados.

3.3 Modelo econométrico

As variáveis selecionadas neste estudo refletem o objetivo de investigar se as empresas brasileiras listadas na bolsa B3, com exposição internacional, apresentam um perfil de endividamento distinto em tempos de crise em comparação com as empresas que não estão expostas internacionalmente. A análise foi realizada tanto em uma perspectiva geral quanto setorial. Para facilitar a compreensão inicial do modelo proposto, a Tabela 2 detalha o conjunto de variáveis considerado na pesquisa, bem como a definição de cada uma, conforme são incorporadas no modelo econométrico desenvolvido.

Neste estudo, utilizou-se a metodologia de regressão linear múltipla para estimadores OLS (do inglês *Ordinary Least Squares*) ou MQO (Mínimos Quadrados Ordinários), abrangendo dados trimestrais de 376 empresas listadas na B3 de 2007 a 2023. O modelo OLS é aplicado para avaliar as relações entre as variáveis explicativas e a alavancagem das empresas ao longo do tempo, garantindo estimativas consistentes. Essa escolha foi motivada pela simplicidade interpretativa e pela ausência de evidências de que as diferenças individuais entre as empresas ao longo do tempo representassem uma fonte significativa de variação. Para garantir a robustez das estimativas, foram aplicados erros robustos clusterizados por empresa, corrigindo potenciais problemas de heterocedasticidade e correlações dentro das unidades ao

Variável	Obs.	Média	Desvio padrão	Min.	25%	75%	Máx.
<i>alav</i>	48.107	0,00	1,42	-153,24	0,00	0,00	155,45
<i>crise</i>	48.107	0,17	0,37	0,00	0	0	1
<i>criseinter</i>	48.107	0,03	0,17	0,00	0	0	1
<i>d_internac</i>	48.107	0,06	0,24	0,00	0	0	1
<i>revsg</i>	48.107	0,17	0,15	-1,43	0,08	0,23	2,00
<i>cashequiv</i>	48.107	0,03	0,08	-0,01	0,00	0,12	2,52
<i>cresc_vendas</i>	48.107	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00
<i>ninc</i>	48.107	-0,21	31,87	-6633,80	0,00	0,02	40,26

Fonte: elaborado pelo autor.

Variável	Definição
$alav_{i,t}$	Variável dependente que representa o comportamento do endividamento da empresa i no tempo t definida pela variação da relação dívida/ativo total (D/A) em t pela relação D/A em $t-1$.
$crise_{i,t}$	Variável <i>dummy</i> que representa crise que é igual a 1 se informações das observações da empresa i são do tempo $t = 2008, 2009, 2014, 2015$ e $2020, 2021, 2022$ e 2023 .
$criseinter_{i,t}$	Variável <i>dummy</i> que é igual a 1 se a interação entre a variável <i>crise</i> e <i>d_internac</i> for igual a 1.
$d_internac_{i,t}$	Variável <i>dummy</i> que é igual a 1 se a empresa i apresenta receita para o exterior no tempo t .
$revgs_{i,t}$	Variável que representa as vendas totais da empresa i para o exterior em relação ao ativo total de cada unidade no tempo t .
$cashequiv_{i,t}$	Variável de controle independente que representa o valor de caixa e equivalente de caixa da empresa i no tempo t , em relação ao ativo total.
$cresc_vendas_{i,t}$	Variável de controle independente que representa o crescimento das vendas das empresas i no tempo t , em relação ao ativo total.
$ninc_{i,t}$	Variável de controle independente que representa o lucro líquido da empresa i no tempo t , em relação ao ativo total.

Fonte: elaborado pelo autor.

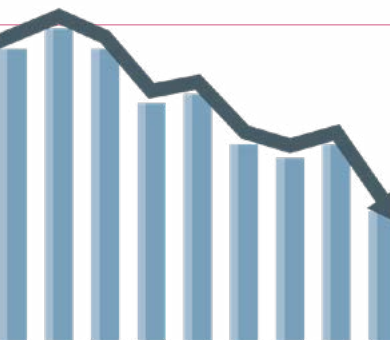
longo do tempo. Dessa forma, o OLS permitiu capturar as relações principais entre as variáveis explicativas e a alavancagem das empresas, mantendo a consistência dos resultados.

Modelo Econométrico:

$$Alav_{it} = \beta_0 + \beta_1 crise_{it} + \beta_2 criseinter_{it} + \beta_3 d_Internac_{it} + \beta_4 revgs_{it} + \sum_k^n B_k \cdot Controle_{kit} + \xi_{it} \quad (1)$$

em que:

- $alav_{i,t}$: variável dependente que representa o comportamento do endividamento da empresa i no tempo t , definida pela variação da relação D/A (dívida/ativo total) em t em relação à D/A em $t-1$;
- $crise_{i,t}$: variável *dummy* que



representa a crise, igual a 1 se as informações das observações da empresa i são referentes aos anos $t = 2008, 2009, 2014, 2015, 2020, 2021$ e 2022 ;

- $criseinter_{i,t}$: variável *dummy* que é igual a 1 se a interação entre a variável *crise* e *d_internac* for igual a 1;

“As variáveis selecionadas neste estudo refletem o objetivo de investigar se as empresas brasileiras listadas na bolsa B3, com exposição internacional, apresentam um perfil de endividamento distinto em tempos de crise em comparação com as empresas que não estão expostas internacionalmente.”

– $d_internac_{i,t}$: variável *dummy* que é igual a 1 se a empresa i apresenta receita de vendas para o exterior no tempo t ;

– $revgs_{i,t}$: variável que representa as vendas totais para o exterior em relação ao ativo total de cada unidade no tempo t ;

– $cashequiv_{i,t}$: variável de controle independente que representa caixa e equivalentes de caixa da empresa i no tempo t , em relação ao ativo total;

– $cresc_vendas_{i,t}$: variável de controle independente que representa o crescimento das vendas da empresa i no tempo t , em relação ao ativo total;

– $ninc_{i,t}$: variável de controle independente que representa o lucro líquido da empresa i no tempo t , em relação ao ativo total;

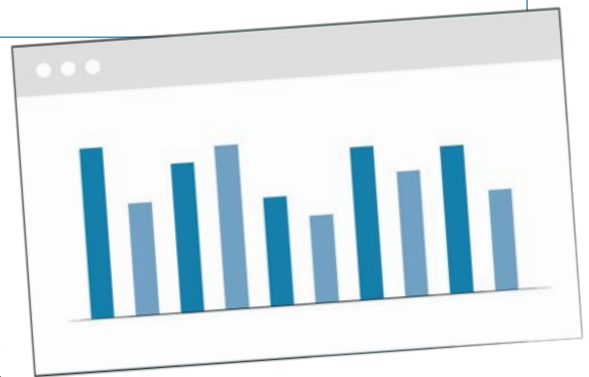
– ξ_{-it} : representa o erro ou resíduo da equação de regressão que captura a variação não explicada pelas variáveis independentes no modelo; e

– $\beta_0, \beta_1, \beta_2, \beta_3, \beta_4, \beta_k$: coeficientes estimados pelo modelo que representam a relação entre a variável correspondente e o crescimento da variável dependente, controlando ou levando em consideração os efeitos das outras variáveis no modelo.

O objetivo desta análise é estimar os coeficientes $\beta_0, \beta_1, \beta_2, \beta_3, \beta_4,$

β_k e examinar a sua significância estatística e os impactos sobre a variável dependente $alav$, que representa a variação do endividamento das empresas i ao longo do tempo t . A análise visa compreender como as variáveis independentes, incluindo as variáveis *dummy* para crises e internacionalização, assim como as variáveis de controle se correlacionam com o comportamento da variável dependente ao longo do tempo.

Para oferecer uma compreensão mais precisa dos efeitos das crises financeiras sobre o endividamento corporativo, este estudo adota uma modelagem econométrica baseada em variáveis binárias (*dummies*), que identificam tanto a exposição internacional das empresas – mensurada pela receita de vendas para o exterior – quanto os períodos de crise econômica. A estrutura do modelo é estimada por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), conforme delineado na equação 1, incorporando variáveis de controle, como caixa, crescimento das vendas e lucro líquido. Essa abordagem permite uma análise comparativa entre diferentes grupos de empresas e contextos,



buscando isolar os efeitos específicos de cada fator sobre o nível de alavancagem. O refinamento metodológico adotado representa um diferencial em relação à literatura anterior, ao garantir maior robustez, precisão e aplicabilidade dos resultados obtidos.

A variável dependente, $alav$, que reflete a variação do endividamento das empresas em tempos de crise e fora deles, foi calculada com base nos pressupostos da equação proposta por Hamada (1969). Conforme Brigham e Ehrhardt (2023, p. 631), “a equação de Hamada mostra como o aumento no índice de Dívida/Patrimônio Líquido eleva o beta”, e “D/PL é a medida de alavancagem financeira usada na equação de Hamada”. A equação de Hamada (1969), conforme equação 2, é a seguinte:

$$b = b_{NA} \left[1 + (1 - T) \left(\frac{D}{PL} \right) \right] \quad (2)$$

Na equação 2, b representa o coeficiente beta da empresa, enquanto b_{NA} é o coeficiente beta não alavancado. O termo $(1-T)$ indica o lucro líquido após impostos, e T representa a parcela do lucro destinada ao pagamento de impostos. O símbolo D refere-se à dívida total da empresa e PL ao patrimônio líquido total. Essa equação é utilizada para calcular o custo de capital de uma empresa, considerando o impacto da estrutura de capital na taxa de retorno exigida pelos investidores. A alavancagem financeira é mensurada pela relação entre a dívida total e o patrimônio líquido da empresa. A equação de Hamada também leva em conta o custo da dívida e o custo do patrimônio líquido, ponderados pela proporção de dívida e pelo patrimônio líquido na estrutura de capital.

Brigham e Ehrhardt (2023) complementam a análise do modelo Hamada, com a explicação de que um aumento no índice Dívida/Ativos (D/A) resulta em um aumento nos custos da dívida e do patrimônio líquido. Isso ocorre porque o índi-

ce Dívida/Patrimônio Líquido (D/PL) está diretamente relacionado ao índice D/A, afetando, assim, o custo de capital da empresa, como se observa na equação 3:

$$\frac{D}{PL} = \frac{D/A}{1 - D/A} \quad (3)$$

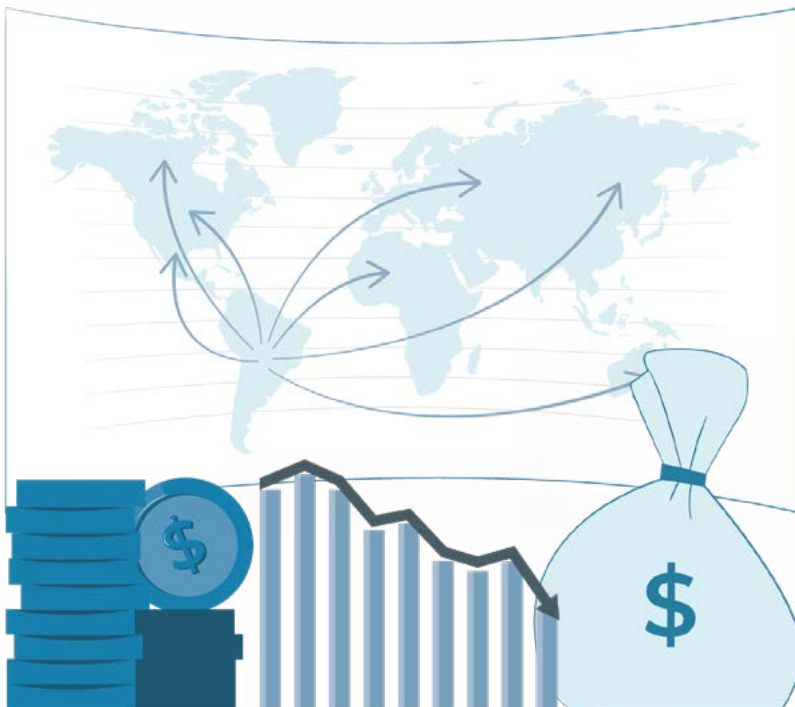
Brigham e Ehrhardt (2023, p. 631) afirmam que “qualquer índice Dívida/Ativos (D/A) pode ser interpretado diretamente como um índice Dívida/Patrimônio Líquido (D/PL)”, conceito adotado neste estudo para avaliar a alavancagem das empresas brasileiras listadas na B3 sob a ótica da internacionalização. Embora o modelo Hamada pressuponha a utilização de ativos a valores de mercado, a prática comum na indústria geralmente emprega valores contábeis, conforme sugerido por Brigham e Ehrhardt (2023).

As demais variáveis do modelo, definidas na Tabela 1, incluem: i) receita total para o exterior; ii) variáveis *dummy* representativas de crises, interação de crises com in-

ternacionalização e internacionalização das empresas brasileiras; e iii) variáveis de controle. No estudo de Yazdanfar e Öhman (2020) sobre pequenas e médias empresas (PMEs) suecas durante a crise financeira global de 2008-2009, os autores aplicaram modelos de regressão linear múltipla para analisar a relação entre essas variáveis e o custo do capital de dívida, utilizando um conjunto de dados em painel transversal de 3.865 empresas, que abrangem cinco setores industriais e cinco variáveis independentes, incluindo uma variável *dummy* para a crise financeira global.

A regressão de dados em painel, como metodologia de análise econométrica, foi utilizada por Pathak *et al.* (2021) para examinar os níveis de dívida de empresas de capital aberto em 18 países e 3.197 empresas entre 2001 e 2017, bem como por Duran (2020) ao investigar a relação entre internacionalização e estrutura de capital em mercados emergentes, com dados financeiros anuais de 706 empresas latino-americanas listadas em diferentes bolsas de valores de 1996 a 2016.

A escolha pelo modelo de regressão OLS em vez de um modelo de painel com efeitos fixos ou aleatórios foi fundamentada nas características específicas dos dados e nos objetivos da pesquisa. Embora os dados estejam estruturados em painel, a análise preliminar indicou que as diferenças não observadas entre as empresas ao longo do tempo não representavam uma fonte significativa de variação. Dado que a principal preocupação deste estudo está nas relações entre as variáveis independentes e a alavancagem das empresas, e não nas características individuais não observadas de cada empresa, o OLS se mostrou mais adequado para capturar essas relações (Gujarati; Porter, 2009; Wooldridge, 2016).



“Constatou-se que a desvalorização da moeda pode resultar em um aumento significativo na inadimplência das empresas, especialmente em países emergentes e ressaltou-se a importância de os investidores considerarem os riscos cambiais ao avaliar empresas endividadas em moeda estrangeira.”

Além disso, a simplicidade interpretativa do OLS o torna uma opção preferível, especialmente em contextos em que a variação entre as empresas ao longo do tempo é limitada ou onde os efeitos fixos não trazem um ganho substancial de explicação (Greene, 2012). Para garantir a robustez das estimativas, foram realizados testes de heterocedasticidade e multicolinearidade, com ajustes por meio de erros robustos, corrigindo potenciais problemas de variância dos resíduos. Os resultados do Fator de Inflação da Variância (VIF), do inglês *Variance Inflation Factor*, também serão apresentados para mostrar que não há problemas graves de multicolinearidade (Gujarati; Porter, 2009).

Adicionalmente, um teste F foi conduzido para avaliar se as diferenças entre as empresas são significativas o suficiente para justificar o uso de um modelo de efeitos fixos. Os resultados indicaram que o uso

de um modelo de efeitos fixos não traria uma melhoria significativa em termos de eficiência comparado ao MQO (OLS). Dessa forma, o OLS se mostrou a aborda-

gem mais apropriada para atender aos objetivos do estudo, ao mesmo tempo que mantém a clareza interpretativa e a consistência dos resultados (Wooldridge, 2016; Gujarati; Porter, 2009).

A metodologia adotada está em conformidade com as práticas acadêmicas estabelecidas para a análise de dados financeiros em pesquisas empíricas. Fundamenta-se nas premissas de estudos seminais da literatura financeira, como a Teoria da Ordem de Preferência (do inglês *Pecking Order Theory*) de Myers e Majluf (1984), que sugere que as empresas priorizam o financiamento de seus investimentos inicialmente com recursos internos, seguidos pela emissão de dívida e, por último, pela emissão de ações.

E, ainda, este estudo se baseia nos achados da teoria de Modigliani e Miller (1958), que afirmam que, em um mundo sem impostos, a estrutura de capital de uma empresa não afeta seu valor total. No entanto, em um contexto com impostos, a alavancagem financeira pode influenciar o valor da empresa devido à dedutibilidade dos juros da dívida. Os autores também observam que, em um cenário tributário, o valor da empresa aumenta com o incremento da alavancagem financeira, mas apenas até certo ponto.

Além disso, sugerem que a relação dívida/ativo total de uma empresa não afeta seu Custo Médio Ponderado de Capital (WACC).

4 Resultados da Pesquisa

Na sequência, serão apresentados os resultados obtidos pelo modelo de regressão. Os resultados da Tabela 3 se referem ao VIF, e a Tabela 4 exibirá os resultados da regressão robusta geral.

4.1 Resultado geral do Modelo de Regressão

No desenvolvimento do modelo econométrico, conforme Tabela 3, foi aplicado o teste do fator de inflação da variância (VIF) para identificar a presença de multicolinearidade entre as variáveis independentes ou explicativas.

Tabela 3 – Fator de Inflação da Variância (VIF)

Variável	VIF	1/VIF
<i>criseinter</i>	2,10	0,48
<i>d_internac</i>	1,92	0,52
<i>criseinter</i>	1,26	0,80
<i>revgs</i>	1,03	0,97
<i>cashequiv</i>	1,03	0,97
<i>ninc</i>	1,01	0,99
<i>cresc_vendas</i>	1,01	0,99
VIF Médio	1,34	

Fonte: elaborado pelo autor.



Os resultados indicaram que todas as variáveis do modelo possuem um VIF inferior a 5, o que sugere a ausência de multicolinearidade significativa.

Adicionalmente, ao modelo de regressão foi aplicada técnica estatística robusta, com o objetivo de garantir a aderência aos pressupostos do modelo clássico de regressão linear, minimizando problemas como heterocedasticidade e a presença de *outliers* (valores atípicos) nos dados.

Os resultados do modelo de regressão geral e a avaliação dos resultados obtidos no modelo por meio dos estimados OLS estão apresentados na Tabela 4.

Os resultados revelam um R-quadrado de 0,0200, sugerindo que o modelo explica uma pequena parcela da variabilidade em *alav*, o que é comum em análises desse tipo, dado o foco em avaliar variáveis específicas, como crises financeiras e internacionalização. O teste F ($F = 11,06$, $\text{Prob} > F = 0,000$) confirma que o modelo é estatisticamente significativo no geral, e a correção por erros robustos garante

a validade das estimativas. Adicionalmente, testes de VIF indicaram valores dentro dos limites aceitáveis, descartando colinearidade severa entre as variáveis explicativas.

A variável *crise* (coef. 0,0282, valor- $p = 0,000$) é significativa e sugere que períodos de crise estão associados a um aumento no endividamento. Já a interação *criseinter* (coef. -0,0370, valor- $p = 0,021$) aponta que empresas internacionalizadas tendem a reduzir seu endividamento em crises, ao passo que a internacionalização isolada (*d_internac*, coef. 0,0213, valor- $p = 0,054$) pode aumentá-lo. As receitas do exterior (*revgs*, coef. -0,0780, valor- $p = 0,001$) estão associadas a menor endividamento, o que reforça a ideia de que maior presença internacional pode reduzir a alavancagem.

Entre as variáveis de controle, *cashequiv* (coef. -0,0801, valor- $p = 0,001$) indica que maior disponibilidade de caixa está associada a menor alavancagem, enquanto *ninc* (coef. -0,2176, valor- $p = 0,000$) sugere que lucros maiores reduzem o endividamento. Por outro lado, *cresc_vendas* mostrou impacto limitado (coef. próximo de zero, valor- $p = 0,060$).

Os resultados sugerem que crises financeiras influenciam o endividamento de empresas listadas na B3, com empresas internacionalizadas apresen-

Tabela 4 – Resultado do modelo de regressão geral (OLS)

Variável	Coefficiente	Valor-p
<i>crise</i>	0,028	0,000***
<i>criseinter</i>	-0,037	0,013**
<i>d_internac</i>	0,021	0,042*
<i>revgs</i>	-0,078	0,001***
<i>cashequiv</i>	-0,080	0,000***
<i>cresc_vendas</i>	0,000	0,017**
<i>ninc</i>	-0,218	0,055*
<i>intercepto</i>	0,009	0,186

Nota: valor-p: < 0,10*; < 0,05**; < 0,01***

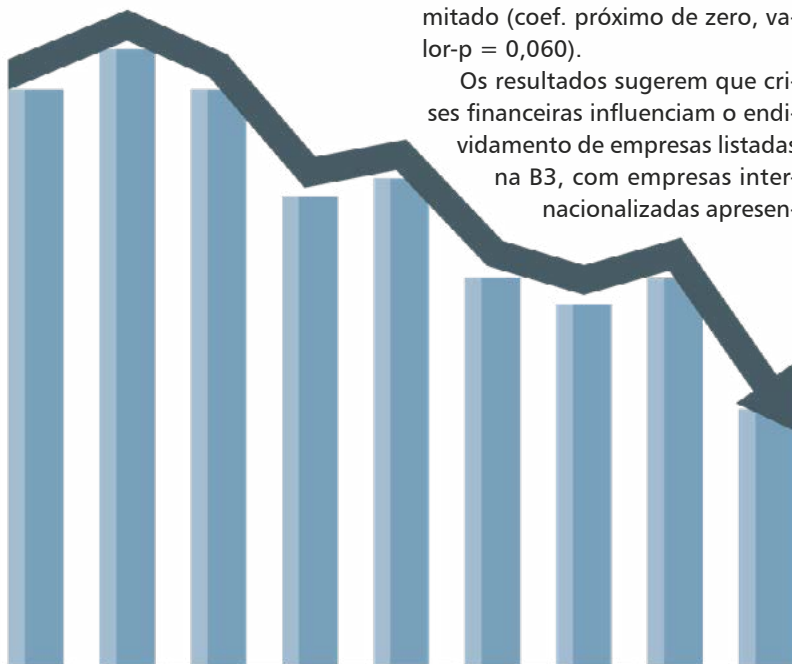
Fonte: elaborado pelo autor.

tando menor alavancagem em tempos de crise. Apesar das limitações naturais de modelos dessa natureza, as evidências fornecem *insights* importantes sobre o papel da internacionalização e de fatores financeiros na gestão do endividamento.

Esses resultados são coerentes com a teoria da *Pecking Order* (Myers; Majluf, 1984), segundo a qual empresas em ambientes incertos priorizam o uso de recursos próprios para evitar custos de financiamento externo. Adicionalmente, empresas internacionalizadas podem contar com maior previsibilidade de fluxos e menor assimetria informacional, o que contribui para um perfil de endividamento mais conservador em cenários adversos. O comportamento setorial observado reforça estudos como os de Alfaro *et al.* (2019) ao demonstrar que setores mais sensíveis a choques externos tendem a elevar seu endividamento, em oposição a setores mais expostos globalmente apresentam maior resiliência.

4.2 Análise setorial e testes de robustez

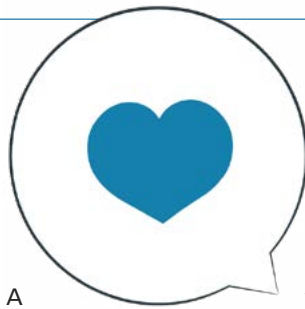
Com o objetivo de testar a hipótese relacionada ao endividamento das empresas brasileiras de capital aberto listadas na B3, sob a perspectiva da exposição internacional, foi realizada a análise do modelo de regressão segmentada por setor. Os resultados obtidos por estimadores OLS estão detalhados na Tabela 5.



“Adicionalmente, ao modelo de regressão foi aplicada técnica estatística robusta, com o objetivo de garantir a aderência aos pressupostos do modelo clássico de regressão linear, minimizando problemas como heterocedasticidade e a presença de *outliers* (valores atípicos) nos dados.”

Este estudo analisou, por meio de regressões, a relação entre o endividamento empresarial (*alav*) e variáveis econômicas e financeiras em diferentes setores. A Tabela 5 apresenta resultados significativos.

Em períodos de crise, empresas dos setores *Academic & Education Services* (coef. 0,065, t-stat 2,39),



Basic Materials (coef. 0,062, t-stat 2,10), *Healthcare* (coef. 0,053, t-stat 1,98) e *Industrials* (coef. 0,033, t-stat 2,09) aumentam seu endividamento, como evidenciado pela significância da variável *crise*. Já no setor *Energy*, empresas internacionalizadas reduzem o endividamento durante crises (*criseinter*: coef. -0,078,

t-stat -2,11), embora a internacionalização isolada (*d_internac*) o aumente (coef. 0,091, t-stat 1,85).

Receitas no exterior (*revgs*) estão associadas a menor endividamento nos setores *Basic Materials* (coef. -0,232, t-stat -2,35), *Consumer Cyclicals* (coef. -0,156, t-stat -2,07), *Consumer Non-Cyclicals* (coef. -0,080, t-stat -1,99) e *Industrials* (coef. -0,254, t-stat -4,86). No setor *Technology*, porém, há relação positiva (*revgs*: coef. 0,280, t-stat 3,08).

Tabela 5 – Resultado da regressão por setor (OLS)

Variáveis	Refinitiv Sector									
	Acad. & Ed. Serv.	Basic Mat.	Cons. Cycl.	Cons. N.Cycl.	Energy	HealthC	Inds.	Real Est.	Tecnol.	
<i>crise</i>	coef. 0,065 t-stat 2,39**	0,062 2,10**				0,053 1,98**	0,033 2,09**			
<i>criseinter</i>	coef. t-stat				-0,078 -2,11**					
<i>d_internac</i>	coef. t-stat				0,091 1,85*	0,104 2,73***				
<i>revgs</i>	coef. t-stat	-0,232 2,35**	-0,156 -2,07**	-0,080 -1,99*			-0,254 -4,86***	0,280 3,08***		
<i>cashequiv</i>	coef. t-stat	0,00 3,33***	-0,083 -2,24**							
<i>cresc_vendas</i>	coef. t-stat		0,000 3,31***				0,000 1,68*			
<i>ninc</i>	coef. t-stat		-1,369 -2,97***		-0,670 -2,10**	0,186 3,04***		-0,860 -1,97*	-0,936 -2,87***	
<i>intercepto</i>	coef. t-stat		0,068 2,23**	0,029 1,68*		-0,078 -1,81*	0,038 2,32**		-0,054 -1,96	
<i>P (Teste F)</i>		0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	
<i>N</i>		117	305	1160	446	146	225	589	346	
<i>R2</i>		0,2741	0,13	0,03	0,04	0,07	0,04	0,06	0,08	

Nota: valor-p: < 0,10*; < 0,05**, < 0,01***

Fonte: elaborado pelo autor.

A variável *cashequiv* tem relação positiva no setor *Academic & Education Services* e negativa em *Consumer Cyclicals*. O crescimento das vendas (*cresc_vendas*) se associa positivamente com o endividamento em *Basic Materials* e *Industrials*, enquanto o lucro líquido (*ninc*) apresenta relação negativa em vários setores, exceto *Energy*, no qual é positiva.

Os achados sugerem que crises intensificam o endividamento em setores como *Academic & Education Services*, *Basic Materials*, *Healthcare* e *Industrials*, diferentemente de empresas internacionalizadas no setor *Energy*, que o reduzem nesses períodos. Já a internacionalização isolada contribui para o aumento do endividamento apenas nos setores *Energy* e *Healthcare*.

Com o objetivo de avaliar a robustez dos dados produzidos pelo modelo de regressão, foram aplicados testes adicionais paramétricos e não paramétricos a algumas das principais variáveis utilizadas na análise, cujos resultados mais relevantes estão descritos a seguir.

Para testar a significância dos valores de caixa e equivalentes de caixa (*cashequiv*) entre os períodos de crise e não crise, foi aplicado o teste de Mann-Whitney. Os resultados indicaram uma diferença estatisticamente significativa nos níveis de caixa e equivalentes de caixa entre esses períodos. Especificamente, o valor *z* de -10,431 ($p < 0,001$) sugere que, durante as crises, as empresas tendem a manter níveis significativamente mais baixos de equivalentes de caixa em comparação com os períodos de não crise. Essa diferença pode

refletir maior necessidade de liquidez ou dificuldades financeiras enfrentadas pelas empresas em tempos de crise. A magnitude expressiva do valor *z* reforça a robustez dessa conclusão, sugerindo que a gestão de caixa é fortemente impactada pelos contextos de crise. Esses achados estão alinhados com o estudo de Campello *et al.* (2010), que demonstrou que, durante a crise financeira, as empresas enfrentam maiores dificuldades em acessar fontes externas de financiamento, levando-as a reduzir suas reservas de caixa e a utilizar ativos líquidos para sustentar operações e investimentos essenciais.

De forma complementar, para testar a significância dos níveis de endividamento total (*DebtTot*) entre períodos de crise e não crise, foi aplicado o mesmo teste de Mann-Whitney. Os resultados mostraram uma diferença estatisticamente significativa nos níveis de endividamento total entre esses períodos, com um valor *z* de -10,526 e valor-*p* de 0,0000, o que indica que, durante as crises, as empresas tendem a apresentar níveis de endividamento total significativamente maiores em comparação com os períodos de não crise. Esse aumento no endividamento pode refletir a maior necessidade de financiamento externo em resposta à queda nas receitas ou à necessidade de sustentar operações em um ambiente econômico adverso. Esse achado é consistente

com Bates *et al.* (2009), que discutiram que, durante crises, as empresas podem aumentar o endividamento para manter liquidez, especialmente quando o acesso ao crédito se torna mais restrito, resultando em um aumento geral no endividamento.

Embora outras análises, como a avalia-

ção dos benefícios fiscais durante as crises ou a análise dos tipos de fluxos de dívida, pudessem corroborar os achados deste estudo, não foi possível incluí-las devido à dificuldade de acesso a esses dados.

Por fim, é importante destacar que esses resultados ressaltam a necessidade de considerar o impacto das crises econômicas na dependência das empresas em relação ao endividamento, o que pode ter consequências significativas para sua sustentabilidade financeira e lucratividade a longo prazo, especialmente no contexto da América Latina.

5 Conclusão

Este estudo teve como objetivo avaliar, com base em fundamentos científicos, os efeitos das crises financeiras nas empresas listadas na B3, com ênfase naquelas com exposição internacional. Além disso, os resultados foram estratificados por setor para uma análise mais aprofundada do comportamento do endividamento setorial durante essas crises.

Os achados do modelo de regressão geral indicaram que, ao considerar todas as empresas listadas na B3, houve um aumento no endividamento durante períodos de crise. No entanto, as empresas com exposição internacional apresentaram uma redução no endividamento nessas circunstâncias.

Nos resultados setoriais, observou-se que a exposição internacional influencia de maneira significativa as empresas dos setores *Refinitiv Energy* e *Healthcare*. Nessa perspectiva, a internacionalização parece contribuir para o aumento do endividamento. Por outro lado, apenas o setor *Energy* demonstrou uma redução significativa no endividamento durante as crises, sugerindo que as empresas desse setor adotam uma gestão de dívida mais eficiente em situações adversas, como crises financeiras.

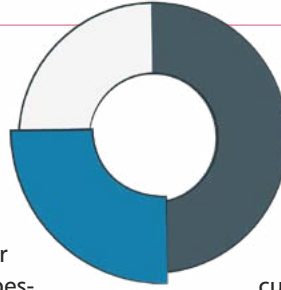


Esta pesquisa ressalta a complexidade das decisões de endividamento corporativo e suas variações em diferentes contextos econômicos e setoriais. Um exemplo relevante é a análise de González (2015) sobre a influência da crise financeira na estrutura de maturidade da dívida corporativa em 39 países entre 1995 e 2012. Os resultados indicaram um efeito negativo da crise sobre a maturidade da dívida corporativa, com uma tendência de encurtamento devido ao aumento mais acentuado da dívida de curto prazo em relação à de longo prazo. Porém apenas as empresas mais dependentes de financiamento externo antes da crise experimentaram essa redução.

Embora o trabalho tenha se concentrado no impacto de variáveis econômicas, a compreensão completa do endividamento exige considerações adicionais, como fatores contextuais, regulatórios e operacionais

específicos de cada setor, aspectos que não foram abordados.

Os resultados obtidos podem fornecer *insights* valiosos para pesquisadores, gestores e formuladores de políticas interessados em entender as dinâmicas complexas do endividamento empresarial em diferentes setores da economia, particularmente em períodos de crise financeira. Como implicações práticas, eles indicam que empresas com atuação internacional apresentam maior resiliência em períodos de crise, o que pode orientar decisões estratégicas de expansão geográfica como instrumento de gestão de risco financeiro. Para os formuladores de políticas públicas, os achados reforçam a importância de incentivos à internacionalização como mecanismo de fortalecimento da estabilidade empresarial.



Este estudo apresenta algumas limitações importantes. Primeiramente, baseia-se em dados contábeis secundários, os quais, mesmo que amplamente utilizados em pesquisas quantitativas, não capturam nuances qualitativas da gestão financeira, como estratégias internas de financiamento ou decisões discricionárias dos gestores. Além disso, embora o modelo contemple a separação entre endividamento de curto e longo prazo, não foi possível identificar com precisão os efeitos de políticas públicas específicas implementadas durante os períodos de crise. Pesquisas futuras podem avançar nesse sentido, incorporando dados qualitativos ou variáveis institucionais para melhor compreender as decisões de financiamento empresarial em ambientes de instabilidade econômica.

Referências

Alfaro, L., Asis, G., Chari, A., & Panizza, U. (2019). Corporate debt, firm size and financial fragility in emerging markets. *Journal of International Economics*, 118, 1-19. <https://doi.org/10.1016/j.jinteco.2019.01.002>

Baines, J., & Hager, S. B. (2021). The great debt divergence and its implications for the covid-19 crisis: mapping corporate leverage as power. *New Political Economy*, 26(5), 885-901. <https://doi.org/10.1080/13563467.2020.1865900>

Bates, T. W., Kahle, K. M., & Stulz, R. M. (2009). Why do U.S. firms hold so much more cash than they used to? *The Journal of Finance*, 64(5), 1985-2021. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6261.2009.01492.x>

Beatty, A., Cheng, L., & Zhang, H. (2019). Are risk factor disclosures still relevant? Evidence from market reactions to risk factor disclosures before and after the financial crisis. *Contemporary Accounting Research*, 36(2), 805-838. <https://doi.org/10.1111/1911-3846.12444>

Berninger, M., Fiesenig, B., & Schiereck, D. (2021). The performance of corporate bond issuers in times of financial crisis: empirical evidence from Latin America. *Journal of Risk Finance*, 22(1), 78-92. <https://doi.org/10.1108/JRF-06-2020-0129>

Brigham, E. F., & Ehrhardt, M. C. (2023). *Administração financeira: teoria e prática*. Cengage learning.

Byun, S. K., Lin, Z., & Wei, S. (2021). Are U.S. firms using more short-term debt? *Journal of Corporate Finance*, 69(June), 102012. <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2021.102012>

Caballero, J. (2021). Corporate dollar debt and depreciations: All's well that ends well? *Journal of Banking and Finance*, 130, 1-20. <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2021.106185>

Campello, M., Graham, J. R., & Harvey, C. R. (2010). The real effects of financial constraints: Evidence from a financial crisis. *Journal of Financial Economics*, 97(3), 470-487. <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2010.02.009>

Casino-Martínez, A., López-Gracia, J., Mestre-Barberá, R., & Peiró-Giménez, A. (2019). An agency approach to debt maturity of unlisted and listed firms in the European setting. *European Management Journal*, 37(3), 339-352. <https://doi.org/10.1016/j.emj.2018.07.008>

Cortina, J. J., Didier, T., & Schmukler, S. L. (2021). Global corporate debt during crises: Implications of switching borrowing across markets. *Journal of International Economics*, 131, 1-17. <https://doi.org/10.1016/j.jinteco.2021.103487>

D'Amato, A. (2020). Capital structure, debt maturity, and financial crisis: empirical evidence from SMEs. *Small Business Economics*, 55(4), 919-941. <https://doi.org/10.1007/s11187-019-00165-6>

Danso, A., Lartey, T. A., Gyimah, D., & Adu-Ameyaw, E. (2020). Leverage and performance: do size and crisis matter? *Managerial Finance*, 47(5), 635-655. <https://doi.org/10.1108/MF-10-2019-0522>

Demirgüç-Kunt, A., Martínez Peria, M. S., & Tressel, T. (2020). The global financial crisis and the capital structure of firms: Was the impact more severe among SMEs and non-listed firms? *Journal of Corporate Finance*, 60, 101514. <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2019.101514>

Dodd, O., Kalimipalli, M., & Chan, W. (2021). Evaluating corporate credit risks in emerging markets. *International Review of Financial Analysis*, 73(November 2020), 101610. <https://doi.org/10.1016/j.irfa.2020.101610>

Duran, M. A., & Stephen, S. A. (2020). Internationalization and the capital structure of firms in emerging markets: Evidence from Latin America before and after the financial crisis. *Research in International Business and Finance*, 54(June). <https://doi.org/10.1016/j.ribaf.2020.101288>



Duran, M. A. (2022). The risk–return relation in the corporate loan market. *North American Journal of Economics and Finance*, 60, 101643. <https://doi.org/10.1016/j.najef.2022.101643>

Elkhisin, S., & Mohieldin, M. (2021). External debt vulnerability in emerging markets and developing economies during the COVID-19 shock. *Review of Economics and Political Science*, 6(1), 24-47. <https://doi.org/10.1108/REPS-10-2020-0155>

Fama, E. F., & French, K. R. (1993). Common risk factors in the returns on stocks and bonds. *Journal of Financial Economics*, 33(1), 3-56. [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(93\)90023-5](https://doi.org/10.1016/0304-405X(93)90023-5)

González, V. M. (2015). The financial crisis and corporate debt maturity: The role of banking structure. *Journal of Corporate Finance*, 35, 310-328. <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2015.10.002>

Greene, W. H. (2012). *Econometric analysis* (7ª ed.). Pearson Education.

Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2009). *Basic econometrics* (5ª ed.). McGraw-Hill/Irwin.

Hamada, R. S. (1969). Portfolio analysis, market equilibrium and corporation finance. *Journal of Finance*, 24(1), 13-31. <https://www.jstor.org/stable/2326122>

Hamada, R. S. (1972). The effect of the firm's capital structure on the systematic risk of common stocks. *The Journal of Finance*, 27(2), 435-452.

Iwaki, H. (2019). The effect of debt market imperfection on capital structure and investment: Evidence from the 2008 global financial crisis in Japan. *Quarterly Review of Economics and Finance*, 74, 251-266. <https://doi.org/10.1016/j.qref.2019.01.008>

Jensen, M. C. (1986). Agency Costs of Free Cash Flow, Corporate Finance, and Takeovers. *American Economic Review*, 76(2), 323-329.

Li, Z., Farmanesh, P., Kirikkaleli, D., & Itani, R. (2022). A comparative analysis of COVID-19 and global financial crises: evidence from US economy. *Economic Research-Ekonomska Istrazivanja*, 35(1), 2427-2441. <https://doi.org/10.1080/1331677X.2021.1952640>

Löffler, G., & Posch, P. N. (2007). How do rating agencies score in predicting firm performance. *Humboldt-Universität zu Berlin, Wirtschaftswissenschaftliche Fakultät*.

Machokoto, M., Areneke, G., & Nyangara, D. (2021). Financial conservatism, firm value and international business risk: Evidence from emerging economies around the global financial crisis. *International Journal of Finance and Economics*, 26(3), 4590-4608. <https://doi.org/10.1002/ijfe.2032>

Masserini, L., Bini, M., & Zeli, A. (2020). A longitudinal analysis of riskiness indicators after the 2008 and 2011 economic crises: the case of Italian manufacturing. *Social Indicators Research*, 156(2-3), 499-513. <https://doi.org/10.1007/s11205-020-02327-6>

Merton, R. C. (1974). On the Pricing of Corporate Debt: The Risk Structure of Interest Rates. *Journal of Finance*, 29(2), 449-470.

Modigliani, F., & Miller, M. H. (1958). The Cost of Capital, Corporation Finance and the Theory of Investment. *American Economic Review*, 48(3), 261-297.

Modigliani, F., & Miller, M. H. (1963). Corporate income taxes and the cost of capital: A correction. *American Economic Review*, 53(3), 433-443.

Myers, S. C., & Majluf, N. S. (1984). Corporate financing and investment decisions when firms have information that investors do not have. *Journal of Financial Economics*, 13(2), 187-221. [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(84\)90023-0](https://doi.org/10.1016/0304-405X(84)90023-0)

Myers, S. C. (1977). Determinants of corporate borrowing. *Journal of Financial Economics*, 5(2), 147-175.

Narayan, S., Bui, M. N. T., Ren, Y., & Ma, C. (2021). Macroeconomic determinants of US corporate leverage. *Economic Modelling*, 104, 105646. <https://doi.org/10.1016/j.econmod.2021.105646>

Nejadmalayeri, A., & Usman, A. (2022). Real asset liquidity, cash holdings, and the cost of corporate debt. *Global Finance Journal*, 53, 100720. <https://doi.org/10.1016/j.gfj.2022.100720>

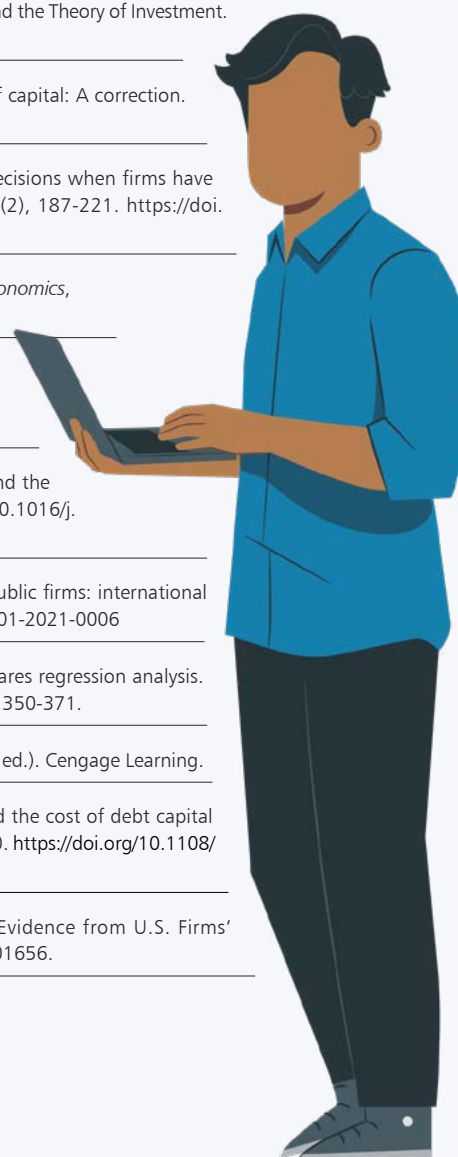
Pathak, R., Das Gupta, R., & Jalali, A. (2021). The analysis of debt levels in public firms: international evidence. *Managerial Finance*, 47(11), 1553-1570. <https://doi.org/10.1108/MF-01-2021-0006>

Ramsey, J. B. (1969). Tests for specification errors in classical linear least-squares regression analysis. *Journal of the Royal Statistical Society Series B: Statistical Methodology*, 31(2), 350-371.

Wooldridge, J. M. (2016). *Introductory econometrics: A modern approach* (6^a ed.). Cengage Learning.

Yazdanfar, D., & Öhman, P. (2020). The 2008-2009 global financial crisis and the cost of debt capital among SMEs: Swedish evidence. *Journal of Economic Studies*, 48(6), 1097-1110. <https://doi.org/10.1108/JES-02-2020-0064>

Yong, W.W. A., & Laing, E. (2021) Stock market reaction to COVID-19: Evidence from U.S. Firms' International exposure. *International Review of Financial Analysis*, 76, 1-13, 101656.





Publicações sobre metodologias ativas de ensino em periódicos acadêmicos nacionais da área de Contabilidade (2010-2024)

O objetivo do presente trabalho foi conduzir uma revisão sistemática da literatura sobre metodologias ativas de ensino (MAE) com base em periódicos nacionais da área contábil de 2010 a 2024. Para a seleção dos periódicos, considerou-se a lista do website da ANPCont (36 periódicos). Posteriormente, foi utilizada a ferramenta de busca de cada um desses periódicos para recuperar os artigos, pesquisando a seguinte palavra-chave: metodologia(a) ativa(s) (singular e plural). Isso resultou em 27 artigos, os quais representaram os dados da analisados. Foram usadas as estatísticas descritivas (frequência absoluta e relativa), testes qui-quadrado de associação e nuvem de palavras como técnicas de análise. Os resultados indicaram que somente 15 (41,7%) periódicos publicaram artigos sobre MAE. Houve um aumento expressivo de publicações a partir do triênio 2019-2021, e a maioria dos trabalhos (48,1%) foi publicada nesse triênio, seguido do triênio 2022-2024 (33,3%). A Revista Catarinense da Ciência Contábil foi a que mais publicou artigos sobre MAE (18,5%), e 51,9% foram publicados em periódicos de Qualis A3. Semelhantemente, 48,1% dos artigos usaram abordagens puramente qualitativas. A estratégia de coleta de dados mais recorrente foi o questionário (42,5%). Os 27 artigos foram escritos por 75 pesquisadores, dos quais dez produziram dois ou mais artigos. Conclui-se que o interesse pelas MAE aumentou nos últimos dois triênios de análise, que pesquisas quantitativas são necessárias e que os autores buscam redes de colaboração. Sugerem-se, como investigações futuras, estudos longitudinais, ensaios teóricos e comparações de uso das MAE entre países.

Cícero José Oliveira Guerra

Graduado em Ciências Contábeis (Unifacig), com especialização em Planejamento Empresarial e Finanças (Unifaveni). Possui MBA em Controladoria (Facec), é mestre em Ciências Contábeis (Fucape) e Doutor em Controladoria e Contabilidade pela UFMG. É Professor Assistente de Ciências Contábeis na Universidade Federal do Acre. Pós-graduado em Controladoria, Planejamento Empresarial e Finanças, atua nos cursos de graduação em contabilidade.

E-mail: cicero.guerra@ufac.br

José Roberto de Souza Francisco

Graduado em Ciências Contábeis (Centro Universitário Newton Paiva). Possui aperfeiçoamento em Controladoria e Finanças (UFMG) e especialização em Gestão do Cooperativismo (Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo). Possui mestrado Profissional em Administração (Fead-Minas) e doutorado em Finanças (UFMG). É doutor em Finanças e Professor Associado do Departamento de Ciências Contábeis e Controladoria e Finanças da UFMG. Atua em cursos de graduação e pós-graduação (stricto sensu) nas áreas de Contabilidade, Controladoria e Finanças.

E-mail: jroberto@face.ufmg.br

Vitor Hideo Nasu

Graduado em Ciências Contábeis (UEL), mestre em Controladoria e Contabilidade (USP) e doutor em Controladoria e Contabilidade (USP). É doutor em Controladoria e Contabilidade (USP) e professor doutor I na FEA/USP. Atua em cursos de graduação e pós-graduação (lato sensu) nas áreas de Contabilidade e Controladoria.

E-mail: vitor.nasu@uenp.edu.br

1 Introdução

As metodologias ativas de ensino (MAE) vêm ganhando espaço significativo na prática e na discussão acadêmica e surgiram como uma alternativa ao ensino tradicional, o qual é costumeiramente qualificado como passivo, monótono e baseado em técnica de instrução expositiva de conteúdo com comunicação unilateral (do professor para o aluno). Desse modo, as MAE representam estratégias educacionais nas quais o aluno está no centro e possui maior responsabilidade pela sua aprendizagem. Em adição, conforme Jitaru (2019), as MAE são sustentadas pela ideia de que os estudantes aprendem melhor por meio da prática e reflexão, em vez de observar e ouvir terceiros dizerem como algo deve ser feito.

As MAE têm rendido resultados promissores. A pesquisa de Wang *et al.* (2024), por exemplo, mostra que o uso do Tiktok, combinado à popularidade dos curtos vídeos, fomentou maior envolvimento dos estudantes e catalisou a sua intenção de aprender ativamente. Aluko *et al.* (2025), por sua vez, encontraram que os materiais elaborados por inteligência artificial (IA) generativa apoiaram uma aprendizagem ativa que permitiu que os alunos se engajassem mais em sua aprendizagem. De modo semelhante, Wang e Sun (2025) constataram que a experiência com a IA modera a relação entre percepção de facilidade de uso, percepção de conveniência e a aprendizagem ativa. As novas experiências, curiosidade e interesses ligados à IA geram estímulos que ajudam os discentes a tonificar percepções específicas e a se concentrar no processo de aprendizado.

Na educação contábil, também é possível observar resulta-

dos relevantes a partir do uso das MAE. O estudo de James *et al.* (2024) reporta maiores níveis de envolvimento, retenção e aprendizagem de alunos de Contabilidade que usaram o Quitch – uma tecnologia móvel gamificada – em comparação com o grupo de controle, que realizou a atividade sem o uso do Quitch. Em adição, Rossouw e Steenkamp (2025) observaram, a partir de dados de alunos do primeiro ano de Contabilidade, que o engajamento em atividades de aprendizagem ativa eleva o nível de habilidade de pensamento crítico. Em consistência com este achado, Kassim *et al.* (2025) verificaram que o estudo de caso, role-playing e integração de tecnologia, estratégias consideradas como MAE, aprimoraram o desempenho de estudantes de Contabilidade Financeira em comparação com o de alunos no grupo de controle. Todavia, não houve diferença significativa de performance para o projeto em grupo e a aprendizagem colaborativa.

O debate sobre MAE, na educação contábil, é ainda mais oportu-

no diante das recentes mudanças curriculares ocorridas tanto em solo internacional (AICPA-NASBA, 2021b, 2021a) quanto em nacional (MEC, 2024). No domínio internacional, destaca-se, por exemplo, o CPA Evolution Model (AICPA-NASBA, 2021b). E, no nacional, foi divulgada a Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de março de 2024, pelo Ministério da Educação (MEC, 2024), a qual traz as Diretrizes Nacionais Curriculares, com mais atualizações e especificidades, para os cursos de graduação em Ciências Contábeis, especialmente no que tange às competências tecnológicas e de análise de dados. Para Ferreira *et al.* (2025), a integração entre as MAE e as tecnologias educacionais modifica a dinâmica tradicional do ensino, bem como está mais alinhada às necessidades do século XXI, que requerem constante inovação.

Por representarem um conjunto de estratégias de ensino que envolve ativamente os alunos no processo de ensino-aprendizagem, as MAE são plurais. Citam-se, por exemplo, a aprendizagem baseada em problema (Albertin *et al.*, 2023; Y. C. Lee, 2024; Rice *et al.*, 2025), os mapas conceituais (Khajavi & Nahas, 2019; Rice *et al.*, 2025), o role-play (Nimesh, 2025; Riwayadi *et al.*, 2018; Sayahi *et al.*, 2025), as atividades baseadas em casos (Albertin *et al.*, 2023; Saputra, 2019; Soares *et al.*, 2019; Tran & Herzig, 2023) e a aprendizagem baseada em jogos (Y.-I. Lee & Yu, 2025; R. Silva *et al.*, 2021). A pluralização e versatilidade das MAE são qualidades positivas, todavia, ao mesmo tempo, por representarem diversas estratégias de ensino, há maior dispersão das MAE na literatura e, conseqüentemente, podem levar a menor nível de sistematização do conhecimento do tema.



“As metodologias ativas de ensino (MAE) vêm ganhando espaço significativo na prática e na discussão acadêmica e surgiram como uma alternativa ao ensino tradicional, o qual é costumeiramente qualificado como passivo, monótono e baseado em técnica de instrução expositiva de conteúdo com comunicação unilateral (do professor para o aluno).”

Percebendo essa carência de maior sistematização do conhecimento, pesquisadores de diferentes áreas desenvolveram revisões de literatura sobre MAE, em particular na educação a distância (Matrar, 2021), Educação Médica (Peña *et al.*, 2025), Enfermagem (Ghezzi *et al.*, 2021; G. O. Silva *et al.*, 2025), Educação Física (Quixabeira *et al.*, 2021) e Ensino de Ciências e Biologia (Costa & Venturi, 2021). Na área contábil, existe o trabalho de Bazani e Santos (2023), o qual realizou uma revisão integrativa da literatura sobre MAE em Contabilidade com base, exclusivamente, no repositório SCOPUS. Ademais, o estudo de Vendramin *et al.* (2020) avaliou artigos publicados nos Congressos USP (Internacional e Iniciação Científica) e não focou nas MAE. Já no caso de Soschinski *et al.* (2019), foram examinados os processos de aprendizagem por meio de bibliometria e sociometria a partir de artigos recuperados pela plataforma Periódicos Capes; o seu escopo, no entanto, estava para além das MAE. Ainda, Bortolanza *et al.* (2020) efetuaram uma revisão sistemática sobre estratégias didáticas para o ensino contábil na modalidade a distância com base em artigos identificados no Google Acadêmico, mas o enfo-

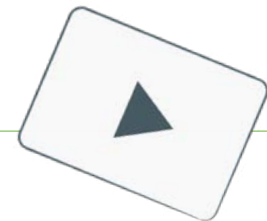
que também não residia nas MAE. Portanto, identificou-se uma lacuna referente à revisão de literatura de trabalhos de periódicos nacionais de Ciências Contábeis que retratassem como as MAE têm sido usadas e investigadas por docentes e cientistas brasileiros.

Desta forma, o objetivo da presente pesquisa é conduzir uma revisão sistemática de literatura (RSL) sobre metodologias ativas com base em periódicos nacionais da área contábil de 2010 a 2024. De forma específica, foram selecionados os periódicos de Contabilidade constantes no website da Associação de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCont), em janeiro de 2025. O recorte temporal compreende 15 anos (janeiro de 2010 a dezembro de 2024) e visa fornecer resultados atuais sobre as MAE na área contábil, além de cobrir parte substancial da vida dos periódicos. Alguns periódicos considerados sequer existiam em 2010.

Este trabalho apresenta três principais contribuições. Primeiro, promove maior sistematização do conhecimento sobre as MAE na área de Ciências Contábeis no Brasil. Esse conhecimento, embora existente, ainda se encontra disperso ou sem

uma avaliação crítica mais profunda. Segundo, identifica periódicos mais abertos à publicação sobre este tema, bem como períodos nos quais houve maior produção científica. A análise longitudinal também possibilita comparações e visualizações de produção ao longo do tempo. Terceiro, contribui ao detectar lacunas na literatura que podem ser o foco de pesquisas futuras, o que pode ser especialmente útil a pesquisadores, docentes, estudantes e coordenadores envolvidos com o campo de educação contábil.





2 Referencial Teórico

2.1 Aspectos conceituais das metodologias ativas de ensino (MAE)

O clássico trabalho de Bonwell e Eison (1991) sugere que a aprendizagem ativa é um método instrucional que “envolve os estudantes a fazerem coisas e a pensarem sobre as coisas que estão fazendo” (p. 19). Esse envolvimento implica fazer mais do que assumir uma posição de ouvinte – isto é, passiva – na aula para receber informações do professor. É esperado que haja menor ênfase na transmissão de informação e maior ênfase no desenvolvimento de habilidades dos alunos por meio de atividades de pensamento de ordem superior (ex.: análise, síntese e avaliação) e do engajamento em atividades práticas (ex.: leitura atenta, discussão e escrita), além da reflexão sobre o que se está aprendendo (Bonwell & Eison, 1991).

De maneira consistente com esses aspectos conceituais da aprendizagem ativa, as MAE objetivam promover a proatividade dos estudantes a partir de di-

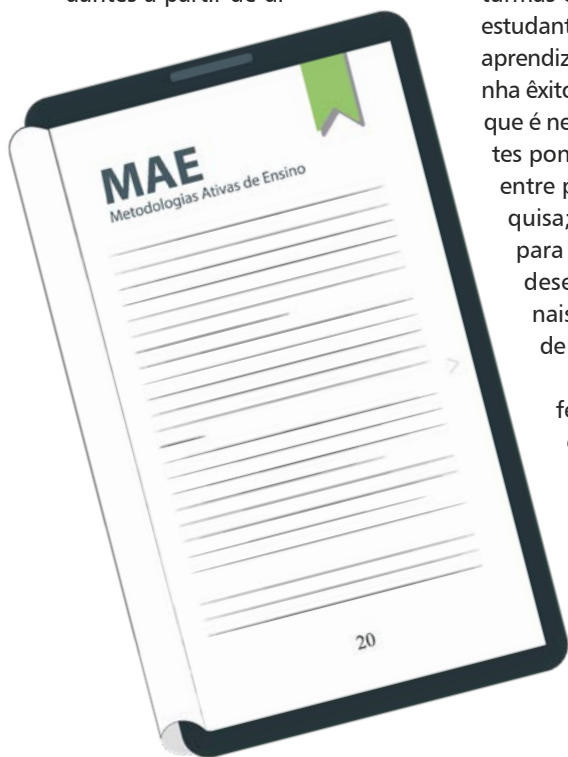
ferentes abordagens pedagógicas. Mais do que envolvimento ativo, as MAE desenvolvem habilidades sociais e de cognição (Ferreira *et al.*, 2025). A busca pela solução de problemas, por exemplo, é uma qualidade presente nas MAE. Em função disso, aprendizagem baseada em casos (*case-based learning*), problemas (*problem-based learning*) e projetos (*project-based learning*) é costumadamente considerada como MAE. O uso de MAE requer planejamento a fim de que os discentes, com efetividade, assumam papéis ativos nas aulas (Urban & Frasson, 2024).

Em oposição, coloca-se que a implementação das MAE em cursos de graduação enfrenta desafios estruturais – tanto acadêmicos quanto administrativos – e requer envolvimento e mudança de crenças por parte dos professores e alunos (Wall *et al.*, 2008). Em uma pesquisa com 403 professores da Universidade do País Basco, Mondragon *et al.* (2024) identificaram que o raciocínio por trás da não adoção das MAE está fundamentado na falta de treinamento, nas limitações de tempo e na existência de turmas com um grande número de estudantes. Desse modo, para que a aprendizagem ativa seja efetiva e tenha êxito, Børte *et al.* (2023) indicam que é necessário que haja os seguintes pontos: a) melhor alinhamento entre práticas de ensino e de pesquisa; b) infraestrutura de apoio para o ensino e a pesquisa; e c) desenvolvimento de profissionais de suporte e de desenhos de aprendizagem.

A capacitação dos professores em novas MAE não deve ocorrer apenas por meio de decretos regulatórios, mas deve advir, de modo primordial, dos docentes, cujo desejo é o de formar alunos altamente qualificados. Uma imposição regulatória de uso da MAE pode ter efeito

adverso sobre os professores, uma vez que pode ferir a sua autonomia na condução dos seus trabalhos. Por essa razão, é recomendável que os próprios docentes discutam e obtenham treinamento acerca das MAE para que haja adoção orgânica dessas metodologias nas suas instituições de ensino. Assim como as MAE podem ocasionar certo desconforto aos alunos que preferem aulas expositivas, os docentes também precisam gastar maior tempo de preparação de suas aulas baseadas em MAE. Ainda assim, considerando as evidências positivas da literatura (James *et al.*, 2024; Kassim *et al.*, 2025; Rossouw & Steenkamp, 2025; Sayahi *et al.*, 2025; Wang *et al.*, 2024; Wang & Sun, 2025), há razões justificáveis para os docentes utilizarem as MAE. Ressalta-se, ainda, que o uso deliberado de MAE sem fundamento em objetivos educacionais claros pode ser prejudicial à aprendizagem discente. Logo, recomenda-se a vinculação das MAE aos propósitos educacionais das disciplinas ou dos conteúdos programáticos.

As Ciências Contábeis oportunizam o uso de múltiplas metodologias engajantes em diferentes pontos do curso de graduação, uma vez que possui problemas, inquietações, controvérsias e desafios de diferentes naturezas. Em disciplinas e conteúdos de teor prático, como Contabilidade Empresarial, Auditoria e Contabilidade Fiscal, podem ser utilizadas as atividades baseadas em casos (CBL) ou em problemas (PBL). Já em disciplinas e conteúdos de caráter teórico, como Teoria da Contabilidade e História da Contabilidade, o docente pode querer utilizar mapas conceituais para ajudar a organizar melhor o raciocínio. As MAE são versáteis neste sentido e podem ser ajustadas aos diferentes objetivos educacionais pretendidos (Mondragon *et al.*, 2024). Na sequência, focalizam-se as MAE no ensino de Contabilidade.



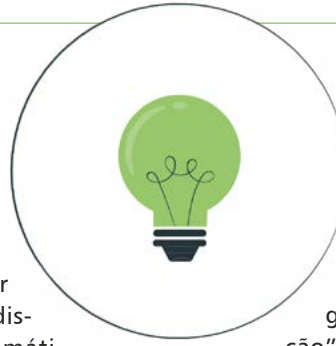
2.2 Metodologias ativas no ensino contábil

Como alternativa ao ensino tradicional, as MAE têm exercido papel vital para encorajar maior envolvimento do aluno no processo educacional, e a sua utilização possui múltiplas motivações. Na área contábil, Natoli *et al.* (2020) consideram que a adoção das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) chama nova atenção para promover um ambiente que fomente abordagens profundas para a aprendizagem discente. A emissão de novas normas contábeis e de sustentabilidade (ex.: IFRS 18, IFRS 19, CBPS 1 e CPBS 2) demanda dos docentes um leque de abordagens para tratar esses novos assuntos. Nesse caso, as MAE podem colaborar no atingimento de um aprendizado profundo, tais como o estudo de caso e o PBL (Ferreira *et al.*, 2021).

Outra motivação para o uso das MAE é a atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, instituídas pela Resolução CNE/CES n.º 1/2024 (MEC, 2024). As novas DCNs trazem um rol de competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes de Contabilidade, que podem ser aprimoradas a partir de distintas MAE. Por exemplo, para

“participar da formulação do planejamento estratégico” (MEC, 2024, p. 5), os professores podem querer usar os grupos de discussão, debates temáticos ou *brainstorm* (Ferreira *et al.*, 2021). Para “auditar informações financeiras e não financeiras” (MEC, 2024, p. 5), podem recorrer às visitas técnicas às firmas de auditoria ou ao *role play* (Ferreira *et al.*, 2021), em que um grupo de alunos faz o papel do auditor e o outro do preparador e se discute algum tópico contábil controverso que possa resultar em Principais Assuntos de Auditoria (PAA). Uma outra aplicação da MAE é colocar os alunos para fazer entrevistas com especialistas ou organizar painéis (Ferreira *et al.*, 2021), que podem ser usados para “compreender a legislação tributária” (MEC, 2024, p. 5). Diante de mudanças trazidas pela nova Reforma Tributária (Brasil, 2025), o contato com profissionais de mercado pode realçar a importância da obtenção de conhecimentos tributários.

As tecnologias aplicáveis à profissão e atividades contábeis também motivam o uso de MAE. As novas DCNs (MEC, 2024, p. 5) in-



dicam que “compreender como a tecnologia da informação contribui para a análise de dados e para a geração de informação” é uma competência

relevante para o futuro profissional da Contabilidade, que pode ser desenvolvida a partir de simulações empresariais com o uso de *software*. Ademais, as inteligências artificiais (IAs), tais como o ChatGPT, Gemini e Copilot, podem ser usadas para resolver casos e questões contábeis, bem como para automatizar tarefas repetitivas (ex.: fazer o *download* de relatórios, escrever textos de notas explicativas, calcular custos, impostos e indicadores financeiros etc.). Escrever prompts para as IAs, assim como elaborar robôs, é pertinente para a automatização de tarefas contábeis que ajudam a aumentar a produtividade. Os estudantes precisam entender essa nova realidade da profissão, e os docentes podem usar as MAE para esse fim. Iniciativas de uso da IA no ensino contábil já podem ser observadas (Cheng *et al.*, 2024; Ng, 2023), incluindo reflexões sobre os desafios na avaliação acadêmica em decorrência da IA (Dosumu *et al.*, 2025).

“Uma imposição regulatória de uso da MAE pode ter efeito adverso sobre os professores, uma vez que pode ferir a sua autonomia na condução dos seus trabalhos. Por essa razão, é recomendável que os próprios docentes discutam e obtenham treinamento acerca das MAE para que haja adoção orgânica dessas metodologias nas suas instituições de ensino.”

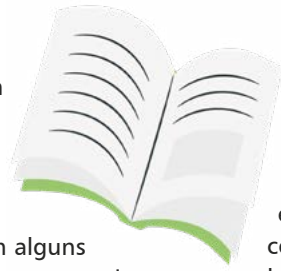
Embora as MAE não sejam a resposta para todos os problemas da educação contábil, é relevante que sejam consideradas pelos docentes em virtude da sua capacidade de desenvolver competências e habilidades diferentes daquelas trabalhadas em uma aula expositiva tradicional. Araujo e Slomski (2013) enfatizam que o perfil dos profissionais da contabilidade deve estar alinhado à capacidade de resolver problemas e de se adaptar às constantes mudanças no mercado e nas organizações. Ao perceberem os benefícios das MAE, professores de Ciências Contábeis começaram a utilizá-las. Na literatura de educação contábil, observam-se estudos que trazem resultados positivos sobre as metodologias ativas (James *et al.*, 2024; Kassim *et al.*, 2025; Rossouw & Steenkamp, 2025), mas também desafios de sua implementação. Na sequência, são discutidos alguns estudos nacionais voltados ao ensino contábil concernentes às MAE.

Soschinski *et al.* (2019) analisaram como os processos de aprendizagem em Ciências Contábeis estão se desenvolvendo, a partir da consideração das relações entre os autores e os temas estudados no Brasil. Para isso, foi utilizada uma pesquisa descritiva com abordagem bibliométrica e sociométrica, que abrangeu 59 artigos, extraídos de periódicos com Qualis A2 a B5, publicados entre 2012 e 2017. Os resultados indicam

que 2015 foi o ano com maior produção científica sobre o tema. As redes de colaboração revelaram forte interação entre autores, com alguns atuando como elementos centrais de conexão. As temáticas predominantes foram estratégias de ensino-aprendizagem, estilos de aprendizagem e metodologias aplicadas, com impacto relevante para práticas docentes e futuros estudos.

O trabalho de Bortolanza *et al.* (2020) objetivou identificar estratégias didáticas aplicadas ao ensino de Contabilidade na modalidade a distância no Brasil. Foi realizada uma revisão sistemática da literatura, seguindo protocolo definido, com buscas no Google Acadêmico até 2019. Dos 70 textos inicialmente encontrados, 26 foram selecionados para análise. As principais estratégias incluíram trilhas de aprendizagem, desenvolvimento de objetos de aprendizagem, uso de ambientes virtuais integrados a sistemas contábeis e atividades práticas com planilhas e fóruns. Apesar de bem avaliadas pelos alunos, percebe-se baixa adoção de metodologias ativas e tecnologias inovadoras, o que indica a necessidade de avanços na aplicação pedagógica da educação contábil a distância.

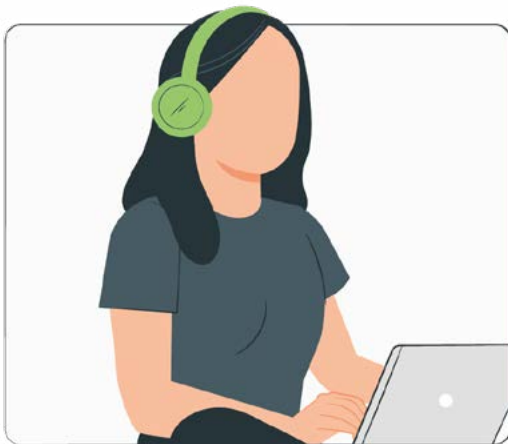
Vendramin *et al.* (2020) analisaram a produção científica sobre ensino e pesquisa contábil nos Congressos USP (Internacional e Iniciação Científica). Utilizaram uma pesquisa bibliométrica e documental de 335 artigos publicados de 2001 a 2020. Os resultados revelaram que a participação de trabalhos na área de Educação Contábil é baixa e que esse campo ainda ocupa uma posição periférica nos eventos



examinados. As temáticas mais recorrentes foram corpo discente, metodologias de ensino e rendimento acadêmico. Identificaram-se redes de autoria concentradas e desigualdade de gênero, com maior presença feminina no Congresso USP de Iniciação Científica, e masculina no Congresso Internacional. O trabalho evidenciou a necessidade de fortalecer essa linha de pesquisa para ampliar sua legitimidade no campo contábil.

Morais *et al.* (2022) avaliaram, por meio de entrevistas semiestruturadas, a percepção de nove docentes de Ciências Contábeis de instituições de ensino superior (IES) públicas no que tange ao uso do PBL. Os resultados indicaram que o PBL é um método viável para ensinar Contabilidade, especialmente nas disciplinas de teor prático. Apesar disso, observou-se que ainda existe predominância de metodologias tradicionais de ensino nos planos dos cursos ministrados pelos entrevistados. A desmotivação discente, a falta de conhecimento dos professores sobre o PBL, a falta de incentivo e interesses para usar o PBL e aspectos institucionais são fatores limitantes que dificultam a adoção dessa estratégia.

Com base em revisão de literatura, quase-experimento e questionários, Crestani *et al.* (2022) utilizaram a aprendizagem baseada em desafio (CBL) em disciplinas contábeis que tiveram a participação de 251 estudantes de cinco IES. Os resultados apontaram que a CBL contribuiu para desenvolver, especialmente, habilidades de relações interpessoais, trabalho em equipe e tomada de decisão. Além disso, os autores fornecem uma estrutura para composição de equipes e desenvolvimento de habilidades que pode ser útil quando da utilização da CBL.



Por meio da aplicação de questionários, Albertin *et al.* (2023) apuraram a percepção de alunos de Ciências Contábeis sobre o uso de método do caso (MC), estudo dirigido (ED) e PBL para ensinar conteúdos associados ao Big Data e Data Analytics (BD/DA). Os achados sustentam que o MC ajudou a otimizar os estudos relacionados à coleta e análise de dados, o ED aprimorou as habilidades analíticas e organizou os conhecimentos sobre BD/DA e o PBL foi útil para fornecer uma experiência que fosse capaz de juntar a teoria e a prática de BD/DA. Ainda, constatou-se que não houve diferença de percepção entre as três abordagens de ensino, o que sugere que os estudantes perceberam, de forma similar, os benefícios e as limitações dessas MAE.

Bazani e Santos (2023) realizaram uma revisão integrativa sobre as contribuições das metodologias ativas na área contábil. Ao todo, 79 artigos foram recuperados da base SCOPUS com base nas seguintes palavras-chave: *accounting and active learning*; e *accounting and active methodology*. Como resultados, percebeu-se que a maioria dos artigos foi publicada após 2011, autores de países dos cinco continentes publicaram artigos sobre esse tema e as MAE mais utilizadas foram o estudo de caso, o PBL, sala de aula invertida e métodos de ensino com suporte de tecnologia.

Wyse *et al.* (2024) investigaram a relação entre o uso de MAE e o ciclo de vida docente em programas de pós-graduação da área contábil a partir de questionários. Como resultados, observou-se que a maior parte (79,69%) dos docentes está no Estágio 3 (7 a 25 anos) e que representa a diversificação/questionamento. Ademais, não houve relação significativa entre o ciclo de vida docente e o uso das MAE. Isso significa que o uso de tais metodologias é realizado de forma semelhante pelos professores de Contabilidade,

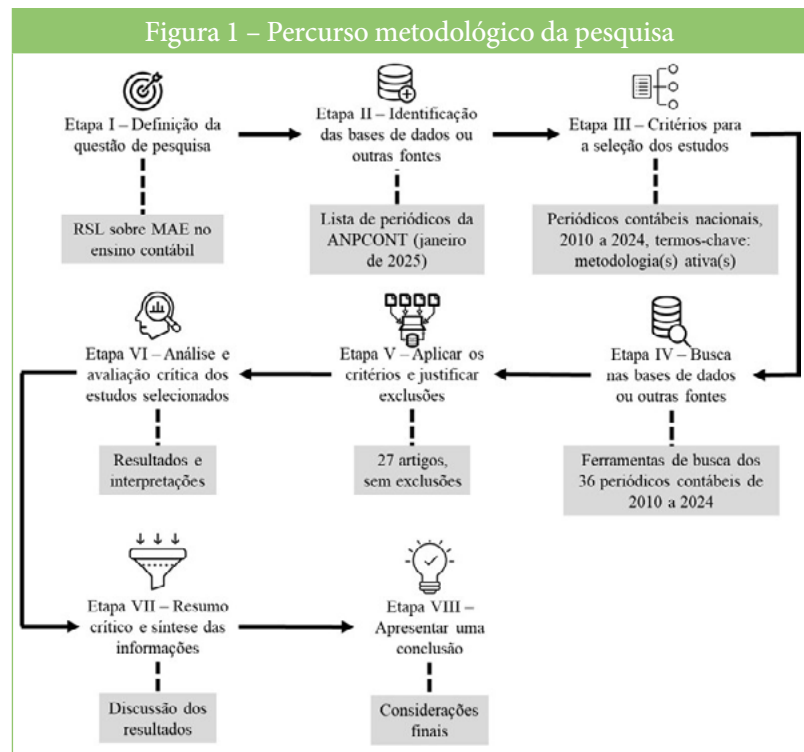
mesmo estando em diferentes estágios da carreira docente.

Com base nesta discussão, nota-se que as MAE vêm obtendo mais espaço na educação contábil e têm sido examinadas a partir de diferentes pontos de vista. Em adição, nota-se uma variedade de métodos ativos (PBL, CBL, ED, MC etc.) capazes de beneficiar os alunos em termos de aperfeiçoamento de habilidades, as quais dificilmente seriam aprimoradas por meio de métodos tradicionais. Ainda que Bazani e Santos (2023) tenham produzido achados relevantes sobre as MAE reportadas em artigos recuperados da base SCOPUS, indica-se a existência de uma lacuna na literatura de uma revisão que permita uma visualização geral do conhecimento desse tema em âmbito nacional. Logo, é pertinente entender o que os docentes brasileiros de Ciências Contábeis têm praticado e pesquisado e que passos podem ser dados em direção à diversificação e melhoria dos seus métodos de ensino.

3 Metodologia

De forma alinhada ao seu objetivo, este estudo utilizou o método de Revisão Sistemática de Literatura (RSL). De modo geral, uma RSL compreende, conforme Sampaio e Mancini (2007), as seguintes etapas: i) definição da questão de pesquisa; ii) identificação das bases de dados ou outras fontes de informação; iii) estabelecimento dos critérios para a seleção dos estudos; iv) condução da busca nas bases de dados ou em outras fontes de informação; v) aplicação dos critérios na seleção dos artigos e justificativa de eventuais exclusões; vi) análise e avaliação crítica dos estudos selecionados; vii) preparação de resumo crítico e síntese das informações disponibilizadas pelos artigos; e viii) apresentação de conclusão. A Figura 1 mostra o esquema metodológico utilizado, evidenciando as etapas da RSL, segundo Sampaio e Mancini (2007), e uma breve descrição das informações que alcançam a finalidade de cada etapa.

Figura 1 – Percurso metodológico da pesquisa



No que tange à etapa I, indica-se que o objetivo principal da presente RSL foi o de identificar estudos sobre MAE de 2010 a 2024 (últimos 15 anos) publicados nos periódicos acadêmicos nacionais da área contábil. Com relação à etapa II, foi utilizada a listagem do sítio eletrônico da ANP-Cont, acessado em janeiro de 2025, para selecionar os periódicos. Optou-se pelo uso da lista de periódicos da ANPCont, porque essa entidade congrega programas de pós-graduação stricto sensu, está empenhada na fortificação da pesquisa contábil, além de ser uma organização tradicional e reconhecida pela comunidade acadêmica, cuja atuação é responsável e confere confiança. Logo, as informações prestadas pela ANP-Cont são igualmente confiáveis. A Tabela 1 mostra a relação dos 36 periódicos considerados na RSL. É importante mencionar que nem todos os periódicos retornaram artigos de MAE; quando esse foi o caso, o periódico foi omitido na análise.

Em relação às etapas III, IV e V (Sampaio & Mancini, 2007), o sítio eletrônico de cada um dos periódicos foi acessado, e foram utilizadas as suas ferramentas de busca, nas quais foi inserido o seguinte termo-



-chave: metodologia(s) ativa(s) (singular e plural), o que permitiu recuperar 27 artigos. Esse número é compatível com o de revisões de literatura semelhantes. As pesquisas de Bortolanza *et al.* (2020), Mattar (2021), Ghezzi *et al.* (2021) e Qui-

xabeira *et al.* (2021) em sua análise, respectivamente, 26, 13, 33 e 9 trabalhos. A etapa III foi realizada de março de 2024 a janeiro de 2025. Frisa-se que, em decorrência das escolhas metodológicas, artigos escritos em inglês – sem a tradução para o português – e artigos escritos por pesquisadores contábeis, mas publicados em periódico não contábil ou periódico internacional, não foram incluídos nas análises.

Para a consecução da etapa VI, foi utilizada uma planilha de Excel para organizar as informações desses 27 artigos, bem como para elaborar as estatísticas descritivas e os testes qui-quadrado de associação baseados em tabelas de contingência. Frisa-se, ainda, que os resultados estão reportados em base trienal por motivo de espaço e concisão. Uma nuvem de palavras também foi elaborada por meio do WordArt (<https://wordart.com/>), a partir dos resumos dos artigos, como forma de cobrir mais informações relativas aos artigos revisados. Por fim, as etapas VII e VIII compreendem um resumo crítico e uma conclusão, que foram alcançadas com as seções de Discussão dos Resultados e Considerações Finais.

Tabela 1 – Periódicos acadêmicos nacionais considerados na RSL

Periódico	Sigla	Periódico	Sigla
<i>Advances in Scientific and Applied Accounting</i>	ASAA	Revista de Administração e Contabilidade da FAT	FAT
BASE (Unisinos)	BASE	Revista de Administração, Contabilidade e Economia	RACE
<i>Brazilian Business Review</i>	BBR	Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE	RACEF
<i>CAP Accounting and Management</i>	CAP	Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade	REUNIR
Contabilidade Vista & Revista	CVR	Revista de Contabilidade da UFBA	RCUFBA
Contabilidade, Gestão e Governança	CGG	Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis	RCMCC
ConTexto	CT	Revista de Contabilidade e Controladoria	RC&C
Contextus – Revista de Economia e Gestão	Contextus	Revista de Contabilidade e Organizações	RCO
Custos e @gronegocio on line	CAO	Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	REPEC
Pensar Contábil	PC	Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI	GCUFPI
Práticas em Contabilidade e Gestão	PCG	Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	RGFC
Revista Ambiente Contábil	AMB	Revista de Informação Contábil	RIC
Revista Brasileira de Contabilidade	RBC	Revista Enfoque: Reflexão Contábil	Enfoque
Revista Brasileira de Gestão de Negócios	RBN	Revista Evidenciação Contábil & Finanças	EC&F
Revista Catarinense da Ciência Contábil	RCCC	Revista Mineira de Contabilidade	RMC
Revista Contabilidade & Finanças	RCF	Revista Universo Contábil	RUC
Revista Contemporânea de Contabilidade	RCC	Sinergia (FURG)	Sinergia
Revista da Associação Brasileira de Custos	ABCustos	Sociedade, Contabilidade e Gestão	SCG

4 Análise dos Dados

A Tabela 2 reporta os resultados das publicações por periódico e triênio. No primeiro triênio (2010-12), não se observou artigos (0,0%) publicados sobre o tema de MAE; no segundo (2013-15), a publicação ainda foi tímida, com apenas um artigo (3,7%); e no terceiro (2016-18), nota-se a publicação de quatro artigos (14,8%). Esse resultado sugere que houve maior interesse por pesquisadores brasileiros acerca de MAE a partir de 2016. No quarto triênio (2019-21), consta o maior número de publicações sobre a temática com 13 artigos (48,1%). Metade das publicações ocorreu nesse triênio, que é justamente o triênio no qual a pandemia de Covid-19 esta-

va ativa no Brasil. Ainda assim, houve crescimento da quantidade de artigos surpreendente em relação aos períodos prévios. Por fim, o quinto triênio (2022-24) aparece com nove artigos (33,3%). Esse crescimento do número de artigos sugere que o tema está ganhando maior visibilidade na área de educação contábil e é consistente com o debate de Mattar (2021), no qual há aumento expressivo na quantidade de citações de metodologias ativas no Google Acadêmico (ver Gráfico I de Mattar (2021)).

Em relação aos periódicos, constata-se que, do total de 36 considerados (ver Tabela 1), somente 15 (41,7%) publicaram artigos sobre MAE no período investigado. Logo,



há 21 periódicos que não publicaram artigos. Ao mesmo tempo que isso pode denotar menor abertura para o tema de MAE, também representa uma oportunidade de inserção da temática nesses periódicos. Dentre os 15 periódicos que publicaram artigos, destaca-se a Revista Catarinense da Ciência Contábil (RCCC), que foi a responsável por publicar quase um quinto dos artigos desse tema, resultando em cinco artigos (18,5%). Isso sugere que a RCCC dá maior abertura a pesquisadores interessados em publicizarem seus trabalhos sobre MAE, em particular nos últimos dois triênios. Similar interpretação pode ser atribuída à RCO, que aparece na segunda colocação (11,1%). Quanto ao teste de associação, verificou-se que não há associação significativa ($p > 0,10$). Esse achado sustenta que não há um triênio específico que esteja mais associado a um certo periódico. Os artigos estão similarmente distribuídos nos periódicos ao longo do tempo, ainda que um ou outro periódico se destaque.

Na sequência, analisam-se os artigos de MAE por Qualis e triênio. Esta análise é pertinente, porque indica como a temática está posicionada dentro da estrutura de qualidade dos periódicos no Brasil. O estrato máximo é o A1, que denota alta qualidade, enquanto o C é o menor estrato possível e indica baixa qualidade. Ressalta-se que, para o estudo, foi considerado o Qualis referente a cada período de avaliação da Capes (2010-2012, 2013-2016 e 2017-2020). O Qualis 2017-2020 foi usado para o triênio 2022-2024. A consulta ao Qualis foi feita na Plataforma Supcupira (<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeraisPeriodicos.jsf>). Os resultados estão reportados na Tabela 3.

Tabela 2 – Publicações por periódico e triênio

Periódico/Triênio	2010-12	2013-15	2016-18	2019-21	2022-24	Total	Total %
RCCC	0	0	0	3	2	5	18,5%
RCO	0	0	0	1	2	3	11,1%
AMB	0	0	0	1	1	2	7,4%
Enfoque	0	0	1	0	1	2	7,4%
RC&C	0	1	0	1	0	2	7,4%
RCC	0	0	0	0	2	2	7,4%
REPEC	0	0	1	1	0	2	7,4%
RMC	0	0	0	2	0	2	7,4%
ABCustos	0	0	1	0	0	1	3,7%
Contextus	0	0	0	1	0	1	3,7%
FAT	0	0	1	0	0	1	3,7%
RACEF	0	0	0	0	1	1	3,7%
RCF	0	0	0	1	0	1	3,7%
RCMCC	0	0	0	1	0	1	3,7%
RUC	0	0	0	1	0	1	3,7%
Total	0	1	4	13	9	27	100,0%
Total %	0,0%	3,7%	14,8%	48,1%	33,3%	100,0%	

Nota: Teste qui-quadrado ($p > 0,10$). Os periódicos que não publicaram artigos sobre MAE foram omitidos.

Tabela 3 – Publicações por Qualis e triênio

Qualis/Triênio	2010-12	2013-15	2016-18	2019-21	2022-24	Total	Total %
A2	0	0	0	2	0	2	7,4%
A3	0	0	0	6	7	13	48,1%
A4	0	0	0	3	2	5	18,5%
B1	0	1	2	2	0	5	18,5%
B2	0	0	1	0	0	1	3,7%
B4	0	0	1	0	0	1	3,7%
Total	0	1	4	13	9	27	100,0%
Total %	0,0%	3,7%	14,8%	48,1%	33,3%	100,0%	

Nota: Teste qui-quadrado ($p < 0,10$). Os estratos que não anotaram frequências foram omitidos (no caso, A1, B3, B5 e C).

“Os estudantes precisam entender essa nova realidade da profissão, e os docentes podem usar as MAE para esse fim. Iniciativas de uso da IA no ensino contábil já podem ser observadas (Cheng *et al.*, 2024; Ng, 2023), incluindo reflexões sobre os desafios na avaliação acadêmica em decorrência da IA (Dosumu *et al.*, 2025).”

No que diz respeito ao tempo, os resultados são os mesmos da análise anterior. Há mais publicações a partir do triênio de 2019 a 2021. Quanto ao Qualis, verifica-se que o maior número de artigos está publicado em periódicos de estrato A3 (51,9%), seguido do A4 (18,5%) e do A2 e B1 (empatados em 11,1%). O estrato B2 apresenta dois artigos (7,4%). Não foram identificados trabalhos para o restante dos estratos (A1, B3, B4 e C) (0,0%). Com fundamento nesses achados, aponta-se que as MAE têm passado por rigorosas avaliações de revisores e editores dos periódicos contábeis, visto que a maior parcela pertence ao estrato A3. Isso é ainda mais notável quando se leva em consideração o fato de que não há periódicos nacionais classificados no estrato A1 na área de Contabilidade. Logo, o estrato A2 é basicamente o mais rigoroso no Brasil, seguido do A3. Adicionalmente, o teste qui-quadrado indi-

cou que há associação significativa ($p < 0,10$) entre o Qualis e os triênios. Dessa forma, nota-se que os artigos estão concentrados nos triênios finais e publicados em estratos altos (A2, A3 e A4), o que é uma evidência de que as MAE têm oferecido discussões de alto nível mais recentemente, particularmente a partir do triênio 2019-2021.

A seguir, examina-se a tabulação cruzada entre a abordagem de análise dos artigos e os triênios. Especificamente, a abordagem de análise foi categorizada de três formas: quantitativa, qualitativa e mista (esta última também é denominada de quali-quantitativa). Esse exame é útil, porque indica qual é mais frequente e se houve mudança ao longo do tempo, o que permite visualizar oportunidades de uso das distintas abordagens e constatar se há preferência por uma abordagem por parte dos pesquisadores contábeis. A Tabela 4 retrata os resultados.

Observa-se que a abordagem mais frequente é a de cunho qualitativo, representando quase metade das publicações (48,1%). A segunda é a mista (29,6%) e, na última colocação, está a quantitativa (22,2%). Esse resultado é surpreendente, uma vez que o *mainstream* na atualidade da pesquisa contábil parece ser o estudo teórico-empírico que faz forte uso de análises quantitativas baseadas em estatística. Inclusive, Ludícibus e Martins (2023) notam – e criticam – que a análise econométrica frequentemente parece ser a indicadora da qualidade dos trabalhos, em vez da sua utilidade que acaba ficando em segundo plano. Uma série de revisões de literatura também mostra evidências consistentes de que a maioria dos estudos de educação contábil é de cunho quantitativo (Apostolou *et al.*, 2021, 2022, 2023; Churyk *et al.*, 2024, 2025). Ao verificar que 48,1% utilizam exclusivamente métodos qualitativos e que 26,9% usam abordagens mistas, a presente pesquisa sustenta que a literatura de MAE na educação contábil não segue o *mainstream*. Pelo contrário, recomenda-se que mais trabalhos de teor quantitativo sejam feitas. O teste qui-quadrado aponta que não houve associação significativa ($p > 0,10$), logo a abordagem de análise independe do tempo (triênio).

Tabela 4 – Publicações por abordagem metodológica e triênio

Abordagem/Triênio	2010-12	2013-15	2016-18	2019-21	2022-24	Total	Total %
Quantitativa	0	0	1	1	4	6	22,2%
Qualitativa	0	0	2	7	4	13	48,1%
Mista	0	1	1	5	1	8	29,6%
Total	0	1	4	13	9	27	100,0%
Total %	0,0%	3,7%	14,8%	48,1%	33,3%	100,0%	

Nota. Teste qui-quadrado ($p > 0,10$).

A próxima análise concerne à tabulação cruzada entre a estratégia de coleta de dados dos artigos e a metodologia. As estratégias de coleta de dados foram extraídas dos próprios artigos. Enfatiza-se que, no caso específico desta análise, um mesmo artigo pode ter utilizado múltiplas técnicas de coleta de dados. Soares *et al.* (2019), por exemplo, fizeram uso de questionários, entrevistas, grupos focais e observação participante. Desse modo, quatro estratégias foram contabilizadas para esse único artigo. Por isso, o número de estratégias por abordagem metodológica não corresponde à quantidade de artigos observada nas análises anteriores. Foram identificadas, a partir dos 27 artigos, 12 estratégias de coleta e análise de dados (1. Análise de conteúdo, 2. Análise do discurso, 3. Análise documental, 4. Depoimentos, 5. Entrevista, 6. Estudo de caso, 7. Grupo focal, 8. Pesquisa e observação participante, 9. Pesquisa-ação, 10. Quase-experimento, 11. Questionário e 12. Revisão integrativa da literatura). A Tabela 5 reporta os resultados.

Constata-se que existe uma pluralidade de estratégias de coleta e análise de dados, com destaque para o questionário, o qual foi empregado, exclusiva ou conjuntamente com outras estratégias, 17 vezes (37,8%) durante o período investigado. Outra estratégia perceptível é o grupo focal, que foi usado sete vezes (15,6%). Mesmo que em número mínimo, nota-se a utilização de pesquisa-ação, estudo de caso e revisão integrativa, com uma observação cada (2,2%). Isso sugere que os pesquisadores contábeis têm buscado diversificar os seus métodos de coleta e análise de dados e têm conseguido gerar evidências distintas e complementares umas às outras. Um achado contraintuitivo é que há poucos métodos de caráter quantitativo (questionário e quase-experimento), sendo compatível com o resul-

tado da predominância de abordagens qualitativas (Tabela 4).

A abordagem qualitativa é responsável por 44,4% das estratégias de coleta e análise de dados, seguido da mista (31,1%) e quantitativa (15,6%). Na qualitativa, destacam-se, como mais frequentes, as estratégias de questionário ($n = 6$), grupo focal ($n = 4$), entrevistas ($n = 3$) e pesquisa e observação participante ($n = 3$). Na quantitativa, há somente duas estratégias: quase-experimento ($n = 1$) e questionário ($n = 6$). E, na mista, o questionário ($n = 5$) e o grupo focal ($n = 3$) são destaques de novo. Observa-se que, enquanto há uma pluralidade de estratégias de coleta e análise de dados nas abordagens qualitativa e mista, existe uma limitação na abordagem quantitativa.

Nota-se que os artigos são, em geral, escritos no formato teórico-empírico, portanto encorajam-se trabalhos de ensaio teórico ou de teorização que sejam capazes de propor novas teorias, ajustes nas teorias existentes, criação de novas MAE ou, ainda, propor pontos de vista originais sobre a temática. Ludícibus e Martins (2023) criticam a

atual maneira de produzir artigos, a qual está atrelada à seleção de uma teoria já existente e ao uso de métodos quantitativos. “A criação de ideias e propostas parece ser coisa de degrau inferior ao nível científico, de quem não tem capacidade de metrificar [...] Expressar opinião própria às vezes parece ser pecado, só as citações são permitidas” (Ludícibus & Martins, 2023, p. 2). Esta análise sustenta que o desenvolvimento de artigos em diferentes formatos ajuda a literatura de MAE no ensino contábil a progredir de forma criativa e equilibrada.



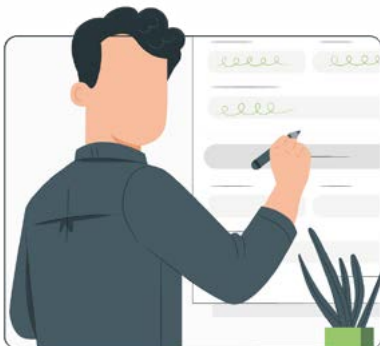
Tabela 5 – Publicações por estratégia de coleta de dados e abordagem metodológica

Estratégia/Abordagem	Qualitativa	Quantitativa	Mista	Total	Total %
Análise de conteúdo	1	0	1	2	4,4%
Análise do discurso	1	0	1	2	4,4%
Análise documental	1	0	1	2	4,4%
Depoimentos	1	0	0	1	2,2%
Entrevista	3	0	0	3	6,7%
Estudo de caso	1	0	1	2	4,4%
Grupo focal	4	0	3	7	15,6%
Pesquisa e observação participante	3	0	2	5	11,1%
Pesquisa-ação	0	0	1	1	2,2%
Quase-experimento	0	1	1	2	4,4%
Questionário	6	6	5	17	37,8%
Revisão integrativa	1	0	0	1	2,2%
Total	20	7	14	45	100,0%
Total %	44,4%	15,6%	31,1%	100,0%	

Nota: Teste qui-quadrado ($p > 0,10$).

Percebe-se que as palavras “metodologia”, “ensino” e “ativa” são frequentes. Isso é esperado, porque representam os próprios termos de busca inseridos nas ferramentas dos periódicos para recuperar os artigos. Muitas palavras que se destacaram também estão vinculadas ao contexto educacional, tais como “aluno”, “estudante”, “docente”, “discente”, “curso” e “IES”. De modo similar, observam-se palavras relacionadas à área de pesquisa, incluindo “ciência”, “método”, “pesquisa”, “dados”, “resultados” e “objetivo”. Há, também, palavras relacionadas à formação e ao desenvolvimento de habilidades e conhecimentos pelo uso das metodologias ativas, como, por exemplo, “habilidades”, “análise”, “formação”, “processo”, “desenvolvimento”, “prática” e “aplicação”. Ainda, constata-se palavras vinculadas às metodologias ativas em si, como “PBL”, “TBL”, “grupo” e “caso”. Por fim, palavras da área contábil são identificáveis: “contabilidade”, “contábeis” e “contábil”.

Conforme informado previamente, a nuvem de palavras foi construída com fundamento nos resumos dos artigos, os quais trazem, de modo geral, o objetivo da pesquisa, o método, os principais achados e contribuições. Os termos identificados fazem parte de todos esses aspectos. Contudo, frisam-se as palavras associadas às MAE em si, destacadas anteriormente, bem como aquelas ligadas ao método

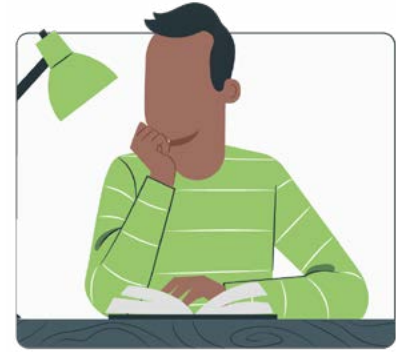


(“focal”, “aplicação”, “questionário”, “técnica” etc.). Como são termos reportados de modo isolado, é difícil reconhecer um texto de conclusão, mas há algumas palavras que podem sugerir que os estudos estão sendo realizados no âmbito da graduação e pós-graduação e que trabalham as MAE para desenvolver as “competências”, a “formação” e a “prática” de “mercado” por meio de “disciplinas”. As MAE são muito versáteis e podem ser aplicadas em diversas disciplinas, como evidenciado por Bazani e Santos (2023), as quais incluem, por exemplo, Contabilidade Introdutória, Contabilidade Intermediária, Contabilidade Financeira, Ética Contábil e Contabilidade Governamental.

As palavras mais recorrentes podem ser usadas por pesquisadores para a detecção de trabalhos sobre MAE em eventual nova revisão de literatura ou estudo bibliométrico. Na presente pesquisa, conclui-se que a nuvem de palavras, como análise suplementar, trouxe uma visão genérica de termos que podem ser considerados importantes da condução de estudos acerca das MAE. Apesar disso, outras palavras também devem ser utilizadas para recuperar artigos das bases de dados: “*game-based learning*” (GBL) é um exemplo. Portanto, as palavras associadas às MAE não se limitam à nuvem de palavras acima.

5 Discussão dos Resultados

Como síntese dos achados em relação aos periódicos, indica-se que somente 15 (41,7%) dos 36 periódicos publicaram artigos sobre MAE, logo 58,3% dos periódicos contábeis podem ser considerados veículos de publicações desse assunto. É importante que pesquisadores considerem os diversos periódicos contábeis disponíveis para que uma audiência mais ampla tenha acesso a



este conhecimento. A concentração das publicações em 41,7% dos periódicos possui um público de leitores mais restrito. Além disso, mesmo revistas bem-conceituadas, como a RCF e RUC, possuem apenas uma publicação, o que significa que a temática tem potencial de crescimento nesses veículos também. Por outro lado, nota-se que a RCCC e a RCO são aquelas com os maiores números de artigos publicados sobre MAE, sugerindo certa abertura por parte desses periódicos para que pesquisadores de MAE socializem suas investigações.

Em termos de Qualis, as publicações estão concentradas nos estratos A3 (48,1%), A4 (18,5%) e B1 (18,5%). Esse resultado é semelhante ao de Soschinski *et al.* (2019), em que houve uma frequência maior no antigo estrato B1 (n = 13). Conforme a Tabela 3, há pouca ou nenhuma frequência de artigos sobre MAE do estrato B2 ao C. Embora não sejam atraentes em termos de prestígio e potencial de citação, pesquisadores de educação contábil devem considerar revistas desses estratos, visto que alguns desses periódicos podem estar em ascensão, buscando novas indexações e formas de divulgação (ex.: formato HTML e em inglês). Argumenta-se que a publicação nessas revistas também ajuda na disseminação de conhecimento sobre MAE de forma mais rápida e para um maior público de leitores. Portanto, a diversidade na publicação por Qualis tende a promover o acesso ao conhecimento por públicos plurais.



“Ao resgatar a história da pesquisa contábil no Brasil, Iudícibus e Martins (2023) percebem que a pesquisa acadêmica passou de “exageradamente normativista para exageradamente empírica. Precisamos de nova revolução, fazendo com que ambas caminhem juntas” (p. 4). Eles ainda defendem um equilíbrio entre pesquisa teórica, normativa e empírica.”

Nas abordagens metodológicas, houve predomínio de análises qualitativas sobre MAE, o que contrasta com a pesquisa em educação contábil de forma geral, a qual tende a ter caráter quantitativo em sua maioria (Apostolou *et al.*, 2021, 2022, 2023; Churyk *et al.*, 2024, 2025). Nesse sentido, há forte produção de evidências qualitativas, enquanto as evidências quantitativas são reduzidas e advindas de métodos homogêneos (quase-experimento e questionários); assim para que haja maior equilíbrio na literatura, recomenda-se a execução de número maior de trabalhos quantitativos sobre MAE.

A adição de pesquisas quantitativas à literatura possui diversas vantagens: i) alguns objetivos de pesquisa não podem ser alcançados com metodologias qualitativas, demandando mensurações de variáveis e relacionamentos; ii) as evidências obtidas por métodos quantitativos complementam aquelas obtidas por processos qualitativos; iii) as MAE carecem de testagem experimental – avaliação de relação causal –, a fim de verificar se fazem diferença relevante na aprendizagem; iv) pesquisas quantitativas possuem maior poder de generalização em comparação com estudos qualitativos, em especial por conseguirem observar um certo fenômeno a partir de uma quantidade grande

de observações; e v) pesquisas quantitativas podem identificar um grupo específico de observações que pode ser avaliado por meio qualitativos. Ou seja, as quantitativas podem servir de subsídio para motivar as qualitativas.

Ao resgatar a história da pesquisa contábil no Brasil, Iudícibus e Martins (2023) percebem que a pesquisa acadêmica passou de “exageradamente normativista para exageradamente empírica. Precisamos de nova revolução, fazendo com que ambas caminhem juntas” (p. 4). Eles ainda defendem um equilíbrio entre pesquisa teórica, normativa e empírica. Como na área de MAE há mais pesquisas qualitativas, a recomendação é inversa: que se faça mais pesquisas quantitativas. Isso não significa, de forma alguma, que a pesquisa qualitativa deva ser descontinuada ou mereça menos apreço, mas tão somente que há oportunidades de crescimento da literatura quantitativa. Da mesma forma, ao observar somente as técnicas de questionário e quase-experimento, aponta-se que outras estratégias quantitativas carecem de uso, tal como os experimentos e experimentos naturais, as meta-análises, o uso de dados secundários sobre MAE e a construção e utilização de um banco de dados ao longo do tempo. É possível avaliar textos, entrevistas e dados qualitativos a partir de técnicas

estatísticas também, constituindo estudo de abordagem mista.

No cenário de autores, Aneide Oliveira Araujo lidera com três artigos e houve contribuição de 75 pesquisadores. Esse resultado é similar ao de Soschinski *et al.* (2019), no qual a liderança ficou com Vania Tanira Biavatti, que produziu quatro artigos. Já no caso de Vendramin *et al.* (2020), a liderança ficou com Gilberto de Andrade Martins e Jacqueline Veneroso Alves da Cunha, ambos com nove publicações. Ressalta-se que Vendramin *et al.* (2020) revisaram uma quantidade maior de estudos ($n = 335$) em relação à este trabalho. Por esse motivo, era provável que os autores mais prolíficos tivessem um número maior de artigos. Em adição, 65 autores (dos 75) dos 27 artigos possuem apenas uma publicação. Esse achado é compatível com o de Vendramin *et al.* (2020), que observou que a maioria dos autores produziu somente um artigo, tanto no Congresso USP Internacional ($n = 304$) quanto no de Iniciação Científica ($n = 252$). Vendramin *et al.* (2020) evidenciam que o fenômeno de one-timer (autores que produziram somente uma vez/artigo) pode ser problemático, visto que sugere falta de aprofundamento temático pelos pesquisadores e que a linha de educação contábil seria a sua linha secundária.

Por fim, é importante mencionar que esses ranqueamentos são liderados por pesquisadoras, o que denota forte contribuição das mulheres para o campo da Educação Contábil. Essas observações não buscam desmerecer as contribuições de pesquisadores homens, mas visam reconhecer a importância da mulher para a pesquisa em ensino de Contabilidade. Ainda que no Congresso USP Internacional a maioria dos autores seja do sexo masculino (54,79%) (Vendramin *et al.*, 2020), no Congresso USP de Iniciação Científica, as mulheres têm maior representatividade (56,82%). Esses achados sustentam que estão sendo formadas mais jovens pesquisadoras do que pesquisadores e que, daqui alguns anos, ou décadas, esse quadro pode se inverter, dado que as novas gerações de pesquisadores de Educação Contábil parecem ser do sexo feminino.

6 Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi conduzir uma RSL sobre MAE com base em periódicos nacionais da área de Contabilidade de 2010 a 2024. Para a seleção dos periódicos, considerou-se a lista de periódicos do website da ANPCont (36 periódicos), o qual foi acessado em janeiro de 2025. Posteriormente, foi utilizada a ferramenta de busca de cada um desses periódicos para recuperar os artigos, pesquisando a seguinte palavra-chave: metodologia(s) ativa(s) (singular e plural). Isso resultou em 27 artigos, os quais representaram os dados desta pesquisa. Como técnicas de análise, foram usadas as estatísticas descritivas (frequ-

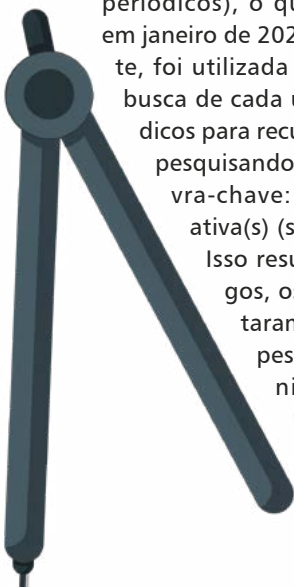
ência absoluta e relativa), testes qui-quadrado de associação e nuvem de palavras.

O estudo revela que apenas 41,7% dos periódicos contábeis publicaram artigos sobre MAE, indicando alta concentração da produção científica e oportunidades de expansão para outros veículos. Embora a RCCC e a RCO liderem em publicações, há espaço para crescimento até em periódicos de alto prestígio, como RCF e RUC. A maior parte dos artigos está concentrada nos estratos A3, A4 e B1, sugerindo que pesquisadores deveriam considerar também periódicos emergentes, para ampliar o alcance do conhecimento sobre MAE. Observa-se predominância de abordagens qualitativas, contrastando com a tendência histórica da educação contábil. O equilíbrio metodológico é essencial, especialmente com mais estudos quantitativos que permitam testes causais, generalização e complementação de análises qualitativas. Destaca-se ainda a significativa participação feminina na liderança da produção científica em MAE, reforçando a relevância da diversidade de gênero no fortalecimento e desenvolvimento do campo da Educação Contábil.

A partir dos resultados, discutem-se as implicações desta pesquisa. Primeiro, contrariando a expectativa, a literatura de MAE no escopo do ensino contábil carece de mais pesquisas quantitativas. Recomenda-se que pesquisadores busquem por formas inovadoras e mais específicas de metrificar, de forma objetiva, as vantagens e desvantagens das MAE, em espe-



cial porque a maior parte dos trabalhos utiliza o questionário como estratégia de coleta dos dados, o que constitui fonte de dados subjetivos. Segundo, detectou-se uma lacuna referente a estudos teóricos e ensaios que promovam visões e teorias diferentes acerca das MAE. A maior parte dos estudos tem o formato teórico-empírico, mas é necessário um esforço maior para expandir a frente teórica. Atrélado a isso, é preciso ter maior perspectiva crítica. Bazani e Santos (2023) notam que os estudos focam os benefícios, mas pesquisas que evidenciem as dificuldades e os desafios de adoção das MAE também são demandadas. Terceiro, recomenda-se que os estudos testem se as MAE estão consistentes com as recentes discussões curriculares (AICPA-NASBA, 2021b, 2021a; MEC, 2024) e com as práticas do mercado. É preciso desenhar ou criar MAE para que possam desenvolver habilidades requisitadas pelo exercício da profissão contábil. Embora aumentar a nota na disciplina seja relevante, o propósito de uso de tais metodologias precisa transcender a sala de aula e ter efeito na atuação prática.



Quanto às limitações desta pesquisa, salienta-se que: i) a coleta de artigos se restringiu ao termo-chave “metodologia(s) ativa(s)”, ainda que outras palavras possam estar associadas a esse tema. De modo potencial, a nuvem de palavras pode ajudar futuros pesquisadores a incluírem outros termos-chave; ii) a presença do termo-chave utilizado não garante que os estudos recuperados foquem nas MAE em si, as quais podem ter sido citadas nos trabalhos de forma circunstancial. Contudo, salienta-se que isso não é muito provável para a maioria dos artigos; iii) os periódicos selecionados não são exclusivamente de Contabilidade, mas também incluem áreas correlatas, como Administração e Economia. Logo, alerta-se que alguns artigos recuperados podem, na verdade, ser da área de ensino em Administração ou Economia; e iv) artigos sobre MAE desenvolvidos por pesquisadores contábeis brasileiros publicados em periódicos internacionais não estão contemplados neste estudo; v) artigos escritos em inglês sem a tradução para o português e artigos escritos por pesquisadores contábeis, mas publicados em

periódico não contábil, não foram incluídos nas análises (ex.: Albertin *et al.* (2023)). Ainda assim, argumenta-se que o presente trabalho fornece achados e implicações úteis aos pesquisadores da área de Ciências Contábeis e que estejam interessados em MAE.

Além das já realizadas ao longo do trabalho, sugere-se, como futura pesquisa, uma investigação de uso contínuo de uma MAE que produza dados longitudinais a fim de verificar os seus efeitos temporais – positivos e negativos – sobre a aprendizagem discente. Da mesma forma, recomenda-se a análise comparativa entre países. Tem-se, por exemplo, a pesquisa de Manuel *et al.* (2018), que inclui alunos brasileiros e angolanos. Tal tipo de comparação permite constatar se diferenças culturais ou tecnológicas implicam distinções de uso e de qualidade das MAE e como esses aspectos, por sua vez, afetam a educação dos estudantes de Ciências Contábeis. Finalmente, indica-se a execução de meta-análises que forneçam visões abrangentes acerca dos pontos positivos e negativos do uso das MAE reportados na literatura contábil.



Referências

AICPA-NASBA. (2021a). *Accounting program curriculum gap analysis*. <https://evolutionofcpa.org/Documents/AccountingProgramCurriculumGapAnalysisReport3.15.2021.pdf>

AICPA-NASBA. (2021b). *CPA Evolution Model Curriculum*. <https://thiswaytocpa.com/program/modelCPAcurriculum/>

Albertin, E. A., Marques, C., Nogueira, D. R., & Nasu, V. H. (2023). Uso de metodologias ativas no ensino de Big Data e Data Analytics (BD/DA): uma análise sob a ótica dos discentes de ciências contábeis. *Revista Gestão Universitária Na América Latina – GUAL*, 16(1), 117-140. <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e90866>

Aluko, H. A., Aluko, A., Offiah, G. A., Ogunjimi, F., Aluko, A. O., Alalade, F. M., Ogeze Ukeje, I., & Nwani, C. H. (2025). Exploring the effectiveness of AI-generated learning materials in facilitating active learning strategies and knowledge retention in higher education. *International Journal of Organizational Analysis*, 218. <https://doi.org/10.1108/IJOA-07-2024-4632>

Apostolou, B., Churyk, N. T., Hassell, J. M., & Matuszewski, L. (2023). Accounting education literature review (2022). *Journal of Accounting Education*, 63, 100831. <https://doi.org/10.1016/j.jaccedu.2023.100831>

Apostolou, B., Dorminey, J. W., & Hassell, J. M. (2021). Accounting education literature review (2020). *Journal of Accounting Education*, 55, 100725. <https://doi.org/10.1016/j.jaccedu.2021.100725>

Apostolou, B., Dorminey, J. W., & Hassell, J. M. (2022). Accounting education literature review (2021). *Journal of Accounting Education*, 59, 100781. <https://doi.org/10.1016/j.jaccedu.2022.100781>

Araujo, A. M. P. de, & Slomski, V. G. (2013). Active Learning Methods – An Analysis of Applications and Experiences in Brazilian Accounting Teaching. *Creative Education*, 04(12), 20-27. <https://doi.org/10.4236/ce.2013.412A2004>

Bazani, C. L., & Santos, G. C. (2023). Contribuições das metodologias ativas de aprendizagem em contabilidade: uma revisão integrativa. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 17, e211942. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2023.211942>

Bonwell, C. C., & Eison, J. A. (1991). Active learning: Creating excitement in the classroom. In *ASHE-ERIC Higher Education Report*. <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED336049.pdf>

Børte, K., Nesje, K., & Lillejord, S. (2023). Barriers to student active learning in higher education. *Teaching in Higher Education*, 28(3), 597-615. <https://doi.org/10.1080/13562517.2020.1839746>

Bortolanza, A. M. M., Mattar, J., & Silva, R. L. de O. da. (2020). Estratégias Didáticas Para O Ensino De Contabilidade a Distância: Revisão Da Literatura Em Língua Portuguesa. *Revista de Educação do Vale do São Francisco*, 10(23), 58-77. <https://periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/1145>

Brasil. (2025). *Lei Complementar 214, de 16 de janeiro de 2025*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp214.htm

Cheng, X., Dunn, R., Holt, T., Inger, K., Jenkins, J. G., Jones, J., Long, J. H., Loraas, T., Mathis, M., Stanley, J., & Wood, D. A. (2024). Artificial Intelligence's Capabilities, Limitations, and Impact on Accounting Education: Investigating ChatGPT's Performance on Educational Accounting Cases. *Issues in Accounting Education*, 39(2), 23-47. <https://doi.org/10.2308/ISSUES-2023-032>

Churyk, N. T., Eaton, T. V., & Matuszewski, L. J. (2024). Accounting education literature review (2023). *Journal of Accounting Education*, 67(March), 100901. <https://doi.org/10.1016/j.jaccedu.2024.100901>

Churyk, N. T., Eaton, T. V., & Matuszewski, L. J. (2025). Accounting education literature review (2024). *Journal of Accounting Education*, 71(May), 100969. <https://doi.org/10.1016/j.jaccedu.2025.100969>

Costa, L. V., & Venturi, T. (2021). Metodologias Ativas no Ensino de Ciências e Biologia: compreendendo as produções da última década. *Revista Insignare Scientia*, 4(6), 417-436.

Crestani, J. dos S., Farias, E. da S., & Behr, A. (2022). Composição de equipes de trabalho na metodologia ativa de challenge based learning: potencializando o desenvolvimento de habilidades em estudantes de contabilidade. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 19(51), 73-89. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2022.e81658>

Dosumu, O., Porumb, V., Stafford, A., & Zimmer, A. (2025). In the wake of ChatGPT: early reflections on marking open-book online accounting assessments. *Accounting Education*, 1-32. <https://doi.org/10.1080/09639284.2025.2487487>

Ferreira, A. M., Amaral, A. C. V., Santos, C. S. dos, Ribeiro, E. T., Oliveira, J. P. de, Sanches, M. M. F., Barbosa, M. C. C., & Souza, R. M. da S. (2025). A importância da formação de professores para o uso de tecnologias e metodologias ativas. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, 17(4), e8028. <https://doi.org/10.55905/cuadv17n4-070>

Ferreira, M. M., Nasu, V. H., & Araújo, E. J. da S. (2021). Características Intervenientes na Escolha e Uso de Métodos de Ensino por Professores de Contabilidade. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 16(2), 1-24. https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v0i0.38736

Ghezzi, J. F. S. A., Higa, E. de F. R., Lemes, M. A., & Marin, M. J. S. (2021). Strategies of active learning methodologies in nursing education: an integrative literature review. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 74(1), 1-11. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0130>

Ludícibus, S. de, & Martins, E. (2023). Algumas Reflexões Sobre Pesquisa Contábil e Algumas (Pesadas?) Afirmações e Conclusões. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 16(3), 1-4. <https://doi.org/10.14392/asaa.2023160301>

James, W., Oates, G., & Schonfeldt, N. (2024). Improving retention while enhancing student engagement and learning outcomes using gamified mobile technology. *Accounting Education*, 1-21. <https://doi.org/10.1080/09639284.2024.2326009>

Jitaru, O. (2019). Active Learning and Development of Design Thinking Ability at Students. *Review of Artistic Education*, 18(1), 293-299. <https://doi.org/10.2478/rae-2019-0033>

Kassim, M. A., Marfo, S., & Abu, K. (2025). Assessing the impact of five teaching strategies on the academic performance of senior high school students in financial accounting: A case study in Wa. *Social Sciences & Humanities Open*, 11(June 2024), 101259. <https://doi.org/10.1016/j.ssaho.2024.101259>

Khajavi, S., & Nahas, K. (2019). Increasing Accounting Learning Through Concept Map. *Journal of Accounting and Auditing Review*, 26(3), 393-412. <https://doi.org/10.22059/acctgrev.2019.280046.1008166>

Lee, Y.-I., & Yu, T.-K. (2025). Game-based learning enhances business decision-making learning for on-the-job MBA students: A case study of dynamic systems-thinking course. *The International Journal of Management Education*, 23(2), 101140. <https://doi.org/10.1016/j.ijme.2025.101140>

Lee, Y. C. (2024). Changes in Learning Outcomes of Students Participating in Problem-Based Learning for the First Time: A Case Study of a Financial Management Course. *Asia-Pacific Education Researcher*, 34, 511-530. <https://doi.org/10.1007/s40299-024-00873-y>

Manuel, K. B., Silva, A. C. R. da Cruz, T. S. da, & Cavalcanti, I. T. N. (2018). Metodologias de Ensino em Contabilidade: Percepção de Discentes Brasileiros e Angolanos. *Revista de Administração e Contabilidade*, 10(3), 2-18. <https://www.reacfat.com.br/index.php/react/article/view/165>

Mattar, J. (2021). Metodologias ativas em educação a distância. *Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância*, 2(Especial), 1-26. <https://doi.org/10.17143/rbaad.v2iEspecial.549>

MEC. (2024). *Resolução CNE/CES Nº 1, de 27 de março de 2024*. <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/30000-uncategorised/91201-resolucoes-ces-2024>

Mondragon, N. I., Beloki, N., Yarritu, I., Zarrazquin, I., & Artano, K. (2024). Active methodologies in Higher Education: reasons to use them (or not) from the voices of faculty teaching staff. *Higher Education*, 88(3), 919-937. <https://doi.org/10.1007/s10734-023-01149-y>

Morais, M. A. de O., Gomes, H. B., Lima, D. H. S. de, Araujo, A. O., & Martins, J. D. M. (2022). Percepção docente sobre a aplicabilidade do PBL no ensino contábil: desafios e limitações. *Revista Ambiente Contábil*, 14(2), 357-379. <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2022v14n2ID25953>

Natoli, R., Wei, Z., & Jackling, B. (2020). Teaching IFRS: evidence from course experience and approaches to learning in China. *Accounting Research Journal*, 33(1), 234-251. <https://doi.org/10.1108/ARJ-09-2018-0142>

Ng, C. (2023). Teaching Advanced Data Analytics, Robotic Process Automation, and Artificial Intelligence in a Graduate Accounting Program. *Journal of Emerging Technologies in Accounting*, 20(1), 223-243. <https://doi.org/10.2308/JETA-2022-025>

Nimesh, A. (2025). Potential of role play as an educational tool in biochemistry to facilitate medical education. *Biochemistry and Molecular Biology Education*, October 2024, 200-208. <https://doi.org/10.1002/bmb.21876>

Peña, S., Martínez-Santander, C., Cantos-Reyes, V., & Rojas, M. F. (2025). Active methodologies and didactic techniques in medical education: A systematic review. *Educación Médica*, 26(4), 101040. <https://doi.org/10.1016/j.edumed.2025.101040>

Quixabeira, A. P. da S., Silva, A. R. A., Araújo, B. C. de, Silva, B. C., Abreu, V. P. L., Borges, A. K. P., & Ferreira, R. K. A. (2021). Metodologias ativas e o ensino de educação física: uma revisão da literatura. *Revista Observatório*, 7(1), a12pt. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2021v7n1a12pt>

Rice, G., Flyer, L., & Saterbak, A. (2025). Assessing the Impact of Problem-Based Learning Through Student-Made Concept Maps Describing Mathematical Modeling. *Biomedical Engineering Education*. <https://doi.org/10.1007/s43683-025-00181-x>

Riwayadi, ., Yeni, Y. H., & Yohana, D. (2018). The Development of Role Play Learning Model in Management Accounting Course. *Improving Educational Quality Toward International Standard*, iv, 108-110. <https://doi.org/10.5220/0008680801080110>

Rossouw, M., & Steenkamp, G. (2025). Developing the critical thinking skills of first year accounting students with an active learning intervention. *The International Journal of Management Education*, 23(1), 101086. <https://doi.org/10.1016/j.ijme.2024.101086>

Sampaio, R., & Mancini, M. (2007). Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, 11(1), 83-89. <https://doi.org/10.1590/S1413-35552007000100013>

Saputra, K. A. K. (2019). Case-Based Learning in Forensic Accounting Education. *International Journal for Educational and Vocational Studies*, 1(6), 545-553. <https://doi.org/10.29103/ijevs.v1i6.1763>

Sayahi, M., Amjad, R. N., & Kohan, M. (2025). Comparison of the effect of role-playing and team-based learning on interpersonal communication skills of emergency medical personnels. *Educación Médica*, 26(3), 101012. <https://doi.org/10.1016/j.edumed.2024.101012>

Silva, G. O., Aredes, N. D. A., Cecilio, J. O., Oliveira, F. S. e., Cavalcante, A. M. R. Z., & Campbell, S. H. (2025). Active methodologies in teaching the nursing process: Scoping review. *Nurse Education in Practice*, 83(January), 104274. <https://doi.org/10.1016/j.nepr.2025.104274>

Silva, R., Rodrigues, R., & Leal, C. (2021). Games based learning in accounting education – which dimensions are the most relevant? *Accounting Education*, 30(2), 159-187. <https://doi.org/10.1080/09639284.2021.1891107>

Soares, J. M. M. V., Souza, A. N. M. de, Azevedo, Y. G. P., Araujo, A. O., & Lima, D. H. S. de. (2019). Metodologias ativas de ensino: Evidências da aplicação do método de caso nos cursos de ciências contábeis e administração. *Revista Mineira de Contabilidade*, 20(3), 92-103. <https://doi.org/10.21714/2446-9114RMC2019v20net07>

Soschinski, C. K., Schlup, D., & Domingues, M. J. C. de S. (2019). Processos de aprendizagem em Ciências Contábeis: um estudo bibliométrico e sociométrico. *Desafio Online*, 7(1), 114-141.

Tran, T. T., & Herzig, C. (2023). Blended case-based learning in a sustainability accounting course: An analysis of student perspectives. *Journal of Accounting Education*, 63, 100842. <https://doi.org/10.1016/j.jaccedu.2023.100842>

Urban, J. R., & Frasson, A. C. (2024). Educação de Jovens e Adultos: indicadores do uso das metodologias ativas na aprendizagem por meio de pesquisas. *Acta Scientiarum. Education*, 47(1), e64584. <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v47i1.64584>

Vendramin, E. de O., Lima, J. P. R. de, Santos, I. J. dos, Guasso, M. V. P., & Fernandes, N. (2020). O que se pesquisa em ensino contábil? Análise do Congresso USP de Contabilidade e Iniciação Científica. *Revista Catarinense Da Ciência Contábil*, 19, 1-20. <https://doi.org/10.16930/2237-766220203107>

Wall, M. L., Prado, M. L. do, & Carraro, T. E. (2008). A experiência de realizar um Estágio Docência aplicando metodologias ativas. *Acta Paulista de Enfermagem*, 21(3), 515-519. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002008000300022>

Wang, S., & Sun, Z. (2025). Roles of artificial intelligence experience, information redundancy, and familiarity in shaping active learning: Insights from intelligent personal assistants. *Education and Information Technologies*, 30(2), 2525-2546. <https://doi.org/10.1007/s10639-024-12895-6>

Wang, S., Sun, Z., Li, M., Zhang, H., & Metwally, A. H. S. (2024). Leveraging TikTok for active learning in management education: An extended technology acceptance model approach. *The International Journal of Management Education*, 22(3), 101009. <https://doi.org/10.1016/j.ijme.2024.101009>

Wyse, M. N. O., Quintana, C. G., & Quintana, A. C. (2024). Uso de metodologias ativas e sua relação com o ciclo de vida docente na pós-graduação em Ciências Contábeis no Brasil. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 43(1), 1-16. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v43i1.61347>



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE



Disponível na
App Store



Disponível no
Google Play



DOMICÍLIO
ELETRÔNICO
CFC



FAÇA ADESÃO AO
DOMICÍLIO ELETRÔNICO



SVA.CFC.ORG.BR

PUBLICAÇÕES
CFC



Siga-nos nas redes sociais: @cfcbbsb



Acesse as publicações da

rbc REVISTA BRASILEIRA DE
CONTABILIDADE

Aponte a câmera do celular para o código
abaixo e desfrute de uma boa leitura!



1 QR CODE

Para ler o código, é preciso possuir um *smartphone* com um aplicativo de leitura de QR code instalado. Caso seu aparelho não tenha, baixe, gratuitamente, nas lojas de aplicativos dos sistemas Android ou iOS. Após a instalação, basta iniciar o programa no celular e apontar a câmera para o código acima.

2 LINK DIRETO

Se preferir, acesse as publicações pelo link abaixo:
<https://cfc.org.br/edicoes-antiores-revista-brasileira-de-contabilidade/>